



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

AS APROPRIAÇÕES DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDOS
CONCEITUAIS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO SUL GLOBAL

JOÃO PESSOA

2025

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

**AS APROPRIAÇÕES DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDOS
CONCEITUAIS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO SUL GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba
(PPGCI/UFPB), como requisito para obtenção do título de
doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gracy Kelli Martins Gonçalves.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e
Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização, Representação e
Tecnologias da Informação.

JOÃO PESSOA
2025

**Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S586a Silva, Igor Oliveira da.

As apropriações da Memória na Ciência da Informação:
estudos conceituais nas produções científicas do sul
global / Igor Oliveira da Silva. - João Pessoa, 2025.
226 f. : il.

Orientação: Gracy Kelli Martins Gonçalves.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da Informação. 2. Memória. 3.
Representação da informação. 4. Paradigma intercultural
anticolonial. 5. Teoria do Conceito. I. Gonçalves,
Gracy Kelli Martins. II. Título.

UFPB/BC

CDU 001.1(043)

IGOR OLIVEIRA DA SILVA

**AS APROPRIAÇÕES DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDOS
CONCEITUAIS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DO SUL GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB) para a obtenção do título
de doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em 25/09/2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 GRACY KELLI MARTINS GONÇALVES
Data: 04/12/2025 19:24:56-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Presidenta/Orientadora – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO
Data: 12/12/2025 13:57:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Examinador Interno – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 ANA CLAUDIA CRUZ CORDULA
Data: 11/12/2025 08:59:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula
Examinadora Externa –
PPGDARQ/UEPB/UFPB

Dra. Natalia Duque Cardona
Suplente Externa – UdeA/PPGB-UFCA

Documento assinado digitalmente
 IZABEL FRANÇA DE LIMA
Data: 04/12/2025 22:15:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Izabel França de Lima
Examinadora Interna – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 NAYANA RODRIGUES CORDEIRO MARIANO
Data: 05/12/2025 07:46:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro
Mariano**
Examinadora Externa –
PROFHISTÓRIA/UFPB

Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
Suplente Interno – PPGCI/UFPB

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus pelo seu amor, pelo dom da vida, pela proteção e cuidado ao longo da caminhada. Agradeço a Ele pela família maravilhosa e pelos ótimos amigos que tenho.

À minha família, pois seu apoio foi fundamental em muitos momentos da minha jornada. Em especial, agradeço ao meu pai, Ivani Ferreira, e à minha mãe, Rosineide Vieira, pela educação concedida desde a primeira infância, por sempre me apoiarem, independentemente das minhas escolhas, e por juntos serem minha maior torcida.

Agradeço ao meu irmão, Italo Oliveira, com quem aprendi muito, exatamente por conta de nossas muitas diferenças. Sei que posso contar com você em todos os momentos.

À minha cunhada, Roberta Aires, e às minhas sobrinhas, Cecília Aires e Celina Aires. Agradeço, de coração, por vocês sempre estarem ao meu lado compartilhando momentos tão especiais.

À minha sogra, Eliane Pinheiro, pelo carinho, pelo acolhimento, pelos momentos de partilha, pelas risadas e reflexões que me evidenciam a importância de superar os desafios enfrentados ao longo da jornada.

Agradeço especialmente ao meu esposo, Valdemar Júnior, por caminhar juntos. Sem sua constante presença, o processo de pesquisa certamente seria interminável e entediante. Obrigado por me trazer leveza e me confortar quando mais precisei, seja com palavras carinhosas ou simplesmente com a sua companhia. O amor que nos une me alimenta, me mantém firme nas adversidades e me faz sorrir nos momentos de alegria. Por isso, não poderia deixar de registrar aqui meu sentimento de gratidão por meio desses versos: “é você que me faz sentir tão seguro e que faz mais leve o meu mundo; me faltam palavras pra dizer, eu só quero agradecer”.

Registro meu agradecimento à minha orientadora, Profa. Dra. Gracy Kelli Martins (PPGCI/UFPB), por ter me aceitado como orientando e ter me ajudado a conduzir minhas pesquisas de maneira mais profícua. Agradeço pelos momentos de orientação sempre tão proveitosos. Eles sempre faziam me sentir melhor, mais tranquilo e aliviado.

Aos membros da banca avaliadora, que prontamente aceitaram o convite para participarem da defesa desta tese: Profa. Dra. Izabel França de Lima (PPGCI/UFPB), Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto (PPGCI/UFPB), Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (PROFHISTÓRIA/UFPB) e Prof. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (PPGDARQ/UEPB/UFPB).

Cada um de vocês contribuiu com o meu processo de formação, seja durante as disciplinas cursadas, seja pelas trocas durante os momentos de qualificação e defesa.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), aos(às) secretários(as) e ao conjunto de professores(ras) que tive a oportunidade de conhecer e manter contato ao longo dessa caminhada.

“As ciências da informação são mais um território do que um país com limites definidos” (Taylor, 1966).

RESUMO

Esta pesquisa objetiva identificar de que maneira o conceito de memória é representado nas produções científicas dos países situados no contexto do sul global. Como aporte teórico, foi utilizada a Teoria do Conceito, que estabelece princípios para a análise da estrutura e das relações entre conceitos. A pesquisa, de caráter bibliográfico, foi realizada por meio de buscas no Sistema Regional de Informação Online de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Latindex), a fim de reunir as produções científicas sobre o conceito estudado. Para o tratamento dos dados, recorreu-se tanto à Teoria do Conceito como à Análise de Conteúdo, tendo como *corpus* publicações recentes, nacionais e internacionais, nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. O texto discute o processo de institucionalização da Ciência da Informação no contexto do sul global, estabelecendo uma aproximação conceitual entre pesquisadoras latino-americanas e destacando os conceitos de pedagogia decolonial e de paradigma intercultural anticolonial. O domínio da memória, no âmbito da CI, aparece como tema apropriado por instituições de destaque, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em nível nacional, e a *International Society for Knowledge Organization (ISKO)* e a *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC)*, em âmbito internacional. As relações entre informação e memória são analisadas em três dimensões: humana/cognitiva, artificial/física e sociocultural. Esta última é aprofundada nos resultados por meio de nove categorias que evidenciam como o conceito de memória é representado nas produções científicas do sul global: Memória Coletiva, Memória Social, Lugares de Memória, Memória Histórica, Memória Subterrânea, Memória Cultural, Memória do Mundo, Memória Institucional e Memória Organizacional. O estudo proporcionou a compreensão ampliada sobre como a memória é representada no âmbito da Ciência da Informação nacional e internacionalmente. Com base nos elementos analisados, observa-se a predominância de referenciais teóricos franceses e anglo-saxônicos nas conceituações adotadas pelos/as pesquisadores/ras do sul global. Com base na pesquisa realizada, constatou-se que a visão eurocêntrica de mundo foi universalizada, influenciando inclusive os estudos sobre memória, apresentando o caráter colonizador do conhecimento e evidenciando a necessidade de empreendimentos teóricos que, sob uma perspectiva decolonial, proponham novos sentidos às representações conceituais estabelecidas.

Palavras-chave: representação da informação; memória; paradigma intercultural anticolonial; estudos decoloniais; Teoria do Conceito.

ABSTRACT

This research aims to identify how the concept of memory is represented in the scientific productions of countries located in the context of the Global South. As a theoretical framework, Concept Theory was used, which establishes principles for the analysis of the structure and relationships between concepts. The research, of a bibliographic nature, was carried out through searches in the Regional Online Information System of Scientific Journals of Latin America, the Caribbean, Spain and Portugal (Latindex), in order to gather scientific productions on the concept studied. For data processing, both Concept Theory and Content Analysis were used, with the corpus consisting of recent national and international publications in the areas of Archival Science, Library Science, Documentation and Information Science. The text discusses the process of institutionalization of Information Science in the context of the Global South, establishing a conceptual approximation between Latin American researchers, highlighting the concepts of decolonial pedagogy and anticolonial intercultural paradigm. The domain of memory, within the scope of Information Science, appears as an appropriate theme for prominent institutions, such as the National Association for Research and Graduate Studies in Information Science (ANCIB), at the national level, and, at the international level, the International Society for Knowledge Organization (ISKO) and the Association for Education and Research in Information Science of Ibero-America and the Caribbean (EDICIC). The relationships between information and memory are analyzed in three dimensions: human/cognitive, artificial/physical, and sociocultural. The latter is explored in depth in the results through nine categories that highlight how the concept of memory is represented in the scientific productions of the Global South: Collective Memory, Social Memory, Places of Memory, Historical Memory, Subterranean Memory, Cultural Memory, Memory of the World, Institutional Memory, and Organizational Memory. The study provided a broader understanding of how memory is represented within the scope of Information Science nationally and internationally. Based on the elements analyzed, a predominance of French and Anglo-Saxon theoretical frameworks is observed in the conceptualizations adopted by researchers from the Global South. Based on the research conducted, it was found that the Eurocentric worldview has been universalized, influencing even studies on memory that have shown us the colonizing character of knowledge and highlighted the need for theoretical endeavors that, from a decolonial perspective, propose new meanings to established conceptual representations.

Keywords: information representation; memory; anticolonial intercultural paradigm; decolonial studies; Concept Theory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Tríade analítica do conceito de memória.....	26
Imagem 02 – Número de produções científicas por país.....	33
Imagem 03 – Objetos individuais da Universidade de Brasília.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Mecanismo de busca na base Latindex.....	30
Quadro 02 – Composição dos periódicos selecionados.....	31
Quadro 03 – Configuração dos Grupos de Trabalho (temáticos) do ENANCIB (2025).....	49
Quadro 04 – Produção científica do GT 10 no ENANCIB (2010 – 2024).....	51
Quadro 05 – Grupos de Pesquisa liderados por Associados do Capítulo da ISKO Brasil.....	54
Quadro 06 – Configuração dos Grupos de Trabalho (temáticos) do EDICIC (2025).....	58
Quadro 07 – Produções científicas sobre o domínio da memória no EDICIC (2016).....	59
Quadro 08 – Conferências sobre o domínio da memória no EDICIC (2011 – 2025).....	60
Quadro 09 – Categorias conceituais e seus enunciados.....	78
Quadro 10 – Representação do conceito de Memória Coletiva I.....	85
Quadro 11 – Representação do conceito de Memória Coletiva II.....	87
Quadro 12 – Representação do conceito de Memória Coletiva III.....	89
Quadro 13 – Representação do conceito de Memória Social.....	99
Quadro 14 – Representação do conceito de Lugares de Memória I.....	109
Quadro 15 – Representação do conceito de Lugares de Memória II.....	113
Quadro 16 – Representação do conceito de Memória Histórica.....	118
Quadro 17 – Representação do conceito de Memória Subterrânea.....	128
Quadro 18 – Representação do conceito de Memória do Mundo da UNESCO.....	132
Quadro 19 – Representação do conceito de Memória Cultural.....	141
Quadro 20 – Representação do conceito de Memória Institucional.....	148
Quadro 21 – Representação do conceito de Memória Organizacional.....	155
Quadro 22 – Relações entre objetos gerais e individuais.....	184
Quadro 23 – Características dos conceitos.....	188

LISTA DE SIGLAS

ANCIB - Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

ARG - Argentina

BRA - Brasil

CHI - Chile

COL - Colômbia

CUB - Cuba

CRI - Costa Rica

EDICIC - Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

EUA - Estados Unidos da América

ISKO - International Society for Knowledge Organization

LATINDEX - Sistema Regional de Informação on-line para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

LM - Lugares de Memória

MC - Memória Coletiva

MEX - México

MS - Memória Social

MH - Memória Histórica

MSU - Memória Subterrânea

MM - Memória do Mundo

MCU - Memória Cultural

MI - Memória Institucional

MO - Memória Organizacional

PER - Peru

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URU - Uruguai

VEN – Venezuela

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	24
2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	25
2.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA.....	28
3. A REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA E O PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL.....	37
3.1 REVISTANDO AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	37
3.2 NOVOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA MEMÓRIA DECOLONIALIZADA.....	42
4. A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DO DOMÍNIO DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	47
4.1 ESTUDOS DE MEMÓRIA NO BRASIL.....	47
4.2 ESTUDOS DE MEMÓRIA NO EXTERIOR.....	51
4.2.1 International Society for Knowledge Organization (ISKO).....	52
4.2.2 Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC).....	56
5. AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE MEMÓRIA NO CAMPO INFORMACIONAL.....	62
5.1 A DIMENSÃO HUMANA/COGNITIVA.....	63
5.2 A DIMENSÃO ARTIFICIAL/FÍSICA.....	66
5.3 A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL.....	70
6. ETAPAS DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	76
7. RESULTADOS DA PESQUISA.....	80
7.1 MEMÓRIA COLETIVA (MC).....	83
7.2 MEMÓRIA SOCIAL (MS).....	98
7.3 LUGARES DE MEMÓRIA (LM).....	108
7.4 MEMÓRIA HISTÓRICA (MH).....	116
7.5 MEMÓRIA SUBTERRÂNEA (MSU).....	127
7.6 MEMÓRIA DO MUNDO (MM).....	130
7.7 MEMÓRIA CULTURAL (MCU).....	140

7.8	MEMÓRIA INSTITUCIONAL (MI).....	145
7.9	MEMÓRIA ORGANIZACIONAL (MO).....	153
7.10	SÍNTESE ANALÍTICA DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA À LUZ DA TEORIA DO CONCEITO.....	184
7.10.1	O conceito geral de memória e seus conceitos específicos.....	186
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
	REFERÊNCIAS.....	194
	APÊNDICE A – REFERÊNCIAS POR PAÍS.....	207
	APÊNDICE B – REFERÊNCIAS POR CONCEITOS.....	218

1 INTRODUÇÃO

A área da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC), enquanto disciplina científica, contribuiu sobremaneira no desenvolvimento epistemológico da Ciência da Informação (CI), ao aprimorar processos, produtos e instrumentos alinhados com as respectivas áreas de conhecimento. Isso se deu por intermédio da estruturação de relações conceituais capazes de refletir as diferentes formas de pensar e agir no que concerne aos elementos pertencentes à realidade vivenciada pelos agentes informacionais. Um conceito pode ser entendido como uma representação mental e linguística de um evento ou situação, projetado pelo pensamento e expresso por uma ou mais palavras. “Os nomes (palavras) são símbolos, tanto os sons vocais, como os sinais escritos” (Martins, 2014, p. 81) e são utilizados para dar forma ao universo a que pertence, conforme Faggion (2018, p. 17) resumidamente assevera: “[...] o conceito é uma unidade analítica de representações” concebida por meio de uma série de apreensões de características de um fenômeno.

Dentro do universo conceitual linguístico, há o conceito de memória, considerado aqui como o principal componente do arcabouço teórico e metodológico desta pesquisa. A memória possui uma função impreenchível no convívio humano, pois é considerada um dispositivo informacional que atua na reconstrução contínua e atualizada das experiências vivenciadas no âmbito sociocultural de um grupo. Embora, à primeira vista, a memória possa parecer uma entidade estática, restrita ao domínio humano e cognitivo, ela possui um caráter dinâmico; ao ser registrada, ela contribui para a produção de novos saberes e para o fortalecimento da identidade de comunidades discursivas em diferentes contextos geográficos.

Para além desse entendimento basilar, a memória é entendida neste trabalho como uma estrutura conceitual indispensável para uma comunidade científica poder representar o conhecimento humano. Conforme preconiza Farias e Bizello (2016, p. 99), a memória pode ser “um meio de comunicação, em que grupos buscam compartilhar seus conhecimentos no intuito de manter o significado da memória e de sua representação para posteridade”. Na perspectiva da ORIC, a memória é representada por meio das linguagens especializadas que criam categorias conceituais padronizadas para representar o conhecimento de um grupo e refletir sua identidade. Contudo, tais linguagens nem sempre se mostram representativas das experiências, identidades e dinâmicas que pretendem descrever, tendo em vista o caráter dinâmico e social da memória.

Dodebei (2002) enfatiza que os processos de representação do conhecimento e da informação constituem memórias documentárias. Para ela, existem dois tipos de conhecimento:

conhecimento pessoal e conhecimento público. Nessa classificação, o conhecimento pessoal, quando registrado, publicado e disponível para uso, transforma-se em conhecimento público (Dodebei, 2002). A autora afirma que o conjunto das representações do conhecimento, quando organizado e intencionalmente acumulado, origina “as memórias documentárias, consideradas construções simbólicas do conhecimento” (Dodebei, 2002, p. 11).

O conceito de memória conquistou paulatinamente o *status* científico, desde meados do Século XX, em múltiplos campos da ciência moderna (Santos, 2012), sendo transpassada posteriormente ao sul global¹ mediante um processo lento e gradual. Embora nosso interesse se volte exclusivamente à memória sobre o prisma da CI, verificou-se a necessidade de destacar a memória em outros campos das Ciências Humanas e Sociais. Silva e Martins (2022a), em uma pesquisa histórico-contextual, assinalam como a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, a História e a CI se apropriaram dos estudos memorialísticos na produção científica do conhecimento em seus respectivos campos. A pesquisa indica que cada uma dessas áreas desenvolve uma compreensão específica da memória, orientada por seus referenciais teóricos e metodológicos, demonstrando que o domínio da memória não se restringe a uma disciplina, podendo ser constantemente apropriado por novos campos do saber.

Com o surgimento da CI na década de 1950, este campo investigativo empreendeu novas reflexões epistemológicas que contribuíram para o processo expansivo das pesquisas na área. Capurro (2003) afirma que, ao longo de seu desenvolvimento, a Ciência da Informação tem sido marcada pela superação dos paradigmas informacionais, como o paradigma físico, predominante desde 1945 até 1960, e o cognitivo e individualista, vigente durante a década de 1970 e 1980. Com as limitações dessas abordagens para os estudos informacionais, nos últimos anos da década de 1990, elabora-se o paradigma pragmático e social para dar conta de uma demanda emergente. Nele, é possível relacionar o sujeito cognoscente ao mundo exterior, compreendendo os múltiplos fatores que o integra dentro do contexto social.

A dimensão social da CI busca compreender como o fenômeno informacional permeia as manifestações culturais e demais expressões humanas. Na concepção de Japiassu (2018, p. 18), “[...] as abordagens socioculturais na CI ganham força a partir da década de 1990, com a percepção de que aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e linguísticos que se articulam na produção e compartilhamento da informação em diversos grupos sociais”. Nesse contexto,

¹ Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte com indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Esses países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos (Pino, p. 57, 2014).

a temática da memória, que já era objeto de estudo predominantemente nas Ciências Humanas e Sociais, compõe também parte dos estudos desenvolvidos pela CI.

A apropriação do conceito de memória na CI é compreendida mediante uma perspectiva contemporânea, considerando as disciplinas mencionadas. O estudo da memória emergiu em decorrência da estreita relação identificada pelas/os/as pesquisadores/ras ao relacionar o fenômeno informacional com as propriedades da memória. Nessa relação, a memória, tal como a informação, é um fenômeno sociocultural presente em toda coletividade humana. Com esse entendimento, os liames existentes entre o binômio informação e memória foram evidenciados na produção do conhecimento científico, fortalecendo a tradição teórica do domínio da memória na área.

O conceito de memória *solus* é abstrato e pode ser inserido em uma categoria genérica de classificação, por se tratar de um conceito com ampla extensão: “quanto mais abstrato for o conceito, menor será seu conteúdo, ou seja, menor será o número de conceitos parciais contidos nele” (Faggion, 2018, p. 18). Desse modo, quanto mais formas atribuímos ao conceito, maior se torna seu conteúdo, pois, ao associá-lo a outras terminologias, ampliamos a complexidade de seu processo representacional. Dessa maneira, quando se abstrai os elementos necessários para a compressão do conceito de memória, podemos associá-lo também a outras terminologias conceituais (extensão do conceito), tal como Memória Histórica (MH), Memória Cultural (MCU), Memória Institucional (MI), Memória Organizacional (MO), entre outros. Alicerçado em uma característica comum, esse conjunto de extensões conceituais se interliga de modo que os diferentes adjetivos associados ao termo memória ora operam por relações de sinonímia, ora por processos de polissemia, evidenciando a riqueza, a complexidade e a diversidade semântica que o conceito pode assumir em distintos contextos teóricos e discursivos.

Considerando esse aspecto, a representação temática da produção científica pode assumir diferentes formas estruturais. Quando dedicada a um domínio específico, ela tende a operar com relações hierárquicas, nas quais variantes conceituais podem se articular em diferentes níveis de generalidade e especificidade. Por essa razão, compreende-se que os processos de ORIC não são neutros; ao contrário, são arbitrários, atravessados por influências, sobretudo das visões europeia e anglo-saxônica dominantes na organização do conhecimento. Ao ser representado, o conceito não deve ser entendido como uma forma de conhecimento universal. Isso porque, fundamentado no paradigma intercultural anticolonial (Duque-Cardona, 2020; Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2024), cada conhecimento situado apresenta suas próprias especificidades, proporcionando assim a oportunidade de diálogo com diferentes formas de representação em diferentes contextos. “[...] O conhecimento situado descoloniza a

natureza e as ideias, porque visa criar e abrir zonas complexas de contato social entre as diversas formas de conhecimento” (Duque-Cardona; Restrepo- Fernández, 2022, p. 03, tradução nossa).

A priori, identifica-se a existência de um discurso teórico hegemônico e pouco flexível, formulado por meio do pensamento eurocentrado e anglo-saxônico, o qual predomina na representação do conceito de memória e suas variações nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, tanto no Brasil quanto em outros países do sul global, conforme se observa na nacionalidade das referências adotadas nessas áreas. Isso se deve, em grande parte, à influência de teóricos europeus e norte-americanos – especialmente daqueles com amplo reconhecimento internacional –, cuja produção tende a ter maior circulação, impactando diretamente os modos de pensar e representar adotados por pesquisadores/ras em outros contextos. Assim, torna-se necessário questionar a suposta universalidade atribuída às práticas de representação conceitual e enfrentar as pretensas neutralidades que permeiam os processos de representação da memória.

Em uma perspectiva paradigmática contemporânea, Duque-Cardona (2020) e Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2024) propõem o paradigma intercultural anticolonial, como uma forma de evidenciar os discursos subalternos, conforme afirma a autora: “[...] assim como historicamente foram geradas reflexões que permitiram passar de um paradigma físico para um cognitivo e depois para um social, hoje é iminente a necessidade de pensar um paradigma intercultural de CI” (Duque Cardona, 2020, p. 62, tradução nossa). Esse paradigma busca a emancipação das epistemologias do Sul, desenvolvidas em territórios historicamente colonizados pela visão eurocêntrica de mundo, a qual deu início a um processo de monopolização epistemológica que excluiu outros saberes produzidos pelos povos de Abya Yala².

Encontrar soluções para o problema identificado não é uma tarefa simples. No entanto, pressupõe-se que a articulação entre o paradigma intercultural anticolonial (Duque Cardona, 2020; Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2024) e os estudos de ORIC oferece uma alternativa possível para subverter os efeitos provocados pela colonialidade do conhecimento, nas variações conceituais. Para que isso se concretize, a tarefa inicial consiste em adotar uma abordagem multidimensional e direcionar um olhar atento às representações de conceitos e discursos evidenciados por autorias do sul global excluídas do discurso hegemônico do conhecimento. Essa abordagem se constitui como uma forma de ampliar a realidade analítica, articulando uma nova tessitura científica que favorece o avanço da CI.

² Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”, sendo utilizado para se referir à América (IELA, 2023).

Com base nesse entendimento paradigmático, os instrumentos teóricos utilizados nas práticas de representação do conhecimento devem fomentar um senso científico comum, sem privilegiar uma única perspectiva de pensamento por conta de sua origem, considerado assim como um local³ “privilegiado” na produção científica do conhecimento. Ao contrário, é necessário ampliar as redes de relações e estabelecer um diálogo intercultural entre diferentes definições, propriedades e características subjetivas associadas a um conceito, provenientes de múltiplos espaços de produção do conhecimento. Como afirmam Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2024, p. 03), “trata-se de reconhecer o que do sul global podemos produzir em diálogo e horizontalidade com o que já existe”, promovendo, assim, um conhecimento mais questionador e resignificativo.

O ato de representar requer também um ato de observação *in loco*, no qual frequentemente os/as pesquisadores/ras precisam se inserir no contexto social em que pretendem desenvolver suas práticas de representação e assumir uma posição simétrica nessa relação, tendo em vista que “os processos de ORIC, nesse contexto, também refletem a observação e a participação na construção social e a apreensão desta pelos indivíduos, a partir de suas percepções e interpretações” (Martins; Córtez, 2019, p. 169).

Dessa forma, pesquisadores/ras do sul global contribuem com subsídios para o desenvolvimento de novas práticas representacionais em torno do conceito de memória. Sob essa perspectiva, torna-se necessário organizar, representar, armazenar e recuperar informações relacionadas a esse campo de estudo com fundamento em uma abordagem decolonial do conhecimento.

Deve-se considerar a compreensão da trajetória e do contexto de vida dos/as pesquisadores/ras no processo de representação. Pautar os processos de representação no *locus* de enunciação (Nascimento, 2021) dos/as pesquisadores/ras do sul global é uma tarefa imprescindível para uma maior visibilidade científica nos processos representacionais. Conforme Martins e Córtez (2019, p. 176), “a quebra hegemônica na representação temática como parte de um projeto de universalização do conhecimento tem sua viabilidade a partir do reconhecimento e da identificação de quais são as vozes excluídas”. Por vozes excluídas, pode-se entender também pesquisadores/ras que ocupam uma posição subalternizada nos espaços científicos de produção do conhecimento.

Diante do exposto, esta pesquisa pressupõe que a produção científica sobre a memória, publicada em periódicos dos países do sul global, desenvolve-se em ritmos distintos,

³ Esse “local” pode ser tanto físico, como universidades e instituições de pesquisa, quanto virtuais, como periódicos online de publicação e divulgação científica.

especialmente quando analisada sob as perspectivas do tempo e do espaço. Ao analisarmos a questão do tempo, observamos que as produções científicas sobre memória ganharam destaque como tema relevante desde a década de 1990, impulsionadas pelo paradigma social (Capurro, 2003). Em uma perspectiva mais recente, esse interesse tem sido fortalecido pelo paradigma intercultural (Duque-Cardona, 2020; Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2024), que considera leituras teóricas para além das abordagens clássicas, especialmente por meio de autorias latino-americanas. No quesito espaço, observa-se que o Brasil, frente a outros países do sul global, é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de produções sobre a memória, em decorrência das publicações existentes nos periódicos científicos especializados da área (Silva; Martins, 2022b).

Considerando que a informação se constituiu de diferentes formas, em diferentes países, comumente sob as influências europeias e anglo-saxônicas, torna-se necessário investigar como diferentes contextos constroem seus referenciais. Posto isso, elenca-se a seguinte questão de pesquisa: como o conceito de memória é representado na literatura acadêmica e no campo informacional da Ciência da Informação no contexto do sul global?

Logo, esta pesquisa se orienta por duas hipóteses acerca da teorização do conceito de memória na produção científica da CI no contexto do sul global:

- A representação da memória na produção científica é influenciada por perspectivas teóricas europeias e anglo-saxônicas, refletindo a persistência de pressupostos teóricos dominantes que condicionam as abordagens conceituais adotadas no sul global;
- Entre os países do sul global, a representação do conhecimento científico sobre o domínio da memória se apresenta de maneira mais expressiva no Brasil, mostrando seu caráter fundamental para o desenvolvimento teórico do conceito.

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em investigar como o conceito de memória é representado nas produções científicas dos países situados no contexto do sul global.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

- Discorrer sobre a trajetória dos estudos da memória e sua consolidação como área de pesquisa no âmbito da Ciência da Informação;
- Cartografar os periódicos científicos do sul global que tratam da articulação entre informação e memória, com o intuito de identificar tendências e lacunas na produção acadêmica sobre o tema;
- Caracterizar as influências teórico-epistemológicas nas produções científicas dos países

do sul global mediante a categorização dos conceitos de memória.

A realização desta pesquisa se justifica em três dimensões: social, científica e pessoal. A justificativa social da pesquisa é apresentada mediante a contribuição de que essa produção científica poderá beneficiar a sociedade por meio da valorização dos estudos decoloniais da memória e demais elementos interligados, como cultura, identidade e patrimônio dos sujeitos que integram diferentes culturas do sul global. Na concepção de Bunge (1980, p. 58), a ciência básica é “antes de tudo, um componente da cultura e esta, um componente da sociedade, de modo que o avanço da ciência contribui automaticamente para elevar o nível cultural”. No campo científico, este trabalho visa a contribuir para a constituição de estudos decoloniais por meio da valorização da pessoa pesquisadora encontrada fora do eixo privilegiado de produção científica, bem como impulsionar as pesquisas vinculadas à linha de Organização, Representação e Tecnologias da Informação junto ao PPGCI/UFPB.

Assim, torna-se possível contribuir com a criação de uma identidade de uma CI própria, situada no contexto do sul global, fundamentada nos múltiplos domínios sobre os quais pesquisadores/ras se debruçam, direcionados especificamente pela ótica da literatura acadêmica no âmbito da memória. No campo pessoal, há o interesse do pesquisador pelos estudos da memória existentes desde sua atuação como estagiário em instituições de memória, tal qual o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Norte e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). A experiência nessa última instituição gerou inquietações e reflexões sobre como distintos espaços geográficos constituem diferentes memórias. Essa reflexão resultou na dissertação defendida e aprovada ao PPGCI/UFPB intitulada “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: *locus* da identidade potiguar e preservação da memória nacional” (Silva, 2020).

Para atingir o objetivo em questão, traçou-se uma linha organizacional investigativa que dividiu o trabalho em cinco seções. Esta primeira seção introduz o tema abordado nas próximas seções, além de apontar problema, objetivos, hipótese e justificativas para a realização da pesquisa.

A segunda seção apresenta o **Percurso Metodológico** e demais ações que irão compor o processo investigatório: a classificação da pesquisa, destacando os procedimentos adotados quanto à abordagem, à natureza e aos objetivos; a definição do *corpus* da pesquisa, constituído por periódicos científicos referenciados na base de dados Latindex; e a abordagem metodológica, evidenciando o método da Teoria do Conceito. A Cientometria Espacial

(Sidone, 2018), oriunda da geografia econômica, é adotada nesta pesquisa para orientar todo o percurso investigativo, para compreender como o fazer científico no domínio da memória se manifesta em diferentes espacialidades. Para análise e discussão dos resultados, adotou-se o uso combinado da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2018) e da Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978a; 1978b), por meio da aplicação de nove categorias conceituais voltadas à extração das definições e características atribuídas aos conceitos identificados.

A seção três, intitulada **A representação do conceito de memória e o paradigma intercultural anticolonial**, discorre sobre o processo de institucionalização da CI sob a ótica espacial — uma explanação necessária para compreendermos como diferentes regiões contribuíram para os avanços epistemológicos e influenciaram distintas realidades acadêmicas e geográficas. Evidenciado que nas últimas décadas, vêm se intensificando, na América do Sul — especialmente no Brasil, Colômbia e outros países marcados por histórias coloniais — os debates críticos em torno da hegemonia do conhecimento e da invisibilização de saberes locais, ancestrais e subalternizados.

Prosseguindo com essas considerações, a quarta seção, denominada **A comunicação científica do domínio da memória na Ciência da Informação**, explora como os eventos contribuem com a visibilidade da produção científica do domínio da memória. Em nível nacional, destaca-se o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido anualmente pela Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB); em nível internacional, elencam-se a International Society for Knowledge Organization (ISKO) e a Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC). Ambos os eventos possuem especificidades quanto ao país sede e à frequência (anuais/bienais) de sua realização.

A quinta seção, nomeada **As dimensões da memória no campo informacional**, analisa as relações estabelecidas entre a informação e o domínio da memória, afirmando uma relação próxima entre esses dois conceitos, com difícil desassociação. Para aprofundar os fundamentos teóricos da memória no campo informacional, focou-se em três dimensões: (1) dimensão humana/cognitiva, que busca compreender como as informações são adquiridas e guardadas no aparelho psíquico; (2) artificial/física, que aborda a materialidade/imaterialidade da memória entendendo, além de registrar os aspectos memorialísticos, ser necessário evidenciar as manifestações orais, corporais e artísticas das sociedades agrafas como instrumentos de transmissão memorialística; e (3) dimensão sociocultural, evidenciando duas comunidades discursivas de análise — os Novos Movimentos Sociais (NMS) e a Comissão

Nacional da Verdade (CNV) –, visando promover o debate sobre o apagamento ou a manipulação dos vestígios de memória e argumentando que a memória de um grupo social não pode ser manipulada/censurada pela vontade de outro grupo. Os estudos sobre o domínio da memória não se esgotam nas dimensões mencionadas. Elas são apenas explanações iniciais que favorecem pesquisadores/ras a se debruçarem sobre outros domínios.

A sexta seção apresenta as **Etapas de análise da pesquisa**. Ela consiste na descrição sistemática das três fases trilhadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Nesse percurso, destaca-se também como, após essas etapas, realizou-se a categorização dos conceitos individuais selecionados, descartando-se, sobretudo, a frequência e o alto nível de recorrência dos conceitos nos artigos analisados, além de sua estreita relação com a dimensão sociocultural da memória, favorecendo assim uma análise mais profunda das relações conceituais estabelecidas com diferentes percepções e comportamentos sociais.

Na sétima seção, são apresentados os **resultados da pesquisa**. Mediante o tratamento dos dados obtidos, foi possível observar as concepções teóricas das autorias citadas pelos pesquisadores do sul global. Por se tratar de uma diversificação de conceitos, criaram-se nove subtópicos, um para cada conceito analisado: Memória Coletiva (MC), Memória Social (MS), Lugares de Memória (LM), Memória Histórica (MH), Memória Subterrânea (MSU), Memória do Mundo (MM), Memória Cultural (MCU), Memória Institucional (MI) e Memória Organizacional (MO). A cada conceito, também se apresentaram quadros elucidativos acerca da relação entre o/a teorista⁴ analisado/a e quem o/a cita (teórico⁵). Ainda nessa seção, apresenta-se brevemente uma discussão sobre as categorias dos conceitos específicos de memória com a perspectiva de Dahlberg (1978a; 1978b), expressa por meio das relações entre objetos gerais e individuais, das intensão e extensão do conceito de memória, bem como a indicação dos elementos que se relacionam entre si (características).

Por último, apresentam-se as considerações finais dessa pesquisa, apontando como a análise viabilizou a compreensão do campo de estudo da memória no âmbito da CI e na perspectiva do paradigma intercultural anticolonial. Ainda nesse tópico, destaca-se também como cada objetivo específico foi atingindo, como as hipóteses levantadas foram validadas,

⁴ Nesta pesquisa, o termo ‘teorista’ é o utilizado para se referir aos indivíduos que produzem teorias que foram utilizadas/referenciadas pelos autores dos artigos analisados.

⁵ ‘teórico’ é o termo utilizado para se referir as pessoas autoras dos artigos científicos que, em suas publicações, se apropriaram das discussões apresentadas pelos teóricos para realizarem suas fundamentações teóricas.

além de indicar caminhos futuros para analisar o conceito de memória na tentativa de promover sua atualização na contemporaneidade.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O ato de pesquisar é uma atividade básica da Ciência. Mediante as indagações suscitadas pelo/a pesquisador/a, torna-se possível aperfeiçoar o estado de conhecimento que é constantemente atualizado para propor novos embasamentos aos fenômenos sociais manifestados frente à realidade do mundo. Minayo (2001), ao discorrer sobre a função da pessoa que faz ciência, afirma que pesquisar é um labor artesanal realizado mediante um mapeamento do caminho que será percorrido durante toda a investigação. Pode-se denominar esse mapeamento por metodologia, etapa em que se traça um caminho sistemático de ação e “dispõe de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (Minayo, 2001, p. 16). O conjunto de ações e a definição dos instrumentos são imprescindíveis no processo explorativo, pois eles orientam a pesquisa na análise dos fenômenos e na busca de uma resposta para o problema suscitado, suprimindo assim as lacunas identificadas e viabilizando o avanço da ciência.

Considerando essas ponderações, pretende-se nesta seção discutir os principais aspectos concernentes ao encaminhamento dessa investigação: a classificação, a abordagem metodológica e a definição do *corpus* da pesquisa.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação da pesquisa consiste em elucidar as estratégias adotadas por quem pesquisa, as quais, de acordo com o tipo de estudo determinado, podem sofrer variações de características. Dada essa conjuntura, esta tese é classificada, com base em seus objetivos, como uma pesquisa explicativa, cujo “interesse está em responder por que ocorre um fenômeno e em quais condições ou por que duas ou mais variáveis estão relacionadas” (Sampieri; Collado; Lucio, 2006, p. 107). Busca-se examinar como ocorrem as produções científicas no sul global sobre duas variáveis: a informação e a memória. Desse modo, mediante a pesquisa explicativa, pretende-se compreender como o conceito de memória é representado em diferentes países do sul global, especificando assim as influências teóricas, as propriedades que compõem esse domínio do conhecimento. O caráter singular desta pesquisa reside no trabalho com a memória em uma perspectiva teórica do conhecimento – e não metodológica, a qual comumente a vincula às suas diversas expressões identitárias e culturais de um grupo –, contribuindo, mediante a perspectiva da Ciência da Informação, para a compreensão do quadro teórico-geográfico do conceito de memória no sul global.

Quanto ao enfoque, a pesquisa é de natureza básica, por aprofundar e gerar novos conhecimentos epistêmicos para a CI. No que se refere à abordagem do problema, utiliza-se o

enfoque integrado “multimodal” (Sampieri; Collado; Lucio, 2006, p. 04), ou seja, a articulação de abordagens quantitativa e qualitativa. Tais abordagens apresentam características distintas, mas possuem um caráter complementar e não excludente, podendo ser articuladas entre si. Cada método analítico adotado, derivado dessas abordagens, “nutre-se mutualmente, aportando assim uma mais-valia científica ao trabalho da pesquisa, cada um então respondendo a um questionamento preciso, sem que nenhum deles seja subordinado ao uso ou aos resultados do outro” (Dietrich; Loisin; Roupnel, 2015, p. 172).

A abordagem quantitativa proporciona compreender, por meio da contagem e de indicadores métricos, o processo de amplitude das produções científicas do domínio da memória e sua relação com a distribuição espacial e temporal. Por sua vez e de forma integrada, a abordagem qualitativa será mobilizada ao longo de todo o percurso investigativo e viabilizará uma melhor análise interpretativa dos resultados fundamentados em critérios geográficos específicos, estabelecendo pressupostos que viabilizarão (ou não) testar as hipóteses.

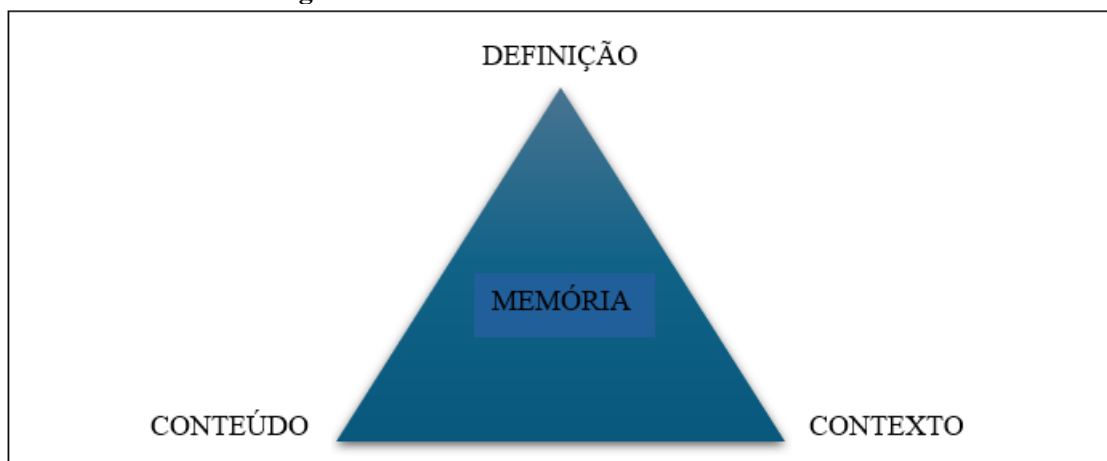
Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa possui caráter bibliográfico, pois busca identificar a existência de trabalhos científicos decorrentes de pesquisas anteriores relacionadas ao domínio da memória. Para Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. Inicialmente como fonte de informação, esta pesquisa utilizará materiais publicados exclusivamente em periódicos científicos eletrônicos, editados em intervalos regulares ou irregulares, com a colaboração de pesquisadores/ras da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, para posteriormente identificar neles os conceitos e seus respectivos teóricos apresentados nos referenciais teóricos dos artigos selecionados.

2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho se centra metodologicamente na perspectiva da Teoria do Conceito, desenvolvida pela pesquisadora alemã Ingetraut Dahlberg (1978a; 1978b) para estabelecer princípios para melhor uma compreensão dos conceitos que representam as formulações dos indivíduos sobre os objetos que os circundam. Além disso, há algumas inter-relações metodológicas com outras técnicas: a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2018), que “constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema”, e a Cientometria Espacial (Sidone, 2018), entendida como uma nova linha de pesquisa de caráter multidisciplinar que visa a avaliar os aspectos espaciais do sistema científico por meio da incorporação de unidades geográficas de análises. Inspirado no modelo da tríade analítica do conceito de Dahlberg (1978a), esta pesquisa

desenvolveu um modelo sintético (Imagem 01) que posiciona o conceito de memória no centro, evidenciando sua centralidade do ponto de vista analítico. Dessa forma, todas as análises se fundamentarão nesse conceito, que é o objeto de estudo e conhecimento investigado, permitindo examinar suas definições, características e variações em diferentes contextos.

Imagem 01: Tríade analítica do conceito de memória



Fonte: Elaboração própria com base em Dahlberg (1978a).

Para Dahlberg (1978a, p. 102), “o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” e sua formação acontece por meio da reunião e compilação de enunciados a respeito de determinado objeto. Conforme a autora, há dois tipos de conceitos: conceitos gerais e conceitos individuais. Sua distinção pressupõe que os conceitos individuais estão contidos nos conceitos gerais, sendo estes mais amplos, conforme destaca a autora: “Os elementos contidos nos conceitos gerais se encontram também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais” (Dahlberg, 1978a, p. 102).

Na estruturação da tríade apresentada, o conceito – memória – é composto por três elementos: definição, conteúdo e contexto. A definição, nesse contexto, consiste em “uma limitação, ou seja, uma colocação de limites. Trata-se de determinar ou fixar os limites de um conceito ou ideia” (Dahlberg, 1978a, p. 106). Desse modo, ela funciona como uma estrutura que restringe o conceito diante da amplitude das possíveis interpretações do mundo, sendo também um pressuposto indispensável na argumentação que delimita com precisão os objetos aos quais se refere, favorecendo a organização de um domínio do conhecimento. No caso desta pesquisa, a definição se dá pelo estudo da memória enquanto conceito empregado no âmbito da Ciência da Informação.

A segunda parte é composta pelo conteúdo, compreendido como o conjunto de enunciados/atributos que compõem o conceito, incluindo inferências⁶. Cada enunciado, conforme afirma Dahlberg (1978a, p. 102), “faz referência a algum dos elementos do conceito” e é a soma total desses enunciados que constitui o próprio conceito. Na perspectiva da Análise de Conteúdo, o conteúdo é constituído por caracterizações explícitas e/ou latentes, as quais devem ser identificadas, analisadas e interpretadas pelo/a pesquisador/a. Dahlberg (1978b, p. 13) apresenta, para exemplificação, os conteúdos que se podem extrair do conceito de montanha: “para apreender o conteúdo do conceito geral e abstrato de montanha, são apenas necessários os seguintes predicados: ‘é um grupo de montes e vales relacionados entre si’, ou ‘é um maciço mineral de formação e origem comum, de grandes dimensões’” (Dahlberg, 1978b, p. 13). Nesse sentido, o conteúdo é um elemento ou uma “unidade de conhecimento a respeito desse mesmo objeto” (Dahlberg, 1978b, p. 13). Um exemplo são os conteúdos que podem ser extraídos do conceito de MO. A priori, entende-se que o conteúdo desse conceito está na intrínseca relação com a gestão do conhecimento, com a tomada de decisões e com as vantagens competitivas.

Ao ampliar a discussão do segundo elemento da tríade analítica – conteúdo –, Franco (2018, p. 17) afirma ser necessário considerar as complexidades envolvidas no processo analítico, como: o contexto social de produção, entendida aqui como espaço; a influência ideológica e manipuladora presente em muitas mensagens, que, na perspectiva do paradigma intercultural anticolonial, permite tecer críticas ao sistema eurocentrista e capitalista; além de outros elementos atrelados aos conteúdos, incluindo “os impactos que provocam, os efeitos que orientam diferentes comportamentos e ações, e as condições históricas, sociais e mutáveis que influenciam crenças, conceitos e representações sociais elaboradas e transmitidas via mensagens, discursos e enunciados” (Franco, 2018, p. 17).

Nesse sentido, os dois primeiros elementos mencionados – definição e conteúdo – são indispensáveis para a constituição de um alicerce para o desenvolvimento de teorias e para a compressão do significado real de um conceito, ao contrário, “sem definições, sem compreensão do conteúdo dos conceitos, nenhuma ordenação de conceitos pode ser construída” (Dahlberg, 1978b, p. 18). Com essas observâncias, pode-se identificar as influências nas definições/conteúdos e seus impactos dentro da comunidade científica situada no sul global.

Finamente, a terceira parte da tríade é composta pelo contexto de produção científica dos conceitos e suas respectivas definições e conteúdos integrantes. Para isso, recorreremos à

⁶ Conforme Franco (2018, p. 26), “a análise de conteúdo permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos de comunicação”.

Cientometria Espacial, com o objetivo de elucidar em quais países estão as/os/as pesquisadores/ras que abordam a temática da memória, evidenciando seu conceito e suas influências teóricas e identificando a procedência geográfica dessas produções. Nesse contexto, considera-se uma unidade espacial macro, que corresponde a uma dimensão do sul global, sendo possível especificar a composição das produções nos múltiplos países que compõem esse território. Conforme Sidone (2018, p. 96), as análises espaciais da ciência “visam verificar empiricamente de que forma a atividade científica, primordialmente a geração e difusão do conhecimento, se localiza espacialmente, o que torna a determinação de padrões espaciais da atividade científica o tema central da área”. Nesse intuito, torna-se possível analisar como o conceito de memória, sua definição e seu conteúdo é abordado dentro do espaço geográfico que corresponde ao sul global e às influências teóricas que pesquisadores/ras recebem de outros teóricos, sejam da mesma nacionalidade, de países vizinhos ou mesmo daqueles que se encontram nos espaços hegemônicos do conhecimento, os quais muitas vezes marginalizam ou silenciam outras formas de conhecimento.

De forma sintética, essa abordagem metodológica, apresentada por meio da tríade analítica do conceito de memória (Imagem 01), busca integrar elementos: da Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978a), para identificar as funções que as definições exercem para facilitar a interpretação na produção de conhecimento; da Análise de Conteúdo (Franco, 2018), para produzir inferências sobre atributos teoricamente significativos; e da Cientometria Espacial (Sidone, 2018), para compreender como o contexto geográfico influencia na produção de conhecimento em torno de determinados conceitos.

2.3 DEFINIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Nesta subseção, será apresentada uma descrição do *corpus* investigativo da pesquisa, isto é, do conjunto de documentos identificados como fontes de investigação e submetidos aos procedimentos analíticos. Nesse sentido, o *corpus* da pesquisa é composto pelas produções científicas identificadas e selecionadas, em formato de artigos em periódicos científicos vinculados ao sul global. Os periódicos científicos são importantes canais formais de comunicação científica que transmitem de forma eficaz, rápida e prática o conhecimento gerado pelas pesquisas desenvolvidas. Desse modo, o primeiro critério para a identificação dos artigos científicos foi definir sua extração dos periódicos científicos publicados em meio eletrônico e especializados para posterior identificação dos/as teóricos/as referenciados/as nos artigos selecionados.

Nesse primeiro momento, foram desconsideradas outras tipologias documentais como teses e dissertações, devido à dificuldade de realizar uma busca concentrada em repositórios com documentos provenientes das diferentes Instituições de Ensino Superior do sul global. Além disso, nem todos os países latino-americanos possuem uma Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tal como acontece no Brasil. Ademais, em alguns desses países, os repositórios institucionais não são de acesso aberto, limitando a divulgação científica dos materiais produzidos pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação.

Para identificar os títulos dos periódicos científicos que indexam artigos oriundos de pesquisas já concluídas por pesquisadores/ras da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, que se debruçaram sobre o conceito de memória, realizou-se um levantamento na base Latindex (Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal). O Latindex é produto da cooperação de uma rede de instituições que trabalham de forma coordenada para reunir e disseminar informações sobre publicações científicas seriadas produzidas, dentre outras regiões, nos países da América Latina.

A missão da rede “é disseminar, tornar acessíveis e melhorar a qualidade dos periódicos acadêmicos publicados na região, por meio do trabalho compartilhado” (Latindex, on-line). Nesse sentido, ela oferece aos periódicos científicos latino-americanos e ibéricos a oportunidade de participarem dos sistemas internacionais de avaliação e divulgação de publicações científicas, com possibilidade de combinar diferentes mecanismos de buscas acerca de temáticas produzidas em diferentes países.

O Latindex funciona como um instrumento agregador e de pesquisa e ajuda na promoção das revistas científicas, à medida que permite que elas sejam divulgadas em um sistema de alcance mais amplo que os nacionais (Amaro; Silva; Carvalho, 2015, p. 235).

Sua escolha se justifica por ele oferecer uma cobertura geográfica ampla para recuperar as produções científicas oriundas de diferentes países. Além disso, a base também proporciona a recuperação de produções em suporte on-line de qualquer idioma usado na América Latina.

A busca pelos artigos científicos ocorreu de novembro a dezembro de 2023. Para explorar os produtos da Latindex, foi necessário acessar inicialmente o Portal de Periódico Capes, por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)⁷. Após o portal Capes direcionar

⁷ Esta opção permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES disponível para a Universidade Federal da Paraíba.

para a base Latindex, realizou-se uma busca no Diretório da Base⁸. Logo, procedeu-se uma estratégia de busca por categoria mediante três filtros disponíveis no mecanismo de busca da base Latindex (Quadro 01): tema; subtema e país:

Quadro 01 – Estratégia de busca na base Latindex

CATEGORIA	SELEÇÃO	RESULTADOS
Tema	Ciências Sociais	11646 periódicos
Subtema	Ciência da Informação	169 periódicos
Países	América Latina	127 periódicos

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Após a aplicação das estratégias de busca apresentadas, decidiu-se por um recorte do escopo da investigação. Para isso, foram executadas três etapas para evidenciar as produções científicas do domínio da memória no cenário sul global. Na primeira etapa, excluíram-se da análise os periódicos científicos vinculados aos países ibéricos – Portugal e Espanha –, por não fazerem parte do universo investigado e para preservar como foco de análise os países situados no sul global. A eliminação dos países ibéricos se deve pelo fato de “parte da ideia de Ibero-América continua reconhecendo as relações de poder e dominação dos tempos coloniais” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 47, tradução nossa). Na segunda etapa, excluíram-se os títulos dos periódicos científicos que, mesmo de países do sul global, apresentaram inconsistências nos links de acesso ou não forneceram resultado significativo pela ausência do termo “memória” (português) ou “memoria” (espanhol) no processo de indexação realizado pelos periódicos. Na terceira etapa, para delimitar o estudo, optou-se por selecionar, no máximo, três títulos de periódicos por país, privilegiando aqueles cujos subtemas tivessem relação com as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI. Essa estratégia visou garantir um recorte compatível com o escopo da pesquisa, evitando um volume de dados inexequível para avaliação e mantendo um equilíbrio no número de periódicos científicos recuperados entre os países.

Desse modo, o universo amostral da pesquisa foi composto por 19 títulos de periódicos científicos de acesso aberto, revisados por pares e com publicação contínua, espalhados por 10 países do sul global, além de 1 território não incorporado dos Estados Unidos da América (EUA), estruturados da seguinte forma: Porto Rico (1); Costa Rica (2); Cuba (3); México (2); Argentina (2); Brasil (2); Chile (1); Colômbia (2); Peru (2); Uruguai (1); e Venezuela (1).

Acerca dos critérios de seleção, elaborou-se o seguinte:

⁸ Espaço que oferece informações bibliográficas e de contato para todos os periódicos impressos e on-line registrados.

- **Países com um periódico:** não há disponibilidade de outros periódicos para seleção. Nesse caso, há Chile, Porto Rico, Uruguai e Venezuela;
- **Países com dois periódicos:** havia apenas os dois periódicos selecionados ou optou-se por limitar os dados da pesquisa, selecionando os periódicos que dispuseram entre 80 e 200 artigos e desconsiderando os demais periódicos indexados. Nesse caso, há Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Peru;
- **Países com três periódicos:** foram selecionados mais periódicos porque apenas dois seriam insuficientes para análise (não chegando a 30). Assim, optou-se pela inserção de um terceiro periódico para viabilizar uma margem mais próxima de 80 artigos recuperados. Nesse caso, apenas Cuba.

Os detalhamentos dos periódicos são apresentados no Quadro 2:

Quadro 02 – Composição dos periódicos selecionados

TÍTULO	PAÍS	EDITORIAL	E-ISSN	ISSN	SUBTEMAS
Acceso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología y Documentación	Puerto Rico	Sociedad de Bibliotecarios de Puerto Rico	2690-0270		Bibliotecología, Ciencias de la información
E-Ciencias de la Información	Costa Rica	Universidad de Costa Rica, Escuela de Bibliotecología y Ciencias de la Información	1659-4142		Bibliotecología, Ciencias de la información
Revista EDICIC	Costa Rica	Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC)	2236-5753		Bibliotecología, Ciencias de la información, Museología, Estudios latinoamericanos, Educación superior
Bibliotecas anales de investigación	Cuba	Biblioteca Nacional de Cuba José Martí	1683-8947		Bibliotecología, Ciencias de la información
Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud	Cuba	Centro Nacional de Información de Ciencias Médicas	2307-2113		Ciencias de la información, Medicina
Ciencias de la información	Cuba	Instituto de Información Científica y Tecnológica	1606-4925	0864-4659	Bibliotecología, Ciencias de la información
Investigación bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información	México	Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información	2448-8321	0187-358X	Bibliotecología, Ciencias de la información
Biblioteca universitaria	México	Universidad Nacional Autónoma de México, Dirección General de Bibliotecas y Servicios Digitales de Información	2594-0074	0187-750X	Bibliotecología, Ciencias de la información
Información,	Argentina	Universidad de Buenos	1851-	1514-	Bibliotecología, Ciencias

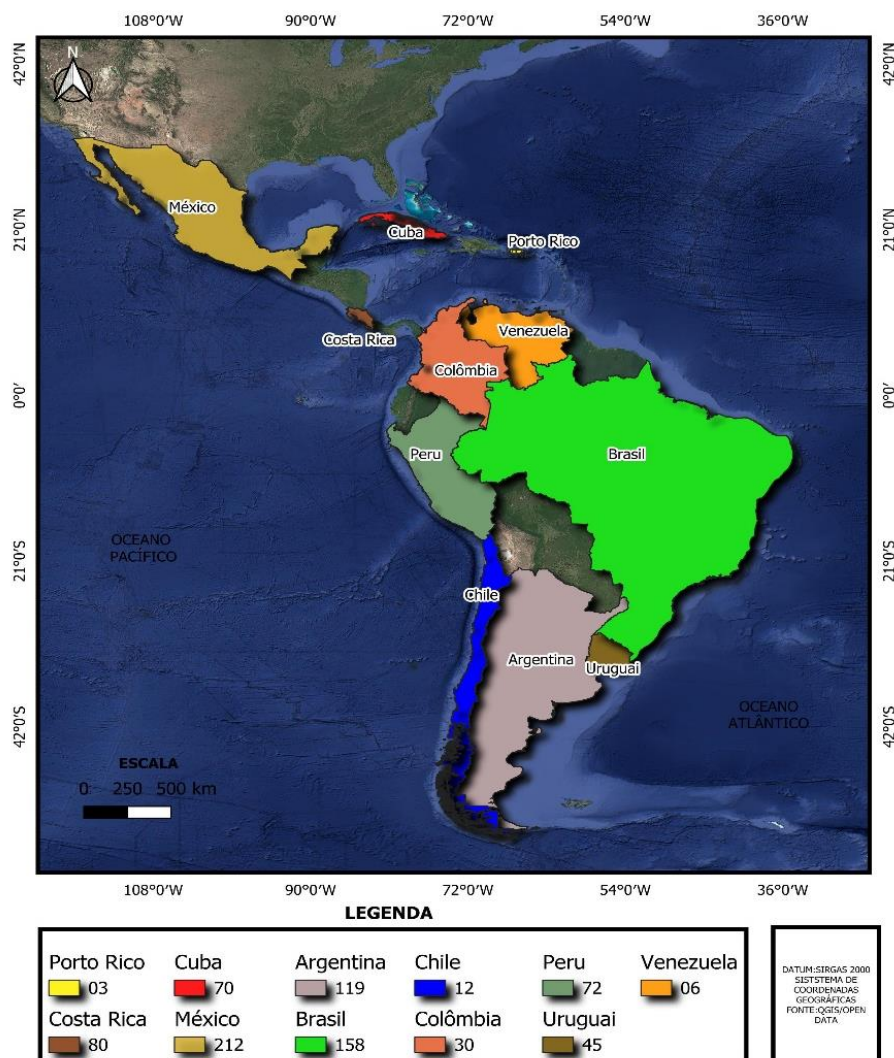
cultura y sociedad		Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas (INIBI)	1740	8327	de la información
Palabra clave	Argentina	Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Bibliotecología	1853-9912		Bibliotecología, Ciencias de la información
Em Questão	Brasil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1808-5245	1807-8893	Bibliotecología, Ciencias de la comunicación, Ciencias de la Información
Encontros Bibli	Brasil	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1518-2924		Bibliotecología, Ciencias de la información
Revista ciencias de la documentación	Chile	Editorial Cuadernos de Sofía	0719-5753		Ciencias de la información
Ventana Informática	Colômbia	Universidad de Manizales, Centro de Ediciones		0123-9678	Ciencias de la información, Computación
Revista interamericana de bibliotecología	Colômbia	Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología	2538-9866	0120-0976	Bibliotecología, Ciencias de la información
Fénix	Peru	Biblioteca Nacional del Perú	2709-5649		Bibliotecología, Ciencias de la información
Biblios	Peru	University of Pittsburgh	1562-4730		Bibliotecología, Ciencias de la información, Museología
Informatio	Uruguay	Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación. Instituto de Información y Comunicación	2301-1378		Bibliotecología, Ciencias de la información
Enl@ce. Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento	Venezuela	Universidad del Zulia		1690-7515	Bibliotecología, Ciencias de la comunicación, Ciencias de la Información

Fonte: Latindex (2025).

Com base nas amostras dos dezenove títulos de periódicos científicos coletados, realizou-se uma busca individual nos sites dos respectivos periódicos para identificar quais volumes e designações numéricas e/ou cronológicas apresentavam produções indexadas com o termo “memória” (português) e “memoria” (espanhol). Os documentos analisados na pesquisa são de natureza digital, uma vez que os artigos são disponibilizados em formato *Portable*

Document Format (PDF). Após a busca realizada, obteve-se uma amostra composta por 807 artigos científicos distribuídos conforme a Imagem 02:

Imagem 02: Número de produções científicas por país



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Conforme o mapa apresentado e as especificações do número de produções científicas por país, percebe-se que a Argentina, o Brasil e o México são os países que apresentaram maior quantidade de artigos científicos sobre a temática da memória, enquanto Chile, Colômbia, e Venezuela foram os países com menor quantidade de artigos recuperados. Isso mostra a necessidade de intensificar o uso e a apropriação desse conceito nos países com baixa produção para garantir que eles também se beneficiem das discussões teóricas já estabelecidas nos demais países. Ressalta-se ainda que Porto Rico não integrou a análise por não apresentar artigos que contemplem a memória na dimensão sociocultural.

Após a identificação desses artigos, realizou-se o *download* dos trabalhos recuperados. Em seguida, eles foram organizados em pastas do Microsoft Office com suas respectivas identificações por países para facilitar a análise e a obtenção dos dados necessários a serem interpretados posteriormente. Importa destacar que o material analisado nesta pesquisa não foram os artigos recuperados na base Latindex. Esses artigos funcionaram como fonte para identificação dos teóricos referenciados e que contribuíram com as pesquisas recuperadas na base, por meio de conceitos, definições e caracterização conceitual neles contidas.

Boa parte das pesquisas selecionadas utilizam o conceito de memória na perspectiva humana e/ou tecnológica. Constatou-se ainda a existência de uma diversidade conceitual significativa, incluindo termos como memória humana, memória biológica, memória cognitiva, memória discursiva, memória de si, suporte de memória, memória audiovisual, memória tecnológica, memória eletrônica, memória semântica, memória RAM, memória interna/externa, entre tantos outros. Como não se conhecia antecipadamente as temáticas dessas publicações, esta pesquisa não seguiu com a pretensão inicial de analisar todos esses conceitos, por conta da dificuldade em estruturar todos eles. Logo, optou-se por trabalhar com aqueles atrelados à dimensão sociocultural, a fim de evidenciar sua relação com o Paradigma Intercultural Anticolonial.

Nesse sentido, ao perceber a relevância de alguns conceitos trabalhados na perspectiva intercultural, por meio da análise de conteúdo, identificaram-se no primeiro momento as unidades de registros. Como a temática relativa à memória se apresentava no corpo das produções científicas e como base na leitura, apropriando-se do contexto ao qual o conceito estava relacionado, estabeleceram-se as unidades de significado.

Na perspectiva de Franco (2018), a Análise de Conteúdo é um método sistemático e dotado de rigor para a interpretação de documentos e textos, permitindo a identificação de padrões e significados subjacentes. Para tanto, o processo analítico se fundamenta na identificação de unidades de registro, que correspondem aos fragmentos do texto selecionados para codificação, como palavras, frases ou parágrafos, garantindo a delimitação objetiva do corpus. Sobre essas unidades de registro, opera-se a análise das unidades de significado, que captura o sentido conceitual e semântico dos fragmentos analisados, permitindo a agregação de elementos semelhantes em categorias interpretativas.

Na Análise de Conteúdo, as categorias constituem os agrupamentos interpretativos que organizam as unidades de significado, permitindo identificar padrões, relações e tendências no *corpus*. Conforme Franco (2018), as categorias podem ser formadas a priori ou a posteriori, dependendo da estratégia de pesquisa adotada. As categorias a priori são definidas antes da

análise do *corpus*, com base em referencial teórico ou em estudos anteriores. Esse procedimento permite uma análise guiada por conceitos previamente estabelecidos, garantindo alinhamento com o quadro teórico da investigação. Por exemplo, em estudos sobre memória, dado que determinados conceitos já estão consolidados, categorias como “Memória Coletiva” ou “Memória Cultural” podem ser definidas com base na literatura existente. Na adoção de desenvolvimento de categorias a posteriori, estas são construídas durante a análise, pela observação e interpretação das unidades de significado identificadas no *corpus*. Esse método é característico de abordagens mais exploratórias, permitindo ao material revelar conceitos e padrões emergentes para além daqueles consolidados. Dessa forma, categorias podem surgir de maneira indutiva, refletindo especificidades contextuais ou culturais do objeto de estudo, algo relevante em pesquisas no sul global para visibilizar outros conhecimentos.

Assim, a posteriori, selecionaram-se trabalhos que, ao desenvolverem uma reflexão conceitual consistente, não apenas mencionando o conceito, mas apresentando definições e/ou caracterizações de conteúdos vinculados a ele, com um embasamento teórico robusto para melhor exposição das disposições conceituais e epistemológicas. Com base nesse critério, dos 807 artigos recuperados, apenas 117 apresentaram uma reflexão teórica explícita. Esses trabalhos científicos, por terem sido recuperados na base Latindex e transformados em fontes para a identificação dos/as teóricos/as analisados/as, estão listados no Apêndice A.

Adotando o método a posteriori de categorização, criaram-se nove categorias com conceitos específicos de memória: Memória Coletiva (MC), Memória Social (MS), Lugares de Memória (LM), Memória Histórica (MH), Memória Subterrânea (MSU), Memória Cultural (MCU), Memória do Mundo (MM), Memória Institucional (MI) e Memória Organizacional (MO).

Muitos trabalhos que abordam a memória na perspectiva da dimensão sociocultural mencionam algum dos conceitos categorizados. Entretanto, eles não desenvolvem qualquer reflexão teórica, não expõem definições ou conteúdos pertinentes, nem mesmo apresentam um teorista fundamentando uma perspectiva de pensamento para além daquela apresentada pela própria pessoa autora.

Na última etapa para a formação do *corpus* da pesquisa, realizou-se a leitura do resumo, da introdução e principalmente do referencial teórico dos artigos para identificar os teóricos apresentados/referenciados na fundamentação teórica de cada um dos 117 artigos selecionados anteriormente. Com isso, foi composto o conjunto de publicações selecionadas para a análise teórica-conceitual desta pesquisa. Cada um dos artigos do sul global apresentou um ou mais teóricos para expor conceitos, discutir os principais aspectos teóricos e abordar os estudos

prévios relevantes quanto ao conceito individual investigado. Para ter acesso – na íntegra, evitando o uso do *apud* – a esses materiais referenciados pelos pesquisadores do sul global, buscaram-se pelas publicações originais da seguinte forma: (1) no caso de artigos, buscou-se nos periódicos científicos em que constam a publicação citada; (2) no caso de teses e dissertações, buscou-se nos repositórios institucionais em que o documento foi armazenado; (3) no caso de livros ou capítulos de livros, foi realizado o acesso por meio da aquisição da obra ou por empréstimo domiciliar em bibliotecas.

Com a leitura, observou-se que muitos teóricos são referenciados em uma grande quantidade de pesquisas acadêmicas no sul global. Maurice Halbwachs, por exemplo, é referenciado em 38 dos 117 artigos científicos. Jacques Le Goff aparece em 21 desses artigos. Nesse processo, identificaram-se ao todo 84 teóricos que contribuíram com a fundamentação teórica do conceito de memória abordado pelos autores do sul global e que estão descritos na seção de análise e discussão dos resultados da pesquisa. Por último, destaca-se que as publicações desses teóricos apresentados/referenciados, os quais se constituíram base analítica desta pesquisa, foram referenciados no Apêndice B.

3 A REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA E O PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL

Nas últimas décadas, vêm se intensificando, na América do Sul⁹ os debates críticos em torno da hegemonia do conhecimento e da invisibilização de saberes locais, ancestrais e subalternizados. Embora essas reflexões não sejam inteiramente novas, é notório o fortalecimento, nos últimos anos, de iniciativas acadêmicas que questionam os paradigmas eurocentrados e buscam desenvolver epistemologias mais plurais, comprometidas com justiça epistêmica. No campo da Ciência da Informação (CI), esse movimento tem provocado reavaliações sobre como o conhecimento é organizado, representado e legitimado nos sistemas informacionais e científicos.

É nesse contexto que se insere a presente discussão, que adota como referência o paradigma intercultural anticolonial proposto por Natalia Duque-Cardona (2020), considerado um modelo científico cuja abordagem busca problematizar a produção de saberes, tidos como universais, e valorizar os múltiplos conhecimentos existentes nos territórios latino-americanos. A partir desse referencial, propomos refletir sobre os reflexos das disputas epistêmicas no processo de representação do conhecimento, especialmente no âmbito dos estudos de memória. Dessa forma, este capítulo busca analisar como a representação do conceito de memória é moldada pelas práticas de imposição científica advinda do colonialismo intelectual.

Em uma perspectiva histórica, o sul global tornou-se um espaço propício para a prática de diferentes formas de colonialismo, tais como o político, o econômico e o intelectual. Neste sistema hegemônico de dominação intelectual, muitos saberes foram renegados, invisibilizados e apagados. Por isso, torna-se necessário reconsiderar, no âmbito do fazer científico, as contribuições de *epistemologias outras* (Alencar, 2022, p. 11) no que diz respeito à atividade de representação do conhecimento — aquela que permite descrever, traduzir e estabelecer conjuntos de convenções sintáticas e semânticas com o objetivo de organizar, comunicar e legitimar saberes no interior dos sistemas científicos e informacionais. Assim, é preciso revisar o status científico da CI e adaptá-la às realidades do sul global, de modo a promover diálogos plurais sobre o papel dos conhecimentos *outros*, produzidos por pensadores e por instituições de ensino e pesquisa vinculadas a essas regiões.

3.1 REVISTANDO AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

⁹ Especialmente no Brasil, Colômbia e outros países marcados por histórias coloniais.

O surgimento dos primeiros movimentos epistemológicos da Ciência da Informação (CI) ocorreu na década de 1950. Desde então, diversos trabalhos têm sido produzidos com o objetivo de defini-la, traçar suas áreas de atuação e estabelecer seus limites em relação a outras áreas do conhecimento. Ao se dedicar ao estudo do fenômeno informacional, a CI busca promover o acesso às informações em seus diversos suportes para uso e possível (re)produção de novos conhecimentos. Nesse percurso, a CI teve sua origem, como campo do saber, em dois marcos geográficos distintos: a Europa, com destaque para a França e Bélgica, e os Estados Unidos da América (EUA).

Em uma perspectiva histórica, compreende-se que os marcos geográficos mencionados possuem um lugar privilegiado no âmbito da produção do conhecimento científico. A Europa, conforme a visão de alguns historiadores, tornou-se o berço da intelectualidade, sobretudo após o século XII, considerado o “século das universidades” (Le Goff, 2003). Este título é decorrente da criação de importantes instituições de ensino em Bolonha, Paris, Oxford e Bélgica¹⁰ e da autonomia que estas instituições adquiriram paulatinamente em relação às amarras da Igreja Católica Romana. Os Estados Unidos da América, por sua vez, destacam-se pela criação de importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade de Harvard, Yale e Filadélfia, que logo assumiram um lugar proeminente, mesmo antes do século XVIII, quando os EUA ainda eram uma colônia inglesa.

Posteriormente, com a invasão e apropriação das terras de Abya Yala no século XV, em decorrência do processo colonizador, vários viajantes-naturalistas vinculados às instituições europeias e norte-americanas se direcionaram para o novo continente com o propósito de explorar os elementos culturais e naturais constituintes desse território, tais como a fauna, a flora e os diversos aspectos sociais e geográficos de Abya Yala (Kury, 2001). Essa exploração, vinculada às formas de dominação e violência, visava à implementação de um projeto político-ideológico e civilizatório da modernidade nos trópicos.

Deste modo, o conhecimento aqui produzido (ou para cá transferido) foi imposto enquanto saber/poder, sem levar em consideração a ancestralidade e os saberes produzidos por diferenças étnicas, religiosas ou de gênero. Este conhecimento hegemônico imposto, excluiu diferentes conhecimentos situados (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2022) para constituir narrativas de dominação e legitimação que circundam o meio acadêmico até os dias atuais. Dessa forma, a consciência da presença de uma dominação epistêmica se torna cada vez mais forte dentre os agentes sociais da pesquisa que “reivindicam uma relação sujeito-sujeito que,

¹⁰ A Universidade Católica de *Louven*, local onde Paul Otlet estudou direito, por exemplo, foi fundada no século XV.

por si mesma, questiona a verticalidade hierarquizada dos enfoques teóricos e confere projeção aos movimentos de resistência protagonizados pelos próprios sujeitos implicados nas lutas” (Reis, 2022, p. 02).

Neste processo histórico de imposição/exclusão epistêmica, propomo-nos a examinar alguns aspectos do colonialismo intelectual (Borba, 1971) aplicáveis à CI. Assim, se lançarmos um olhar sobre a origem da CI, percebemos que estes marcos geográficos (europeu e anglo-saxônico), tornaram-se espaços precursores na formulação da comunidade científica informacional e das suas bases epistêmicas que sustentaram, conforme aponta a literatura, os primeiros acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que promoveram o desenvolvimento da CI aconteceram no âmbito do norte global. O imperativo tecnológico e a crescente modernidade por ele impulsionada contribuíram para o desenvolvimento da CI na Europa e nos EUA, além de moldarem a compreensão da sociedade da informação, caracterizada pelos constantes avanços tecnológicos nas atividades científicas.

Para constatar esta afirmativa, bastante sublinhar a produção dos estudos teóricos de pesquisadores renomados que influenciaram a origem da área. É possível mencionar dezenas de exemplos, mas nos limitaremos a elencar os mais conhecidos: Paul Otlet e Henri La Fontaine, que juntos desenvolveram a documentação científica, considerada um dos marcos originários da CI. Pode-se também ressaltar a teoria dos três mundos de Karl Popper que correlaciona o mundo físico, o mundo mental e o mundo do conhecimento objetivo.

Há ainda outros pesquisadores oriundos dos EUA que merecem ênfase, tais como: Melvil Dewey e sua classificação decimal; Vanner Bush que propôs uma máquina chamada Memex para resolver o problema relativo à transmissão da informação; a teoria matemática da informação de Claude Shannon e Warren Weaver, que estabeleceu os elementos básicos da comunicação; e Borko (1968), e sua clássica definição de CI que mesmo produzida a quase meio século, é amplamente utilizada nas produções científicas nos dias atuais. Há ainda outros pesquisadores como Bertram Brookes que desenvolveu no início dos anos 1980, a equação Fundamental da CI ou mesmo Michael Buckland, que apresentou a natureza e características do que viria a ser a informação como coisa, como processo e como conhecimento.

Apesar dos autores mencionados apresentarem uma tonalidade marcadamente nacionalista, o conjunto de conceitos e teorias desenvolvidas por estes pensadores – homens e brancos - logo receberam status científico, foram reconhecidos internacionalmente e tomados como modelos universais que contribuíram para uma CI de bases colonizadoras. Como consequência imediata, tem-se a influência desses conceitos/teorias no desenvolvimento da CI nos países do sul global.

A internacionalização do conhecimento é concebida como uma reprodução estreita das relações coloniais, onde pesquisadores e instituições do Sul devem sempre aprender com as instituições e práticas do Norte e seguir seus parâmetros do que é considerado qualidade e excelência (Sánchez-Tarragó, 2021, p. 03, tradução nossa).

Isto posto, pode-se depreender que as bases epistemológicas da CI se tornaram um ‘grande espelho’ a ser seguido pelos pesquisadores dos demais países da América do sul, tornando-os reféns dos conhecimentos produzidos em uma matriz eurocentrada e norte-americana. Neste processo conflitante, inúmeras têm sido as pesquisas que apontam as notáveis desigualdades presente no sul global em decorrência das dependências epistemológicas estabelecidas. Como exemplo, o autor brasileiro Robredo (2011) resgata uma produção clássica intitulada *Information concepts for information Science*, de Nicholas J. Belkin, produzida no ano de 1978, que “reúne uma importante bibliografia sobre o pensamento, praticamente desconhecido – ou propositadamente ignorado – no mundo ocidental, de autores da União Soviética e de Europa Oriental, referente à Ciência da Informação nas décadas de 60 e 70 do século passado” (Robredo, 2011, p. 28). O autor questiona se, o que chamávamos já de Ciência da Informação na Europa Ocidental, não equiparia ao que os pesquisadores da área denominavam ‘informática’ (informatics em inglês, e Informatiki em russo) na Europa Oriental. Robredo (2011) enfatiza que este pensamento desconhecido se acentuou pela existência da Cortina de Ferro que dividia a Europa entre os países capitalistas e socialistas durante a Guerra Fria.

A constatação desta realidade nos obriga a reiterar a urgência de trabalhar as questões relativas ao conhecimento epistêmico para combater a permanência de bases epistemológicas impostas e de teorias enviesadas. Assim, apresenta-se o paradigma intercultural anticolonial, proposto pela pesquisadora colombiana Natália Duque-Cardona (2020), que foi desenvolvido através de um processo teórico investigativo para as Ciências da Informação¹¹, visando combater o colonialismo intelectual (Borba, 1971) ao qual o sul global foi submetido para subverter os discursos hegemônicos que foram constituídos historicamente. Embora este paradigma tenha surgido nos últimos cinco anos, Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2024, p. 06), reforça que “um paradigma intercultural anticolonial é a possibilidade de deixar de virar as costas à nossa própria história e avançar numa revolução que modifica a perspectiva histórica da comunidade que a vivência”.

¹¹ A autora usa Ciências da Informação para se referir a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Documentação, Ciência da Informação (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2024, p. 02).

Em uma perspectiva paradigmática intercultural anticolonial, deve-se reconhecer a existência de dois polos que canalizam elementos característicos da interculturalidade: um que aponta para uma interculturalidade apolítica e harmoniosa, e outro que assume uma interculturalidade conflituosa e decolonial (Bertely Busquets, 2013).

Assim, ao analisamos a estruturação do primeiro polo intercultural no âmbito científico informacional, verifica-se que, a CI possui uma identidade partilhada com contribuições teórico-científicas heterogêneas advindas de diferentes espacialidades. Silve e Frente (2012, p. 26), mencionam que a identidade compartilhada da CI se constitui, em grande medida, a partir das contribuições dos Estados Unidos e do continente europeu. No entanto, identificam também a possibilidade de ampliar esse horizonte, ao considerar as contribuições epistemológicas oriundas do sul global — mesmo diante de relações historicamente excludentes e hierárquicas, marcadas pela sobreposição do Norte em relação ao Sul. Não se trata de negar o legado das autorias europeias e/ou norte-americanas, mais sim, de promover um diálogo homólogo entre diferentes conhecimentos.

A possibilidade de um paradigma intercultural possibilita mais do que reinventar, observar com uma lente diferente daquela usada habitualmente, abrindo espaço para outros conhecimentos, epistemes e discursos, que permitem ampliar a compreensão sobre a informação, por exemplo, em termos de produção e transferência de conhecimentos locais (Duque-Cardona, 2020, p.66).

Assim, o paradigma intercultural anticolonial evidencia a necessidade de revisitar as bases epistemológicas da CI para desconstruir os condicionamentos epistemológicos herdados, propondo uma nova caracterização identitária por meio da formação de quadros teóricos que promovam um movimento de libertação e autonomia, considerando o *status quo* da CI no sul global. A partir dessa caracterização identitária, torna-se possível preconizar novas perspectivas epistêmicas que favoreçam uma compreensão mais ampla das diversas realidades sociais e o desenvolvimento ou retomada de estruturas capazes de valorizar os múltiplos saberes, estabelecendo um diálogo necessário e profícuo entre os saberes originários de Abya Yala.

[...] a própria historicidade da interculturalidade tem causado debates e posicionamentos na sua forma e conteúdo estão sujeitos à convergência e divergências teóricas em que o compromisso político é um elemento recorrente que confirma o caráter crítico da sua abordagem (Quintero-López, p. 78, 2021, tradução nossa).

Neste modo, conforme preconiza o segundo polo da interculturalidade caracterizada por uma função conflituosa, deve-se destacar os aspectos divergentes do paradigma intercultural anticolonial que visa combater a (re)produção do conhecimento que foi originado dentro um

contexto situado, mas que foi tomado como um recurso generalizado e universalizado. Nesta lógica, as bases epistemológicas eurocentrada e anglo-saxônica foram desenvolvidas para atender uma realidade específica em um dado contexto sócio-histórico, tornando-se recortes temporais e geográficos específicos, que foram tomadas como universais, mas que na perspectiva intercultural, são reducionistas.

Por último, destaca-se a necessidade das instituições de ensino e pesquisa bem como o conjunto de profissionais vinculado a elas, empreenderem um trabalho colaborativo para unir forças com vistas a desenvolverem uma prática político-epistêmica insurgente de caráter decolonial para criar uma mentalidade de pesquisa própria que permita investigar e explicar os fenômenos sociais refletidos dentro de um contexto situado a fim de proporcionar seu desenvolvimento científico. Nesse contexto,

Os contrastes são tão grandes na América Latina que, muitas vezes, por falta de formação adequada, o profissional colaborou para a disseminação do livro que era mais fonte de dominação do que conhecimento e para um tipo de educação interessada em reproduzir e multiplicar o pensamento da ideologia dominante. (Suaiden, 1999/2000, p. 330).

Para isso, pode-se pensar em, por exemplo, criar, programas de colaboração entre instituições de pesquisa/ensino para a integração de diferentes conhecimentos situados, bem como modos de produção/representação do conhecimento e de aprendizagem de diferentes tradições culturais para o fortalecimento dessa proposta integracionista. Como consequência, tem-se a ascensão de novos pressupostos teóricos, incluindo o conceito de memória e sua intrínseca relação com a preservação e organização de informações para serem acessadas e utilizadas na posterioridade. Esse conceito passou por um processo de apropriação que levou em consideração um modelo de referencial teórico produzido pela episteme eurocentrada e, apesar de ser fundamental e amplamente disseminado, identifica-se também a necessidade da resignificação do conceito na produção da área científico-informacional.

3.2 NOVOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA MEMÓRIA DECOLONIALIZADA

As reflexões teóricas em torno do conceito científico de memória foram empreendidas desde meados do século XX por pensadores franceses que trilharam uma longa história de trabalho e pesquisas no campo sociológico e historiográfico, dentre os mais proeminentes podemos destacar Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff e Michael Pollak¹². Estes autores, por meio de seus trabalhos investigativos, construíram uma perspectiva teórica

¹² O entendimento e as definições conceituais destes teóricos serão apresentados nos resultados dessa pesquisa.

moderna e eurocentrada que moldaram a trajetória do pensamento memorialístico a ser representado no campo científico-informacional-ocidental. Assim, a compressão de memória desses pensadores, ainda que exponham semelhanças e divergências em suas visões, é frequentemente abordada na literatura da área de modo que, “os estudos da memória (EM) estão alimentando análises graças às contribuições de Halbwachs [...], que trata a memória como uma construção que depende de estruturas sociais, conectando informação e linguagem” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021b, p. 208, tradução nossa).

Sem pretensões de rejeitar as contribuições desses autores, se faz necessário também destacar que a comunidade científica-informacional, por meio dos estudos interculturais, reflita sobre novas formas de conceber o conceito de memória e suas definições, levando em consideração diferentes acepções com o intuito de promover o diálogo com outras dimensões teórico-espaciais, sobretudo com aquelas marcadas com profundas lacunas de desigualdade social. Este revisionismo conceitual, “nos permite avançar em estratégias e propostas concretas para pensar a ciência a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021b, p. 209, tradução nossa), além de contribuir para uma melhor fundamentação teórica que embase e oriente a pesquisa produzida na área.

Um dos grandes desafios contemporâneos impostos aos pesquisadores/ras da área, que abordam o conceito de memória numa perspectiva intercultural do conhecimento, é redefinir - ou romper - as fronteiras que separam diferentes concepções e viabilizar a abertura dos saberes mediante a inserção de novas propostas teóricas para integrar o pensamento teórico-epistemológico da comunidade científica informacional ainda predominantemente formada pela influência dos teóricos europeus. Ao viabilizar uma abertura epistemológica baseada na pluralidade de pensamentos, torna-se possível combater as convicções ideológicas dominante e implementar uma perspectiva teórica que privilegie o contexto sócio-histórico vivenciado por cada coletividade.

Partindo de reflexões mais abrangentes a respeito do ato de conceituar no fazer científico-informacional é que, ao privilegiar os saberes situados, o pesquisador/ra se conscientizará de que a definição dos conceitos científicos não é algo isolado e que sua representação deve ser condizente com a estrutura social em que ele é empregado. Conforme preconiza Borba,

Se aceitarmos a premissa geral de que os conceitos científicos são inevitavelmente condicionados — e vinculados — à estrutura da sociedade na qual são concebidos, o sociólogo latino-americano de hoje [e outros cientistas sociais], em quase todos

os nossos países, não pode deixar de reagir às dramáticas inconsistências e incongruências sociais que os cercam (Borba, 1971, p. 25, tradução nossa).

A partir de uma perspectiva crítica e intercultural, entende-se que uma das inconsistências do pensamento euroepistêmico reside em sua apreensão como um conhecimento universal, sempre passível de aplicação de forma uniforme em qualquer contexto situado, por apresentar princípios considerados comuns atrelados aos aspectos teóricos. Como consequência desse pensamento, muitos conceitos e as informações que o estruturam, são deslocados da situação em que foi gerado, ocasionando a exclusão outras perspectivas/realidades de mundo, sobretudo com as relações de dominação e violência sofridas pelas sociedades do sul global.

Partindo de um sentido contra-hegemônicos, adota-se a compressão de que “a informação se constitui em conhecimento comunicado que pode ser retomado no esforço de revisão e reflexão que subsidiam a construção de novos conhecimentos ou reconstrução daqueles já estabelecidos” (Gomes, 2008, p. 01), sob este ponto de vista, infere-se que conceitos e definições quando genuinamente criadas com base no conhecimento situado, contribuem para a explicação própria da realidade, demonstrando como ela é moldada e como os sujeitos se relacionam com ela. A interlocução estabelecida entre diferentes pensamentos e vozes, gera novas percepções de mundo. Assim, nessa disputa de sentidos, o pensamento epistêmico situado contribui para nos libertar das antigas tutelas epistêmicas.

Conforme Duque-Cardona, Restrepo-Fernández e Velásquez-Yepes (2021b), no contexto da América Latina, o processo de conquista e a independência dos países integrantes, provocaram rupturas na continuidade da memória “o que implicou não apenas o processo sistemático de apagamento da memória cultural de Abya-Yala, mas também um processo de colonização do ser por meio do conhecimento” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021b, p. 210, tradução nossa). As pessoas autoras ainda afirmam que, ao apagar e saquear a memória, privilegiaram-se os circuitos de informação pelos quais o conhecimento ocidental passou a circular, deslocando o conhecimento nativo.

Diante da contextualização histórica apresentada e das relações de poder em que a memória foi submetida, infere-se que o estudo desse conceito, na perspectiva intercultural do conhecimento, deve questionar a influência do colonialismo e teorizar uma memória decolonializada que privilegie uma “abordagem territorial, inclusiva e sustentável” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021b, p. 212, tradução nossa), inscrita em narrativas ancestrais e de resistência, fortificada na luta anticolonial e que leve em consideração

as particularidades dos grupos situados que até os dias de hoje, lutam pelo reconhecimento de sua existência: grupos negros descendentes de escravos, mulheres historicamente vítimas de violências e indígenas que tiveram seus ancestrais exterminados pelas práticas colonizadoras. Neste sentido, “a memória vem acompanhada dos rastros de uma representação fenomenológica que marcou o sujeito em sua relação com o tempo” (Silva; Oliveira, 2014, p. 136).

Sobre como viabilizar a construção de um arcabouço teórico-conceitual da memória e de seus traços informacionais dentro da realidade contemporânea do sul global, destaca-se o uso do método etnográfico pelos/las pesquisadores/ras, para manterem um contato próximo com seus interlocutores por meio da participação com a realidade local. Para Gomes (2008, p. 04) “a interação¹³ é um elemento essencial do processo de comunicação e de construção de sentido” de forma que, conhecer, supõe a presença/interação do sujeito pesquisador/ra para criar uma representação do conhecido. Portanto, a interação dos pesquisadores/ras com os agentes são indispensáveis para de que se possa captar as informações, as memórias e as experiências de vida destes agentes sociais, uma vez que muitos deles nunca tiveram oportunidade de falar de si, dos seus segredos, medos e demais vivências pessoais, assim, “a memória é um arcabouço narrativo que torna os depoimentos das vítimas inteligíveis – ou seja, que elas possam ser ouvidas” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Valásquez-Yepes, 2021a, p. 58, tradução nossa).

Desta maneira, o método etnográfico “contribui com uma perspectiva que reivindica da Ciência da Informação a preocupação em destacar a experiência ordinária dos indivíduos” (Nunes; Carneiro; Silva, 2019, p. 23) e transforma-las em conhecimento. Neste sentido, destacasse a necessidade de pesquisas que levem em consideração um recorte limitado de um grupo no tempo/espaço e as particularidades existentes nele, uma vez que o conhecimento que “vem em grande parte da América do Norte e/ou Europa e que tem sido quase a única bússola para o desenvolvimento dos povos latinoamericanos, ignora nossa cultura, crenças, necessidades e, acima de tudo, nossa memória” (Henao, 2020, p. 08)

Na perspectiva decolonial, a inserção do pesquisador/a no meio é essencial para o estabelecimento de uma definição memorialística que contemple a relação com a informação e com a cultura onde vivem. O conceito de memória, enquanto unidade de pensamento intercultural, é fruto da interlocução com os diversos agentes sociais e possui parâmetros teóricos para uma compressão de mundo de forma mais ampla, contemplando outras

¹³ Entende-se aqui interação como o processo social verbal face a face e não apenas verbal impresso.

perspectivas teóricas com novas definições e especificações advindas de diferentes pensadores/ras.

Sob o olhar desses pesquisadores/ras, o pensamento decolonial se concretiza através de uma análise crítica que busca representar em suas produções a memória dos excluídos e marginalizados, face a sua condição de coisa/material e que muitas vezes é esquecida nos processos de representação teórica-conceitual na CI,

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm uma dívida histórica de privilegiar as vozes, memórias e recordações dos oprimidos e, ao fazê-lo, possibilitar o estudo da circulação de informação e memória inscritas em torno da vida e dos processos de empoderamento político (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2022, p. 11).

Com efeito, observa-se que o conceito de memória no campo informacional deve viabilizar o registro informacional a ser representado através de processos que visem descrever, definir e caracterizar o termo analisado, levando em consideração o diálogo estabelecido entre os interlocutores em diferentes texturas sociais. Nesse processo, para que os novos pressupostos teóricos da memória sejam indubitavelmente representados nas produções científica da área, eles devem estar articulados a uma estrutura espacial descentralizada, onde o pesquisador/ra tenha a capacidade de considerar diferentes ângulos para interferir, interpelar, de criar e recriar o conhecimento já instituído, sempre levando em consideração uma concepção geral do objeto estudado.

Nesse contexto, as definições construídas devem representar os elementos ausentes, com novas leituras dos acontecimentos sócio-históricos para impulsionar novos saberes até então não explorado nas produções científicas. Conceituar a memória na perspectiva decolonial do conhecimento implica reconhecer lacunas epistemológicas e adotar uma postura crítica diante da historicidade do conceito, marcada por processos de exclusão e silenciamento. Essa abordagem permite viabilizar a produção e a ressignificação de conhecimentos, restabelecendo a integridade das realidades vivenciadas pelos sujeitos, contribuindo para a consolidação de epistemologias decoloniais e fortalecendo tanto a comunidade científica quanto a sociedade em geral.

4 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DO DOMÍNIO DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para a internacionalização da literatura acadêmica de um domínio do conhecimento é necessário o empreendimento de um esforço mútuo entre instituições – governamentais ou científicas – e pesquisadores/ras que habitam os diferentes espaços geográficos. Na Ciência da Informação, alguns domínios são perceptivelmente visíveis nas produções científicas do conhecimento, por estarem presente no processo investigativo das pesquisas desde sua gênese e apresentarem uma constante interação entre a teoria e práticas, indispensáveis em ambientes organizacionais. Araújo (2014), destaca que alguns domínios responsáveis pelos avanços conceituais e metodológicos no campo, em sua conjuntura inicial tem-se: a informação científica e tecnológica; a gestão da informação e do conhecimento; a política e economia da informação; os estudos sobre representação da informação; os estudos de usuários da informação e os estudos métricos.

Além desses domínios amplamente reconhecidos, outros foram sendo apropriados pela CI ao longo do seu processo de institucionalização em diferentes países/continentes, fruto do próprio desenvolvimento do conhecimento. A análise de tais domínio aponta para abordagens de estudos onde é possível evidenciar os históricos, métricos, comunidades discursivas, dentre outros. A memória é um desses domínios, que assim como os mencionados anteriormente, também apresenta fortes relações entre pesquisa e aplicação, teoria e prática, se levarmos em consideração as políticas públicas voltadas para o fortalecimento das práticas culturais ou até mesmo a gestão dos patrimônios públicos materiais e imateriais, que fortalecem as identidades culturais e impede a perpetuação do desconhecimento e da ignorância presente desde as sociedades antigas até as sociedades contemporâneas.

O domínio da memória foi apropriado pela CI por meio de diferentes pensadores e instituições científicas. A nível nacional, destaca-se a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB); já a nível internacional, tem-se a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e a *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe*, (EDICIC). Pretende-se aqui, analisar as contribuições que essas instituições deram para a produção científica do domínio da memória, evidenciando sempre que possível, os Grupos de Trabalhos (GTs) e as produções que estimulam os debates nestes grupos.

4.1 ESTUDOS DA MEMÓRIA NO BRASIL

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1989, realiza o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), desde o ano de 1994¹⁴. O ENANCIB é considerado o principal evento científico da área que reúne professores/ras, pesquisadores/ras, profissionais, estudantes e egressos dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil, para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da pesquisa científica dentro do perímetro brasileiro. Conforme Lara e Smit (2010), as atividades da ANCIB estruturam-se em duas frentes: o Fórum de Coordenadores, que congrega os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e o ENANCIB, Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB que promove o debate entre pesquisadores/ras. De acordo com as autoras,

A busca da ANCIB por um formato de evento que propiciasse uma maior interlocução entre os pesquisadores, resultou em sua estruturação por Grupos de Trabalhos - GTs, articulados tematicamente de modo a organizar o núcleo substantivo do domínio da Ciência da Informação (Lara; Smit, 2010, p. 15).

Nessa articulação, os Grupos de Trabalho refletem sobre temáticas do estado-da-arte da pesquisa realizada nos Programas de Pós-graduação. Martins (2014) especifica a composição dos GTs durante os ENANCIBs realizados entre 1994 até o ano de 2013. No primeiro encontro do ENANCIB, em 1994, existiram sete grupos temáticos para dar conta dos debates existentes na área: (1) Informação Tecnológica; (2) Informação e Sociedade/Ação Cultural; (3) Representação do Conhecimento/ Indexação/ Teoria da Classificação; (4) Administração/Gestão/Avaliação e Estudos de Usuário; (5) Formação profissional/Mercado de Trabalho; (6) Produção científica/Literatura cinza; e (7) Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-Graduação.

No decorrer dos encontros, houve a necessidade de realizar algumas adequações específicas decorrentes da constante atualização das temáticas que reestruturaram o agrupamento das pesquisas para melhor apresentarem seus resultados. Nesse percurso, sempre que necessário, a ANCIB tem realizado ajustes nas temáticas e ementas dos GTs, de forma que alguns grupos foram desabilitados¹⁵ e outros sofreram mudanças estruturais. A partir das especificações apresentada por Martins (2014), percebe-se que até o ano de 2008, o encontro privilegiava os oito GTs com as temáticas especificadas no quadro 3 (GT 01 ao GT 08). Em

¹⁴ Martins (2013, p. 70) afirma que “sua primeira edição foi realizada em 1994, sendo bienal até o ano de 2005, quando se tornou anual”.

¹⁵ Tais como os GTs de: Informação Tecnológica, Informação e Sociedade/Ação Cultural e Políticas de Pesquisa e dos cursos de Pós-Graduação.

seguida, outros quatro grupos foram criados (GT 09 ao GT 12), de forma que atualmente, o ENANCIB conta com 12 grupos de trabalhos, conforme apresentados no quadro a seguir:

Quadro 03 – Configuração dos Grupos de Trabalho (temáticos) do ENANCIB (2025)

GT	TEMÁTICA
GT 01	Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação
GT 02	Organização e Representação do Conhecimento
GT 03	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação
GT 04	Gestão da Informação e do Conhecimento
GT 05	Política e Economia da Informação
GT 06	Informação, Educação e Trabalho
GT 07	Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação
GT 08	Informação e Tecnologia
GT 09	Museu, Patrimônio e Informação
GT 10	Informação e Memória
GT 11	Informação e Saúde
GT 12 ¹⁶	Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Mediante a diversidade de temáticas sob a qual os pesquisadores/ras podem se debruçar, sublinha-se que, em um primeiro momento, as produções científicas com abordagens memorialísticas elegeram as práticas de organização e representação do conhecimento como percurso para viabilizar o entendimento de que os registros informacionais são fontes potenciais para ativação da memória (Silva; Martins, 2022). Dito isso, o foco da nossa análise recai especificamente sobre o GT 02: Organização e Representação do Conhecimento – nome atualizado no ano de 2007 e mantido até a conclusão desta pesquisa – onde as discussões sobre o binômio informação e memória se fizeram presentes concomitantemente com os debates acerca da organização e representação do conhecimento. Ao observarmos a ementa vigente no ano 2009, identificou-se um caráter multitemático na produção de trabalhos, que dentre outros fatores, também estavam voltados para organização e preservação da memória institucional. Conforme a ementa o grupo estava voltado para,

Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de **organização e preservação da memória institucional** (Lara; Smit, 2010, p. 18, grifo nosso)

¹⁶ O GT12 nasce da necessidade de discussões decoloniais e anticoloniais no bojo da CI no Brasil.

Diante do caráter abrangente das temáticas abordadas no GT 02, iniciou-se durante o IX ENANCIB, realizado no ano de 2008, na Universidade de São Paulo (USP), uma discussão sobre o surgimento de um novo GT, qual seja, o de Informação e Memória, objetivando constituir um espaço próprio para as discussões abordadas. Conforme Dodebei, (2021, p. 07) “muitos pesquisadores e pesquisadoras, a maioria filiada ao referido GT-2, já não se sentia confortável, do ponto de vista teórico, com as contribuições que podiam oferecer, considerando apenas o campo disciplinar da organização do conhecimento”. Assim, durante o encontro, um grupo de pesquisadoras/es vinculadas/os a Programas de Pós-Graduação em CI — as professoras Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Vera Dodebei e Evelyn Orrico, e os professores Carlos Xavier de Azevedo Netto e Marcos Galindo — iniciaram “a articulação do que viria a ser o GT 10 – Informação e Memória, que foi deferido em assembleia da ANCIB, no ano seguinte, em João Pessoa” (Azevedo Netto, 2014, p. 2009). Dessa forma, durante o X ENANCIB, realizado em João Pessoa, no ano de 2009, acontece a aprovação definitiva para a criação do novo GT 10.

Com a criação do GT 10, houve a necessidade de uma reestruturação na ementa do GT 02 de forma a suprimir a menção aos aspectos memorialísticos. O GT 10 por sua vez, teve sua ementa assim elaborada:

Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio ‘informação e memória’. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social (ANCIB, 2023, online)

A elaboração da ementa citada viabilizou um direcionamento conceitual nas produções científicas sobre a memória, contribuindo com a consolidação de um novo domínio do conhecimento da CI. De acordo com Azevedo Netto (2014, p. 209), um dos fundadores do grupo, “a primeira contribuição deste GT para a área foi a evidenciação das questões de memória dentro dos estudos da CI, que antes ficava submerso dentro do GT 02”. Os trabalhos que evidenciam a memória são identificados nos anais do ENANCIB, seja por meio de suas comunicações orais ou pôsteres.

Durante o XI ENANCIB, realizado no Rio de Janeiro, os integrantes do GT se reuniram oficialmente pela primeira vez. Na ocasião, onze grupos de trabalhos se reuniram para

apresentar seus trabalhos, de forma que o GT 10, foi o segundo¹⁷ grupo com a maior quantidade de trabalho apresentados dentre os demais. Conforme apresenta o quadro a seguir, foram 36 produções voltadas para o domínio da memória nas mais diversas perspectivas de estudos e a cada ano, os ENANCIBs apresentam uma quantidade significativa de produções voltada para a temática em questão.

Quadro 04 - Produção científica do GT 10 no ENANCIB (2010 – 2024)

EDIÇÃO/ ANO	INSTITUIÇÃO SEDE	N. DE TRABALHOS
XI ENANCIB/ 2010	IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO (Rio de Janeiro/RJ)	36
XII ENANCIB/ 2011	UnB (Brasília/DF)	34
XIII ENANCIB/ 2012	Fiocruz (Rio de Janeiro/RJ)	38
XIV ENANCIB/ 2013	UFSC (Florianópolis/SC)	27
XV ENANCIB/ 2014	UFMG (Belo Horizonte/MG)	35
XVI ENANCIB/ 2015	UEPB (João Pessoa/PB)	37
XVII ENANCIB/ 2016	UFBA (Salvador/BA)	53
XVIII ENANCIB/ 2017	Unesp (Marília-SP)	27
XIX ENANCIB/ 2018	UEL (Londrina-PR)	45
XX ENANCIB/ 2019	UFSC (Florianópolis/SC)	35
XXI ENANCIB/ 2021 ¹⁸	IBICT/UFRJ (Rio de Janeiro/ RJ)	25
XXII ENANCIB/ 2022	UFRGS (Porto Alegre/ RS)	23
XXIII ENANCIB/2023	UFS (Aracaju/SE)	39
XXIV ENANCIB/ 2024	UFES (Vitória/ES)	43

Fonte: Ancib (2025).

A partir do quadro exposto, percebe-se que os anos 2021 e 2022 tiveram os menores índices de pesquisas publicadas do grupo. A justificativa para a baixa de produção seria a pandemia da COVID-19 que atingiu toda comunidade científica global. Nesse contexto, foram apresentados 497 trabalhos no período de 14 anos (2010 – 2024), o que mostra o quanto a memória constitui um domínio que exerce forte influência na produção científica da CI. Espera-se que a produção do conhecimento oriundo desses trabalhos continue sendo disseminada na comunidade científica inspirando pesquisadores/ras e sendo base teórica para elaboração de novas pesquisas que contribuam para a ampliação do domínio da memória e da informação. Ao entender a CI como uma comunidade científica global, deve-se também buscar compreender como o domínio da memória é abordado fora do contexto nacional, considerando as particularidades de cada região e as influências de como as nações interagem entre si.

4.2 ESTUDOS DE MEMÓRIA NO EXTERIOR

¹⁷ Ficando atrás apenas do GT 04: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações, que teve 42 trabalhos apresentados.

¹⁸ A XXI edição do ENANCIB, que aconteceria em 2020 foi transferida para o ano seguinte, em decorrência da pandemia da covid-19.

A literatura acadêmica do domínio da memória na Ciência da Informação (CI), já foi objeto de estudo de pesquisadores da área como Oliveira e Rodrigues (2009; 2011; 2023) e Câmara e Bufrem (2016), porém, não evidenciam as produções desenvolvidas pela comunidade científica internacional, uma vez que adotam exclusivamente o cenário brasileiro como recorte espacial. Apesar disso, a apropriação do domínio da memória possui um grau de internacionalização não evidenciada nas produções nacionais. Conforme Silva e Martins (2022b, p. 07) “compreender o domínio da memória na Ciência da Informação (CI), a partir da produção científica no exterior, parece ser uma tarefa pouco empreendida pelos pesquisadores”. Dessa forma, compreendendo que a apropriação da memória pela CI acontece em nível nacional e internacional, percebe-se também a necessidade de ampliar o recorte geográfico de análise a fim de vislumbrar as relações existentes entre os países nas pesquisas publicadas no exterior. Para discutir o caráter da internacionalização do domínio estudado, merecem destaque os eventos promovidos por instituições científicas capazes de agregar pesquisadores/ras das mais diversas regiões do mundo que expõe suas pesquisas: a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e a *Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe* (EDIBCIC).

4.2.1 *International Society for Knowledge Organization* (ISKO)

A ISKO, é uma sociedade acadêmica internacional, sem fins lucrativos, fundada na Alemanha em 1989 e atualmente sediada no Canadá, que se dedica à teoria e prática da organização do conhecimento. Visando promover a comunicação científica, a ISKO passou a realizar conferências bienais, com amplitude internacionais (em anos pares) e nacionais (em anos ímpares). A primeira Conferência Internacional aconteceu na Alemanha em 1990, em um contexto em que a instituição trouxe à discussão científica não só a estrutura lógica das representações conceituais, como também todos os problemas relativos aos conceitos e termos adequados, uma vez que as questões de terminologia também tinham que ser consideradas (Martins, 2014). Em seguida, tiveram encontros na Índia (1992), Dinamarca (1994), Washington (EUA) (1996), França (1998), Canadá (2000), Espanha (2002), Inglaterra (2004), Áustria (2006), Canadá (2008), Itália (2010), Índia (2012), Polônia (2014); Brasil (2016); Portugal (2018), Dinamarca (2022) e China (2024). Como pode-se perceber, as conferências internacionais, costumam acontecer dentro dos países hegemônicos, este fato nos permite inferir que a ISKO exerce influência ou um controle significativo sobre os estudos da organização do conhecimento no âmbito internacional.

Por sua vez, as Conferências Nacionais da ISKO tiveram adesão paulatinamente a medida que os países demonstraram interesse em aderir a entidade. Atualmente, 14 países integram os capítulos da ISKO nacional/regional, são eles: Brasil, Canada e Estados Unidos, França, Alemanha-Áustria-Suíça, Itália, Magrebe, Polônia, Rússia, Cingapura, Eslováquia, Espanha-Portugal, Reino Unido e, nos últimos anos, a China e os Países Baixos que aderiram a realização do evento em seus territórios. A China, realizou no ano de 2021, na Escola de Gestão da Informação da Universidade de Wuhan, a primeira conferência sobre o tema ‘análise de dados e inteligência de emergência’; já os Países Baixos, realizou no ano de 2019, sua primeira conferência intitulada ‘Pedacos de conhecimento’. Neste sentido, ao longo dos anos, “a ISKO ramificou-se em capítulos nacionais e regionais” (Martins, 2014, p. 102).

Mesmo com foco na OC, a ISKO possui um escopo amplo e interdisciplinar, o que viabiliza a inserção de outros domínios nas discussões promovidas pelo evento, tal como as questões culturais e identitárias. Além disso, a ISKO desenvolve trabalhos colaborativos com organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promove ações voltadas ao fortalecimento da produção, criação e disseminação de bens e serviços culturais. Nesse contexto, os estudos da memória no campo da organização do conhecimento configuram-se como uma possibilidade de abordagem interdisciplinar que contribui para o fortalecimento das ações culturais.

O capítulo da ISKO Brasil, teve início no ano de 2011, em um contexto que, com um efetivo crescimento da comunidade científica, pesquisadores brasileiros passaram a ter uma atuante participação nos capítulos internacionais e regionais da ISKO (Martins, 2014). No contexto da ISKO Brasil, logo em sua primeira edição, identificou-se uma pesquisa decorrente do imbricamento existente entre as práticas de representação da informação com a memória documentária, bem como com o patrimônio cultural imaterial reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) “o patrimônio aqui abordado tem alcance nos liames do patrimônio cultural, enquanto representação da memória individual e coletiva”, (Martins; Azevedo Netto, 2012, p. 122). De igual modo, as edições subsequentes também têm apresentado resultados de pesquisas que abordam a memória como objeto de estudo e suas relações com o patrimônio industrial da Energia Elétrica no Estado de São Paulo e de seu potencial museológico (Lima; Vitoriano; Barbanti, 2015), a apropriação das tecnologias (Pinto; Ribeiro, 2017), as Obras Artístico-Pictóricas (Medeiros; Pinho, 2017) e resistência na América Latina (Jatene; Crivelente; Kobashi, 2019). Todas essas produções reforçam a máxima de que “os últimos encontros da ISKO apresentam em seus anais um volume considerável de trabalhos com foco na diversidade cultural, seja em relação aos estudos de gênero, de religião, de

narrativas orais, patrimoniais, memoriais” (Azevedo Netto; Dodebei, 2017, p. 53). Além da produção científica, destaca-se que o IV Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento (ISKO – Brasil), realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), enfatizou a memória como assunto central do evento, que teve como tema ‘Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento’.

Ademais, o Capítulo da ISKO Brasil também conta com a participação dos grupos de Pesquisa Liderados por Associados do Capítulo Brasileiro da ISKO. Dos vinte e oito grupos, dois são dedicados ao estudo da memória:

Quadro 05 - Grupos de Pesquisa Liderados por Associados do Capítulo da ISKO Brasil¹⁹

GRUPO	INSTITUIÇÃO SEDE	COORDENADORES
Memória e Espaço	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Icléia Thiesen Marco Aurélio Santana
Memória, Informação, Discurso e Ciência (MIDsc)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Evelyn Goyannes Dill Orrico Eliezer Pires da Silva

Fonte: isko.org.br (2025).

As discussões existentes no âmbito desses grupos se transformam em pesquisas que são desenvolvidas e cujo resultados são apresentados em eventos científicos como a ISKO. A abrangente produção científica do domínio da memória no Brasil justifica a forte presença de pesquisadores/ras engajados na internacionalização da literatura acadêmica nos capítulos da ISKO realizados em outros países que aderiram ao evento. Ou seja, compreendendo que o domínio da memória já se encontra constituído no Brasil, alguns pesquisadores/ras brasileiros/ras abordam a referida temática nos encontros internacionais, como uma forma de dar visibilidade a produção nacional no cenário internacional. Nas Conferências Internacionais, a XIII edição realizada na Polônia, Dodebei e Orrico (2014), pertencentes à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), apresentaram o trabalho *Knowledge in Social Memory: empirical experiment for a domain conceptual-discursive mapping*. Quatro anos mais tarde, durante a XV edição, realizada em Portugal, Akinruli e Akinruli (2018), vinculados a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentaram o trabalho intitulado *Memories in dispute and reconfigurations of cultural heritage: for an ethnography of museums*.

Se tratando dos capítulos nacionais/ regionais, tem-se no ano de 2009 a realização do IX capítulo da ISKO Espanha. Nesta edição há duas publicações sobre a temática da memória. Ambas de brasileiros: Barros e Neves (2009) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que publicaram os resultados da pesquisa intitulada *Archivo memoria y ciudadanía: una mirada*

¹⁹ Atualizado em 12/2024. Fonte: ISKO (2025).

sobre el archivo público de la Provincia de Maranhão-APEM, e; Álvares Júnior e Orrico (2009), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da UNIRIO, com a publicação do trabalho *Information science, popularization of science and social memory: dialog with Knowledge Organization*. Quatro anos mais tarde, no I Congresso ISKO Espanha-Portugal (XI Congresso ISKO Espanha), Laila Di Pietro (2013), da Universidade de Brasília (UNB), publica o trabalho *Organização e Representação da Informação em Documentos de Preservação da Memória Social: o acervo do Museo de la Memoria y Derechos Humanos do Chile* (Di Pietro, 2013). Em 2017, no III Congresso ISKO Espanha-Portugal (XIII Congresso ISKO Espanha), também é possível encontrar trabalhos de autores brasileiros sobre a temática da memória aplicada ao contexto brasileiro: documentos audiovisuais, informação e memória: identificação de acervos fotográficos e filmicos das regiões administrativas do Distrito Federal do Brasil (Oliveira; Manini; Coletto, 2017), memória e patrimônio cultural: o museu do Ceará como lugar de memória (Cysne; Bernardino; Brito; Silva; Rodrigues, 2017) e, a preservação da memória dos geoparques no Brasil: o centro de memória do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais (Barbosa; Carmo; Oliveira, 2017).

Majoritariamente, os trabalhos enfatizam que para aprimorar os procedimentos de compartilhamento de informação, a OC deve atentar para a representação da memória construídas pelas comunidades. Para isso, é preciso refletir sobre o funcionamento subjetivo nos processos de indexação realizada pelas instituições de memória, a fim de gerar terminologias adequadas para representar a memória sob prismas específicos, levando em consideração diferentes perspectivas de análise que, a partir do uso dos recursos tecnológicos, produz uma memória artificial que contribui para o armazenamento e recuperação de conteúdos antes armazenado apenas na memória humana. Além disso, deve-se levar em consideração que os sistemas de OC devem ser baseados em procedimentos éticos, que contemplem a diversidade cultural sem cercear a representatividade de determinadas comunidades. A partir da ética direcionada a pluralidade do conhecimento, é possível assegurar a garantia cultural das comunidades, dando visibilidade, a crenças e culturas invisibilizadas por representações hegemônicas que tem a preocupação de satisfazer apenas a necessidade informacional de determinados públicos. Conforme Zamboni e Francelin (2016, p. 09) a “garantia cultural significa que qualquer tipo sistema de representação e/ou organização do conhecimento pode ser melhor apropriado e útil para indivíduos de uma cultura somente se for baseado nas crenças, valores e predisposições daquela cultura”.

Partindo dessa perspectiva de análise, as produções científicas dos pesquisadores/ras associados às conferências bienais da ISKO (internacionais e nacionais), contribuíram para

potencializarem as experiências de pesquisas interdisciplinar entre a memória e a OC, divulgando as investigações e experiências de pesquisa do Brasil, contribuindo também com o debate decolonial, a partir da oportunidade que os pesquisadores do sul têm de publicar o resultado das suas pesquisas dentro dos países hegemônicos do conhecimento. Nesse contexto, as relações interdisciplinares entre domínios são indispensáveis na institucionalização científica, pois promovem reflexões teórico-metodológica que auxiliam no trabalho conceitual em diferentes contextos e aplicações.

4.2.2 *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe*, (EDICIC)

No cenário Iberoamericano e Caribenho, criou-se no ano de 1996, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, denominada *Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe* (EDIBCIC). Essa associação, foi fruto de três eventos promovidos anteriormente a sua fundação: o *Encuentro de Educadores Latinoamericanos de Bibliotecología y Ciencia de la Información* (EDIBCIC), ocorrido no ano de 1993, em San Juan/ Puerto Rico, cujo objetivo foi “pensar em estratégias de ensino em biblioteconomia e ciência da informação, com ênfase em ações de educação a distância” (Araujo, 2018, p. 33), o *II Reunión de Investigadores y Educadores de Iberoamérica y del Caribe en el área de Bibliotecología y Ciencia de la Información* (II EDIBCIC), realizado em 1995, no México; e o *III Encuentro de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología y Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe*, realizado no ano seguinte, em Porto Rico, ocasião onde formalizou-se a instituição do EDIBCIC, entidade vital na promoção de pesquisas científicas que contribuem para o desenvolvimento das áreas do conhecimento de sua competência.

A EDIBCIC foi criada sob o patrocínio da UNESCO para integrar a Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e as IES dispersas pelo território Ibero-americano, haja vista superar os desafios postos em diferentes países²⁰ e aperfeiçoar a comunicação científica entre pesquisadores/ras, professores/ras e estudantes. Na concepção de Araújo (2018, p. 32) “um desafio que ainda se coloca é a procura por pontos em comum entre as diferentes pesquisas, de forma a se identificar um possível ‘pensamento ibero-americano da informação’”. A fim de viabilizar os pontos em comum entre as pesquisas do campo, a EDIBCIC continuou favorecendo o diálogo e promovendo o intercâmbio de ideias e experiências entre seus

²⁰ Principalmente aqueles situados no Sul, onde os desafios são maiores.

associados com o propósito de ampliar este pensamento ibero-americano no campo científico. Entretanto, deve-se realçar os perigos deste pensamento, uma vez que, a Ibero-América é composta por países americanos que fizeram parte dos reinos da Espanha e Portugal, (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021a) existindo assim uma sombra colonial no âmbito do novo mundo, caracterização pelas relações de poder que ainda coloca a Europa no centro do desenvolvimento científico.

Apesar das relações de poder, a associação criou o Encontro EDIBCIC/AL&C²¹, com a finalidade de ampliar o diálogo entre os pesquisadores/ras dos territórios mencionados. Este encontro passou a ser realizado em países membros que compõe o território andino, do Mercosul, México, América Central e Caribe. Desde então, a associação já realizou encontros na Venezuela (1998), Espanha (2000), Cuba (2002), Costa Rica (2003), Argentina (2004), Brasil (2006), México (2008), Brasil (2011), Brasil (2016), Colômbia (2018), Costa Rica (2021) e em 2022, momento em que o evento foi realizado de forma remota, através da Plataforma Google Meet, com transmissão ao vivo no Canal da EDICIC²² no YouTube. De forma simultânea, no contexto europeu, começa a realizar-se em 2005, ano em que Portugal se associou ao EDIBCIC, os encontros do Grupo Ibérico, onde ora é realizado em Portugal e ora na Espanha. Após o ano de implementação, o encontro Ibérico já realizou outros encontros nos anos de 2006, 2008, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019, 2023 e 2025.

Dentre esses encontros, destaca-se o de 2008, no México, quando a EDIBCIC passou por um processo de reestruturação de sua nomenclatura, sendo atualizada para *Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe*, (EDICIC). Um dos objetivos do EDICIC expresso no estatuto (2008?) é “promover a integração entre instituições de ensino e pesquisa nos campos da Ciência da Informação na Ibero-América e Caribe, para a construção de conhecimento e o intercâmbio de ideias e experiências” (EDECIC, on-line). Já sua finalidade consiste em construir e sedimentar redes de colaboração científica entre os países incluídos nesta geografia e que “usam o português e o castelhano para comunicar a ciência que produzem” (Borges; Sanz-Casado, 2017, p. 16). Assim, cada encontro possibilita a comunicação entre os pesquisadores/ras oriundos de diferentes regiões para apresentarem suas pesquisas para posterior divulgação e o acesso a novas temáticas e abordagens de pesquisa nos eixos temáticos do evento. Ao discorrer sobre os efeitos produzidos pelo EDECIC, Araújo destaca que,

²¹ Até o ano de 2003, os eventos que ocorriam na América Latina/Caribe eram denominados Reunião EDIBCIC e não tinham numeração, o que distinguia era o ano e o país de realização.

²² Antes EDIBCIC.

Entre os principais saldos da atuação da associação está a concretização dos encontros (gerais e ibéricos), que proporcionaram a consolidação de um espaço científico internacional, hispano-lusófono, para a apresentação e discussão de resultados de pesquisas científicas (Araújo, 2018, p. 34)

Ainda de acordo com o estatuto da EDECIC (2008?), a associação deve constituir órgãos como os Grupos de Trabalho que são aprovados em Assembleia Geral da EDICIC, conforme as necessidades específicas da associação e com duração necessária para o cumprimento de suas atribuições. Assim, visando uma melhor organicidade dos grupos, estipulou-se uma divisão lógica de acordo com as respectivas temáticas:

Quadro 06 – Configuração dos Grupos de Trabalho (temáticos) do EDICIC (2025)

GT	TEMÁTICA
GT 01	Fundamentos, Epistemologia e História no âmbito da Ciência da Informação
GT 02	Comunicação Científica e Estudos Métricos da Informação
GT 03	Organização e Representação da Informação e Conhecimento
GT 04	Formação Profissional e Mundo do Trabalho
GT 05	Mediação Social e Cultural
GT 06	Políticas e Gestão de Documentos, Informação e Conhecimento
GT 07	Memória, Patrimônio e Sociedade
GT 08	Tecnologias de Informação e Comunicação no âmbito da Ciência da Informação

Fonte: edicic.org (2025)

Com a estruturação dos Grupos de Trabalho (GTs), é possível inferir que a EDICIC viabiliza uma ampla discussão sobre temas inerentes à Ciência da Informação. De acordo com Araújo (2018, p. 35), “a produção científica ibero-americana na área é muito rica e diversificada”, o que se reflete, por exemplo, nos estudos sobre Memória, Patrimônio e Sociedade desenvolvidos no GT 07. Isso nos permite reconhecer a memória como um dos domínios que compõem o universo da CI na Iberoamérica. Por isso, para compreender como o domínio da memória acontece na América Latina e Caribe, deve-se atentar aos anais do EDECIC que nos últimos anos “apresentam uma quantidade significativa de trabalhos publicados com a temática da memória” (Silva; Martins, 2022b).

Os estudos da memória no EDICIC iniciaram-se por volta de 2011, durante o IX EDICIC, realizado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Marília/SP. Neste encontro, quatro pesquisadores/ras publicaram dois trabalhos em seus anais: Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas, publicado por Molina e Valentim (2011) vinculadas ao PPGCI Unesp/Marília; e, a escola e a memória: uma abordagem estratégica sobre a otimização do ensino secundário a partir da arquivística, de Espirito Santo, Lorenzetto e Scarpini (2011), vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP).

A edição subsequente do EDICIC, em sua décima edição, foi realizado no ano de 2016, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para os organizadores do encontro “o X EDICIC contribuiu para a divulgação e o acesso a novas temáticas e abordagens de pesquisa nos diversos eixos temáticos cobertos pelo evento” (Moura; Silveira, 2017). Os anais do referido evento apresentam nove produções científicas voltada para o domínio da memória, são elas:

Quadro 07: Produções científica sobre o domínio da memória no EDICIC/2016

TÍTULO DO TRABALHO	PESSOAS AUTORAS/FILIAÇÃO
Educação patrimonial: o bibliotecário no processo de resgate da memória	Carvalho, Soeiro e Guerra (Universidade Federal do Ceará/ UFC)
Fragmentos de memória da biblioteconomia baiana	Santos e Barreira (Universidade Federal da Bahia/UFBA)
Gestão de instituição cultural dedicada à memória da farmácia: desafios do trabalho interdisciplinar	Bicalho e Pianetti (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG)
Políticas de memória e arquivos da repressão e da resistência: desafios para o acesso à informação pública na Argentina e no Brasil	Frota (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG)
Trabalhos de memória e de justiça: uma análise comparativa das leis de acesso à informação no cone sul	Massensini (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG)
Imagem fotográfica na imprensa de guerra: uma ferramenta de memória	Machado, Bizello e Madio (Universidade Estadual Paulista/UNESP)
Memória institucional e a escrita da memória coletiva	Toller e Bizello (Universidade Estadual Paulista/UNESP)
Repositórios digitais sustentáveis: o projeto eletromemória	Vitoriano e Lima (Universidade Estadual Paulista/ Unesp)
A coleção e seu labirinto: a coleção memória da Biblioteconomia e a epistemologia histórica dos estudos biblioteconômico-informacionais no Brasil	Saldanha, Manguiera, Mata e Cascelli (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO)

Fonte: edicic2016.eci.ufmg.br (2025).

No contexto ibérico, destaca-se que, durante o V EDICIC Ibérico, realizado em Universidad de Extremadura (UEX), Espanha, Hidalgo Goyanes²³ (2011), publicou o trabalho *Los archivos audiovisuales de televisión: patrimonio documental y garantes de la memoria colectiva*. Para ela, os arquivos audiovisuais das emissoras de televisão preservam informações sobre eventos importantes da sociedade que dado seu caráter proeminente integra, portanto, a memória coletiva (Hidalgo Goyanes, 2011). No encontro subsequente, o VI EDICIC Ibérico, realizado na cidade de Porto, Portugal, no ano de 2013, trouxe três publicações de autores/ras de nacionalidade brasileira: A Memória na produção científica em Ciência da Informação no Brasil: tendências e apropriações conceituais e autorais, de Oliveira e Rodrigues (2013), da

²³ Paloma Hidalgo Goyanes é professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade Complutense de Madrid.

Universidade de Brasília; Informação e Memória Científica no Brasil: a gestão documental nas universidades, de Bizello (2013), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e; Patrimônio e memória social: análise dos Acervos Fotográficos da USP-RP, de Aguilar e Crippa (2013), da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, no VIII EDICIC Ibérico, realizado no ano de 2017, em Coimbra/ Portugal, tem-se duas produções de pesquisadores/ras brasileiros/ras que contribuíram com as reflexões ao levar o domínio da memória ao evento: a memória digital e o esquecimento, de Santos e Mádio (2017) e avaliação documental e memória em arquivos universitários, de Akaichi, Bizello e Rodriguez (2017), as pessoas autoras de ambas produções são vinculados a Universidade Estadual Paulista (Unesp). A edição seguinte, o IX EDICIC Ibérico, realizado em Barcelona, Espanha, no ano de 2019, também contou com a presença de pesquisadores/ras brasileiros/ras dedicados ao estudo da memória: Souza e Barreira (2019), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e; Almeida e Oliveira (2019) da Universidade de São Paulo (USP).

A partir do levantamento dos anais do EDECIC, no período de 2011 a 2019, apresentado no parágrafo acima, constatou-se que apenas na quinta edição - V EDICIC – foi possível identificar uma pesquisa publicada sobre o domínio da memória desenvolvida por uma pesquisadora estrangeira, Hidalgo Goyanes (2011). Nas demais edições (do VI ao IX), identificou-se apenas produções desenvolvidas por pesquisadores/ras brasileiros/ras sobre o domínio da memória. Indício de uma acentuada apropriação do conceito no território brasileiro, superior àquela atingida no cenário internacional.

Por último, destaca-se também que o EDICIC promove a realização de conferências e mesas redondas para intensificar as discussões de interesses da comunidade científica e favorecer a troca de ideias entre pesquisadores/ras. Conforme aponta Meadows (1999, p. 139) “o conteúdo das apresentações feitas em congressos ou conferencias em geral é atual, sendo baseado em pesquisas concluídas há não muito tempo antes da reunião”. Neste sentido, destaca-se que no período entre 2011 e 2025, o EDICIC realizou cinco conferências presenciais ou remota que discutiram sobre o domínio da memória na CI. Essas conferencias são elencadas no quadro a seguir (quadro 08):

Quadro 08 – Conferências sobre o domínio da memória no EDECIC (2011 – 2025)

EDIÇÃO	CONFERÊNCIA	CONFERENCISTA
V EDICIC Ibérico 2011 - Badajoz, Extremadura - Espanha.	<i>Del documento visual al relato con imágenes: tiempo, memoria y fotografía</i>	Mario P. Díaz Barrado (Universidade de Extremadura)

X EDICIC 2016 -Belo Horizonte/MG - Brasil.	<i>Papel de la Biblioteca Pública en la Recuperación de la Memoria Local y el Fortalecimiento del Tejido Social</i>	Orlanda Jaramillo (Escola Interamericana de Biblioteconomia da Universidade de Antioquia – Colômbia)
X EDICIC 2016 -Belo Horizonte/MG - Brasil.	<i>Archivos y Memoria: Relación con la Evaluación de los Documentos</i>	Norma Catalina Fenoglio (Escola de Arquivologia da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Conferência remota, 2023	<i>Memoria e Información: relaciones e interdependências</i>	Fernanda Ribeiro (Departamento de Ciências da Comunicação e Informação Universidade do Porto)
Conferencia remota, 2025	<i>O arquivo da Universidade de Coimbra e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra: missão e memória</i>	Maria Cristina Vieira de Freitas (Universidade de Coimbra – Portugal)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Com as produções científicas publicadas nos anais e conferências proferidas por pesquisadores/ras da área, infere-se que os encontros EDICICs, atuam na constituição de espaços formativos com ampla dimensão espacial para proporcionar diálogos pertinentes sobre os domínios que integram à área, passíveis de se correlacionarem, a partir da prática interdisciplinar, com novas temáticas que surgem decorrente das relações epistêmicas. Diante de um cenário favorável ao aprimoramento da comunicação entre pesquisadores, Ware e Mabe (2015, p. 40) destacam que “a pesquisa continua a se tornar cada vez mais internacional e mais colaborativa, impulsionada por fatores, incluindo as vantagens científicas de compartilhar conhecimento”. Esse contexto nos permite compreender melhor como ocorrem as produções dentro de uma área do conhecimento.

5 AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE MEMÓRIA NO CAMPO INFORMACIONAL

Conforme Rafael Capurro (2003), a Ciência da Informação enquanto área do conhecimento, recebeu influência de paradigmas que contribuíram para o aprofundamento dos estudos na área: inicialmente, o paradigma físico, pautado na relação emissor/receptor se viu constatado por não contemplar a perspectiva cognitivista da ciência, surgindo assim o paradigma cognitivo que levou em consideração os processos de comunicação utilizados pelos sujeitos nos aspectos mentais (Capurro, 2003). Por se tratar de um paradigma que não considerava o contexto, surge o paradigma social considerando que os processos informacionais são construídos a partir das relações sociais que os sujeitos estabelecem entre si.

Ao destacar a necessidade de uma revolução científica ao paradigma social, Duque Cardona (2020) e Duque Cardona e Restrepo-Fernández (2024), postula o paradigma intercultural anticolonial, que evidencia a decolonialidade do conhecimento nos estudos culturais e epistemologias do Sul, buscando alternativas não hegemônicas para combater a dominação ocidental e “levando em consideração o conhecimento local, situado, contextualizado e coerente com a história e a memória latino-americana” (Duque Cardona, 2020, p. 65, tradução nossa). Dessa forma, o paradigma intercultural vem introduzir a pluralidade e promover espaços de enunciação para diferentes grupos. Ainda de acordo com a autora,

A possibilidade de um paradigma intercultural permite em vez de reinventar, observar com uma lente diferente daquela habitualmente utilizada, dando lugar a outros saberes, epistemes e discursos, dos quais permitem ampliar o olhar sobre a informação, por exemplo, em termos de produção e transferência de saberes locais (Duque Cardona, 2020, p. 66, tradução nossa)

Ao evidenciar o conhecimento local, deve-se destacar a importância da busca por outras fontes fora do contexto eurocêntrico e lançar um olhar investigativo sobre saberes, epistemes e discursos produzidos na prática investigativa da AL&C. Assim, este tópico objetiva refletir sobre as dimensões do domínio da memória sob três prismas (Oliveira, 2010): (1) dimensão humana/cognitiva: em que se observou os aspectos formativos da memória e suas limitações quanto ao armazenamento de informações no cognitivo; (2) a dimensão artificial/física: onde destacou-se a necessidade da materialidade da memória em múltiplos suportes, incluindo os suportes digitais proporcionados pela Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC); (3) a dimensão sociocultural: que destacou os inúmeros espaços ocupados pelos agentes informacionais e as relações estabelecidas com as comunidades discursivas, tais quais os integrantes dos Novos Movimentos Sociais e os integrantes da Comissão Nacional da Verdade.

5.1 A DIMENSÃO HUMANA/COGNITIVA

A produção do conhecimento humano sob a qual se atém a Ciência da Informação possui estreita relação com as discussões existentes no âmbito da Ciência Cognitiva. Esta última, contribui significativamente para compreender como os sujeitos pensam a partir da experiência interior e subjetiva e como eles utilizam e se apropriam da informação para a geração de novos conhecimentos. De acordo com Saracevic (1996, p. 51),

Embora existam diversos enfoques de pesquisa, os campos que compõe a ciência cognitiva compartilham um interesse básico acerca da compreensão dos processos cognitivos, sua realização no cérebro, a estrutura da mente e várias manifestações da mente como inteligência.

Visando melhor compreender os processos cognitivos, insere-se de forma particularizada, a memória em uma dimensão humana/cognitiva, que está centrada no conhecimento individual e manifestada na consciência humana dos sujeitos para realizarem suas próprias representações. Em outras palavras, a memória é produto da atividade cerebral que se encontra em constante processo evolutivo, decorrente das novas experiências vivenciadas. Le Goff (2013, p. 387), ao discorrer sobre a dimensão humana/cognitiva, afirma que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Assim, todas as vezes que se representa uma informação do passado, confia-se, inicialmente, na capacidade da memória para seu armazenamento.

O ato de representar torna-se possível mediante o uso das funções psíquicas que são formadas desde a primeira infância dos sujeitos. Com o nascimento e inserção da criança em uma sociedade com valores preestabelecidos, inicia-se logo nos primeiros anos de vida, um constante processo de aprendizagem, por meio de estímulos sensoriais e auditivos que contribuem para a memorização dos padrões comportamentais que foram anteriormente instaurados por aqueles que o precederam. Para Laraia (2001, p. 19), “o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação”. A endoculturação acontece por meio da interiorização dos sentidos e está intrinsicamente relacionada à socialização do modo de viver, tornando a criança um membro partícipe da sociedade.

Na concepção de Vygotsky (1991, p. 36), “a memória, em fases bem iniciais da infância, é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras

funções”. Em uma breve listagem das demais funções psicológicas, é possível incluir, além da memória, o interesse, a vontade e a percepção de associar signos e significados que contribuem para a formação das redes semânticas. Ainda deve-se mencionar a linguagem como uma função psicológica fundamental para o aperfeiçoamento gradativo da memória humana/cognitiva, pois por meio do seu uso, os sujeitos aprendem a nomear os seres, atribuir sentido às coisas que os cercam e reproduzam imagens associadas ao mundo real. Salienta-se, também, que no processo de aperfeiçoamento da memória os sujeitos em processo formativo, também fazem uso de uma outra função psicológica que se diferencia da memória: a imaginação. Esta última está livre de impressões passadas e possui forte relação com o mundo de possibilidades, o plano das fantasias, da ficção, da ilusão e do erro epistemológico.

Mesmo atingindo os mais altos estágios do desenvolvimento cognitivo, a dimensão humana/cognitiva da memória não permanece no cognitivo como uma foto armazenada em um arquivo. Na concepção de Otlet (2018, p. 496) “a memória se debilita porque as impressões são confusas, fugidias, e o cérebro perde o hábito de reter impressões nítidas e duradouras”. A limitada capacidade de acumular e manter informações associadas ao passado acontece naturalmente, uma vez que a memória surge e desaparece de forma inofensiva em função das atividades desenvolvidas pelos sujeitos que precisam constantemente disponibilizar espaço para armazenar novas informações e não saturar o sistema cognitivo. O surgimento/desaparecimento da memória não acontece de forma homogênea, isso porque, alguns sujeitos, em diferentes fases da existência, retêm informações de forma satisfatória e outros, de forma insatisfatória. Em uns casos, mediante uma vontade própria, é possível recuperar a memória de fatos que aparentemente estava perdida e em outros, depois de longos anos e sem muito esforço, os sujeitos conseguem evocar de forma involuntária experiências vagas do passado.

Em meio a essa discussão, infere-se que o emprego das frequentes repetições mentais possibilita a fixação da memória na consciência dos sujeitos. Na concepção de Ehrlich (1979, p. 211), as informações tendem a desaparecer com o passar do tempo e para mantê-las, o sujeito efetua repetições implícitas “ele repete mentalmente certos estímulos que lhe foram apresentados e provoca assim uma reativação dos traços correspondentes”. Assim, em circunstâncias normais, a letra de um poema não poderia ser incorporada à memória apenas com uma leitura preliminar. Em outro sentido, um sujeito que convive diariamente com outro, consegue memorizar com mais facilidade suas feições, como cor de pele, dos olhos e estatura; diferentemente de um sujeito que foi visto em poucas ocasiões ou não visto em um longo período de tempo. Portanto, a repetição frequente facilita sua representação de mundo e aperfeiçoa a memória.

Ampliando ainda mais as reflexões em torno da memória, deve-se destacar também que a perda da lembrança na memória pode ser agravada mediante as patologias que dificultam o armazenamento de novos eventos e sensações. As patologias possuem diferentes causas e, ao contrário do que se pensa, podem acometer indivíduos de todas as idades. Nesse caso, o esquecimento está associado à perda involuntária de memória e traz efeitos destrutivos na vida prática dos sujeitos:

[...] o bom funcionamento da memória é impedido quando os indivíduos se tornam vítimas de alguma patologia que limita a memória humana, a exemplo da amnesia, encefalite ou afasia. Essas disfunções consistem no mau funcionamento do cérebro para estocagem de novas informações, fazendo com que os indivíduos acometidos tenham poucas lembranças precisas ou até mesmo percam a memória por dias ou anos (Silva; Martins, 2022a, p. 396).

Uma questão importante a se considerar é como a CI compreende as sociedades sem escrita. Tradicionalmente, a área enfatiza a importância de registros duráveis, frequentemente associados à escrita, ao considerar que a memória humana, por si só, não constitui um repositório confiável para a preservação da informação. Barreto (2007), afirma que foi no século XV, que se criou o mito da importância da palavra escrita e da possibilidade de que o mundo poderia ser lido. Entretanto, a escrita não pode ser consolidada como único meio da memória, uma vez que esta visão amplia os abismos culturais que refletem relações de poder e desigualdade. Em relação aos usos sociais da memória, Duque-Cardona, Restrepo-Fernández e Velásquez-Yepes (2021b, p. 210, tradução nossa), afirmam que “os passados vividos são fundamentais para descentralizar a informação da cultura escrita”, neste sentido as pessoas autores entendem que é preciso recorrer a palavra falada, revitalizando e utilizando fontes e conhecimentos orais.

Dessa forma, é preciso reconhecer que sociedades ágrafas desenvolvem formas próprias de registro, produção, transmissão e preservação do conhecimento por meio de personagens, objetos e práticas, “nas sociedades sem escrita existiram os chamados ‘homens-memória’, ou seja, os próprios guardiões da história objetiva e ideológica que mantinham o papel de manter a coesão dos grupos” (Barreto, 2007, p. 165), esses homens, que eram idosos, chefes de família, bardos ou sacerdotes, faziam uso da oralidade, transmitia o conhecimento armazenado em suas memórias. Além disso, deve-se destacar também a função dos objetos, da performance, dos rituais e de outras práticas simbólicas que também contribuem com o registro/transmissão/preservação. Assim, longe de desconsiderar essas realidades, a CI amplia sua perspectiva, reconhecendo essas práticas como sistemas legítimos de informação. Essa

mudança de olhar não apenas respeita a diversidade das expressões culturais, mas também enriquece o próprio campo, ao incorporar modos não-escritos de organizar e produzir saberes.

5.2 A DIMENSÃO ARTIFICIAL/FÍSICA

Com a passagem da oralidade à escrita em alguns grupos, a memória coletiva e, mais particularmente, a memória artificial são profundamente transformadas (Le Goff, 2013, p. 398). Pode-se considerar que os hieróglifos originados no Antigo Egito, e a escrita cuneiforme desenvolvida na Mesopotâmia, foram os primeiros sistemas de escrita utilizados pelos egípcios e sumérios. Inicialmente, as sociedades de escrita registravam as memórias em suportes de origem animal e vegetal conforme aponta Le Goff (2013, p. 396):

[...] depois de tentativas sobre osso, tecido, pele, cilindros e tabuletas de argila como na Mesopotâmia; cortiça de bétula como na Rússia Antiga; folhas de palmeira, como na Índia; carapaça de tartaruga, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel.

No decorrer dos anos, a escrita sistematizada foi aperfeiçoada, formando sistemas alfabéticos e numéricos que se tornaram um elemento central em toda a humanidade. Posteriormente, por volta de 1439, a invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468), tornou-se um dos mais importantes avanços da humanidade, por intensificar a produção intelectual humana, popularizando os registros informacionais como documento e livros que impulsionaram as atividades editoriais em toda a Europa. Na concepção de Burke (2002, p. 175), com o desenvolvimento dos tipos móveis, “a informação se alastrou ‘em quantidades nunca vistas e numa velocidade inaudita’”. Ainda segundo o autor, enquanto na Idade Média o problema da escassez de informação e falta de livros predominava, no século XVI o problema era o da superfluidade.

Já no final do século XIX, o britânico John Benjamin Dancer (1812-1887), cria a microfotografia, que posteriormente se transformaria em microfilme, método que viabilizou o armazenamento da imagem documental. Diante da ascensão de múltiplos suportes da informação, surge a Documentação²⁴, proposta pelas belgas Paul Otlet (1868- 1944) e Henri La Fontaine (1854-1943), que objetivaram organizar, por meio de fichas, todo o acúmulo de documento proveniente da intensificação da produção documental. Por meio de uma visão empreendedora, eles criaram o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), “para que fosse estabelecida uma espécie de ‘inventário’ de toda a produção humana de conhecimento

²⁴ O termo “Documentação” está com a inicial maiúscula para designar área de estudo especializada no estudo do documento.

registrado” (Araújo, 2014, p. 04). Esse repositório, tido como um auxílio à memória, chegou a obter cerca de 16 milhões de fichas em 1934 (Ortega, 2009).

O século XX, por sua vez, trouxe o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), viabilizadas pela ciência da computação e pela matemática, que desenvolveram os algoritmos para, por meio de um sistema lógico, propor soluções aos problemas. Saracevic (1995) reitera que a CI está inexoravelmente conectada à Tecnologia da Informação, tornando imprescindível lançar um olhar reflexivo sobre o uso dos recursos tecnológicos para a produção da memória, haja vista o grande número de informações produzidas e consumidas no meio digital para serem catalisadas e disponibilizadas aos sujeitos informacionais.

Se por um lado as TICs ampliaram as possibilidades de comunicabilidade entre os sujeitos informacionais, por outro, trouxeram sérias implicações quanto à preservação do conteúdo informacional/memorialístico para o futuro. Isso acontece com a obsolescência dos formatos armazenados frente aos novos sistemas operacionais ou mesmo a deterioração dos bits – os chamados bit rot – que são responsáveis pela degradação dos suportes que deixam a informação ilegível, inviabilizando sua recuperação.

A partir de um trabalho colaborativo com as ciências tecnológicas, que buscam aprimorar os sistemas desenvolvidos pela engenharia de softwares, torna-se possível migrar os antigos e tradicionais suportes para suportes tecnológicos, tais como os suportes armazenados nas nuvens e o encapsulamento que expandiu as possibilidades do registro da memória, permitindo que a informação não se perca. Assim, o aperfeiçoamento do suporte informacional contribui para aumentar sua durabilidade e preservar da memória. Na concepção da Silva (2017, p. 112),

[...] é também óbvio que a construção e as anomalias do suporte eletrônico-digital não são do âmbito próprio da CI, obrigando-a a um diálogo permanente neste domínio com as Ciências da Computação, a Electrotecnia [sic] e a Informática.

Destaca-se também que o uso das TIC não se limita aos aspectos de preservação dos suportes informacionais, elas também são imprescindíveis para a disseminação da informação contida nos suportes digitais, pois viabiliza o acesso remoto, por meio de uma ligação direta entre dois computadores em redes que contribui para diminuir as fronteiras geográficas do mundo e intensificar o processo de globalização.

Desde sua implementação, a CI tem empreendido esforços para criar mecanismos que visem o registro da memória humano/cognitiva por meio dos diversos recursos que foram criados e aperfeiçoados ao longo dos anos. Para Halbwachs (2006, p. 101), “o único meio de

preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem”. Para isso, ele reforça a necessidade de a memória humana/cognitiva ser materializada em suportes informacionais distintos, pois o registro é a reprodução do momento real vivenciado pelos sujeitos, que por meio do conteúdo informacional torna-se possível conhecer parte do momento histórico vivenciado por outrem.

Destarte, pode-se assegurar que a informação pressupõe o registro analógico ou digital de aspectos textuais, imagéticos, iconográficos ou simbólico, “se você pode tocar ou medi-lo, não é conhecimento, mas deve ser alguma coisa física, possivelmente informação-como-coisa” (Buckland, 1991, p. 02). O registro da informação deve ser preservado para manter as lembranças das vivências experimentadas ou imaginadas pelos integrantes de uma comunidade, impedindo a perpetuação do esquecimento. Por isso, a memória não pode estar apenas em um pensamento humano, ela deve ser registrada no suporte e consequentemente, transformada em informação, tornando possível a reconstrução do passado de quem a registrou ‘palavra por palavra’. “A materialidade do documento e das fontes sempre se fez presente ora na condição de suportes da informação, ora como objetos mediadores da memória” (Pimenta; Silva; Rangel, 2021, p. 13) A informação por sua vez, não é mero depósito de dados, ela é um elemento de lembrança que viabiliza a evocação do passado. Cada informação é um ‘lugar’ que traz um conjunto de lembranças relacionadas a um momento específico da comunidade. Para Araújo (2018), nos últimos anos tem ocorrido mudanças na compreensão dos fenômenos informacionais, uma delas está “relacionada com a constatação de que a informação não é apenas um processo de transporte de dados, mas sim um processo por meio do qual a cultura e a memória coletiva são construídas, bem como as identidades e linhas de ação dos sujeitos” (Araújo, 2018, p. 42).

Nessa lógica, Almeida, Oliveira e Córdula (2019, p. 53) afirmam que “a Ciência da Informação tem a preservação da memória como preocupação do campo, visando à recuperação e ao uso da informação”. A preservação do registro informacional torna-o fonte imprescindível para fornecer esclarecimentos sobre fatos que contribuam como a constituição da memória na contemporaneidade.

Ao compreender a memória como um elemento cultural existente em todas as sociedades e dotada de valor informacional, é imprescindível que a Ciência da Informação como área do conhecimento esteja em constante diálogo e interação com as Instituições de Memória (Silva; Martins, 2022a, p. 405).

Nesse contexto, têm-se as instituições de memória, também chamadas de lugar de memória (Nora, 1993) como espaço de vanguarda que preservam os vestígios visíveis da memória para fins socioculturais e disseminam informações relevantes para a identidade de um povo. Sobre os aspectos conceituais, “entendemos Instituições Memoriais como aquelas organizações, públicas ou privadas eleitas ou constituídas pela sociedade para realizar a tarefa da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial e cultural das sociedades que servem” (Galindo, 2015, p. 71). Nesse rol de instituições, encontram-se as bibliotecas e os arquivos, que “foram e continuam sendo instituições fundamentais da memória cultural de uma sociedade” (Capurro, 2017, p. 13), e os museus, instituições de memória que salvaguardam a cultura material - reconhecidos como objetos informacionais que foram fruto da produção humana - e a cultura imaterial – manifestada por meio das práticas, expressões e conhecimentos que não possuem forma física.

Se por um lado as Instituições de Memória – tais como bibliotecas, arquivos e museus – contribuem para a preservação da memória artificial/física registrada pelos que nos precederam; por outro lado, ela viabiliza, por meio do acesso, a extração de todo o conjunto informacional dessa mesma memória, para composição da memória sociocultural das novas gerações. Em linhas gerais, os registros também são meios de evocação da memória registrada pelos que nos precederam.

É possível perceber que as informações são potenciais de memória. Entendendo que a multiplicidade dos registros informacionais custodiados pelas instituições não são a memória, mas sim fontes que podem ativá-las, rememorar-las e ressignificá-las a partir do uso dos registros que permitem que a memória seja constantemente atualizada, fortalecendo as identidades culturais e transformando os vínculos sociais (Silva; Martins, 2022a, p. 404).

Por isso, é possível admitir que as instituições de memória não são apenas guardiães do passado, elas são espaços que exploram o potencial informativo dos registros e legitimam o discurso pertencente, não a ela própria, mas aos sujeitos integrantes de uma estrutura social que está em constante processo de transformação. Dessa forma, para além da preservação, elas facilitam o acesso, a circulação e a disseminação da informação, ao mesmo tempo em que se encontram abertas a retenções de informações que visem implementar novos discursos informativos para atender as necessidades dos sujeitos no tempo presente.

Diante da relevância das instituições de memória e do serviço ofertado para as comunidades usuárias, o poder público e demais instituições de fomento, devem assumir a corresponsabilidade na preservação da memória, por meio de um conjunto de políticas públicas

que viabilizem a manutenção das atividades e a preservação dos suportes informacionais, fontes indispensáveis para ativação da memória. Para que isso aconteça de forma satisfatória, se faz necessária a realização de investimentos que viabilize a disponibilização de recursos materiais e pessoais que possam dar conta das demandas inerentes à salvaguarda da memória sociocultural.

5.3 A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

No que diz respeito à dimensão sociocultural da memória, destaca-se de maneira inicial, que mesmo tida como um fenômeno inerentemente humano, a memória não está relacionada às experiências isoladas nem a algo que aconteceu e ficou parado no tempo/espaço. Ela é um elemento dinâmico que se faz presente em todas as culturas e está em constante interação com o tempo presente, pois os indivíduos que fazem uso da memória são seres ativos, criativos e que vivenciam um constante processo de aperfeiçoamento. Por isso a memória também possui um caráter sociocultural que se manifesta em várias nuances da vida humana, conforme aponta Barros (2009, p. 48):

Cada indivíduo participa na verdade de muitos grupos, cada qual com a sua memória: a vizinhança, o trabalho, o grupo ao que pertenceu na fase escolar, e ao mesmo tempo grupos maiores que também trazem a sua memória coletiva: a religião, a nação, a carreira profissional.

Com esse entendimento, infere-se que os sujeitos, ao participarem simultaneamente de múltiplos grupos, criam um elo de pertencimento com o espaço que ocupam, mediante a troca de experiências com os demais integrantes do grupo. Em uns grupos, o elo é mais reduzido, em outros, a convivência quase que diária permite a criação de um elo mais efetivo. No entanto, a depender da relação participante dos sujeitos, todos os grupos compartilham um discurso normativo específico para direcionar o conjunto de técnicas, hábitos, comportamentos e demais ações sociais com constituem a identidade social do grupo.

Pode-se denominar tais grupos de comunidades de pensamento ou discurso (Hjørland; Albrechtsen, 1995), pois cada comunidade²⁵ possui um perfil que projeta a constituição de sua memória e do conjunto de costumes e hábitos adotados. Ao diferenciar o perfil das comunidades, Halbwachs (2006, p. 106), afirma que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço”. Frente as demarcações, infere-se que no seio de cada comunidade discursiva, os sujeitos compartilham de um pensamento mútuo que pode se

²⁵ As comunidades discursivas não envolvem apenas grupos científicos ou profissionais, mas também grupos socioculturais.

diferenciar do pensamento de outra comunidade, de forma que, conforme a relação de poder, os pensamentos são relativizados, sendo sobrepostos ou inferiorizados em relação as demais comunidades.

A polarização do pensamento no âmbito sociocultural se faz cada vez mais presente na sociedade pós-moderna, a qual possui como uma de suas principais características a fluidez dos valores que são revistos constantemente mediante a relação de poder entre os grupos, onde uns se sobrepõem aos outros. Essa relação de dominação viabiliza a imposição de um discurso hegemônico produzida por uma elite que para se manter no poder busca excluir cada vez mais a memória sociocultural dos grupos ditos marginalizados, pois “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (Le Goff, 2013, p. 390). Nesse jogo de forças, existe na mentalidade da elite hegemônica – e de uma parcela da classe média que quer se tornar membro da elite – um controle das instituições para disseminar um constante desinteresse pela memória sociocultural, pois seu fortalecimento intensifica as lutas dos grupos marginalizados que combatem a exclusão, pondo em xeque a manutenção do poder pelos grupos hegemônicos. Para Landulfo (2022, p. 96) as instituições são dominadas pela elite e, portanto, “reproduzem a desigualdade social, racial e de gênero, fruto de um modelo capitalista/patriarcal/machista/racista/transfóbico/misógino/colonial/moderno/europeu que beneficia, notadamente, as classes dominantes”.

Para combater a exclusão sociocultural estruturada ao longo dos anos pela elite dominante, surge na década de 1970, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), os Novos Movimentos Sociais (NMS), também conhecidos por movimentos sociais contemporâneos, que buscam trilhar novos caminhos frente ao relativismo cultural e à hierarquização das culturas. Os NMS “não buscam ganho econômico material ou maior participação no sistema, mas tentam criar ou preservar espaços de autonomia” (Goodwin; Jasper; Polletta, 2000, p. 72, tradução nossa).

Dentre os NMS destaca-se o movimento étnico-racial, considerado um dos primeiros movimentos sociais a serem criados no Brasil. Seu objetivo é unir forças para combater a supremacia racial branca, promover a equidade entre as pessoas e suas diversidades e reafirmar o espaço das comunidades tradicionais. Destacam-se também outros movimentos sociais, como o movimento feminista, que surgiu com as reivindicações das sufragistas no século XIX, para combater a sociedade patriarcal; e o movimento LGBTQIAP+ que mesmo diante das conquistas nos últimos anos – discriminação por orientação sexual e união civil entre pessoas do mesmo sexo – ainda deve percorrer um longo percurso para que as pessoas adquiram consciência e

tolerância e aprendam que atitudes homofóbicas devem ser combatidas. Por isso, se unem aos demais, para demonstrar suas insatisfações e lutarem em prol de melhorias.

Atualmente, mediante aos estudos decoloniais, já é possível identificar uma diversidade de fontes de informação que contemplem os grupos minoritários na produção científica. A própria CI tem observado os espaços de mobilização e promovido reflexões para compreender como a informação pode contribuir para instaurar ações que assegurem os direitos socioculturais pertencentes a esses movimentos:

Visando combater a exclusão nos mais diversos marcadores sociais (étnico-raciais, de gênero, dentre outros), a Ciência da Informação, atualmente, dirige um olhar para as diferenças e as interseccionalidades, a fim de evidenciar o legado sociocultural e o científico silenciados em decorrência das relações de poder e de dominação (Silva; Martins, 2023, p. 02).

A interseccionalidade, originada pela militância e intelectuais negras, objetiva combater um sistema opressor que é responsável por interligar diferentes estruturas da vida humana para perpetuar uma série de desigualdades que limita a liberdade de pensar e existir de determinados grupos. Neste aspecto, a interseccionalidade não estar presa às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos, ao contrário, ela propõe uma ruptura com o padrão global imposto que ocasionou um mundo desigual “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p. 14). A partir dessa ruptura, torna-se possível expor perspectivas de mundo pertencentes aos diferentes grupos étnico-raciais, de gênero, dentre outros marcadores sociais da diferença que foram historicamente negados, colocando-os em um patamar de igualdade analítica.

Além desses movimentos integrarem parte da dimensão sociocultural da memória, destacam-se também que os sujeitos participantes tiveram seus direitos cerceados em conturbados períodos históricos, tais como: o período diaspórico, que com a travessia do atlântico, ocasionou uma ruptura com antepassados de grupos étnico-raciais, emergindo ideologias xenofóbicas, opressão patriarcal de gênero e discriminação racial a partir do século XV (Akotirene, 2019), e, posteriormente, os períodos ditatoriais, ocasionados em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai no século XX, que contaram com ditaduras conduzidas em sua maioria por militares. Neles, a violação dos Direitos Humanos aos que possuíam um posicionamento político opositor ao sistema vigente, trouxe grandes prejuízos à memória, à verdade e à justiça, não é por acaso que no contexto da redemocratização, sobreveio “a incorporação de uma memória norteadas pelo princípio do ‘Nunca mais’” (Moraes, 2022, p. 09).

No caso específico do Brasil, instaurou-se a Lei nº 12.528/2011 para criar a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para examinar e expor os graves fatos de violação dos Direitos Humanos praticados nesse período: casos de torturas, mortes, ocultação de cadáveres e suas autorias. Para o alcance dos objetivos a CNV, estabeleceu parcerias com órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos de forma a intervir junto aos sujeitos da sociedade civil e militar que foram testemunhas oculares e auriculares do período analisado, para que eles pudessem elucidar, por meio de entrevistas, as memórias subterrâneas associadas às atrocidades da censura e da perseguição política sofrida. Aqui convém explanar a relação entre memória e esquecimento, pois mesmo que aparentemente a lembrança seja salutar para a memória, alguns sujeitos ou grupos não se contentam ao rememorar lembranças opressoras. Conforme Halbwachs (2006, p. 164) “um grupo não se contenta em manifestar o que sofre”. O esquecimento enquanto mecanismo de defesa é utilizado frente às marcas das memórias opressoras que rememoram fatos de insatisfação ocasionados no decorrer das experiências que proporcionam dor e sofrimento decorrente, inclusive, da interrupção dos direitos civis.

Com a disponibilização de documentos recebidos pelas instituições públicas ou privadas do Brasil e de países como Argentina, Chile e Estados Unidos da América (EUA); e produzidos em decorrência das entrevistas gravadas e registradas, foi possível encaminhar ao Arquivo Nacional para integrar o projeto Memórias Reveladas, que reúne, de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relativo à repressão política no período da Ditadura Civil Empresarial Militar. A CNV apresentou também um relatório final²⁶ que trouxesse esclarecimentos sobre as experiências que as vítimas tiveram na Ditadura Militar, todos esses esforços contribuiriam com a formação da memória política no Brasil, uma vez que o direito à memória é um direito fundamental.

Em ambos os casos – os NMS e CNV – percebe-se que o relativismo do pensamento, característica primária do pensamento pós-moderno, deu origem às lutas por reparação histórica, cujas conquistas acontecem de forma gradativa, ainda não alcançadas ou, se alcançadas, mantidas para que retrocessos não aconteçam. Por isso, as contemporâneas comunidades discursivas são compostas por novos integrantes que continuam lutando pela democratização das causas comuns.

²⁶ O relatório está dividido em três volumes e contém mais de 4 mil páginas. Ele apresenta as conclusões obtidas e as recomendações da comissão. Para acesso na íntegra, deve-se acessar: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

Esses grupos menores se transformaram, se segmentaram, e embora permaneçamos no mesmo lugar sem sair de um grupo, este vai se transformando em outro grupo, por uma renovação lenta ou rápida de seus membros, que só terá poucas tradições em comum com os que constituíram no início (Halbwachs, 2006, p. 107).

Visando acompanhar as transformações das comunidades discursivas, frente à heterogeneidade de pensamento, a CI deve implementar um olhar fixo e atento para uma perspectiva decolonial do conhecimento objetivando contribuir com a representatividade discursiva de comunidades excluídas e com pouca representatividade. É preciso pensar nas Comissões Nacionais da Verdade - no Brasil e nos demais países da América Latina- como instituições relevantes para a consolidação democrática da nação. De igual forma, ao lançar luz sobre as comunidades minoritárias, será possível viabilizar a formação de uma automemória que contemple toda pluralidade étnico-racial e verdades indizíveis que foram excluídas da memória oficial formada por grupos hegemônicos que impuseram uma visão militarizada ou eurocêntrica de mundo ligado ao colonialismo/escravismo.

De acordo com o pensamento de Halbwachs (2006, p. 78) “nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida”, baseado nas vivências dos sujeitos é possível restabelecer o locus de enunciação (Nascimento, 2021) a qual pertencem, combater a dominação sociocultural imposta pela elite detentora do poder e restabelecer a existência dos sujeitos por meio de um processo de legitimação discursiva das comunidades. Visando combater o pensamento hegemônico, deve-se explorar todo o legado memorialístico para promover uma representação seletiva do passado, que privilegie conquistas, legados e escuridões das comunidades discursivas, trazendo à tona as memórias subterrâneas para a constituição da memória pertencente e presente nas práticas socioculturais das comunidades, reproduzindo na contemporaneidade os valores constituídos no passado e revisitados no presente para que se perpetue no tempo, isso viabilizará o desenvolvimento contínuo da memória em uma sociedade marcada por constantes transformações.

Para que isso aconteça de forma eficaz, é necessário que a CI busque cada vez mais dialogar com as outras dimensões, – humana/cognitiva e artificial/física – visando materializar as lembranças dos sujeitos subalternos para que elas permaneçam vivas na mente dos indivíduos, nos documentos informacionais e nas relações estabelecidas entre os sujeitos da sociedade. Conforme Thiesen, (2013, p. 250) “se há informação registrada, impressão contraída, há lembrança potencialmente recuperável, mesmo que sob o manto do esquecimento temporário”. Dessa forma, o registro informacional deve favorecer o discurso produzido pelas

próprias comunidades, e não só as produzidas pelas instituições detentoras do saber poder, para combater, assim, o apagamento identitário a qual alguns grupos foram sujeitados.

6 ETAPAS DE ANÁLISE DA PESQUISA

Para melhor organização metodológica da análise dos 807 artigos recuperados na base Latindex para apresentar o entendimento do conceito de memória, aderiu-se à proposta de Bardin (1977), que divide a Análise de Conteúdos em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretações.

A etapa da pré-análise (primeira etapa), definida como “a etapa de organização propriamente dita” (Franco, 2018, p. 53), corresponde ao primeiro contato sistematizado com o material coletado, visando à elaboração de um plano de análise. Nesse processo, buscou-se identificar os conceitos de memória atrelados à dimensão sociocultural referenciados nas pesquisas dos autores situados no sul global. Iniciou-se com uma investigação preliminar das unidades de registro arquivadas sob os termos “memória” e “memoria”. Esse procedimento foi realizado por meio de uma leitura flutuante, “deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2018, p. 54). Isso possibilitou estabelecer o primeiro contato com os documentos e, simultaneamente, identificar as unidades de significado expressas em possíveis conceitos e demais elementos constitutivos, tais como definições, inferências, enunciados e caracterizações presentes nos próprios textos.

Nessa etapa, constatou-se um universo heterogêneo de conhecimento. Mesmo diante do critério estabelecido de analisar exclusivamente a dimensão sociocultural da memória, uma infinidade de conceitos se interrelacionava: o conceito de MSU, por vezes, foi confundido com o de Memória de Resistência; o conceito de MM possui intrínseca relação hierárquica com o conceito de Memória Latino-Americana, Memória Nacional ou Memória Local; o conceito de MCU, por sua vez, poderia ser relacionado com o de Memória dos Povos ou Memória das Mulheres; a MO, com Memória Corporativa e/ou Memória Empresarial, e assim por diante. Dada a amplitude e o volume desses conceitos, realizar uma análise completa de todos os conteúdos seria inviável, dada a natureza desta pesquisa, limitada a um prazo rigoroso. Essa fragmentação conceitual já era esperada e se justifica pela compreensão de que não há uma memória total ou única. Conforme afirmam Oliveira e Rodrigues (2011), parece não haver um conceito de memória único. Consequentemente, não se há uma única definição para o termo estudado. Da mesma forma, o conjunto de características do conceito de memória também se revelou diversificado. Conforme Dahlberg (1978a), existem diferentes “espécies” de características dos conceitos. Dessa forma, o conceito de memória apresenta uma perspectiva multifacetada, resultado do entrecruzamento de diversas áreas do conhecimento, gerando uma variação significativa de conceitos individuais.

Assim, caso se optasse por analisar individualmente todos os conceitos identificados nesta etapa da pesquisa, seria necessário criar um tópico analítico para cada um deles. Diante da impossibilidade de realizar uma análise tão extensa, considerando a natureza e o tempo disponível no processo de doutoramento, optou-se, durante a etapa de exploração do material (segunda etapa), pela identificação das unidades de significado, com base nas leituras, de categorias analíticas com critérios estruturados para delimitar a extensão do conceito geral. Segundo Dahlberg (1978a), “a extensão do conceito pode ser entendida como a soma total dos conceitos mais específicos que o compõem”. A formação dessas categorias se baseou em critérios léxicos, selecionando os conceitos individuais mais recorrentes e considerados de maior proximidade e representatividade para a área da CI.

Após a identificação de dezenas de categorias conceituais nos artigos recuperados, foram excluídos da análise os artigos que: (1) apresentam a memória na perspectiva humano/cognitiva e artificial/física; e (2) mesmo considerando a memória na dimensão sociocultural, não teceram embasamento teórico, definições ou caracterizações. Assim, com a análise das unidades de registro e significado – extraídas dos conceitos apresentados nos artigos –, foram selecionadas nove categorias de conceitos individuais para compor um quadro analítico, considerado um instrumento de compilação conceitual que indica o conceito geral e os conceitos individuais, entendidos como linguagens especializadas específicas. Nessa perspectiva, estabeleceram-se relações partitivas entre conceitos (Dahlberg, 1978a; 1978b). A relação partitiva ocorre entre um todo e qualquer uma das partes desse todo: “por exemplo: jogo de xadrez e qualquer um dos seus elementos: tabuleiro com 64 casas, 32 peças, etc.” (Dahlberg, 1978b, p. 15). Assim, o conceito de memória, enquanto conceito geral, abrange todos os enunciados conceituais pertencentes aos conceitos individuais e a interação entre ambos configura a extensão do conceito de memória. Conforme Dahlberg (1978a), “a extensão do conceito pode ser entendida como a soma total dos conceitos mais específicos que possui”.

A estruturação dessa ideia é apresentada no Quadro 09, que apresenta a relação entre o conceito geral e suas extensões, compostas por nove conceitos individuais. Além disso, apresentam-se de forma sucinta os enunciados conceituais compostos em linhas gerais por características essenciais aos conceitos individuais estudados:

Quadro 09: Categorias conceituais e seus enunciados

CONCEITO GERAL	CONCEITO INDIVIDUAL (extensão do conceito)	ENUNCIADO CONCEITUAL (características essenciais)
Memória	Memória Coletiva (MC)	Conjunto de lembranças que não pertence a um indivíduo, mas a uma coletividade.
	Memória Social (MS)	Conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo, sociedade ou comunidade.
	Lugares de Memória (LM)	Lugares físicos que evocam memórias de personagens e eventos.
	Memória Histórica (MH)	Acontecimentos históricos, períodos conturbados, além de comemorações e eventos nacionais.
	Memória Subterrânea (MSU)	Lembranças de grupos minoritários que não fazem parte da narrativa hegemônica.
	Memória Cultural (MCU)	Valores culturais que fortalecem a identidade de um grupo.
	Memória do Mundo (MM)	Programa governamental implementado pela UNESCO para preservar documentos e arquivos.
	Memória Institucional (MI)	Conjunto de conhecimentos e lembranças que mantêm uma instituição viva.
	Memória Organizacional (MO)	Trabalho de permanência de uma organização no mercado por meio da eficiência e eficácia.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A dificuldade em classificar os itens em uma única categoria analítica reside no fato de que um mesmo documento pode abranger diversas categorias de conceitos individuais. Dessa forma, há múltiplas relações intercategóricas, desafiando o enquadramento do documento em apenas uma categoria. Assim, a classificação dos documentos submetidos à análise se baseou na identificação de uma ou mais propriedades conceituais. Quando um documento apresenta apenas uma propriedade conceitual, ele é atribuído a uma única categoria e se caracteriza como simples (Dahlberg, 1978a). Esse caso ocorre, por exemplo, quando um pesquisador utiliza exclusivamente o conceito de Memória Coletiva (MC) de um autor específico. Por outro lado, quando um artigo reúne mais de uma propriedade conceitual, ele apresenta múltiplas características e é considerado complexo (Dahlberg, 1978a). Isso acontece, por exemplo, quando o pesquisador/a emprega o conceito de MC de um autor e, simultaneamente, o conceito de Memória Social (MS) de outro autor. Documentos classificados como complexos são citados em mais de um quadro, apontando as influências teóricas desses pesquisadores.

A terceira etapa consiste no tratamento dos resultados obtidos e suas interpretações: “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e validados” (Bardin, 1977, p. 101). Após a classificação dos artigos conforme as categorias conceituais estabelecidas, realizou-se a análise para identificação das influências teóricas, evidenciando os autores cujas teorias, definições e caracterizações conceituais, produzidas em diferentes espacialidades, muitas vezes hegemônicas, foram apropriadas pelos/as pesquisadores/ras do sul global. Nesse

processo, buscou-se destacar a natureza teórica da pesquisa, promovendo uma análise das correntes teóricas utilizadas na literatura científica pelos/as pesquisadores/ras do sul global. Pretende-se também discutir a dimensão intercultural, considerando que várias dessas influências eurocêntricas ainda permanecem presentes.

Analisaremos os conceitos evidenciando as relações partitivas propostas por Dahlberg (1978). No entanto, é necessário ressaltar que tais relações não se restringem apenas à distinção entre conceitos genéricos e específicos nos níveis sintático e semântico. As hierarquias conceituais também podem refletir dinâmicas de poder epistemológico que atravessam a estrutura dos domínios científicos. Assim, mesmo entre conceitos individuais, como o conceito de Memória Histórica (MH), pode haver uma hierarquia não apenas linguística, mas também simbólica, na qual o autor X é mais referenciado do que o autor Y. Isso ocorre não necessariamente por diferenças no conteúdo dos conceitos, mas porque o conceito difundido pelo autor X está associado a um espaço geográfico de maior prestígio na produção do conhecimento, como os centros hegemônicos localizados na Europa, especialmente a França, ou nos Estados Unidos da América.

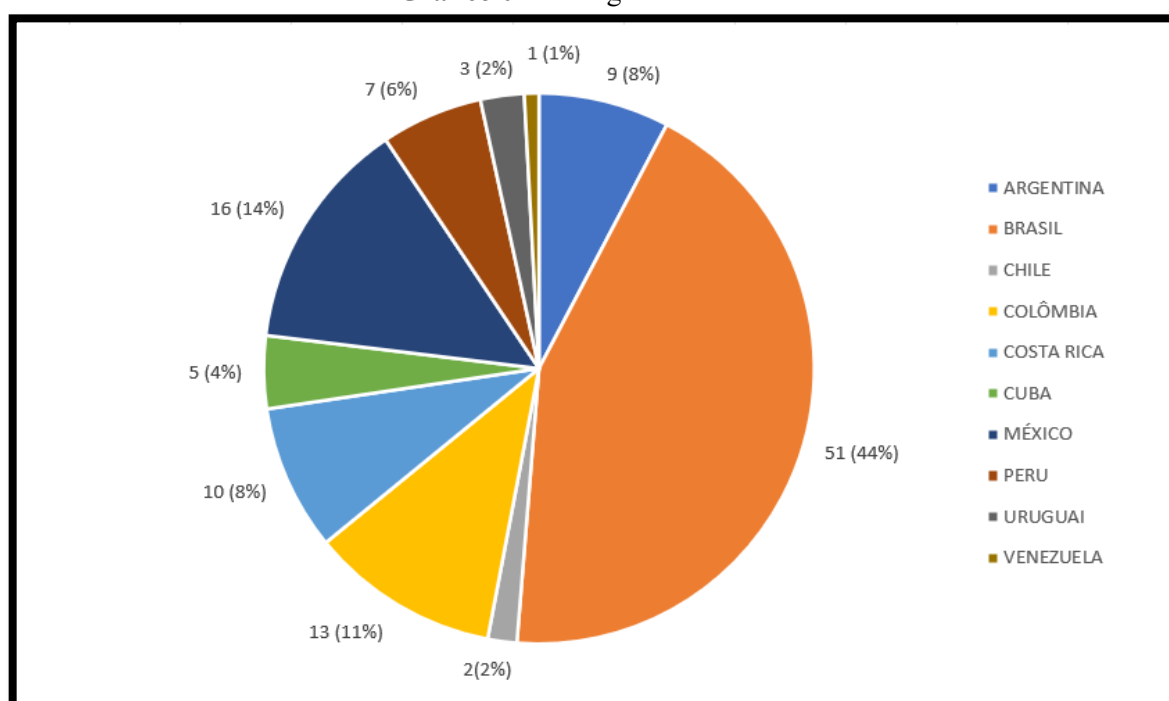
Portanto, no estabelecimento e análise dos conceitos, é fundamental considerar também essas relações de poder que atravessam a geopolítica das produções científicas, reconhecendo que os conceitos não são neutros, mas carregadas de valor histórico, político e institucional. Essa perspectiva amplia a compreensão das estruturas conceituais para além de sua organização léxica e semântica, apontando as desigualdades epistêmicas globais. Em uma perspectiva intercultural do conhecimento, ainda que pautado por definições do conceito de memória amplamente difundidas, nosso conhecimento do mundo está em constante transformação, intensificando-se o compromisso dos/as pesquisadores/as em produzir reflexões conforme o conhecimento situado, ancorados às condições contextuais que envolve situações socioculturais específicas.

Por fim, para evidenciar a nacionalidade dos periódicos científicos, optou-se por inserir, nos resultados da pesquisa, a sigla do país onde se situa a sede do editorial que publicou a pesquisa das pessoas autoras do sul global, sempre que realizada alguma citação ao trabalho recuperado, como forma de valorizar os espaços geográficos de produção do conhecimento científico – por exemplo (Silva; Martins, [BRA], 2022) ou Silva e Martins ([BRA], 2022). Essa configuração implica dizer que as pessoas autoras publicaram em periódico científico brasileiro. A recuperação deste artigo foi fruto da pesquisa empreendida na base Latindex.

7 RESULTADOS DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, destacando as diferentes perspectivas apresentadas na literatura sobre o entendimento do conceito de memória. Após a conclusão da pré-análise, obteve-se uma amostra de 117 artigos, extraídos dos 807 recuperados na base Latindex. Essas produções, oriundas de diferentes países do sul global, foram selecionadas por apresentarem elementos teórico-conceituais sobre a representação do conceito de memória atrelado à dimensão sociocultural e com base em influências externas, ou seja, no pensamento de outros/as pesquisadores/ras, aqui chamados de teóricos. Em nível espacial, os 117 artigos (100%) estão distribuídos da seguinte forma (Gráfico 1):

Gráfico 01 – Artigos selecionados



Fonte: dados da pesquisa (2025).

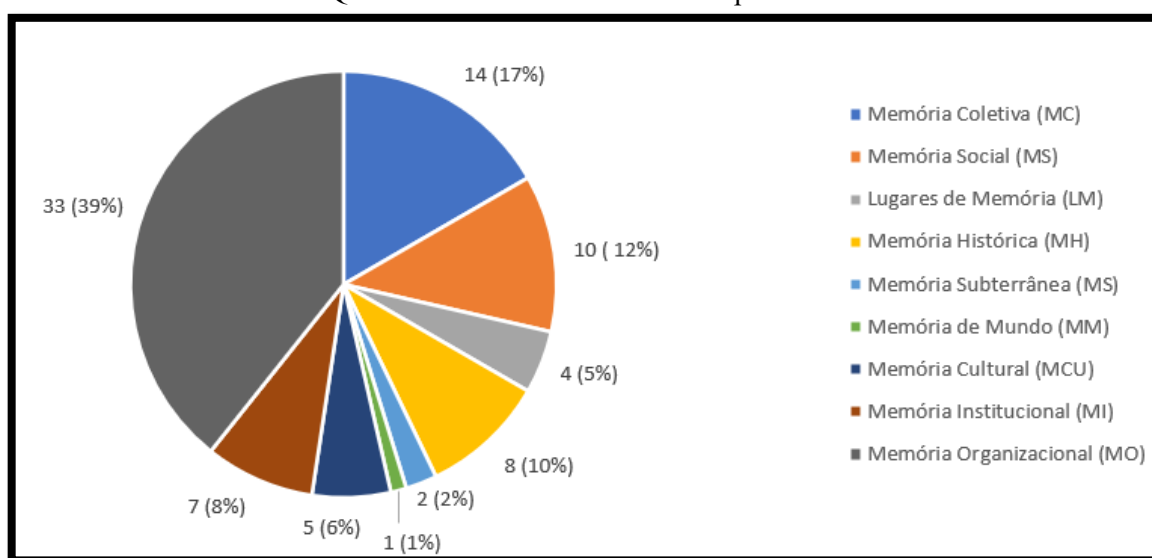
Esses/as pesquisadores/ras buscam se alicerçar em diferentes especialistas vinculados a diferentes nacionalidades e/ou escolas de pensamento para extração de insumo teórico capaz de substantiar as suas pesquisas. Assim, a análise priorizou destacar os teóricos referenciados pelas pessoas autoras, identificando as definições, conteúdos e caracterização de cada dispositivo conceitual. Nesse ínterim, alguns teóricos são considerados clássicos por terem maior destaque ou possuir maior abrangência nas produções científicas internacionais. Já outros são poucos conhecidos e com baixo nível de recorrência pelos/as pesquisadores/ras. Essa realidade se justifica por uma herança colonizadora do conhecimento, a qual, paulatinamente,

por meio dos instrumentos teóricos decoloniais, busca-se modificar atribuindo méritos aos intelectuais situados fora dos centros hegemônicos do conhecimento.

A amostragem expressa no Gráfico 1 foi publicada entre 1972 e 2024 em periódicos científicos vinculados às áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI do sul global²⁷. No entanto, a maior quantidade de trabalhos publicados se concentra nos últimos vinte anos (2004-2024). Esses artigos, que compõem o primeiro grupo de documentos, serão elencados na segunda coluna dos quadros. Ela apresenta os conceitos, com a especificação de autoria, país de origem e ano de publicação. Suas referências constam no apêndice A²⁸ deste trabalho.

À medida que a análise dos referenciais teóricos desses artigos foi sendo realizada, foi-se também elencando os teóricos referenciados junto a um dos conceitos específicos. Juntos, estes autores/ras reuniram 84 teóricos, surgindo assim o segundo conjunto de documentos analisados, distribuídos nas nove categorias de análise, como aponta o gráfico 02.

Gráfico 02 - Quantidade de teóricos analisados por conceito individual.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Foram relacionados 84 teóricos, ou seja, pessoas que desenvolvem discussões acerca dos conceitos individuais e que foram referenciadas pelos/as pesquisadores/ras do Sul. Esse número corresponde a 100% dos teóricos analisados. A produção desses teóricos se constituiu o *corpus* da análise e suas referências constam no apêndice B²⁹. Para estruturar os resultados obtidos, será apresentado, para cada conceito individual, um texto introdutório que introduz em

²⁷ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Costa Rica, Peru, Porto Rico, Mexico e Uruguai.

²⁸ Apêndice A – referências por país (p. 202).

²⁹ Apêndice B – referências por conceitos (p. 213).

linhas gerais o conceito analisado, remetendo às pessoas autoras das pesquisas. Em seguida, será apresentado um quadro com informações das pessoas autoras, dos países em que elas publicaram e dos teóricos utilizados para substantiar suas análises. Este último elemento será necessário para o desenvolvimento do texto subsequente a cada quadro, o qual apresenta a estruturação da representação do conceito, uma vez que nele se concentra a análise teórica do conceito abordado.

No entanto, há exceções. Com base nos documentos analisados, constatou-se uma predominância marcante de teóricos franceses. Alguns autores apareceram de forma tão recorrente e dominante que se destacaram significativamente dos demais. Por essa razão, optou-se por confeccionar um quadro explicativo exclusivamente para esses autores, destacando apenas seus nomes e os países onde publicaram suas produções científicas. Esses teóricos foram: Maurice Halbwachs (1877-1945), Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931-2025).

Os três primeiros conceitos – MC, MS e LM – são amplamente difundidos nas pesquisas e predominam nas discussões científicas das ciências humanas e sociais. No entanto, ainda que pertençam à tradição europeia do Século XX, esses conceitos possuem diferentes definições e conteúdo, cuja elaboração não se restringe aos autores recorrentes e dominantes. São conceitos amplos, móveis e podem se interligar a qualquer outra categoria conceitual aqui estruturada. Por isso, as terminologias de MC, MS e os LM devem ser compreendidas como um fenômeno submetido a flutuações e constantes mudanças. O elemento em comum nessa tríade conceitual é o espaço originário de produção: a França. Ela é considerada pelo pensamento hegemônico como o berço da intelectualidade humana, na qual se originou grande parte dos pensadores das ciências humanas e sociais.

Le Goff, ao tratar dos intelectuais da idade média (professores, eruditos, escritos, tradutores, dentre outros) no âmbito das universidades europeias, afirma que Paris, no contexto do renascimento artístico e intelectual, “torna-se para uns a cidade-farol” (Le Goff, 2006, p. 44), servindo de guia para quem aspirasse pelo aperfeiçoamento do intelecto, sendo as universidades europeias consideradas instituições de ensino internacionais. Burke (2003), por sua vez, ao discorrer sobre os letrados europeus na contemporaneidade, trata-os como “descendentes da intelligentsia radial do Século XIX” (Burke, 2003, p. 26). O autor ainda destaca que, para o contexto da primeira metade do Século XX, o termo “letrado” era utilizado “para descrever grupos sociais cujos membros se consideravam ‘homem do saber’ [...] ou ‘homem das letras [...]’” (Burke, p. 26), excluindo assim as mulheres da busca pelo conhecimento. Nesse contexto, conforme o pensamento crítico decolonial, é preciso questionar

o pensamento hegemônico eurocentrado ao considerar o conhecimento não-europeu como sinônimo de místico/exótico, bem como a ausência de espaço para a mulheres dentro dos círculos da intelectualidade. Nesse sentido, é imprescindível combater a apropriação do discurso eurocêntrico e identificar a *intelligentsia* dos países do sul global livre das interferências coloniais.

Além dos três conceitos centrais mencionados (MC, MS e os LM), destacaram-se outros seis conceitos: MH, MSU, MM, MCU, MI, MO. Cada conceito carrega consigo diferentes definições e caracterizações, sendo necessário apresentar de forma individualizada suas respectivas contextualizações teóricas. Cada análise enfatiza suas características e seus problemas frente ao paradigma intercultural anticolonial.

Finalmente, apresenta-se a análise das nove categorias conceituais individuais formuladas segundo a estreita relação com a dimensão sociocultural e conforme o nível de recorrência nas pesquisas produzidas no sul global. Como já mencionado, o conceito de memória *solus* é considerado uma unidade básica de pensamento (Dahlberg, 1978b) de caráter geral e universal, o qual se refere à faculdade dos indivíduos em reter lembranças do passado. No entanto, dele deriva um conjunto de conceitos individuais compostos por uma seleção de características que determina o conceito, mas que se ampliam (Dahlberg, 1978b) e que serão problematizados para melhor evidenciar os modelos conceituais representativos no campo informacional.

7.1 MEMÓRIA COLETIVA

O conceito de MC foi citado explicitamente na perspectiva de 14 teóricos que teceram um conjunto de ideias para sua explicação. Dentre eles, os dois com maior número de citação em pesquisas são Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff.

- Maurice Halbwachs

Fundamentado uma conjuntura histórica, esse conceito foi cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, pertencente à escola de pensamento durkheimiana. Ele escreveu seus principais trabalhos entre a década de 1920 e 1940, quando prematuramente foi assassinado pelos nazistas. A obra de maior significância escrita por Halbwachs foi “A Memória Coletiva”, publicada de forma póstuma em 1950. No texto, ele defende a tese de que a memória não pode ser concebida como um algo meramente cognitivo ou individual, mas como uma construção

coletiva ao longo do tempo. Essa obra consagrou Halbwachs, tornando-o referência fundamental para pesquisa sobre assuntos relacionados à memória no campo social.

Apesar da magnitude teórica-conceitual do trabalho mencionado, Pollak (1992, p. 201) afirma que Maurice Halbwachs, nos anos 20 e 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social. Quanto a isso, Pollak (1992) se refere à obra pioneira “Os quadros sociais da memória”, publicada pela primeira vez em 1925. Nela, o autor destaca que a memória individual não existe isoladamente, mas intimamente imbricada à memória coletiva de uma sociedade. Nesse percurso, a grande contribuição de Halbwachs foi distinguir dois tipos de memórias: as “**memórias individuais** e, por assim dizer, **memórias coletivas**. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memória” (Halbwachs, 2006, p. 71, grifo nosso).

A formulação de uma nova categoria conceitual envolve identificar e definir novos objetos ou ideias que compartilham características comuns. Esse foi o grande diferencial de Halbwachs. Até então, concebia-se que a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (Halbwachs, 2006, p. 71). Assim, a MC é apresentada como um conceito mais abrangente ou mais adaptada a contextos mais amplos. Para Barros (2011, p. 322), a contribuição ímpar do sociólogo francês estava em perceber que, longe de ser um processo recluso ao cérebro humano mediante a atualização de vestígios guardados neurologicamente pelos indivíduos, havia uma dimensão social tanto na memória individual como na memória coletiva.

O conceito de MC envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas, uma vez que a memória individual não pode ser praticada se o indivíduo não tomar por empréstimo palavras, ideias e demais expressões do ambiente social. Em suas discussões, Halbwachs (2006) atribui valor ao conceito de MC ao admitir que os fatos do passado assumem importância maior por não estarmos sós, mas vivemos em sociedade. Conforme suas reflexões, “pode-se falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo” (Halbwachs, 2006, p. 41).

A concepção teórica halbwachiana incluiu “novos conceitos funcionais” (Duvignaud, 2006, p. 09) no contexto epistemológico francês, mas não apenas nele, uma vez que tal expressão conceitual atingiu diferentes latitudes, inserindo-se paulatinamente na produção do conhecimento científico do sul global. Atualmente, com os estudos inter e transdisciplinares, é possível se apropriar do conceito de MC e estabelecer diferentes relações teóricas conceituais que enriquecem o campo científico-informacional.

No contexto da produção do conhecimento científico, tornou-se lugar comum declarar que a MC foi um termo cunhado por Halbwachs para se diferenciar do âmbito da memória individual, a qual conserva informações na consciência. Orrico ([BRA], 2011, p. 69) enfatiza que “falar em memória no campo social é se reportar a Maurice Halbwachs”. Nessa mesma linha de pensamento, Schmidt e Mahfoud (1993) afirmam que sociólogos, psicólogos, historiadores, antropólogos, arquitetos – como também bibliotecários, arquivistas e museólogos – têm cada vez mais recorrido a essas obras, que permanecem ricas e fecundas para as diferentes áreas.

O lugar de destaque ocupado por Halbwachs nas produções científicas da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI pode ser percebido nos 38 trabalhos recuperados que fazem menção direta ao sociólogo francês. No Brasil, por exemplo, país com maior incidência de citação, o conceito de memória MC de Halbwachs é utilizado em 22 trabalhos, os quais entendem a MC como uma representação das experiências compartilhadas pelos indivíduos que vivem em sociedade. As duas principais obras citadas do autor foram “Os quadros sociais da memória”³⁰ (2023) e “A memória coletiva”³¹ (2006). O Quadro 10 apresenta os autores que tomaram por base o sociólogo francês.

Quadro 10: Representação do conceito de Memória Coletiva I

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Halbwachs (2006; 2023)	Marín Agudelo, ([ARG], 2013)
	Parentelli ([ARG], 2023)
	Costa; Cutrim ([BRA], 2021)
	Dias; Oliveira; Albuquerque ([BRA], 2022)
	Nascimento; Lima ([BRA], 2022)
	Andreoni ([BRA], 2011)
	Beneduzi ([BRA], 2020)
	Giovanaz ([BRA], 2007)
	Sundström; Moraes ([BRA], 2019)
	Ignacio; Pizarro; Unglaub ([BRA], 2022)
	Vanin; Sales ([BRA], 2024)
	Ferreira; Ourico ([BRA], 2019)
	Carvalho; Carvalho ([BRA], 2005)
	Santos; Alves; Oliveira ([BRA], 2019)
	Carmo; Karpinski; Bräscher ([BRA], 2018)
	Mintegui; Gallo; Karpinski ([BRA], 2020)
	Molina; Araki ([BRA], 2016)
	Morigi; Bonotto ([BRA], 2004)
	Oliveira; Pena ([BRA], 2020)
	Orrico ([BRA], 2011)
	Silva; Martins ([BRA], 2022)
	Rodrigues ([BRA], 2015)

³⁰ Publicada pela primeira vez em 1925.

³¹ Publicada pela primeira vez em 1950.

	Orrico; silva ([BRA], 2019)
	Sousa; Santos; Oliveira ([BRA], 2022)
	Toro Tamayo; Vallejo Echavarría ([COL], 2018)
	Solórzano Ariza; Toro Tamayo; Vallejo Echavarría ([COL], 2017)
	Cogollo-Ospina; Toro Tamayo ([COL], 2016)
	Arenas Grisales ([COL], 2015)
	Giraldo Lopera ([COL], 2017)
	Botero ([COL], 2014)
	Costa; Luce; Bernardino ([COL], 2024)
	Ramírez Aceves; Arreola Huerta ([COL], 2023)
	Puentes-Cala ([CRI], 2022)
	Ferreira; Bizello ([CRI], 2011)
	Molina; Valentim ([CRI], 2011)
	Silveira ([MEX], 2012)
	Leiva; Pedraza ([MEX], 2020)
	Auqui; Galván ([PER], 2020)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com base no quadro, infere-se a existência de um determinado apego à perspectiva halbwachiana na produção do conhecimento científico informacional, sobretudo no Brasil, mas também na Argentina, Colômbia, Costa Rica, México e Peru. A padronização – ou inflexão – conceitual acontece quando a grande maioria dos/as pesquisadores/ras, sem analisar criticamente o impacto colonial, estabelece um conceito fixo, inviabilizando a implementação de novas propostas teóricas e retardando o processo de emancipação no meio acadêmico. Apoiado nesse indício, identificamos uma injustiça simbólica, expressa quando os pesquisadores do sul se utilizam da produção do conhecimento que privilegia “um pequeno círculo de pessoas com perfil acadêmico, que detêm o poder de propor o que é ciência e o que não” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2022, p. 07). Nesse caso, trata-se do exclusivismo de teorias constituídas por pequenos grupos no ato de fazer ciência.

Em nível conceitual, Marín Agudelo ([ARG], 2013), que toma como categoria de análise a memória coletiva, na perspectiva teórica de Halbwachs, apresenta a memória coletiva como “um processo social pelo qual um determinado grupo, comunidade ou sociedade reconstrói constantemente seu passado vivido e experimentado” (Marín Agudelo, [ARG], 2013, p. 112, tradução nossa). Da mesma forma, Parentelli ([ARG], 2023) recorda que Halbwachs (2006) concebe a memória coletiva como uma construção de um grupo que se desenvolve em um quadro espacial, com uma relação de um lugar e em um limite de tempo mais ou menos distante. Já para Vanin e Sales ([BRA], 2024, p. 15), a memória coletiva atua como uma história vivente, preservando objetos culturais significativos e proporcionando continuidade e coerência às comunidades ao longo do tempo.

Com base na obra “Os quadros sociais da memória (2023), Andreoni ([BRA], 2011) enfatiza que Halbwachs (2023) destaca que o indivíduo carrega em si a lembrança sem existência isolada, pois ele está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. Corroborando essa ideia, Giovanaz ([BRA], 2007) reitera não haver memória coletiva que não se desenvolva com base em um quadro espacial, pois o espaço é uma realidade duradoura, enquanto nossas impressões se sucedem frequentemente. Isso significa que as experiências pessoais de um indivíduo não são fortemente moldadas pelas influências da sociedade em que ele está inserido.

Nesse amplo revisionismo teórico, cada autor(a) apresenta como Halbwachs (2006; 2023) contribui com o desenvolvimento de suas pesquisas, destacando apontamentos e esclarecimentos do autor francês. Porém, o uso de Halbwachs na produção científica da AL pode ser tomado como um indício que reforça a crença na sobreposição do pensamento hegemônico europeu. Essa máxima é reforçada pela presença de outros teóricos franceses que também abordam o conceito em questão, incluindo Jacques Le Goff.

- Jacques Le Goff

O Quadro 11 lista os autores que inseriram em suas pesquisas as reflexões teóricas propostas pelo historiador francês Le Goff.

Quadro 11 - Representação do conceito de Memória Coletiva II

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Le Goff (1990)	Nascimento e Lima ([BRA], 2022)
	Sousa, Santos e Oliveira ([BRA], 2022)
	Ignacio, Pizarro e Unglaub ([BRA], 2022)
	Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005)
	Carmo, Karpinski e Bräscher ([BRA], 2028)
	Alves e Correia ([BRA], 2021)
	Beneduzi ([BRA], 2020)
	Goulart, Perazzo e Lemos ([BRA], 2005)
	Santos, Alves e Oliveira ([BRA], 2019)
	Boni e Hoffmann ([BRA], 2011)
	Molina e Araki ([BRA], 2016)
	Mombelli e Tomaim ([BRA], 2012)
	Silva e Martins ([BRA], 2022)
	Azevedo Netto, Torres, Alves e Farias ([BRA], 2014)
	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
	Camilo Hernandez ([COL], 2020)
	Puentes-Cala ([CRI], 2022)
	Molina e Valentim ([CRI], 2011)
	Silva ([MEX], 2013)
	Ribeiro, Lima e Silva ([PER], 2018)
	Sampaio e Oliveira ([PER], 2013)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Percebe-se que o historiador francês Jacques Le Goff (1990) também ocupa um lugar de destaque nas produções científicas de diferentes países para tratar do conceito de memória coletiva. A obra de maior destaque do historiador é “História e Memória”. Nela, o autor afirma que o conceito de memória é nuclear no campo científico e que, embora sua proposta seja voltada para compreender como a memória surge nas ciências humanas, fundamentalmente na história e na antropologia, e se ocupe mais da memória coletiva do que das memórias individuais, também é importante descrever sumariamente a nebulosa memória no campo científico global. Ele discute a relação entre passado e presente no contexto da memória coletiva, destacando que a distinção entre presente, passado (e futuro) implica em um processo de escalonamento da memória, à medida que se desprende do presente.

Segundo Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005), “em seu livro História e memória, Le Goff enfoca indiretamente a questão dos estoques de informação como repositórios naturais da memória”. Ao relacionar informação e memória, percebe-se o caráter indissolúvel entre esses dois elementos tão fortes na área da CI.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 423).

Outra característica importante é que Le Goff opta por usar a designação de MC para os grupos sem escrita, denominado pelo historiador de “sociedades ‘selvagens’” (Le Goff, 1990, p. 428). Sociedades que não desenvolveram qualquer sistema de escrita formal ou que não falam uma língua reconhecida foram considerados selvagens e colocadas em situação de escravização, a exemplo dos povos originários, os quais não tinham cultura da escrita nos moldes ocidentais. Em decorrência, eles utilizavam outros conhecimentos, incluindo sistemas gráficos não-alfabéticos. Sob esse ponto de vista, a concepção de MC se tornou sub-representada, por não possuir um caráter homogêneo e universalista, mas abarcar diferentes cosmovisões que integram os saberes originários construídos na experiência cotidiana de diferentes povos em seus territórios.

Le Goff (1990) desconsidera que a MC das sociedades “selvagens” e não materializada passou e passa por um constante processo de aniquilamento, iniciado desde a chegada dos colonizadores no novo mundo, gerando, por conseguinte, riscos permanentes à sua preservação. Nesse sentido, estudos decoloniais, como os de Krenak (2021), destacam que “a matança de nações originárias significou o apagamento de memórias, a negação da história profunda de milhões de seres humanos, ainda à margem do que viria a se constituir nos séculos vindouros

como a civilização ocidental” (p. 15). Conforme destaca Molina e Valentin ([CRI], 2011) ao citar Le Goff (1990), o aparecimento da escrita está ligado inicialmente a um processo de “evolução” das sociedades, acarretando uma profunda transformação da função da MC na sociedade. A memória assume assim a forma de inscrições em suporte como documentos e monumentos comemorativos.

Seguindo com os resultados da pesquisa, apesar de Halbwachs e Le Goff figurarem como os dois autores mais mencionados para discorrer sobre MC, eles não foram os únicos. O Quadro 12 elenca os autores que utilizaram o termo MC fora do eixo Halbwachs e Le Goff:

Quadro 12: Representação do conceito de Memória Coletiva III

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Barros (2011)	Ignacio, Pizarro e Unglaub ([BRA], 2022)
Candau (2002; 2011)	Rodrigues ([BRA], 2015)
	Orrico ([BRA], 2011)
Chauí (2003)	Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005)
	Espirito Santo, Lorenzetto e Scarpini ([CRI], 2011)
Jelin (2002)	Parentelli ([ARG], 2023)
Leroi-Gourhan (1977)	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
Melo Filho (2016)	Sousa, Santos e Oliveira ([BRA], 2022)
Montysuma e Karpinski (2010)	Carmo, Karpinski e Bräscher ([BRA], 2018)
Polak (1992)	Vanin e Sales ([BRA], 2024)
	Morigi, Binotto e Semensatto ([BRA], 2004)
	Gutfreind e Rech ([BRA], 2011)
	Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005)
Ricoeur (1999; 2007)	Nascimento e Lima ([BRA], 2022)
Santos (2023)	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Schmidt e Mahfoud (1993)	Vanin; Sales ([BRA], 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

- Barros (2011)

José d'Assunção Barros³², em seu texto “Memória e história: uma discussão conceitual” (2011), examina a relação entre Memória e História, particularmente atentando para os aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. Sua proposta tem como eixo central o uso da memória como fonte historiográfica. Assim, conforme seu pensamento no contexto de uma compreensão da História, “o papel da memória coletiva adquire extrema relevância, exatamente porque pode cumprir uma função social de religar tradições e re-estabelecer continuidades que a historiografia não oferece (...)” (Barros, 2011, p. 325).

Ainda conforme o autor, a memória coletiva se realiza por meio dos seres humanos que a carregam e dependem dos grupos sociais que a sustentam. Outra caracterização é apresentada

³² Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e é professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Fonte: Plataforma Lattes.

por Ignacio, Pizarro e Unglaub ([BRA], 2022), expondo o entendimento de Barros de que a memória coletiva contribui para “[...] permitir uma abordagem mais complexa da memória individual, assim como as crescentes descobertas científicas sobre memória individual também produziram motivações importantes para uma ressignificação da noção de memória coletiva” (Barros, 2019, p. 272–273). Barros apresenta a diferenciação entre História e memória coletiva no contexto do Século XX. Para ele, só existiria uma única História, apesar de fluir em múltiplas direções – um único fluxo histórico, uma única totalidade histórica. Em contraposição, existem muitas memórias coletivas, e não uma única memória coletiva: “a memória coletiva não é de fato única, e somente se pode falar esta expressão no singular como recurso discursivo para a identificação e delineamento de um campo, porque há, na verdade, inúmeras memórias coletivas” (Barros, 2011, p. 327).

- Candau (2002; 2011)

O antropólogo francês Joël Candau³³ possui duas obras consagradas: “Antropologia da Memória” (2002) e “Memória e Identidade” (2011). Na primeira obra, o estudioso aprofunda a compreensão do conceito de MC. Para Candau, o conceito de memória é fundamental para qualquer pesquisador/a com interesse no campo das ciências humanas e sociais. Conforme sua compreensão, a faculdade da memória é essencial para o indivíduo em todos os momentos da sua vida e possui um impacto de maior importância na vida social. Já a noção de memória coletiva, entendida como uma reconstrução continuamente atualizada do passado, pode receber outras designações para se referir “a certas formas de consciência do passado (ou de inconsciência, no caso do esquecimento), aparentemente compartilhada por um conjunto de indivíduos” (Candau, 2002, p. 61, tradução nossa).

Na segunda publicação, intitulada “Memória e Identidade”, Joël Candau (2011) revisita algumas das ideias expostas na primeira obra e procura estabelecer as relações entre memórias individuais e coletivas. Para isso, classifica memória em três níveis, que também são destacadas por Rodrigues ([BRA], 2015): 1) a protomemória, o tipo de memória que não gera arquivo, memória de baixo-nível ou memória trabalho. Seria a MC incorporada nos gestos, na linguagem, na prática social, cuja realização se dá de maneira quase automática; 2) o segundo tipo de memória, a memória evocação ou memória propriamente dita, é fruto das lembranças

³³ Joël Candau é professor de Antropologia da Universidade de *Nice Sophia Antipolis*, França e diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia Memória, Identidade e Cognição Social (Lasmic).

individuais e pessoais de cada ser humano; e 3) a terceira memória, a metamemória, diz respeito à construção identitária, representando o que fazemos das nossas lembranças (Candau, 2011).

- Chauí (2003)

Chauí³⁴, em sua obra “Convite à Filosofia” (2000), destina um capítulo para a discussão e problematização em torno da memória. Na perspectiva dos suportes da memória ou da cultura material, a autora destaca que a História – na qual também se incluem a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, consideradas campos das ciências humanas e sociais – se propõe a investigar “os diferentes suportes da memória coletiva (documentos, monumentos, pinturas, fotografias, filmes, moedas, lápides funerárias, testemunhos e relatos orais e escritos, etc.)” (Chauí, 2000, p. 351). Esse entendimento corrobora com o pensamento de Azevedo Netto, Torres, Alves e Farias ([BRA], 2014, p. 81) de que “a memória coletiva se torna viável pelos processos de transferência da informação por meio dos artefatos que são monumentos/documentos que servem como instrumentos de representação das identidades culturais”.

A autora realiza uma revisão teórica do entendimento de memória desde os antigos gregos até a sociedade moderna. Assim, ela concede duas perspectivas conceituais: a primeira delas, destacada por Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005), concebe a memória como “uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (Chauí, 2000, p. 161). Já a segunda perceptiva, destacada por Espirito Santo, Lorenzetto e Scarpini ([CRI], 2011), é de que “a memória não é um simples lembrar ou recordar pois ela revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente [...] e do futuro [...]” (Chauí, 2000, p. 164). Como preconiza Carvalho e Carvalho ([BRA], 2005, p. 59), Chauí (2000) lembra que “a memória na nossa sociedade é ao mesmo tempo valorizada e desvalorizada”. A valorização se dá, dentre outros motivos, pela diversidade das instituições de preservação. Já a desvalorização ocorre por não ser considerada uma atividade essencial para o conhecimento.

- Jelin (2002)

³⁴ Marilena Chauí é doutora em Filosofia e Professora da Universidade de São Paulo (USP). Fonte: Plataforma Lattes.

A pesquisadora argentina Elizabeth Jelin³⁵, em sua obra *“Los trabajos de la memoria”* (2002) tece reflexões sobre a urgência de trabalhar a memória no contexto político e social. Jelin (2002) entende a memória como um elemento fundamental para a construção e reconstrução das identidades individuais e coletivas das sociedades. Para ela, a MC é sustentada por uma estrutura social, como a família, a religião e as classes sociais. Essa estrutura dá sentido às recordações individuais. Seu trabalho possui alto grau de autonomia científica, pois se volta para a realidade dos países do Cone Sul³⁶, considerando os aspectos econômicos e políticos de cada um dos países dessa região. Ela destaca, por exemplo, a atuação de Pinochet e os crimes cometidos no Chile, a ditadura militar na Argentina e no Brasil e a Comissão para Paz no Uruguai. Com isso, sua obra contribui para analisar as presenças e os sentidos do passado com base nas ditaduras que governaram o Cone Sul da América Latina, onde “os países da região enfrentam enormes dificuldades em todos os campos: a vigilância dos direitos econômicos e sociais é cada vez mais restringida pelo apego ao mercado e aos programas políticos da corte neoliberal” (Jelin, 2002, p. 04).

Parentelli ([ARG], 2023) destaca que, conforme proposto por Jelin (2002), o trabalho com a memória pode ser abordado segundo duas perspectivas: a primeira seria uma ferramenta teórica e metodológica que pode ser utilizada por diferentes áreas do conhecimento; a outra perspectiva está vinculada a uma categoria social. Como ferramenta teórica, é fundamental compreender que “localizar temporalmente a memória significa referir-se ao ‘espaço da experiência’ no presente” (Jelin, 2002, p. 13). Como categoria social, ela entende que os indivíduos participam do processo histórico de construção da MC e uma parcela desses indivíduos chegam a compartilhar uma memória coletiva traumática, decorrente da violação dos direitos humanos em períodos de guerras civis. Apesar disso, a memória possui “um papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento a grupos ou comunidades” (Jelin, 2002, p. 10).

- Leroi-Gourhan (1977)

O arqueólogo francês André Leroi-Gourhan³⁷, em sua obra *“Il gesto e la parola”* (1977), afirma que a MC está sujeita a um processo constitutivo e expansionista decorrente da

³⁵ Elizabeth Jelin (1941- presente) é socióloga, pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas CONICET (Argentina), professora da Universidade de Buenos Aires e diretora acadêmico do Programa “Memória Coletiva e Repressão”.

³⁶ O Cone Sul corresponde à região geográfica da América do Sul, abaixo do Trópico de Capricórnio, incluindo Argentina, Chile, Uruguai e partes do sul do Brasil.

³⁷ Leroi-Gourhan (1911 – 1986) foi etnólogo e arqueólogo francês. Entre 1956 e 1967, foi professor de Etnologia Geral na Universidade de Paris. Em 1968, foi nomeado professor de Pré-história do *Collège de France*.

ampliação da produção documental no Século XX. Esse processo está intimamente relacionado ao que Carrasco Celis ([CHI], 2015) afirma ao dizer que “Leroi-Gourhan, concentrando a sua atenção nos processos constitutivos da memória coletiva, subdividiu a sua história em cinco períodos: ‘o da transmissão oral, o da transmissão escrita através de tabelas ou índices, o das fichas simples, o do processo mecânico e o da classificação eletrônica por séries’” (Carrasco Celis, [CHI], 2015, p. 10).

O primeiro seria uma operação mecânica entre, por exemplo, membros de uma família sobre a vida cotidiana. O segundo entende a escrita como um novo sistema de representação, o qual trouxe engrandecimento para a natureza do ponto de vista documental. Ainda assim, conforme o autor, a memória coletiva, com o nascimento da escrita, não deve quebrar seu movimento tradicional – que seria a oralidade –, exceto quando seu registro é de interesse de alguém (Leroi-Gourhan, 1977). No terceiro, as fichas estariam relacionadas ao conteúdo armazenado nas bibliotecas, os chamados fichários bibliográficos ou mesmo índices, dicionários e glossários. O quarto estaria associado aos índices bibliográficos, os quais possuem diversas disposições: por autor, por assunto, geográfico e cronológico. No último período, ele destaca cartões perfurados e a memória eletrônica: “hoje em dia, é possível conceber a preservação do pensamento por outros meios que não os livros, o que manterá por um curto período a vantagem de ser facilmente acessível. Fácil de manusear” (Leroi-Gourhan, 1977, p. 466, tradução nossa).

O conjunto de procedimentos operacionais que podem ser utilizados por esses períodos, sobretudo os quatro últimos, são indispensáveis para a MC, tendo em vista que “a característica das sociedades humanas, de acumular inovações técnicas e conservá-las, está ligada à memória coletiva” (Leroi-Gourhan, 1977, p. 275, tradução nossa). Para o autor, manuscritos como cartas e contratos, além de demais materiais impressos, quando colocados em posição de uso, permitem os indivíduos de um grupo social a se depararem com a memória coletiva, a qual é a testemunha da externalização cada vez maior da memória individual. Nesse sentido, o conjunto de publicações poderia externalizar a memória individual e transformá-la em memória coletiva, uma vez que “[...] a memória coletiva atingiu tal volume no século XIX que se tornou impossível exigir memória individual para absorver o conteúdo das bibliotecas”. Ainda nesse contexto, Leroi-Gourhan destaca o impacto da produção informacional e suas consequências na expansão da memória. Para ele, “o fluxo está aumentando em nossa direção, mas, considerando tudo, nenhum momento na história da humanidade testemunhou uma expansão tão rápida da memória coletiva” (Leroi-Gourhan, 1977, p. 308, tradução nossa).

- Melo Filho (2016)

Edilson de Melo Filho³⁸ (2016) discute o conceito de memória e identidade coletiva no âmbito da CI a fim de perceber a representação da memória inserida na sociedade da informação. Para ele, o crescente estoque informacional deve ser útil para a construção da memória social dos grupos. Para a análise realizada, o autor relaciona os conceitos de identidade e memória propostos por Henri Bergson (1999), Maurice Halbwachs (2006), Paul Ricoeur (2007) e Jöel Candau (2011) com a CI. Em suas reflexões, a memória coletiva é partícipe da memória individual, a qual se configura como importante fator determinante da identidade dos sujeitos. Nesse aspecto, a memória de um grupo está em consonância com as lembranças das experiências dos membros e com o contexto social em que se encontram, reforçando a ideia de tornar mais explícitas as concepções de memória que permeiam o conhecimento produzido pela CI. Assim, Souza, Santos e Oliveira ([BRA], 2022) afirmam que, na concepção de Melo Filho (2016), a memória coletiva se configura como importante fator determinante da identidade dos sujeitos e, portanto, entende a memória como um estado de consciência, visto que as lembranças são permanentemente evocadas em um conjunto de representações que formam a identidade. Nesse entendimento, Melo Filho (2016) aborda a questão da memória enquanto fenômeno coletivo:

A memória como um estado de consciência que não é de todo individual, mas também é construído coletivamente, e assim por diante, contribuindo essencialmente na construção da identidade, tendo em vista o resgate das lembranças coletivas que são evocadas pelos outros e não nos são estranhas, mas sim familiares (Melo Filho, 2016, p. 120).

Conforme o exposto, a MC não é uma réplica das memórias de um indivíduo, mas sim uma construção social, pertencente a um grupo e que está em consonância com as lembranças das experiências dos diferentes membros.

- Montysuma e Karpinski (2010)

Os pesquisadores brasileiros Marcos Montysuma³⁹ e Cezar Karpinski⁴⁰, em publicação conjunta da obra “Memória e História Oral” (2010), entendem que o conceito de memória

³⁸ Edilson de Melo Filho é Doutor em Ciência da Informação e Bibliotecário-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fonte: Plataforma Lattes.

³⁹ Marcos Montysuma é doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Fonte: Plataforma Lattes.

⁴⁰ Cezar Karpinski é doutor em História e Professor do PPGCI da Universidade Federal de Santa Catarina. Fonte: Plataforma Lattes.

coletiva de Halbwachs (2006) é uma forma crítica de mostrar que o indivíduo e tudo o que ele produz, pensa ou conhece é determinado pelo meio em que está inserido. Dessa forma, a memória “[...] não emerge do interior do indivíduo, mas é alavancada por fatores coletivos, sempre intencionais e com objetivos suscitados pelo presente, externos ao sujeito, na interface sujeito-espaco coletivo” (Montysuma; Karpinski, 2010, p. 31).

- Polak (1992)

O sociólogo austríaco Michael Pollak⁴¹ (1948-1992) foi o terceiro autor com maior incidência de citação para MC, tornando-o uma das mais importantes referências nos estudos da memória, depois de Halbwachs e Le Goff. Nessa perspectiva, foi apresentado o artigo intitulado “Memória e identidade social”. Nele, Pollak (1992) entende que a memória é, em parte, herdada e não se refere apenas à vida física da pessoa. Dessa forma, ela destaca que “a memória é constituída por pessoas, personagens” (Pollak, 1992, p. 201) e que um dos elementos constitutivos dessa memória são os acontecimentos “vividos por tabela” (1992, p. 201). Em outras palavras, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencente. Morigi, Binotto e Semensatto ([BRA], 2004) afirmam que a memória, conforme Pollak (1992), é um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações constantes. Nesse entendimento, trata-se de acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou diretamente. Contudo, no imaginário, adquiriram tamanho relevância que se torna difícil discernir ou não sua participação. Em termos conceituais, Pollak (1992, p. 203) afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de um grupo em sua reconstrução de si”.

- Ricoeur (1999; 2007)

Paul Ricœur⁴², em sua obra “*La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*” (1999), discute a relação entre memória individual e memória coletiva. Para ele, no nível da interiorização, a memória parece estar ligada à capacidade pré-reflexiva da vida mental. No entanto, por meio da linguagem e de seu caráter narrativo, é possível trazer à tona a exteriorização da memória e da sua relação simbiótica entre indivíduos. Entretanto, ele destaca

⁴¹ Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris, em 1992. Radicado na França, formou-se como sociólogo e trabalhou como pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS*.

⁴² Paul Ricœur (1913 – 2005) foi um filósofo e pensadores franceses, professor nas Universidades de Sorbonne e Chicago.

“essa mediação linguística não pode ser incluída em um processo de reconstrução baseado em um conhecimento originalmente privado” (Ricoeur, 1999, p. 20). Isso se deve pelo fato da memória possuir uma natureza social e pública. Em termos conceituais, ele destaca que:

[...] a memória colectiva consiste apenas no conjunto de vestígios deixados pelos acontecimentos que marcaram o curso da história dos grupos envolvidos e que têm a capacidade de encenar essas memórias comuns por ocasião de festivais, rituais e celebrações públicas (Ricoeur, 1999, p. 19).

Ricoeur também é referenciado pela obra “Memória, a história, o esquecimento” (2007). Nela, o autor discute o conceito de MC conforme Halbwachs e defende que, apesar de não nos lembramos sozinhos, “é no ato pessoal da recordação que foi inicialmente procurada e encontrada a merca do social” (Ricoeur, 2007, p. 133). Em suas reflexões, ele entende que a MC opera pelas trocas mútuas entre a memória viva das pessoas individuais, interligada, por exemplo, pelas comemorações e tradições de uma comunidade.

- Santos (2023)

Myrian Sepúlveda dos Santos⁴³, desde 1989, quando iniciou suas pesquisas, dedicou-se aos estudos da memória MC no Brasil, em um contexto no qual, segundo ela, nem mesmo a definição mais elementar do que seria memória coletiva existia. Para ela, “memória e coletividade, apesar de escritos sobre o tema datarem do início do século XX, ainda eram termos desconectados” (2023, p. 12). Felizmente, com o passar do tempo, houve um grande crescimento do interesse pelo tema, de forma que “o termo memória coletivo não é mais uma novidade no cenário acadêmico”. O crescente estudo sobre a relação entre os termos memória e coletividade permitiu melhor compressão da sua interligação.

Em uma de suas principais obras, “Memória Coletiva e Identidade Nacional”, Santos (2003, p. 25-26) aponta que todos os indivíduos são formados pela memória e que ela não é constituída apenas por pensamento, imaginação e construção social: “nossa memória é formada por uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, quando em contato com resíduos deixados anteriormente”.

De acordo com a autora, a memória é associada à percepção de pertencimento a um mundo que constitui os indivíduos e permite às pessoas compreenderem sua finitude. Nesse sentido, “(...) a memória coletiva representa uma corrente de pensamento que envolve seres humanos reais relacionando-se uns com os outros. O passado que existe no presente é o passado

⁴³ Myrian Sepúlveda dos Santos (1955-2024) foi doutora em Sociologia e professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fonte: Plataforma Lattes (adaptado).

que existe na consciência do grupo” (Santos, 2003). Ela ainda destaca que, mesmo considerando a MC como representação e todas as derivações, deve-se admitir que, seja lá o que for a memória, ela excede o escopo da razão humana.

Molina e Valentim ([CRI], 2011) destacam a importância de Santos (2003) nas discussões teóricas no âmbito da CI, dada sua preocupação em alertar os/as pesquisadores/ras que a grande ameaça do mundo moderno é a perda ou o esquecimento da memória como aprendizado, inserida no mundo da informação: “Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento” (Molina; Valentim, [CRI], 2011, p. 266). Para combater essa situação de perigo, a CI deve proporcionar a preservação dos registros informacionais, essenciais para as experiências individuais e coletiva, bem como o conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica.

- Schmidt e Mahfoud (1993)

Maria Luisa Sandoval Schmidt⁴⁴ e Miguel Mahfoud⁴⁵, em publicação conjunta, baseiam-se na Psicologia Social para apresentar algumas das ideias fundamentais de Maurice Halbwachs sobre o trabalho da memória. Apesar da influência inicial do pensamento de Halbwachs, as pessoas autoras procuram ampliar a composição dos conceitos halbwachianos. Ao relacionar a memória individual da MC, os autores apontam a impossibilidade de uma memória exclusivamente ou estritamente individual, uma vez que as lembranças dos indivíduos são sempre construídas pela sua relação de pertença a um grupo. Nesse sentido, a MC é “o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 291). De forma complementar, Vanin e Sales ([BRA], 2014, p. 11) destacam ainda que, conforme Schmidt e Mahfoud (1993, p. 292-293), “a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si”.

A análise realizada demonstra que os teóricos europeus aparecem com maior recorrência do que os teóricos latino-americanos. Em uma perspectiva decolonial, pode-se questionar a

⁴⁴ Possui doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP) e livre docência pelo Instituto de Psicologia da USP. Fonte: Plataforma Lattes.

⁴⁵ Possui doutorado em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Fonte: Plataforma Lattes.

reduzida influência de autores situados no contexto da América Latina acerca de novas conceituações da MC baseadas no conhecimento situado. A seguir, analisaremos o conceito de MS em suas múltiplas perspectivas de abordagem.

7.2 MEMÓRIA SOCIAL

O conceito de MS pode ser considerado uma representação dos valores identitários e culturais de diferentes grupos, cada qual com seus discursos, narrativas e demais experiências cotidianas. Dentre essas experiências, pode-se destacar a linguagem, as celebrações, as tradições, as heranças e os demais valores transmitidos culturalmente. A MS é pensada na perspectiva do grupo e está inserida em um campo de diálogo entre diferentes agentes sociais, tais como família, escola, governo e ONGs, que a processa segundo o sentimento de pertencimento à sociedade em que vivem.

Nesse sentido, Farias e Freire ([BRA], 2011, p. 120) entendem que “torna-se um erro das sociedades não cultivarem as suas memórias”, pois, se não a cultivamos, não é possível preservá-las para mantê-las no presente e transportá-las ao futuro. Baseado nessa premissa, por se tratar de produções científicas da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, a grande maioria dos trabalhos se centra nos registros de informação, como memória socialmente construída, que deve ser preservada e acessada para (re)construção de novos discursos e narrativas e interpretativas. Autores como Formenton e Gracioso ([BRA], 2024, p. 01) e Goulart, Perrazo e Lemos ([BRA], 2005) ressaltam a importância da preservação da MS, pois a construção da memória resulta do acúmulo das experiências experimentadas na sociedade.

Atualmente, há uma rede de pesquisadores/ras no sul global que se encontram empenhados nos estudos sobre a tríade memória, informação e sociedade. Esses/as pesquisadores/ras se centram em diferentes perspectivas analíticas, desde os registros informacionais que preservam a memória até o conjunto de conhecimento e de experiências compartilhadas por um grupo ou sociedade. No Brasil, por exemplo, “o Programa de Pós-Graduação em Memória Social, criado no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), consolidou a temática a partir de uma abordagem interdisciplinar à memória social” (Santos, 2012, p. 12-13).

Apesar da consolidação dessa temática no âmbito científico, esta pesquisa evidenciou que o conceito em questão é utilizado abundantemente pelos/as pesquisadores/ras. No entanto, poucas vezes o conceito vem acompanhado de um arcabouço teórico estruturado apresentando definições e teóricos específicos para compor as análises das pesquisas. Possivelmente, os autores das produções analisadas, sem pretensões de recorrer a possíveis estudos já realizados

sobre o conceito investigado, optaram por utilizarem o conceito de forma despretensiosa, sem uma reflexão aprofundada que fornecesse um contexto para a pesquisa, auxiliando na construção de um argumento sólido.

Com isso, dez teóricos foram selecionados para compor as bases epistemológicas das pesquisas analisadas e desenvolvidas por pesquisadores do Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Peru e México (Quadro 13).

Quadro 13 - Representação do conceito de Memória Social

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Banchs, Guevara e Astorga (2007)	Álvarez Zapata; Giraldo Giraldo; Ocampo Molina; Guerra Sierra; Melgar Estrada; Gómez Vargas ([MEX], 2009)
Fentress e Wickham (2003)	Carmo; Karpinski; Bräscher ([BRA], 2018)
Gondar (2016)	Costa; Cotrin ([BRA], 2021)
	Silva; Martins ([BRA], 2022)
	Achilles ([CRI], 2023)
Hernández Olivera (2013)	Madrid ([CHI], 2023)
	Pulido Daza ([CUB], 2023)
Le Goff (1990)	Molina; Valentim ([CRI], 2011)
Massoni, Damin, Morigi e Dodebei (2017)	Santana e Pinho ([BRA], 2020)
Pêcheux (1999)	Orrico e Silva ([BRA], 2019)
Smolka (2000)	Alves e Correia ([BRA], 2021)
Tardy e Dodebei (2015)	Ferreira e Orrico ([BRA], 2019)
Valencia (2005)	Massoni; Morigi ([PER], 2022)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

O Quadro 13 identifica treze trabalhos que discorrem sobre o conceito de MS (segunda coluna) e dez teóricos que contribuem para a pesquisas desses autores (primeira coluna).

- Banchs, Guevara e Astorga (2007)

A pesquisadora venezuelana Maria Auxiliadora Banchs⁴⁶, em publicação conjunta com Álvaro Agudo Guevara e Lislíe Astorga (2007), desenvolvem uma reflexão sob três prismas: imaginários sociais, representações sociais e memória sociais. No que concerne à memória, as pessoas autoras entendem que, para além da capacidade cognitiva, ela passou a ser estudada como construção social, compreendida como uma área de investigação das relações indivíduo-sociedade. Com esse entendimento inovador, os estudos de memória se tornaram, desde as últimas décadas do Século XX, um tema central nas discussões em diferentes ciências sociais, tanto na Europa como na América Latina, “em particular no México e no Brasil” (Banchs; Guevara; Astorga, 2007, p. 72).

⁴⁶ Conforme Pereira de Sá e Arruda (2000), Maria Auxiliadora Banchs foi uma das primeiras doutoras latino-americanas a se formar sob a orientação do psicólogo social romeno radicado na França, Serge Moscovici, obtendo título de doutora em 1979.

Para as pessoas autoras, os estudos sobre memória social se baseiam no presente como *locus* de experiência, o qual reconstrói sucessivamente o passado para dar sentido a eventos emergentes. Essa contínua reconstrução de sentidos faz a memória social ser “constituída por diversas representações do passado” (Banchs; Guevara; Astorga, 2007, p. 77). Dessa forma, não se trata de uma memória fixa; ao contrário, são memórias construídas ao longo do tempo. Portanto, não existe uma única memória social que os indivíduos internalizam em seu processo de socialização, mantendo-se intacta. Além disso, as pessoas autoras afirmam ainda:

Não podemos deixar de concordar que a construção, atualização e manutenção da memória social não podem ocorrer fora dos quadros sociais de referência e, especificamente, fora da interação face a face nos grupos aos quais pertencemos e com os quais compartilhamos as informações que recebemos diariamente dos meios de comunicação de massa (Banchs; Guevara; Astorga, 2007, p. 76).

Com isso, infere-se que a memória social está intrinsicamente conectada a diferentes nuances de um grupo social, seja por meio das interações cotidianas entre indivíduos ou por meio do compartilhamento de informações mediante os recursos tecnológicos disponíveis, aproximando indivíduos de diferentes espacialidades.

- Fentress e Wickham (2003)

Os historiadores James Fentress⁴⁷ e Christopher Wickham⁴⁸, no livro “Memória Coletiva” (2003), discutem criticamente como historiadores e cientistas sociais utilizam a memória como ferramenta de investigação em suas pesquisas. Quanto à nomenclatura, os autores destacam: “chamamos este livro de Memória Social para contrastar seu tema com o da memória das pessoas” (Fentress, Wickham, 2003, p. 13, tradução nossa). Isso sugere que grande parte da memória está ligada ao pertencimento a grupos sociais. Por isso, eles optam por usarmos o termo “memória social” em vez de “memória coletiva”, “embora a última expressão seja mais reconhecível” (Fentress, Wickham, 2003, p. 14, tradução nossa).

Outra característica da obra é que o principal interesse dos autores está na referência explícita a eventos e experiências passadas, em que acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, “pois a experiência passada lembrada e as imagens compartilhadas do passado histórico são um tipo de memória que tem uma importância particular para a constituição de grupos sociais no presente” (Fentress, Wickham, 2003, p. 15, tradução nossa).

⁴⁷ Universidade de Oxford. Fonte: researchgate.

⁴⁸ Universidade de Oxford. Fonte: *University of Oxford*.

Além desse elemento, eles também entendem que o significado social da memória deve ser analisado sob a ótica dos modos de criação/transmissão das lembranças e representações compartilhadas por um grupo social sobre seu passado, não implicando assim em uma análise direta com a ótica da verdade: “O que importa é que se crie, pelo menos em certa medida. Não se deve menosprezar os contos populares, que também são comemorações do passado, embora não se considerem estritamente credíveis” (Fentress, Wickham, 2003, p. 16, tradução nossa).

Ainda de acordo com os autores, não se deve defender uma MS precisa. Ao contrário, ela deve ser distorcida e imprecisa. Essas características advindas da memória são limitações – e não precisões – que mostram que a memória não pode ser tomada como portadora fiel do conhecimento. Apesar disso, os questionamentos sobre a precisão da memória são estéreis, ou seja, não produzem qualquer resultado.

Por esta razão, não escreveremos sobre a precisão da memória social apenas para salvar sua reputação de seus críticos; preferimos sustentar que a possibilidade de tal precisão mostra que o que distorce a memória não é um defeito inerente ao processo de recordação mental, mas sim uma série de limitações externas, geralmente impostas pela sociedade (Fentress, Wickham, 2003, p. 16, tradução nossa).

Uma última característica apresentada é que só é possível compartilhar nossas memórias com os outros se primeiro torná-las parte de nós mesmos. Esse processo de compartilhamento da MS está ligado à persistência dos grupos, pois são eles os responsáveis pelo conjunto de elemento que, de forma articulada, represam e transmitem os valores memorialísticos às demais gerações: “uma memória só pode ser social se ela for capaz de ser transmitida e, para isso, precisa ser articulada. Por isso, a memória social é memória articulada” (Fentress, Wickham, 2003, p. 69, tradução nossa).

Carmo, Karpinski e Bräscher ([BRA], 2018) entendem que Fentress e Wickham apontam dois caminhos possíveis para sua teoria: primeiro, “a atribuição da razão aos historiadores ao considerar que a memória é vital somente quando possui um contexto que indica o seu início histórico” (Carmo, Karpinski, Bräscher, [BRA], 2018, p. 73); segundo, “apesar disto, não devemos aceitar a memória social de forma passiva e acrítica, mas o que se propõe é estabelecer um diálogo com a história – uma vez que memória social é a história de sua transmissão” (Carmo, Karpinski, Bräscher, [BRA], 2018, p. 73).

Ainda conforme Carmo, Karpinski e Bräscher ([BRA], 2018), MS significa uma fonte de conhecimento que propicia elementos para uma reflexão consciente do passado, possibilitando interpretações de categorias pelas quais um grupo (re) conhece o ambiente sociocultural em que estão inseridos. “O conceito de memória social defendido neste estudo

toma como base o conhecimento que um grupo possui, bem como as interpretações que estão diretamente relacionadas à história e às ideologias implícitas na sua transmissão” (Carmo, Karpinski e Bräscher, [BRA], 2018, p. 80).

- Gondar (2016)

A pesquisadora brasileira Jô Gondar⁴⁹ é uma das referências nas produções científicas tanto no Brasil como fora. Em seu texto intitulado “Cinco proposições sobre memória social” (2016), a autora destaca que, “a memória social aloja uma multiplicidade de definições, provenientes de diferentes perspectivas e discursos, muitas vezes contraditórias” (Gondar, 2016, p. 19), destacando que o conceito de memória é inacabado.

A primeira das cinco proposições é que o campo da memória social é transdisciplinar, por ser produzida no entrecruzamento entre diferentes campos de saber onde atravessam suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas. A proposta transdisciplinar pretende “pôr em xeque a disjunção entre as disciplinas, valorizando pesquisas capazes de atravessar os domínios separados” (Gondar, 2016, p. 22). Silva e Martins ([BRA], 2022), ao enfatizar o caráter transdisciplinar da MS, citam Gondar (2016, p. 23): “a memória social, como objeto de pesquisa é passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito”.

A segunda proposição é que o conceito de memória é ético e político. Isso porque qualquer perspectiva tomada será parcial, revelando assim “uma intencionalidade quanto ao porvir” (Gondar, 2016, p. 25). A terceira proposição é que a memória implica o esquecimento, havendo assim uma necessidade de valorizar a dimensão criadora do tempo – não apenas o que foi destruído/esquecido – para atribuir uma função positiva ao esquecimento. A quarta proposição é que a memória não se reduz à identidade, uma vez que a identidade é construída segundo os aspectos positivos de valores e crenças dentro do grupo: “uma sociedade pode se lembrar daquilo que ela representa como injustiça do outro, mas não daquilo que ela representa como desonra, pois nesse caso estaria comprometida a imagem que ela constrói para si própria” (Gondar, 2016, p. 23). Esse elemento se torna imprescindível para justificar o silenciamento dos autores franceses frente ao colonialismo e suas formas de violência;

Finalmente, a quinta proposição é que a memória não se reduz à representação, pois, nesse caso, ela seria “reduzida a um arquivo de representações, não sendo levados em conta os

⁴⁹ Josaida de Oliveira Gondar possui doutorado em Psicologia e é professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Fonte: Plataforma Lattes.

movimentos reais que essas representações representam” (Gondar, 2016, p. 35). Ainda sobre a última preposição, Sousa, Santos e Oliveira ([BRA], 2022) asseveram que “[...] a memória é bem mais do que um conjunto de representações; ela se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si” (Gondar, 2016, p. 36).

- Hernández Olivera (2013)

Luis Hernández Olivera⁵⁰, em seu trabalho “Sobre a constituição da memória social: rumo a uma avaliação documental pós-moderna” (2013), visando destacar a importância dos documentos e dos arquivos, atesta que todas as sociedades ao longo da história foram equipadas, com maior ou menor sucesso, com algum meio de memória para auxiliar nas lembranças e garantir a preservação do passado. No entanto, ao se referir a uma forma de “menor sucesso”, o autor critica o sistema de avaliação na tradição arquivística espanhola, considerando-a ineficaz para a gestão documental e propondo uma perspectiva pós-moderna como caminho alternativo para encontrar solução ao problema posto.

O autor destaca que, no contexto da arquivística pós-moderna, os arquivistas devem assumir a responsabilidade pela construção da MS, gerenciando inclusive documentos concebidos em realidades virtuais. Da mesma forma, Madrid ([CHI], 2023), ao apresentar as ideias de Hernández Oliveira (2023), baseia-se na prática profissional para mostrar as relações intrínsecas entre metadados e gestão eletrônica de documentos arquivísticos, destacando que os mecanismos da arquivística pós-moderna impactam de forma positiva no fortalecimento da memória social.

Um desses mecanismos está associado ao processo avaliativo de documentos, que, na teoria pós-moderna, deve passar por um processo de macroavaliação (Hernández Oliveira, 2013), centrando em três fatores: 1) estruturais; 2) funções e atividades; e 3) cidadãos. Conforme o autor, todos esses processos se tornam imprescindíveis para tratar do valor dos documentos para a MS.

No que diz respeito à configuração da memória social, ou seja, quem ou o que é lembrado e quem ou o que será esquecido, a macroavaliação põe fim à hegemonia da memória do poder, permitindo que a diversidade e a complexidade da nossa sociedade sejam expressadas ao ecoar as suas múltiplas vozes (Hernández Oliveira, 2013, p. 18, tradução nossa).

⁵⁰ Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Salamanca – Espanha, de 1989 a 2023.

Trata-se, portanto, de uma proposta analítica do fazer arquivístico, em que os profissionais da informação, ao se apropriarem dos elementos vinculados ao paradigma intercultural, podem contribuir com a democratização das lutas por justiça social, reinserindo nos debates acadêmicos e sociais as vozes historicamente excluídas.

- Le Goff (1990)

O historiador francês Jacques Le Goff, já mencionado no tópico anterior quando tratado de MC, também é apontado como um teórico que discorre sobre MS. Isso se deve por, em sua obra “História e Memória” (1990), Le Goff abordar diferentes aspectos do estudo da memória (coletiva, social, histórica, étnica). No entanto, diferentemente da MC, a MS não ocupa um lugar central em suas reflexões. Para Le Goff (1990), a MC é de fato um conceito historiográfico, diferentemente da MS, entendida como mais “popular” ou mais “folclórica”, sendo uma de suas principais características ser vista como uma manifestação das sociedades sem escritas, que fazem uso da linguagem oral para transmitir seus costumes e seus valores culturais. Essas sociedades não teriam arquivos ou utensílios de produção para a memória. Apesar disso, ele afirma que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (Le Goff, 1990, p. 426). Finalmente, ele atribui aos profissionais científicos da memória – antropólogos, historiadores, jornalistas e sociólogos – o “fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (Le Goff, 1990, p. 477).

- Massoni, Damin, Morigi e Dodebei (2017)

Luis Fernando Massoni⁵¹, Marina Damin⁵², Valdir Morigi⁵³ e Vera Dodebei (2017), ao analisar as informações disponíveis sobre a cidade de Porto Alegre em um aplicativo de celular e a sua relação com a MS, destacam que as cidades são espaços de representações que auxiliam na construção da MS e que as narrativas sobre a cidade e sua memória podem ser acessadas por meio dos dispositivos eletrônicos. Nesse contexto, a MS no âmbito do espaço urbano é formada “pelos mais variados discursos aos quais temos acesso, dentro dos grupos que interagimos”

⁵¹ Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

⁵² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

⁵³ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

(Massoni, Damin, Morigi, Dodebei, 2017, p. 148). Isso porque a sociedade é formada por diferentes grupos que se interrelacionam em um mesmo espaço.

Ainda conforme as reflexões empreendidas, a memória é alimentada pelas informações acessadas em nossas práticas comunicacionais cotidianas: “a informação é entendida como uma construção, um processo de assimilação e formação de conhecimentos, aberta às dinâmicas sociais”. Já a MS deve ser pensada como “[...] um organismo vivo, formado por diferentes grupos e dinâmicas sociais, que têm a cidade como um dos pontos de contato e rememoração”, conforme destacam Massoni, Damin, Morigi e Dodebei (2017, p. 148). Essa definição da MS é multifacetada e enfatiza o caráter construtivo da memória, que não se limita a uma reprodução de experiências passadas, mas enfatiza a importância da construção da realidade, com recursos oriundos da sociedade e da cultura.

- Pêcheux (1999)

Michel Pêcheux⁵⁴, fundador da Escola Francesa da Análise do Discurso, também foi referenciado nos trabalhos analisados. Pêcheux (1999) afirma que o discurso não é uma produção individual, tampouco está sobre o controle daquele que enuncia. O discurso é uma produção de enunciados da qual a memória faz parte. Assim, há uma linguagem discursiva que deve ser entendida como um processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória. Orrico e Silva ([BRA], 2019) afirmam que Pêcheux (1999), ao incorporar a memória em sua concepção de discurso, define-a como aquela entendida nos “[...] sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 1999, p. 50).

Desse modo, a MS está carregada de um discurso – a favor de algo ou contra algo – e estruturada conforme uma materialidade complexa que varia conforme a linguagem. A memória pode ser estruturada em texto e/ou imagens legíveis que formam discursos e regulamentam a memória “[...] a imagem seria um operador de memória social” (Pêcheux, 1999, p. 51). Nessa estruturação, a memória está sempre passível à construção de um novo discurso, com novas significância: “haveria assim sempre um jogo de formas na memória, sob o choque do acontecimento” (Pêcheux, 1999, p. 53).

- Smolka (2000)

⁵⁴ Michel Pêcheux (1838-1984) foi um filósofo francês, professor do *Département de Psychologie du Centre National de Recherche Scientifique* – CNRS.

Ana Luiza Bustamante Smolka⁵⁵ (2000) busca tematizar a memória enquanto prática social, enfocando os muitos modos de pensar e de falar sobre memória. Para isso, ela faz uma incursão por vários filósofos, incluindo alguns referentes à antiga Grécia, como Platão e Aristóteles, “com o objetivo de procurar compreender os muitos modos, historicamente construídos, de pensar e de falar sobre memória” (Smolka, 2000, p. 167). No entanto, em conformidade com o pensamento da autora, a MS se inscreve em um projeto muito mais amplo do que o apresentado pelos antigos filósofos. Assim, ela busca identificar o que persiste das ideias dos muitos autores antigos sobre memória hoje.

A autora destaca a linguagem como um dos mecanismos mais fundamentais no processo de socialização da memória. Um sistema estruturado de informação e comunicação é imprescindível não apenas para a transmissão da memória, mas também para a articulação dos diversos mecanismos que lhe conferem significado: “a possibilidade de falar das experiências, de trabalhar as lembranças de uma forma discursiva, é também a possibilidade de dar às imagens e recordações embaçadas, confusas, dinâmicas, fluidas, fragmentadas, certa organização e estabilidade” (Smolka, 2000, p. 187). Nesse sentido, a linguagem não é apenas instrumental na (re)construção das lembranças. Ela é constitutiva da MS, em suas possibilidades e seus limites, em seus múltiplos sentidos, e é fundamental na construção da história.

- Tardy e Dodebei (2015)

Também se encontrou referências de Cécile Tardy⁵⁶ e Vera Dodebei⁵⁷, autoras que pertencem a diferentes *locus* de enunciação em termos territoriais, uma vez que a obra “Memória e novos patrimônios” (2015) é fruto de um trabalho colaborativo entre uma pesquisadora francesa e outra brasileira, tornando-se, por assim dizer, franco-brasileira. Conforme as autoras:

A existência de uma literatura científica que circula entre os dois países que favoreceu essa aproximação, a saber, a tradição francesa das discussões teóricas acerca da temática da memória e do patrimônio (Halbwachs, Bergson, Ricœur, Choay) e as abordagens metodológicas da análise de discurso, da análise documentária e da análise da imagem (Pêcheux, Gardin, Joly, Aumont), aliadas à inovação dos estudos que emergem no domínio cultural da pesquisa em ciências sociais no Brasil (Tardy; Dodebei, 2015, p. 7-8).

⁵⁵ Professora da Faculdade de Educação, Unicamp – Brasil.

⁵⁶ Universidade de Avignon et des Pays de Vaucluse – França.

⁵⁷ Doutora em comunicação e cultura e Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Plataforma Lattes.

Pode-se identificar uma forte influência teórica do cenário francês e do exercício de poder exercido sobre o cenário brasileiro, reforçando a máxima dos efeitos da colonização do conhecimento de um país sobre os outros.

Analisando a obra mencionada, é preciso destacar que as organizadoras se propõem a articular uma reflexão acerca das relações entre a MS e a patrimonialização, enfatizando formas de reconstruir, perpetuar e mediar a MS relacionada ao patrimônio tanto no Brasil quanto na França. No capítulo “Os tempos da Memória”, Dodebei (2015, p. 21) afirma que memória e patrimônio são dois temas cada vez mais presentes nos meios de comunicação contemporâneos. Assim, a autora propõe como proposta geral do capítulo colocar em diálogo conceitos já consolidados nos campos da memória e do patrimônio com aqueles inerentes aos campos da computação, informação e comunicação. Ao tratar especificamente da memória e de sua polissemia, a autora afirma que, “para incluir todos os adjetivos impostos à memória, entendemos que seu campo de estudos pode ser nomeado ‘memória social’” (Dodebei, 2015, p. 26). Assim, em suas reflexões, a MS não é abordada como um simples fato social, mas como uma abstração do pensamento e um processo que se analisa a relação da sociedade com o tempo, o espaço, a linguagem e a criação.

- Valencia (2005)

José Francisco Valencia⁵⁸, em seu texto “Representações Sociais e Memória Social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria” (2005), analisa as dimensões construtivas dos estudos de memória mediante sua concepção mais elementar associada a um modelo cognitivo. Para ele, os estudos de memória desenvolvidos nas primeiras décadas do Século XX têm se baseado no modelo proposto pela psicologia – artifício cognitivo –, que ajuda o indivíduo a retomar a informação do passado tal como foi. Conforme o autor, em meados dos anos 30, “a noção de memória como um mero instrumento de recuperação provou-se insuficiente” (Valencia, 2005, p. 101). Com essa limitação, os estudos de memória ultrapassam a psicologia e encontram a antropologia, a sociologia, a história, a literatura, a comunicação, entre outras, rompendo as barreiras interdisciplinares para ir ao encontro das modernas ciências sociais das quais se origina.

Para ele, o estudo da memória durante as três últimas décadas do Século XX estabeleceu um acordo consensual para entender a memória como uma atividade social realizada não privadamente, conforme o pensamento empreendido inicialmente, mas por meio da consciência

⁵⁸ Universidade do País Basco - *Euskal Herriko Unibertsitatea* – Espanha. Fonte: Dialnet.

compartilhada com os outros na configuração do tempo presente. Nessa mudança paradigmática, a memória, na perspectiva social, seria um processo dinâmico dentro da variável tempo-espaço: “mais do que um navio que leva o passado estático ao presente, a memória trabalhará mais como processo, não como coisa, que opera em diferentes lugares do tempo” (Valencia, 2005, p. 102). Com base nessa premissa, a MS não é algo “dado” do passado. Ao contrário, a “memória social será mais mutante e mutável do que histórica” (Valencia, 2005, p. 102), por ser ativa e parcial, cujo papel é prolongar o passado no presente mediante diferentes elementos articuladores.

7.3 LUGARES DE MEMÓRIA

O terceiro conceito analisado – Lugares de Memória – foi proposto pelo historiador francês Pierre Nora para representar os espaços físicos ou objetos que se tornaram símbolos da memória coletiva.

- Pierre Nora (1993)

O historiador francês Pierre Nora (1931 - 2025) pertenceu à terceira geração da Escola dos Annales⁵⁹, campo do pensamento historiográfico que instituiu a chamada Nova História. Ela se caracteriza por uma nova perspectiva analítica sobre a história, que inclui a análise das representações coletivas e da cultura das sociedades. Para propor uma renovação historiográfica, ele promoveu, entre os anos de 1978 e 1981, um seminário na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, sobre o conceito de LM. O evento reuniu nomes expressivos do cenário intelectual francês para refletir sobre questões relacionadas à memória e aos espaços físicos que a representam (Mello, 2007).

A proposta do Seminário foi tomar como tema de estudo o sentimento nacional francês e fazê-lo por meio de alguns objetos – materiais ou imateriais – com referência à memória nacional francesa. Com os resultados das discussões, Nora publicou no final da década dos 80 e início dos anos 90 um conjunto de sete volumes de textos que posteriormente foram reunidos sob a publicação “*Les lieux de la mémoire*”, de 1984. O texto-chave “*Entre memoria e historia. La problemática de los lugares*” se tornou o mais referenciado nas pesquisas aqui analisadas.

Segundo Nora, os LM nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. Por isso, é “preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações,

⁵⁹ A terceira geração da Escola dos Annales (1968-1989), também conhecida como Nova História, foi liderada por Jacques Le Goff e contou com a contribuição de Pierre Nora.

pronunciar elogios fúnebres ou notariar atas” (Nora, 1993, p. 13). O conceito de LM está associado às formas de externalização da memória. São lugares que possuem sentidos: material, simbólico e funcional (Nora, 1993, p. 21). Em conformidade com o autor, o lugar de memória material é um espaço físico, como um depósito de arquivos, que só pode ser, de fato, lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica, ou, como afirma Carrasco Celis ([CHI], 2015, p. 11), “lugares topográficos, como arquivos, bibliotecas e museus”. O lugar de memória simbólico é exemplificado como “um minuto de silêncio”, um exemplo extremo de uma significação simbólica para uma chamada concentrada da lembrança. Já o lugar de memória funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (Nora, 1993).

Valendo-se da proposta teórica de Nora (1993), constatou-se que quarenta e dois autores de países latino-americanos apresentam em sua produção acadêmica o conceito de LM do historiador francês como referencial teórico em suas pesquisas (Quadro 14).

Quadro 14 - Representação do conceito de Lugares de Memória I

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Nora (1993)	Ferreira, Azevedo e Andrade ([ARG], 2024)
	Parentelli ([ARG], 2023)
	Costa e Cutrim (2021)
	Alves e Correia ([BRA], 2021)
	Andreoni ([BRA], 2011)
	Beneduzi ([BRA], 2020)
	Giovanaz ([BRA], 2007)
	Gouveia Júnior, Galindo, Soares e Nascimento ([BRA], 2015)
	Sundström e Moraes ([BRA], 2019)
	Ignacio, Pizarro e Unglaub ([BRA], 2022)
	Pinheiro, café e Silva ([BRA], 2018)
	Hoffman e Frota ([BRA], 2019)
	Medeiros ([BRA], 2022)
	Sousa, Santos e Maia ([BRA], 2021)
	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
	Mintegui, Gallo e Karpinski ([BRA], 2020)
	Mombelli e Tomaim ([BRA], 2012)
	Morigi e Bonotto ([BRA], 2004)
	Ramos e Oliveira ([BRA], 2020)
	Rodrigues ([BRA], 2015)
	Silva ([BRA], 2006)
	Azevedo Netto, Torres, Alves e Farias ([BRA], 2014)
	Costa, Luce e Bernardino ([BRA], 2024)
	Sundström e Albuquerque ([BRA], 2020)
	Zen, Silva e Minuzzo ([BRA], 2011)
	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
	Arenas Grisales, Vallejo Echavarría, Betancur Marín, Ramírez Hache e Lopera Espinosa ([COL], 2019)
	Araujo ([COL], 2019)

	Cogollo-Ospina e Toro Tamayo ([COL], 2016)
	Arenas Grisales ([COL], 2015)
	Giraldo Lopera ([COL], 2017)
	Botero ([COL], 2014)
	Costa, Luce e Bernardino ([COL], 2024)
	Ramírez Aceves e Arreola Huerta ([COL], 2023)
	Espirito Santo, Lorenzetto e Scarpini ([CRI], 2011)
	Ferreira e Bizello ([CRI], 2011)
	Puentes-Cala ([CRI], 2022)
	Silveira ([MEX], 2012)
	Vivas Moreno e Martos García ([MEX], 2010)
	Auqui e Galván ([PER], 2020)
	Silva ([PER], 2017)
	Sampaio e Oliveira ([PER], 2013)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Embora cada autor, do ponto de vista temático, apresente uma forma particular de interpretar os LM conforme a conceituação de Nora, com abordagens metodológicas distintas, o conceito de LM se revelou, nesta análise, a referência teórica mais frequentemente utilizada por pesquisadores/ras da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, Museologia e CI, em pelo menos sete países do sul global.

O processo de transnacionalização enfrentada por este conceito (bem como o conceito de MC produzido por Halbwachs e Le Goff) podem ser entendidos como um efeito da colonização na literatura acadêmica da contemporaneidade, com profundos impactos na produção de conhecimento, demonstrando a ausência de diálogo entre diferentes teóricos. Em uma perspectiva decolonial do conhecimento, a opção por esses teóricos pode ser questionada, de modo a promover uma abertura teórica dentro do campo científico da área, projetando a inserção de novas epistemologias produzidas por meio da realidade situada, sobretudo dos países do sul global.

Dada essa constatação, consideram-se pertinentes alguns apontamentos para compreensão da dimensão do conceito de LM na perspectiva decolonial do conhecimento.

O primeiro ponto a observar é que o conceito de LM foi cunhado por um autor francês para evidenciar a história da nação francesa conforme os monumentos e as comemorações realizadas no contexto em que foi desenvolvido. Assim, a realidade francesa se tornou pressuposto central para o empreendimento intelectual de Nora. Essa máxima é evidenciada de forma explícita quando ele menciona os objetos simbólicos da memória francesa: o panteão, o arco do triunfo, o muro dos federados e também os marcos testemunhais de outras épocas existentes no contexto francês, como o fim dos “Trinta Gloriosos”, o quatorze de julho e a declaração dos direitos do homem, como “lugar fundador de memória” (Nora, 1993, p. 24).

Apesar do recorte espacial que coloca a França como objeto central de análise, sua obra culminou em um processo de transnacionalização que se expandiu para diferentes regiões do mundo, reconhecendo que “o conceito influente de Pierre Nora de lugares de memória surgiu na França e logo foi imitado em outros países” (Erll, 2011, p. 02, tradução nossa). Sua obra provocou reconsiderações científicas no mundo, influenciando até os dias de hoje a produção de conhecimento situada no sul global.

O segundo ponto é que uma das citações de Nora (1993, p. 12) à qual os/as pesquisadores/ras mais recorrem transcreve que “os lugares de memória são antes de tudo restos”, ou seja, o que fica em relação ao que se gastou. De modo amplo, os LM tomam vestígios que permitem lembrar o passado, mesmo que tenha se modificado ou desaparecido. Nessa linha de pensamento, o LM pode ser compreendido como local onde a memória se instala, incluindo “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações” (Nora, 1993, p. 13). Esses lugares se tornaram marcos testemunhas de outra era.

No entanto, com base em outra conjuntura, esses lugares enaltecem uma memória instituída e, por isso, fragmentada e com uma série de recortes:

Memória, para mim, é algo tão, tão fabuloso que eu acho que ela não cabe num museu. Mas a gente tem essas instituições em todo lugar, no mundo inteiro a gente tem essas instituições e culturalmente a gente supervaloriza elas. Porque a gente precisa delas exatamente para suprir a nossa falta de memória (Krenak, 2023, p. 07).

Em termos históricos do sul global, sugere-se que os LM surgem com a chegada dos colonizadores que atravessam o atlântico e aqui se firmaram, deixando uma diversidade de elementos consideradas por muitos como “herança cultural”, como se apenas eles pudessem definir o que é LM e para quem esses lugares se destinariam, viabilizando assim, por meio do poder, a subalternização e a dominação de outros lugares constituídos por outros povos. Para Duque-Cardona, Restrepo-Fernández e Valásquez-Yepes, “quanto mais polarizada for uma sociedade, mais diversas serão as memórias que circulam dentro desse grupo de pessoas, e mais opostas serão essas memórias entre si” (2021a, p. 56, tradução nossa).

Por essa razão, é preciso combater a ideia de que os LM surgem apenas após a chegada dos colonizadores ou que sua chegada alterou a forma como a memória é percebida. Isso porque, muito antes desse evento, já existia em *abya yala* diferentes manifestações culturais e artísticas, a exemplo dos povos Tupinambá, que valorizam seus mantos sagrados como símbolos de ancestralidade. Há ainda os LM e demais patrimônios, hoje expressos por meio das aldeias, florestas, rios e sítios arqueológicos indígenas, tais quais a Serra da Capivara, no Piauí,

e o Parque Nacional do Catimbau, em Pernambuco. Todos esses elementos são testemunhos de uma ancestralidade que contribuem como processos de construção de suas identidades e de pertencimento aos lugares que habitam.

Outro tópico pertinente indica que o conceito de LM não pode ser entendido como um mecanismo global ou conjunto de ações que visam salvaguardar o patrimônio cultural em diferentes realidades ou, por assim dizer, da humanidade. Isso porque cada país-região carrega especificidades nas formas de gerir seus próprios patrimônios culturais. No caso do Brasil, “nossa realidade é de destruição dos lugares de memória, de desenraizamento, de desconstrução dos suportes sociais da memória coletiva” (Giovanaz, [BRA], 2007, p. 236). Reforçando essa afirmativa, cita-se o ocorrido com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que serviu de residência para a família imperial brasileira e que sofreu um incêndio em 2018, por falta de investimentos em segurança, ou a Igreja de São Francisco de Assis, construída pelos colonizadores portugueses no centro de Salvador para ser uma das mais singulares expressões do barroco brasileiro, cujo teto desabou em 2025, ocasionando uma vítima. Assim, é necessário identificar os LM expostos ao vácuo, fechados pela ausência de manutenção, sem acesso da sociedade a esses espaços. Esses lugares estão impedidos de exercer sua função social real de salvaguardar a memória em suas mais diferentes formas de materialidade ou imaterialidade.

Um último elemento a ser destacado são os vínculos entre o conceito de LM e corporeidade, entendendo o corpo não apenas como um suporte fisiológico, mas também como um meio de transmissão da memória, o que Krenak (2023) denomina corpo-memória. Sobre o termo, o autor destaca, por exemplo, a fala de uma anciã sobre sua experiência viva como uma prática de corpo-memória, um corpo que se abre para memória dos seus ancestrais por meio dos sentidos (visão, audição), experimentações e expressões corpóreas.

Memória que atravessa uma experiência física que está ali, patrimônio cultural, material, físico: tijolo, pedra, cal... Que pega fogo. Que some, consome. E está do lado de cá uma constelação de memória viva, ativa, que não queima. Porque a capacidade dessas memórias é exatamente se transmitir, elas fazem contágio. E por fazer contágio, não se encerra no fogo, ela escapa do fogo (Krenak, 2023, p. 5-6).

O uso desse conceito obriga a abordar o confronto decolonial na academia, já que, enquanto pesquisadores da informação, não podemos nos ater apenas aos LM já consagrados pelas instituições de saber-poder. Por isso, os/as pesquisadores/ras devem analisar os LM que contemplam a cultura indígena, a cultura negra e tantas outras culturas marginalizadas que não recebem investimentos e nem são contemplados com políticas públicas. É preciso levar em consideração os lugares “outros”, a exemplo dos lugares ancestrais, que possuem um

significado histórico imprescindível para um grupo étnico por estarem associados aos seus antepassados. As questões envolvendo os conflitos da cultura e dos direitos dos povos originários precisam se inserir na discussão científica, objetivando melhor representação do conceito de LM atrelada à prática de justiça social. Compreende-se assim que, para além dos conhecimentos científicos, os conhecimentos ancestrais carregam um saber-fazer de mesma valia.

Em uma perspectiva contemporânea, é preciso revisitar também os LM constituídos apenas pela contribuição de personagens homens, sendo a presença de mulheres praticamente inexistente, bem como lugares que foram cenários de tortura, censura, luta e resistência durante os vários regimes ditatoriais existente na América do Sul na segunda metade do Século XX. Há, por exemplo, os anos de chumbo da ditadura militar brasileira, ou as consequências do governo de Salvador Allende, democraticamente eleito, mas derrubado por um golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet, no Chile. É preciso implementar formas de valorização do potencial formativo desses lugares, anulando as fronteiras socioculturais impostas, para a transformação almejada e integração desses lugares à tradição geopolítica exigida pelo conceito francês.

O conjunto de elementos apresentados apontam para a implementação, por parte dos/as pesquisadores/ras, de uma nova perspectiva teórica na dimensão decolonial do conhecimento, tendo em vista que os estudos críticos exigem “profissionais da informação que articulem seus saberes a partir da construção de novas narrativas que possibilitem a apropriação de nossa cultura como eixo central de desenvolvimento” (Henao, 2020, p. 09). Nessa perspectiva, a concepção de LM deve ser relativizada sob a ótica contra hegemônica para implementar pressupostos epistemológicos alternativos e agregar contributos teóricos com foco no conhecimento situado. Além da contribuição de Pierre Nora, outros três teóricos foram referenciados para discutir o conceito em questão (Quadro 15):

Quadro 15 - Representação do conceito de Lugares de Memória II

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Le Goff (1984)	Ferreira; Bizello ([CRI], 2011)
Pollak (1992)	Andreoni ([BRA], 2011)
Silveira (2010)	Rodrigues ([BRA], 2015)
	Marques; Karpinski ([COL], 2019)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

- Le Goff (1984)

O historiador francês Jacques Le Goff, em verbete escrito para a Enciclopédia Einaudi intitulado “Memória”, afirma que “o conceito de memória é crucial” (Le Goff, 1984, p. 11). Embora o verbete apresente uma dimensão ampla do entendimento da memória nas ciências humanas, Le Goff (1984) também se ocupa em descrever seu entendimento sobre os LM. Ferreira e Bizello ([CRI], 2011, p. 201) afirmam que os LM, para Le Goff (1984, p. 45), são lugares possíveis de serem estudados a fim de se criar uma história científica, uma história nova mediante uma memória coletiva: arquivos, bibliotecas e museus, lugares monumentais como cemitérios, lugares simbólicos como as comemorações e os aniversários.

Ao analisar a situação dos cemitérios, Le Goff (1990) afirma que, do final do Século XVII até o fim do Século XVIII, por influência do protestantismo, a comemoração dos mortos entra em declínio, “os túmulos, incluindo os dos reis, tornam-se muito simples. As sepulturas são abandonadas à natureza e os cemitérios ficam desertos e mal-cuidados” (Le Goff, 1990, p. 461-462). Uma nova realidade surge no contexto Pós-Revolução Francesa, com um retorno da memória dos mortos na França, “a grande época dos cemitérios começa, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério. O túmulo separado da igreja voltou a ser centro de lembrança” (Le Goff, 1990, p. 462).

- Pollak (1992)

Michael Pollak – mencionado no conceito de MC – também tece reflexões sobre o conceito de LM. Para ele, os LM são lugares ligados a uma lembrança, “que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (Pollak, 1992). Uma lembrança sem apoio cronológico associada a experiências vivenciadas distantes do tempo presente seria, na concepção do autor, “um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu” (Pollak, 1992, p. 202). Além da dimensão pessoal, os LM também podem ter uma dimensão pública, naturalmente vinculada aos aspectos mais públicos da pessoa: “pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma pessoa relembração de um período que a viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela” (Pollak, 1992, p. 202).

Com base na realidade europeia, para exemplificar os LM públicos, ele afirma que, “para a minha geração na Europa, este é o caso da Segunda Guerra Mundial” (Pollak, 1992, p. 202). Mesmo se tratando de uma guerra em escala mundial, a Europa foi o principal cenário

dos confrontos ao longo de todo o período do conflito. Ainda em uma perspectiva eurocentrada, Pollak (1992) menciona os LM associados aos anos sombrios, termo utilizado para designar a época de Vichy, ou os lugares associados a “trinta gloriosos”, que são os trinta anos posteriores a 1945. Essas expressões remetem a noções particulares de memória para a sociedade francesa.

Pollak (1992) também aponta a existência dos locais longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa europeia com origens nas colônias africanas. Ainda que não se mencione se o processo migratório da África para a Europa ocorreu de forma natural ou forçada, a diáspora e o tráfico de pessoas escravizadas, resultantes de todo o processo de colonização africana, causaram um profundo impacto na cultura do continente. Um de seus desdobramentos foi a significativa presença de famílias de europeus com ancestralidade africana. Apesar desse forte elemento colonizador, o autor reconhece que “a memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento” (Pollak, 1992, p. 202).

Percebe-se que o autor francês não reconhece que a colonização devastou a Memória da África. Com isso, traz uma afirmação que romantiza e invisibiliza as atrocidades sofridas pelos negros/as no processo de escravização e que perduram até hoje, consideradas por ele como “herança de família” e “sentimento de pertencimento”. Aqui, é possível problematizar a romantização da colonização que pressupõe a neutralidade de um sujeito universal, que vive na Europa, mas que “praticamente” possui o sentimento de pertença à África. Essa concepção de pensamento ofusca o lugar histórico de origem dos diferentes povos dissipados frente às estruturas de dominação colonial, revelando assim a “sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diáspora” (Akotirene, 2019, p. 14).

- Silveira (2010)

Fabício José Nascimento da Silveira⁶⁰, o único teórico referenciado no sul global para esse conceito, discorre sobre as possibilidades de participação das bibliotecas públicas, enquanto LM, nos processos de constituição, preservação e difusão de discursos identitários na contemporaneidade. Conforme o autor, os LM surgem quando constatamos a impossibilidade de a memória reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. No entendimento do autor, os LM são:

Espaços que surgem para nos lembrar que a memória, por mais vigorosa que seja, é frágil demais para reter voluntariamente a

⁶⁰ Doutor em Ciência da Informação e Professor do curso de graduação em Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFGM). Fonte: Plataforma Lattes.

totalidade das experiências humanas, sendo necessário, pois, criar arquivos; museus; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso para se manter viva a história e a cultura de todo um tecido social (Silveira, 2010, p. 68).

Essa definição parece receber influências da definição de Le Goff apresentada anteriormente, por conter elementos como arquivos, museus, monumentos e elogios funerários. Por se tratar de um conceito aplicado à realidade das bibliotecas públicas, Rodrigues ([BRA], 2015) aponta que Silveira apresenta uma perspectiva que concilia suportes físicos e tecnológicos, ao afirmar que “os lugares de memória se configuram [...] como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva” (Silveira, 2010, p. 68). Assim, as bibliotecas públicas, por exercer a função social de preservar e disseminar a cultura material de um grupo, transforma-se em um importante LM.

Por fim, vale destacar que alguns autores, apesar de utilizarem o conceito de LM, não apresentam discussão teórica relacionada com um autor. Esses autores utilizaram esse conceito como recurso metodológico para evidenciar os lugares trabalhados em suas pesquisas. Por exemplo, Hernández ([ARG], 2019) considera o Arquivo do Campo de Concentração de Mauthausen como um lugar de memória. Pedroni ([ARG], 2023) destaca o Museu Provincial de Belas Artes da Costa Argentina como lugar de memória. Santos e Flores ([ARG], 2027) destacam os arquivos como lugares de memória. Silva, Achilles e Sabbag ([ARG], 2022) considera as bibliotecas públicas como lugar de memória. E Siqueira e Pereira ([CHI], 2019) destacam a cidade de Viçosa, no Ceará (Brasil), como lugar de memória pertencente ao General Tibúrcio.

7.4 MEMÓRIA HISTÓRICA

O quarto conceito se refere à MH, um conceito amplo que, à primeira vista, parece unir dois termos antagônicos, conforme pensamento empreendido por historiadores (Nora, 1993; Chartier, 2012) e sociólogos (Assmann, 2011). Nora (1993), por exemplo, afirma que os termos memória e história estão longe de serem sinônimos. Dentre outros motivos, essa diferenciação se deve porque a memória é uma prática social. Já a história é considerada uma prática científica universalmente aceitável, que utiliza métodos de investigação e análise para interpretar o passado. Apesar das diferenciações entre os conceitos, não é a proposta desta pesquisa discutir as especificações da História ou da Memória, tampouco mostrar as aproximações e os distanciamentos que permeiam a relação entre ambos os conceitos.

Uma característica elementar da MH é ela não estar presa ao passado. Pelo contrário, ela é um elemento dinâmico e sua representatividade só é possível graças aos seres temporais que herdaram e incorporaram elementos do passado no presente. Ramírez Aceves e Arreola Huerta ([COL], 2023, p. 05, tradução nossa) entendem que “a memória histórica deve ser vital para que os membros de uma comunidade possam se reconhecer como seres temporais, herdeiros de uma cultura, de uma identidade”. Nessa linha de pensamento, o passado nem sempre representa os “anos dourados”. Ele também pode representar um período marcado por repressão social. Por isso, “a memória histórica parece ser uma forma de aprender sobre o passado para não cometer os mesmos erros novamente, para superá-los, o que não é o mesmo que esquecê-los” (Ramírez Aceves; Arreola, [COL], 2023, p. 05, tradução nossa).

A MH também é caracterizada como um território com intensas disputas entre uma variabilidade de narrativas que tentam legitimá-la. Nessa perspectiva, o conceito de MH possui um forte sentido político que busca organizá-la e administrá-la conforme interesses dos aparelhos governamentais que fazem uso do poder coercitivo para forjar sua construção e definir o que será ou não incluído nela. Conforme Mintegui, Gallo e Karpinski ([BRA], 2020), a MH é “resultante de processos que envolvem negociações e usos sociais e políticos, mas com pretensões objetivas. Partindo dessas definições, é possível visualizar o dilema acerca de quem está legitimado a fixar o sentido do passado” (Mintegui, Gallo, Karpinski, [BRA], 2020, p. 333).

Deve-se enfatizar também que o conceito de Memória Histórica (MH) está vinculado aos aspectos de preservação – mídias, fontes, meios e suportes de informação –, para possibilitar a transmissão de informações de uma geração para outra, viabilizando que esta incorpore às suas memórias os valores constituídos outrora tanto em termos sociais quanto políticos. Nessa linha, Silberleib ([ARG], 2016) entende que a MH de uma comunidade se baseia na preservação de dados que contribuem para a defesa e garantia do Estado de Direito e para a disseminação e comunicação de informações, tanto às gerações presentes como às futuras, por meio de dados sobre crimes contra a humanidade ou revoltas contra o Estado (Silberleib, [ARG], 2016, p. 132, tradução nossa).

Ao contrário, a ausência dos mecanismos de preservação (instituições, registros e documentação) ocasionam a destruição de informações, favorecendo a construção/inserção de novas ideologias unilaterais, as quais, apesar de se apresentarem como “verdadeiras”, intentam construir uma falsa MH, produzindo injustiças, equívocos e violações dos direitos humanos. A destruição de informações, seja de forma consciente ou inconsciente, compromete a credibilidade e a confiabilidade de uma MH coesa no presente e abre caminho para a perda de

memória, algo extremamente danoso à experiência humana. Somado a isso, a ideologização, em seu aspecto mais sombrio, impõe-se como uma verdade absoluta, eliminando o que não serve aos seus interesses e tentando confundir as mentes com suas “próprias verdades” (Sepúlveda, [CHI], 2017, p. 06, tradução nossa).

Diante dessa discussão, o uso do conceito de MH nos trabalhos analisados está associado predominantemente aos regimes políticos ditatoriais e aos silenciamentos decorrente deles. Por lidar com questões sensíveis que envolvem graves violações dos Direitos Humanos, Martínéz Rider ([CRI], 2016) destaca a importância de tratar a MH com respeito. Quando se discute MH, fala-se também do direito à verdade, o qual deve ser assegurado aos sujeitos da MH que foram vítimas das injustiças cometidas por um regime opressor.

As temáticas da MH que foram objeto de estudo nas produções científicas analisadas estão voltadas para uma perspectiva sociopolítica dos períodos ditatoriais em países latinoamericanos no decorrer do Século XX. Glisales, Echavarría e Marín ([COL], 2019) abordam o conflito armado no contexto da Colômbia; Lugo ([COL], 2019), do México; Delgado-López ([CRI], 2023), em Cuba; González Pérez ([CRI], 2011), na Costa Rica; Delgado López ([MEX], 2022), em Cuba; Silvairiño e Muñiz ([URU], 2018), do Uruguai. Esses trabalhos têm como ponto em comum o destaque da memória das vítimas das ditaduras latino-americanas e suas ressonâncias na conjuntura histórica de seus países. São memória de eventos violentos e dos que foram violentados e enfrentam o trauma da morte.

O Quadro 16 elenca os autores que utilizaram o conceito de MH e apresentaram um maior embasamento teórico para melhor tecer suas reflexões.

Quadro 16 - Representação do conceito de Memória Histórica

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Aniorte (2009)	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
Assmann (2011)	Nascimento e Lima ([BRA], 2022)
Barros (2011)	Ignacio, Pizarro e Unglaub ([BRA], 2022)
Halbwachs (2006)	Costa e Cutrim ([BRA], 2021)
	Cogollo-Ospina e Toro Tamayo ([COL], 2016)
Le Goff (1990)	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
Pereira de Sá (2012)	Silveira ([MEX], 2012)
Vélez, Rodríguez, Sierra e Becerra (2016)	Ramírez Aceves e Arreola Huerta ([COL], 2023)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

- Anierte (2009)

Juan Carlos Martinez Anierte⁶¹ trata da MH em uma perspectiva decolonial do conhecimento, principalmente por não se posicionar de forma “neutra” frente a debates politizados na sociedade contemporânea. Para ele, o MH é um conceito complexo por envolver constantes relações de poder, em que diferentes agentes sociais em um mesmo grupo social podem divergir sobre a legitimidade da MH. Ele afirma que “a memória histórica tem inevitavelmente uma grande dose de subjetividade, porque é lembrada a partir do presente, muitas vezes com uma carga de afeto e avaliação pessoal” (Anierte, 2009, p. 06, tradução nossa). Assim, os interesses ideológicos do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido estão em jogo.

Na estruturação de suas ideias, o autor possui uma preocupação especial com os aspectos da recuperação da MH em uma perspectiva política de um passado recente. Para ele, sem a dimensão política, nada seria compreendido, pois ficariam de fora os “porquês” subjacentes: “[...] o processo de recuperação da memória histórica como um movimento sociocultural nascido no seio da sociedade civil tem o objetivo de divulgar rigorosamente a história recente” (Anierte, 2009, p. 05, tradução nossa). Pode-se resumir que a MH é um direito humano e que seu processo de recuperação tem uma dimensão corretiva que visa, dentre outras coisas, evidenciar as referências de liberdade e justiça social, evidenciar os crimes cometidos por determinados regimes políticos e, acima de tudo, garantir que direitos humanos sejam efetivamente respeitados para promover as reparações históricas necessárias.

Em geral, a recuperação da memória histórica é um processo integral que abrange toda a temporalidade humana, pois a redescoberta do passado (saber o que aconteceu) tem o sentido de projetá-lo para o presente (reconhecimento, reparação, dignificação) e lançar melhores bases para o futuro, buscando aprofundar na sociedade um maior respeito aos direitos humanos e à justiça social. (Anierte, 2009, p. 06, tradução nossa).

A MH, no contexto do Século XXI, esteve intimamente atrelada a um contexto jurídico que buscou aprofundar das questões envolvendo parte do passado, como aqueles mortos em períodos ditatórias, tal qual aconteceu na Guatemala (Anierte, 2009). Ao contrário dos opositores que defendem o esquecimento seletivo sob a máxima de “virar a página”, os impulsores da recuperação da MH, guiados por princípios éticos e morais, justificam a necessidade imprescindível no combate à lógica da impunidade, que paira sobre difíceis legados do passado: “os processos de recuperação da memória histórica constituem um dos principais

⁶¹ Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e Universidade Rafael Landívar (Guatemala).

baluartes para garantir que as sociedades não se esqueçam de quem são e de como se tornaram o que são” (Aniorte, 2009, p. 06, tradução nossa).

Ele ainda destaca que o grupo opositor, junto àqueles que adotam o silêncio, se forma por “pessoas amnésicas”, que querem manter vivo o ódio e as atitudes intolerantes acerca da ignorância do passado. Por isso, defendem o esquecimento total ou parcial para criar um espelho distorcido das lembranças.

São aqueles que desprezam o direito dos outros à memória histórica, enquanto se apegam ao seu ‘passado glorioso’, ao que consideram batalhas vencidas e missões cumpridas como um sinal de sua própria identidade, sobre a qual constroem seu presente e buscam cimentar seu futuro (Aniorte, 2009, p. 08, tradução nossa).

Como último elemento a ser destacado, infere-se que ressignificação da MH oferece à sociedade uma lembrança consciente e serena. Sua ressignificação envolve organização e disseminação para que os indivíduos pensem de forma crítica, não para estimular a vingança, reacender velhos conflitos ou criar novos (Aniorte, 2009), mas para conhecer e agir de acordo com a condição de pessoas livres.

- Assmann (2011)

Aleida Assmann⁶², egiptóloga alemã com diferentes publicações sobre Estudos Literários Ingleses e História da Comunicação Literária, destaca em sua obra *Espaços da Recordação*⁶³, que a memória de um grupo social possui uma função dupla: “uma, a de agrupar toda memória viva; outra, fazer jus à concepção de que a memória histórica apresenta um elemento essencial e até constitutivo no surgimento e na manutenção desses grupos” (Assmann, 2011, p. 54). Respalhada nas ideias de Halbwachs, ela destaca três traços distintivos entre MC e MH: o primeiro é que a memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo, ao passo que a memória histórica não tem função de assegurar identidade; o segundo é que as memórias coletivas existem sempre no plural, enquanto a MH constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular; e o terceiro é que a MC obscurece ostensivamente as mudanças, ao passo que a MH se especializa nelas (Assmann, 2011).

Com base nesses traços distintivos, compreende-se a MH como uma memória de longa e ampla proporções, que compila as memórias coletivas para formar diferentes imagens com o

⁶² Professora alemã de Estudos Literários e egiptologia, cujo trabalho se concentrou na antropologia cultural e na memória cultural e comunicativa.

⁶³ “Trata-se de versão modificada de uma tese de livre-docência apresentada à Universidade de Heidelberg, em 1992” (Queler, p. 2013, p. 367).

propósito de compor um mural de diversidade. Assim, diferentes memórias coletivas coexistem em seu interior. Nos casos em que há cisões que rompem laços e perpetuam a separação de um grupo, especialmente dos maiores, ou mesmo de um indivíduo que, por uma questão de escolha, deixa de compartilhar uma identidade comum com os demais por perceber a necessidade de reconfigurar seus elementos identitários, a memória histórica atuaria como o elo entre os diferentes grupos aos quais esse indivíduo pertence. Isso evidencia que, mesmo separados, indivíduo e grupos compartilham uma origem identitária comum, vinculada à memória histórica, de modo a evitar o apagamento dos antigos elementos que os unem.

- Barros (2011)

José d'Assunção Barros discute a memória histórica considerando o uso desse conceito como suporte para o desenvolvimento da produção historiográfica. Um dos primeiros apontamentos do autor é que “a ‘memória histórica’, ainda que postulada, não deve ser naturalmente confundida com ‘historiografia’” (Barros, 2011, p. 322), pois ambos os fenômenos apresentam limites próprios, ainda que permitam aproximações. A memória, quando não mais vivenciada, produz uma história-conhecimento que deve ser analisada não com base na emoção do lembrar, diante da multiplicidade de narrativas, mas sim sob o rigor científico necessário para garantir a qualidade da produção do saber histórico.

Do ponto de vista conceitual, Barros (2011) entende que “a ‘Memória Histórica’ seria aquela que é partilhada por todos os indivíduos da sociedade, de modo resumido e esquemático, independente (e mesmo por oposição, diriam depois certos historiadores) da Historiografia profissional” (Barros, 2011, p. 322). Esse conceito apresenta uma desvinculação entre memória e historiografia, uma vez que esta é praticada por um profissional, o historiador, que articula diferentes métodos analíticos pelos quais a memória – acessada por meio da história oral – pode ser utilizada como uma das matérias-primas para a construção das narrativas sobre o passado.

Nesse enquadramento analítico, a MH pode ser um elemento identitário pertencente aos indivíduos que, por meio da vivência, tornaram-se testemunhas oculares e auriculares de determinados eventos, ou não, visto que esse tipo de memória está em um constante processo de atualização que pode transpassar gerações por meio da herança cultural. Nessa concepção, “a Memória Histórica, conjuntamente com o seu tempo, seria constantemente reconstruída ou reatualizada pela coletividade. Esse tempo cronológico, contudo, não é vivenciado pelo indivíduo senão como um dado exterior” (Barros, 2011, p. 324).

Por fim, Barros destaca que a historiografia não é a única a trabalhar com a memória. Para ele, a “Memória Histórica é também produzida nos meios políticos” (Barros, 2011, p. 323). Essa dimensão política da memória está associada aos interesses dos grupos políticos em exercício do poder, que vislumbram narrativas sobre as temporalidades e os contextos históricos específicos, substantiadas pela criação dos lugares de guarda da memória, como os museus, os monumentos, as comemorações e a difusão de mitos.

- Halbwachs (2006)

Um apontamento inicial é que Halbwachs (2006) distingue dois tipos de memória: a memória autobiográfica e a MH. Nessa diferenciação, a memória autobiográfica está associada às fases da vida do indivíduo (fase da infância, fase adulta e fase anciã); a MH, por sua vez, está relacionada aos acontecimentos históricos – objeto de pesquisa historiográfico –, os quais são experimentados em uma das fases da vida do indivíduo. Por isso, a Memória Histórica possui uma abrangência temporal mais extensa e, ainda assim, é constituída a partir das percepções dos indivíduos sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo em relação a esses acontecimentos.

Para apresentar essa conjuntura, o autor retrata sua própria realidade, enquanto um escritor francês, para apontar seu entendimento sobre a expressão MH. Com base no questionamento “o que aconteceu no meu país, em 1877, quando nasci?”, ele começa a retratar o que conheceu no decorrer da sua infância que pode ser associado a um acontecimento histórico. Essa prática seria uma representação da memória autobiográfica por ser uma prática reducionista associada a sinais externos, a uma condição afastada de si: “[...] durante os oito ou dez primeiros anos da minha vida, tenho realmente a impressão de um contexto exterior cuja existência eu ignorava então, e aprendo a situar minha infância na história de meu tempo” (Halbwachs, 2006, p. 76).

Halbwachs destaca que conheceu alguns lugares na França que foram frequentados por Joana D’Arc e pelo Rei Charles VII: “não tenho nenhuma dificuldade para imaginar Joana D’Arc em Reims. Ao mesmo tempo, sei muito bem que não posso ter sido testemunhas do acontecimento em si” (Halbwachs, 2006, p. 73). Em outro momento, ele afirma: “parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama das minhas impressões de criança foi o enterro de Victor Hugo (eu tinha oito anos)” (Halbwachs, 2006, p. 77). Assim, à medida que Halbwachs crescia e tinha acesso à informação – como ler jornais e conversar com adultos —, ele passou a compreender perspectivas históricas inteiramente novas.

Nessa acepção, a memória autobiográfica que antes possuía apenas recordações abstratas dos acontecimentos, após a vivência experimentada no ambiente social, viabiliza a retenção de imagens que são transformadas, em certa medida – pois não se pode falar dos detalhes dos acontecimentos a não ser pelos livros –, em MH. A apreensão do significado histórico permite a ressignificação dos acontecimentos públicos do passado no tempo presente em um panorama muito mais amplo. Isso porque “um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois do ocorrido” (Halbwachs, 2006, p. 75). Para ele, a MH está associada ao reconhecimento do fato: primeiro, como fato histórico; segundo, como um fato exterior capaz de deixar impressões em um indivíduo:

(...) é na memória histórica que temos de nos basear. É através dela que esse fato exterior à minha vida vem assim mesmo deixar sua impressão tal dia, tal hora, e a vista dessa impressão me fará recordar a hora ou o dia – a impressão em si é uma marca superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança (Halbwachs, 2006, p. 80).

Logo, parece conveniente depreender que ele apresenta uma definição ligeiramente estruturada da MH, como aquela que reconstrói constantemente o seu passado. Porém, Halbwachs tece outras reflexões que desconstróem toda a compressão do conceito analisado. Isso porque há uma lacuna entre o que aconteceu e o que se entende sobre esses acontecimentos. Assim, as imagens que projetamos da MH são flutuantes e incompletas e, principalmente, são reconstruídas. “Por, isso é melhor não se falar em nenhuma memória histórica” (Halbwachs, 2006, p. 93), pois ela cria imagens introduzidas em outra imagem, as quais são imagens genéricas que transportamos ao passado.

Para finalizar, ele afirma que a MH é uma contradição de termos, em que um (a história) só poderia começar com a extinção de outra (a memória): “De tudo o que foi dito antes, concluimos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão memória histórica não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” (Halbwachs, 2006, p. 100). Barros (2009) compreende que as reflexões de Halbwachs (2006) o conduzem às dificuldades relacionadas ao uso da expressão “memória coletiva”. Ainda assim, ele desenvolve seu conjunto de reflexões como uma descoberta de caráter filosófico, com base em um conceito possível, cuja eficácia operacional deverá ser confirmada ou não ao longo do processo.

- Le Goff (1990)

Para Le Goff, no estudo da MH, “é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita [...]” (Le Goff, 1990, p. 226). Para ele, a MH parece combater o obscurantismo ao qual a história está fadada. Ademais, o processo de transição da oralidade à escrita pode ser entendido como a domesticação do pensamento selvagem, levando-nos a crer que as sociedades com escrita possuem uma MH evoluída e, por assim dizer, privilegiada. A MH seria a capacidade de construir um discurso que representa o passado por meio, predominantemente, dos documentos.

Carrasco Celis ([CHI], 2015, p. 10), ao discorrer sobre a MH, afirma que Le Goff propôs a evolução da memória “aos seus tipos e à sua ligação com a história, os arquivos e suas fontes de conhecimento: documentos”. De fato, o autor trata do alargamento do conteúdo do termo documento desde os anos 60 e que levou a uma revolução documental. Nessa perspectiva, o interesse da memória e da história já não era exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história política, diplomática ou militar. Houve uma “dilatação da memória histórica” com o interesse de novos documentos, tais quais os registros paroquiais que conserva a memória todos os indivíduos – os nascimentos, os matrimônios e as mortes –, marcando sua entrada na história.

- Pereira de Sá (2012)

Celso Pereira de Sá⁶⁴ discorre em sua pesquisa sobre o conceito de MH em uma perspectiva psicossocial, com aportes da história e da psicologia cognitiva naturalista. Ao justificar o uso do conceito, o autor declara que, durante a realização de algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que objetivaram descrever alguns aspectos da MS do Rio de Janeiro acerca de diferentes fatos, processos ou períodos históricos brasileiros, como os governos de Getúlio Vargas, o Regime Militar, dentre outros, utilizou-se nos títulos dos projetos e nos resultados os termos “memória social” ou “memória coletiva”, ou ainda “memória *tout court*”. Depois, passou-se a convir que a designação mais apropriada para esse conjunto dos fenômenos de MS pesquisados seria MH.

Seu entendimento conceitual é de que o termo MH é compreendida como uma memória da história, que engloba memórias orais e memórias documentais, cuja construção é formada por: “(1) tanto memórias coletivas quanto memória comuns e memórias pessoais; (2) tanto a

⁶⁴ Celso Pereira de Sá (1941-2016) foi professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto documentos históricos stricto sensu quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores” (Pereira de Sá, 2012, p. 97). Esse conceito é composto por uma variedade de tipologias de memórias que sustentariam a MH, tida como uma tipologia mais abrangente. Nesse contexto, a MS, a memória comum e a memória pessoal são potencialmente aspirantes para integra-se a MH.

Deve-se destacar, por fim, a função dos documentos na formulação da MH. Para o autor os documentos, em sentido amplo, são armazenados em museus, bibliotecas, monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos, dentre outros. Porém, há uma restrição de natureza psicossocial quando o acesso e uso aos documentos são inviabilizados. Na perspectiva psicossocial, “somente quando tais documentos são de alguma forma ‘mobilizados’ (lidos, visitados, apreciados ou apenas referidos) por pessoas e grupos sociais concretos é que surge um fenômeno de ‘memória histórica documental’” (Pereira de Sá, 2012, p. 98). O autor ainda destaca a necessidade de ampliar a própria noção de documento: “trata-se de considerar como fontes adicionais da memória histórica os manuais escolares de história, a mídia e produções culturais diversas, como os filmes cinematográficos” (Pereira de Sá, 2012, p. 98).

- Vélez, Rodríguez, Sierra e Becerra (2016)

As autoras colombianas Olga Vélez⁶⁵, Andrés Rodríguez⁶⁶, Ángela Serra⁶⁷ e Susana Becerra⁶⁸ (2016) tecem importantes contribuições do conceito de MH muito semelhante ao pensamento decolonial. Assim como Aniorte (2009), esses autores também destacam que, nos processos políticos de superação de conflitos, “a recuperação da memória histórica ocupa um lugar central pelo papel que desempenha na reconciliação efetiva, onde a verdade, a reparação e o perdão fazem parte desse processo” (Vélez, Rodríguez, Serra, Becerra, 2016, p. 33, tradução nossa). Dada a centralidade da recuperação da MH, eles aprofundam o enquadramento teórico implicado nessa categoria.

Para as pessoas autoras, existem várias formas de falar sobre memória: memória coletiva, memória histórica e memória emblemática. Dentre essas diferentes tipologias, eles focam no conceito em análise, qual seja, a MH. Em termos históricos, “as pessoas começaram a falar sobre memória histórica na década de 1980, quando surgiu uma preocupação conceitual de desvendar a questão da memória como um exercício político e jurídico” (Vélez, Rodríguez,

⁶⁵ Pontifícia Universidade Javeriana - Colômbia.

⁶⁶ Universidade Agostiniana - Colômbia.

⁶⁷ Pontifícia Universidade Javeriana - Colômbia.

⁶⁸ Pontifícia Universidade Javeriana - Colômbia.

Serra, Becerra, 2016, p. 39, tradução nossa). Nesse contexto, museus e centros de memória assumiram a responsabilidade de recuperá-la para mostrar a dimensão trágica da vida sociopolítica para além dos grupos envolvidos na violação dos direitos humanos.

Deve-se destacar também a relação entre vencidos e vencedores dentro de cada realidade histórica para pensar na formulação da memória que representa essas realidades, tendo em vista que “a memória histórica envolve o esforço de passar da memória escrita pelos vencedores para a história que articula a parte dos derrotados” (Vélez, Rodríguez, Serra, Becerra, 2016, p. 39, tradução nossa). A MH só existe porque, dentro da estrutura dos códigos culturais, há violações aos direitos fundamentais. Nesse aspecto, a MH seria um mecanismo vinculado a uma verdade factual, verificada por investigações judiciais e extrajudiciais, ou mesmo uma condição que impossibilitaria o esquecimento do sofrimento das vítimas e reforçaria a luta por justiça social. Por isso, “a introdução do conceito de vítima traz novas implicações na construção da memória histórica” (Vélez, Rodríguez, Serra, Becerra, 2016, p. 39, tradução nossa).

Reforçando a garantia da verdade factual, os autores enfocam que, na proposta de uma memória histórica com dimensão política, as vítimas cumprem o papel ético de garantir que, na controvérsia social, nas transações exigidas pelas negociações de paz, um setor da sociedade mantenha perseverantemente o senso de dignidade humana em relação aos crimes do passado. Dentro das emblemáticas disputas de poder entre aqueles que constroem a memória histórica, destaca-se, em casos como o da Segunda Guerra Mundial e das ditaduras na América Latina, a importância da garantia do direito à verdade.

É muito valioso ver como se desenvolveu o processo de confronto entre a hegemonia e a articulação da memória histórica. Até os julgamentos de Nuremberg, a legitimidade dos decretos de perdão e esquecimento era concebida como uma fórmula para garantir a paz futura, tornando o silêncio uma imposição supostamente legítima. Desde a Segunda Guerra Mundial, observa-se a urgência da aplicação dos direitos humanos e o imperativo da memória como fundamento da não repetição. A queda das ditaduras na América Latina permitiu explicar a urgência da memória ligada às vítimas e daí começou sua importância para as ciências sociais e a política. Surge, assim, o posicionamento da memória histórica atrelada ao imperativo de garantia dos direitos à verdade, à justiça e à reparação (Vélez, Rodríguez, Serra, Becerra, 2016, p. 39, tradução nossa).

Pode-se inferir que, mesmo diante das diferentes conjunturas históricas apresentadas, é preciso responsabilizar as estruturas de poder culpadas para reconhecer os danos causados às vítimas. Além disso, deve-se ressaltar que os direitos humanos, bem como a memória, são fatores fundamentais para reconstruir a história com base em um arcabouço amplo que

apresente a violência estrutural presente em todo processo histórico. Assim, será possível contribuir para que novas violações não ocorram novamente.

7.5 MEMÓRIA SUBTERRÂNEA

O conceito de MSU possui grande relevância para os estudos decoloniais do conhecimento por lidar com as questões complexas de um passado em que a hierarquia do poder sobrepõe uma única voz. Nesse sentido, esse conceito possui um caráter subversivo e uma forte consciência crítica para denunciar as práticas de censura, memoricídio, silenciamento e marginalização sofrida por alguns grupos sociais para a criação de um discurso horizontal. Pode-se dizer que as experiências vividas pelos agentes excluídos se configuram como aspecto representativo do que se denomina memória subterrânea (Pollak, 1989).

Diante desse aspecto representativo, essa tipologia conceitual não pode ser entendida como uma memória que busca reforçar as narrativas oficiais construídas por meio dos discursos hegemônicos, nem mesmo engrandecer os heróis nacionais e demais personagens ilustres que contribuíram para a constituição de uma memória oficial opressora. Conforme Bosi (1987, p. 19), a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, “mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”.

Desse modo, a MSU representa uma ruptura com as narrativas políticas historicamente construídas para ir ao encontro das memórias subjacentes e reconstruir os discursos renegados. Neste percurso, é necessário suscitar os testemunhos orais – narrativas indizíveis – dos sujeitos marginalizados, compostos por uma minoria política, contextualizando suas histórias no tempo presente pelos relatos acerca da violência política sofrida em período de guerra, colonialismo, imperialismo ou ditaduras. Esses testemunhos são importantes para combater os crimes contra a humanidade, desconstruir o discurso memorialístico hegemônico e reabilitar histórias submersas de um passado traumático que foram silenciadas pelo tempo.

No campo científico, o uso desse conceito implica na necessidade de a pessoa pesquisadora compreender as tensões e conflitos vivenciados pelos sujeitos, uma vez que o trabalho de reparação histórica enfrenta desafios de resistência. Assim, a MSU deve ser entendida como a força motriz de luta contemporânea que permite decolonizar o conhecimento. Deve-se destacar que esses grupos marginalizados têm cada vez participação nas pesquisas realizadas dentro do domínio informacional por meio das narrativas das experiências de vida. Assim, para a análise desse conceito, iremos discorrer sobre dois teóricos abordados nas pesquisas recuperadas (Quadro 17).

Quadro 17 - Representação do conceito de Memória Subterrânea

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Pollak (1989)	Margarucci ([ARG], 2022)
	Carmo, Karpinski e Bräscher ([BRA], 2018)
	Arenas Grisales, Vallejo Echavarría, Betancur Marín, Ramírez Hache e Lopera Espinosa ([COL], 2019)
	Arenas Grisales ([COL], 2025)
Von Simson (2004)	Ferreira e Bizello ([CRI], 2011)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

- Pollak (1989)

O interesse de Michael Pollak pelo estudo do holocausto por meio das memórias dos sobreviventes trouxe importantes contribuições para o campo epistemológico da memória durante a década de 1980, principalmente por propor o conceito de MSU como uma nova abordagem que amplia os contornos conceituais da MC.

Um primeiro fator a ser destacado na análise do estudo de Pollak (1998) é a criticidade a Halbwachs (2006) sobre o conceito que ele havia cunhado na década de 1950. Segundo Pollak (1989), o conceito de Memória Coletiva proposto por Halbwachs (2006) se refere a uma memória dominante, marcada por um caráter destrutivo, uniformizador e opressor. Essa memória pode ser facilmente confundida com a de um único coletivo, entendido como um grupo específico ou estrato social. Nesse contexto, o uso do poder como mecanismo de legitimação da memória pode se manifestar por meio de diferentes formas de dominação e violência.

Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’ (Pollak, 1989, p. 01)

Ao identificar os elementos mencionados como potencialmente problemáticos, Pollak (1998) propõe a MSU como uma abordagem que faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica. A MSU deve ser entendida em uma perspectiva ampla que privilegia as vozes oprimidas dos grupos dominados, dando-lhes formas de emergir e ressoar na sociedade que soterrou suas vozes: “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional” (Pollak, 1989, p. 02).

Nesse sentido, a MSU é composta por uma “memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente”. (Pollak, 1989, p. 03). Desse modo, ela também

é formada por memórias renegadas historicamente pela MC e seu uso deve ser empregado para desafiar a ordem estabelecida, mesmo que, em um dado momento, esse conceito entre em disputa com a MC para reverberar seu lugar de representação na sociedade: “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989, p. 02). Esse processo de contestação pode ocasionar profundas mudanças políticas e uma revisão crítica do passado, tendo em vista que “[...] as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, e reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (Pollak, 1989, p. 03).

Sublinha-se também que Pollak (1989) concede a oportunidade de pensar a MSU segundo outras realidades situadas. Ainda que o autor cite como exemplo o contexto europeu, tais como as vítimas do terror estalinista e do holocausto, pode-se, em uma perspectiva decolonial do conhecimento, evidenciar as narrativas dos grupos marginalizados, tais como indígenas, negros e mulheres, por meio de testemunhos orais, com o intuito de reconstruir discursos “outros”. A MSU dos integrantes desses grupos entra em conflito com outras memórias que exaltam valores coloniais e patriarcais, evidenciando a necessidade de pesquisas mais direcionadas que abordem e problematizem essas tensões. A escolha por pesquisar a MSU, muitas vezes, não é uma predileção dos/as pesquisadores/ras. No entanto, essa opção pode provocar uma reviravolta no contexto sócio-histórico da pesquisa, uma vez que envolve processos revisionistas e demandas por justiça social. Isso se deu com o trabalho de Margarucci ([ARG], 2022), que, para trazer à luz elementos do anarquismo boliviano do Século XIX, destacou os silenciamentos aos quais foram submetidos o acervo dos arquivos por trama de poder.

Finalmente, é importante enfatizar que os/as pesquisadores/ras vinculados aos países do sul global empreendam esforços para implementar novas perspectivas de pesquisa em que a MSU, antes confinada ao silêncio, transforme-se em uma memória expressa como forma de superar o sentimento de exclusão e restabelecer o que considera a verdade, gerando o revisionismo do passado que tanto se espera.

- Von Simson (2004)

Olga Rodrigues de Moraes Von Simson⁶⁹ concebe a memória como matéria-prima para a pesquisa científica e destaca a existência de diversas formas de memória, classificadas segundo suas características. Em suas reflexões, a MSU – também denominada como memórias marginais – representa o outro lado da moeda em relação à MC ou aos LM, por estar relacionada a circunstâncias específicas e, frequentemente, ser associada a informações consideradas de importância secundária. Este caráter marginalizado se deve porque essa memória “corresponde a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade” (Von Simson, 2004, p. 11). Essa definição, por destacar a relação de dominação entre grupos historicamente marginalizados, assemelha-se à discussão firmada por Pollak (1989) apresentada anteriormente.

Ainda conforme a compreensão da autora, a MSU não está monumentalizada e nem gravada em suportes concretos como “textos, fotografias, *Compact Disc Read Only Memory* (CD-roms), obras de arte” (Von Simson, 2004, p. 11), tornando-a pouco explorada, estudada e perpetuada. Além disso, ela só se expressa quando conflitos sociais as evocam como forma de se opor a “memória oficial”, ou quando os/as pesquisadores/ras que se utilizam do método biográfico ou da história oral proporcionam as condições para sua emergência e então registro e análise. “Depois desse processo, ela passa então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade” (Von Simson, 2004, p. 11).

Uma última característica apresentada pela autora é que essas memórias subterrâneas geralmente se encontram guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados, cuidadosamente passadas de geração a geração “através de relatos, músicas, quadras poéticas, ocasiões em que os membros do grupo se auxiliam mutuamente na tarefa de lembrar” (Von Simson, 2004, p. 14). Cada indivíduo contribui com detalhes que deflagram processos rememorativos dos demais membros participantes, ocasionando o que a autora chama de “construção compartilhada da memória”.

7.6 MEMÓRIA DO MUNDO

Pode-se argumentar por uma relação indissociável entre memória e espaço geográfico, pois este é construído e habitado pelos integrantes da sociedade. Com este entendimento, analisar a memória sobre a perspectiva do espaço se faz uma tarefa fundamental. Nesse caso, não se trata de um conceito propriamente dito, restrito a um grupo limitado no espaço, mas sim a um programa governamental que entende a memória em um espaço amplo e mundial.

⁶⁹ Possui graduação em Ciências Sociais e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Também possui pós-doutorado pela Universidade de Tübingen - Geographisches Institut (Alemanha).

- UNESCO

Na análise realizada, o termo MM está associado ao Programa Memória do Mundo, criado em 1992 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁷⁰ (UNESCO) com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a importância do patrimônio documental e promover sua preservação, tornando-o patrimônio comum da humanidade. Ao longo dos anos, o programa tem sido promovido para aumentar sua abrangência nos espaços de atuação.

A implementação de políticas públicas para melhor salvaguardar o patrimônio documental é um trabalho de gestão necessário para preservação da memória. Nesse sentido, Goulart, Perazzo e Lemos ([BRA], 2005, p. 159) afirmam que “a memória é elemento fundamental de gestores públicos preocupados em delimitar o espaço e o grupo sobre o qual recairão suas ações”. Nesse caso, a MM anula as fronteiras e, em termos de importância, não hierarquiza os patrimônios com base em critérios eurocêntricos, coloniais ou nacionais. Isso possibilita que os indivíduos conheçam não apenas seus próprios patrimônios, mas também aqueles pertencentes a outras nações, uma vez que “a pluralidade de expectativas e de memórias é fruto de uma pluralidade de mundos” (Farias; Freire, [BRA], 2011, p. 120).

Ao enfatizar a memória dos povos subalternizados, salientam-se as desigualdades na gestão do patrimônio cultural entre os países ricos e os países pobres, sendo estes os que enfrentam maiores dificuldades para preservar e manter seus patrimônios devido à falta de recursos ou infraestrutura inadequada. Frente a esse fator, Programa Memória do Mundo visa às áreas afetadas por conflitos político-militares e/ou desastres naturais, que causam danos significativos ao patrimônio. Isso porque problemas como a falta de recursos, saques, guerras e comércio ilegal de bens tombados tornam o patrimônio documental suscetível à destruição ou perda, ameaçando sua preservação.

Esse programa governamental é composto por um conjunto de comitês que operam em níveis nacional, regional e internacional, reunindo-se periodicamente para analisar a possibilidade de novas inscrições, aumentando assim o número total de acervos registrados. O Comitê Regional para a América Latina e o Caribe, por exemplo, foi criado em 2000, com o objetivo de promover o patrimônio documental de importante significado histórico na região. Após vários encontros preliminares, o comitê aprovou, “em 2002, as primeiras indicações ao Registro Regional e, desde então, um total de mais de 250 inscrições de

⁷⁰ A UNESCO foi fundada em 1945. É uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas), tornando-se a principal instituição que promove a proteção do patrimônio cultural em nível internacional.

patrimônio documental de arquivos, bibliotecas ou museus foram reconhecidas como memória do mundo na região” (UNESCO, 2024, on-line).

Para compreender a definição do conceito analisado, recorreremos às diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental publicadas pela UNESCO em 2002:

A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental – que, por vezes, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela trata da evolução do pensamento, das descobertas e dos registros da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura (UNESCO, 2002, p. 06).

Ainda conforme esse documento, a MM encontra-se, em grande parte, preservada em bibliotecas, arquivos, museus e outros locais de armazenamento distribuídos por todo o planeta. No entanto, uma parcela significativa desse acervo se encontra atualmente sob risco, principalmente por causa da degradação por ações humanas e pela falta de proteção e investimento.

Após a apresentação desses aspectos conceituais, a análise a seguir evidenciará as perspectivas das autoras e autores que publicaram em periódicos científicos analisados acerca do entendimento teórico-conceitual da MM e do programa desenvolvido pela UNESCO, com ênfase em como esses/as autores/ras percebem a atuação desse programa em alguns países do sul global (Quadro 18):

Quadro 18 - Representação do conceito de Memória do Mundo da UNESCO

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
UNESCO (2002; 2024)	Silberleib ([ARG], 2016)
	Romero ([ARG], 2018)
	Rodrigues; Vian; Teixeira ([BRA], 2020)
	Hurtado-Tarazona ([BRA], 2023)
	Albuquerque; Silveira ([BRA], 2023)
	Carrasco Celis ([CHI], 2015)
	Marques; Karpinski ([COL], 2019)
	Giraldo Lopera ([COL], 2017)
	Teixeira; Valentim ([CRI], 2023)
	Martínez Rider ([CRI], 2016)
	Villanueva Rivas ([CRI], 2015)
	Lobelle Fernández ([CUB], 2015)
	Paz Enrique; Hernández Alfonso; Izquierdo Brito; Brito Gutiérrez ([CUB], 2016)
	Martínez Barbosa; Zacarías Prieto ([MEX], 2019)
	Lira Luna ([MEX], 2023)
	Palma Peña ([MEX], 2013)
	Fernández de Zamora ([MEX], 2011a)
	Rodríguez Reséndiz ([MEX], 2020)
	García ([MEX], 2015)

	Valdez Ramos ([MEX], 2013)
	Rodríguez García ([MEX], 2009)
	Fernández de Zamora ([MEX], 2011b)
	Banda ([PER], 2020)
	Silva ([PER], 2017)
	Bascou ([URU], 2018)
	Silvariño; Muñíz ([URU], 2018)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Identificou-se que as reflexões em torno do conceito MM desenvolvido pelo programa da UNESCO apareceu em nove países do sul global. Essa constatação revela o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela UNESCO no esforço empreendido para que o patrimônio documental mundial seja preservado e pertença a todos.

Romero ([ARG], 2018), ao analisar as ações de políticas de informação no México, destaca que o Programa Memória do Mundo da UNESCO tem sido importante para a valorização do patrimônio em países em desenvolvimento. Ele enfatiza que o Programa “tem como principal objetivo a sensibilização para a conservação dos documentos históricos mais importantes dos países, prevendo a garantia do acesso a estes documentos por parte da população” (Romero, [ARG], 2018, p. 159, tradução nossa). Dentre as principais atividades realizadas, destaca-se a promoção ao desenvolvimento social, cultural e econômico mexicano. Conforme o autor, “o Programa Memória do Mundo continua atual e em exibição as declarações de documentos que fazem parte da memória do mundo” (Romero, [ARG], 2018, p. 159, tradução nossa). O autor ainda destaca a influência do paradigma pós-custodial do programa, por promover atividades entre os países e instituições internacionais nas quais elaboram diretrizes que afetaram positivamente “o propósito, função, objetivo e método de trabalho em Gestão Documental e Arquivos” (Romero, [ARG], 2018, p. 161, tradução nossa).

Silberleib ([ARG], 2016) enfatiza que o programa foi criado para evitar o esquecimento coletivo. Para isso, tem apelado à preservação dos acervos de arquivos e bibliotecas em todo o mundo como forma de garantir sua divulgação. O programa também foi concebido para tornar os documentos acessíveis a todos os agentes sociais: “o patrimônio documental mundial pertence a todos, deve ser plenamente preservado e protegido para todos e, com o devido respeito pelos hábitos e práticas culturais, deve ser acessível a todos de forma permanente e sem obstáculos” (Silberleib, [ARG], 2016, p. 134, tradução nossa). Ainda conforme a autora, o nome escolhido pela UNESCO para o seu programa reflete sobre os vínculos permanentes e indissolúveis que existem entre informação, memória e esquecimento, “uma vez que direitos muito pessoais que são invocados através do direito esquecidos, tanto nos registros de dados

personais como na Internet, colidem com os direitos sociais à informação e à liberdade de expressão” (Silberleib, [ARG], 2016, p.134, tradução nossa).

Para Rodrigues, Vian e Teixeira ([BRA], 2020), a Unesco, por intermédio do Programa Memória do Mundo, tomou para si a tarefa de proteger o patrimônio bibliográfico mundial. Já para Hurtado-Tarazona ([BRA], 2023), ao analisar o depósito legal na Biblioteca Nacional do México, afirma que a Unesco se refere aos materiais bibliográficos como a MM, pois eles traçam a evolução do pensamento, as descobertas e as conquistas da sociedade humana. Por último, para Albuquerque e Silveira ([BRA], 2023), o Programa Memória do Mundo atua frente à difusão e preservação do patrimônio documental mundial. Para as pessoas autoras, a MM deve ser conceituada segundo as manifestações culturais com cobertura dos seguintes itens: “móveis; constituídos por sinais/códigos; sons e/ou imagens; preserváveis; reprodutíveis e transferíveis; e frutos de um processo deliberado de documentação” (Albuquerque; Silveira, [BRA], 2023). Ainda no contexto brasileiro, deve-se enfatizar também que, recentemente, os documentos manuscritos do advogado e abolicionista brasileiro Luiz Gama (1830-1882), custodiados pelo Arquivo Público de São Paulo, foram declarados pelo Comitê da América Latina e do Caribe como pertencentes à MM. Essa inscrição destaca a contribuição de um intelectual negro no Brasil escravocrata do Século XIX.

Por sua vez, Carrasco Celis ([CHI], 2015) entende que a MM reflete a diversidade de línguas, povos e culturas, sendo o espelho do mundo que deve receber um tratamento adequado, em nível internacional, para que seja preservado. Ao analisar o relatório da UNESCO sobre o Programa Memória do Mundo, a autora afirma que os documentos utilizados para base de sua pesquisa traçaram a evolução do pensamento, das descobertas e das conquistas da sociedade humana. Eles destacam o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. Sobre o armazenamento da MM, os documentos apontam que ela se encontra em bibliotecas, arquivos, museus e locais de custódia em todo o planeta.

Ao destacar que uma elevada porcentagem da MM está em risco, Carrasco Celis ([CHI], 2015) elenca os principais agentes destruidores desse tipo de memória: “deslocamentos acidentais ou deliberados, guerras, calamidades naturais e incêndios são algumas das ameaças que pairam sobre ele” (Carrasco Celis, [CHI], 2015, p. 07). Ele acrescenta que o Programa Memória do Mundo se baseia na ideia de que o patrimônio documental mundial pertence a todos e deve ser protegido na sua totalidade por todos, com o devido respeito pelos hábitos e práticas culturais. O programa determina quais são os patrimônios documentais de importância internacional, regional e nacional e organiza campanhas de sensibilização para o patrimônio

documental, alertando as autoridades públicas, os cidadãos e os setores empresarial para as necessidades de preservação e angariação de fundos (Carrasco Celis, [CHI], 2015).

Giraldo Lopera ([COL], 2017) discorre sobre a atuação do Comitê Consultivo Internacional da UNESCO na inclusão de arquivos relacionados a violações de direitos humanos no Registro da MM. Para ele, essa medida é considerada positiva e tomada com o objetivo de preservar as coleções e torná-las permanentemente acessíveis e sem obstáculos. Os arquivos de repressão se tornam assim categorias de patrimônio de importância global. Marques e Karpinski ([COL], 2019) discorrem sobre a MM na perspectiva de Lloyd, Harvey e Lodge (2005), que pesquisam a atuação do programa na Austrália. Para esses autores, o Programa Memória do Mundo visa identificar e proteger o patrimônio documental de importância mundial e garantir acesso duradouro a ele. No contexto australiano, um comitê foi estabelecido em dezembro de 2000 e, desde então, tem realizado uma série de atividades, incluindo “uma de suas atividades é a identificação de materiais do patrimônio documental perdidos e desaparecidos” (Lloyd; Harvey; Lodge, 2005, p. 289), ou seja, aquele que não existe mais. Para as pessoas autoras, a Austrália é o primeiro país do mundo a tentar um registro de patrimônio documental desaparecido: “como não há precedentes, essa atividade australiana está desenvolvendo do zero uma abordagem metodológica que possivelmente será adotada em outros lugares” (Lloyd; Harvey; Lodge, 2005, p. 290).

Teixeira e Valentim ([CRI], 2023), ao desenvolver um estudo sobre competência em informação, destacam as orientações da UNESCO da IFLA/UNESCO para a formação de competências e habilidades em MM. Para eles, existem quatro dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política. Com esse entendimento, a MM pertenceria à dimensão ética da informação, que visa à realização do bem comum e se relaciona a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo (Teixeira; Valentim, [CRI], 2023).

Outra autora que contribui com esta reflexão é Martínéz Rider ([CRI], 2016). Para ela, o Programa Memória do Mundo apresenta as bases para propor projetos de potencial inserção de materiais bibliográficos – como manuscritos, fundos de arquivos, coleção de microformatos, coleção de audiovisual e coleções digitais – que podem compor a MM. No entanto, a inserção de novos documentos no programa depende da dedicação e do exercício profissional de avaliação do que pode se tornar patrimônio e o cuidado prioritário com o que é local e nacional. Essas atividades podem transmitir o significado de bens que são ou podem ser patrimônio, bem como “de desenvolver projetos para seu cuidado, proteção e registro no Programa Memória do Mundo da UNESCO” (Martínéz Rider, [CRI], 2016, p. 19).

Ainda na Costa Rica, destacam-se as reflexões de Villanueva Rivas ([CRI], 2015), que aponta o Programa Memória do Mundo como um dos projetos que contribui para a preservação digital de documentos, implementando processos destinados a garantir a acessibilidade permanente de objetos digitais. O autor destaca que a questão da preservação digital nas bibliotecas não depende somente dos servidores e softwares em que os documentos digitais são depositados nos repositórios, mas também da “análise de que tipo de documentos devem ser preservados, o formato em que se encontram e a garantia de estabilidade de acesso contínuo e permanente apesar das mudanças tecnológicas” (Villanueva Rivas, [CRI], 2015, p. 09).

Lobelle Fernández ([CUB], 2015) tece com conjunto de reflexões acerca da MM no contexto cubano. Primeiramente, ao identificar os diferentes órgãos legislativos e reguladores que protegem e salvaguardam legalmente o patrimônio documental cubano, ela destaca as diferentes iniciativas declaradas pela UNESCO como um organismo fundamental encarregado de salvaguardar e socializar esse domínio, por meio do seu Programa Memória do Mundo, criado com o “objetivo de aumentar a conscientização e a proteção do patrimônio documental mundial e alcançar sua acessibilidade universal e permanente” (Lobelle Fernández, [CUB], 2015, p. 389, tradução nossa).

Outro elemento que compõe sua análise está associado a diferentes formas de produção e/ou preservação do patrimônio documental nos países. Isso porque, embora a produção de documento seja um fator universal, reconhece-se que algumas culturas são mais “documentais” do que outras: “por estas e outras razões, portanto, nem todos estarão igualmente representados no patrimônio documental mundial e, portanto, também não na ‘Memória do Mundo’” (Lobelle Fernández, [CUB], 2015, p. 385, tradução nossa).

Em termos históricos, Lobelle Fernández ([CUB], 2015) afirma que foi somente na década de 1990, com o programa MM, que se notou uma preocupação marcante com a sobrevivência do patrimônio, expressa em ações internacionais de amplo alcance. Ela ainda destaca que o lamentável estado de conservação do patrimônio documental e o difícil acesso a ele foram alguns dos motivos que deram origem a esse programa. Ele pouco pôde fazer diante das guerras das três primeiras décadas deste Século XXI, “como as do Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria, nas quais a cultura documental foi vítima, sem falar dos ataques de grupos terroristas para os quais a cultura documental do ‘inimigo’ é um ‘objetivo de guerra’ e um ‘dano colateral’” (Lobelle Fernández, [CUB], 2015, p. 386, tradução nossa). No contexto cubano, desde 2005, o país faz parte do Programa MM, no qual conta com algumas coleções que passaram a fazer parte do registro de documentos declarados MM: 1) a Coleção José Martí Pérez (2005); 2) Negativos originais do Cinejornal Latino-Americano do Instituto Cubano de

Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC); e 3) A Coleção Documental “Vida e Obra de Ernesto Che Guevara: dos manuscritos originais da adolescência e juventude ao Diário de Campanha na Bolívia” (Lobelle Fernández, [CUB], 2015).

Paz Enrique, Hernández Alfonso, Izquierdo Brito e Brito Gutiérrez ([CUB], 2016) afirmam que, em nível internacional, os processos de conservação documental são regidos pela UNESCO e destacam o documento “*Memoria del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*” (UNESCO, 2002) como um documento norteador para que as instituições governamentais e de memória possam conhecer as formas de participar do programa. Esse mesmo documento emitido pela UNESCO serve de base para Martínez Barbosa e Zacarías Prieto ([MEX], 2020) afirmarem que os arquivos históricos desempenham um papel importante na sociedade por serem conservadores e promotores do patrimônio documental que também é parte da MM.

Valdez Ramos ([MEX], 2013) destaca que o Instituto Nacional de Antropologia e História do México contribuiu significativamente para o Programa Memória do Mundo da UNESCO, bem como para a promoção do patrimônio nacional em âmbito internacional. Já Rodríguez García ([MEX], 2009) ressalta a necessidade de que os institutos e demais instituições estejam alinhados à proposta de patrimônio documental da UNESCO, a fim de que a riqueza documental seja reconhecida como parte integrante da MM.

Palma Penã ([MEX], 2013) apresenta a classificação utilizada para apreciação dos documentos que compõem o patrimônio documental inseridos no Programa MM da UNESCO. Essa classificação é dividida em cinco categorias: coleção de manuscritos, coleção de impressos, coleção arquivística, coleção de microfilmes e coleção digitais. Esta última classificação inserida posteriormente é analisada por Rodríguez Reséndiz ([MEX], 2020), que discorre sobre as políticas institucionais em torno da preservação digital dos arquivos sonoros e audiovisuais. Para a autora, “com a proliferação de conteúdos sonoros e audiovisuais que registram fatos, pensamentos e criações, a noção de documento se expandiu”. Nesse contexto, o Programa MM da UNESCO passou a valorizar tanto os documentos audiovisuais quanto os sonoros como formas legítimas de patrimônio.

Lira Luna ([MEX], 2023) descreve o processo para o registro de dois exemplares impressos do poema “O Cântico dos Cânticos de Salomão”, publicado pelo erudito polígrafo Jesús Díaz de León, em 1891. Trata-se de um estudo filológico comparativo em sete idiomas: hebraico, grego, latim, alemão, francês, inglês e espanhol do poema de casamento, atribuído a Salomão, que está contido na Bíblia. Conforme descreve Lira Luna ([MEX], 2023), a Biblioteca Central da UNAM participou do edital de 2022 do Comitê Mexicano para a MM da UNESCO

para propor o registro de documentos no Programa MM, por meio da articulação entre instituições públicas e privadas, como arquivos, bibliotecas ou museus: “consequentemente, após o processo de aceitação, análise e deliberação do pedido, em 5 de março de 2023, a Biblioteca Central, UNAM, recebeu o registro como Memória do Mundo do México, 2022, para os dois exemplares impressos do poema” (Lira Luna, [MEX], 2023, p. 05).

Esse mesmo processo é abordado por García ([MEX], 2015) ao destacar a obra “*Arte de la lengua teguima*”, do padre jesuíta Natal Lombardo (1647–1704), que evidencia como a elaboração das artes servia como mecanismo facilitador da correlação entre as diferentes culturas representadas pelos missionários e os potenciais candidatos ao cristianismo. Na obra, o jesuíta trata a linguagem como um instrumento artístico indispensável para o ensino da doutrina cristã. Conforme García, “aparentemente, existem apenas três cópias desta obra no mundo: nos Estados Unidos, França e México” (García, [MEX], 2015, p. 129). Este último exemplar, custodiado pela Biblioteca Pública do Estado de Jalisco, no México, faz parte da Coleção de Livros de Línguas indígenas, reconhecidas como MM em 2007.

Fernández de Zamora ([MEX], 2011a; 2011b) destaca que, em 2005, a UNESCO reconheceu que a Biblioteca Palafoxiana, localizada no México, seria uma instituição pertencente à MM. A biblioteca citada possui sua relevância histórica por ter sido criada em meados do Século XVII, tornando-se a primeira e mais antiga biblioteca pública das Américas. Além da antiguidade, a biblioteca “não se destaca apenas pela beleza do local e do acervo que a contém, mas sobretudo pelo trabalho e a visão de dois homens ilustres” (Fernández de Zamora, [MEX], 2011a, p. 09): Juan de Palafox e Mendoza e Francisco Fabián e Fuero, seus fundadores. Atualmente, a biblioteca se encontra revitalizada e os/as pesquisadores/ras podem usar a coleção, além de que inúmeras exposições e cursos são organizados para disseminar suas riquezas (Fernández de Zamora, [MEX], 2011b, p. 143).

Banda ([PER], 2020) traça o processo de institucionalização do Programa Memória do Mundo no Peru. Para a autora, a institucionalização do programa se deu por encontros internacionais como congressos, convenções, conferências e mesas redondas, que passaram a ser realizados em número crescente desde a segunda metade do Século XX. Conforme preconiza a autora, entre 2010 e 2013:

foi realizada em nosso país a XIV Reunião do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do programa UNESCO MOW, com o objetivo de avaliar e selecionar as propostas de patrimônio documental dos Estados-membros do comitê, com o objetivo de inscrevê-las no Registro Regional da Memória do Mundo (Banda, [PER], 2020, p. 106).

Posteriormente, entre 2014 e 2018, foram desenvolvidas algumas ações para o fortalecimento das competências nacionais desenvolvidas pelo Comitê Nacional da Memória do Mundo visando à preservação do patrimônio documental, que incluiu: a) a realização do workshop internacional sobre a valorização do livro antigo; b) a formulação do projeto de proteção do patrimônio documental do Mosteiro e Biblioteca de Ocopa, Cidade de Huancayo; c) a elaboração e divulgação de um guia de gestão de riscos de desastres para bibliotecas; d) a recuperação do patrimônio documental e bibliográfico de 1943 da Biblioteca Nacional do Peru (BNP) e do Arquivo Nacional – hoje Arquivo Geral da Nação (AGN) –; e e) a inclusão de alguns documentos no Registro Mundial e Regional da Memória do Mundo (Banda, [PER], 2020). Nessa última ação, Silva ([PER], 2017), ao analisar a fotografia enquanto fonte histórica, apresenta a coleção fotográfica Eugenio Courret (1839-1920) como um importante patrimônio cultural do Peru apto para o registro no programa. Para ela, “o Arquivo Fotográfico de Courret atende aos requisitos estabelecidos pela UNESCO para fazer parte do registro da Memória do Mundo [...]” (Silva, [PER], 2017, p. 156, tradução nossa).

Silvariño e Muñíz ([URU], 2018), ao discorrer sobre a importância dos arquivos para os direitos humanos no Uruguai, destaca a criação, em 2012, do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo. Conforme as pessoas autoras, “o Comitê Nacional tem sido responsável por analisar e propor as diversas candidaturas de diferentes tesouros documentais para inclusão nos Registros da Memória do Mundo para a América Latina e o Caribe” (Silvariño; Muñíz, [URU], 2018, p. 109, tradução nossa). Dentre outras atribuições, o Comitê deve identificar e implementar ações que visem à preservação do patrimônio documental nacional. Assim, esse comitê propôs em 2014 o registro da coleção documental “O Almanaque de Jorge Tiscornia Bazzi” (1972-1985) no Programa MM, após o autor, que foi preso político durante a ditadura uruguaia, doar seu acervo pessoal para o Arquivo da Secretaria de Direitos Humanos do Passado Recente, um conjunto de documentos como desenhos, manuscritos e artigos produzidos em cativeiro entre 1973 e 1985, na Penitenciária Militar nº 1, conhecida como Penitenciária Libertad. No mesmo ano, foi aceita sua incorporação ao registro como Patrimônio Documental da América Latina e do Caribe.

Bascou ([URU], 2018), por sua vez, disserta sobre a documentação produzida durante o período ditatorial do Uruguai e destaca o empenho das instituições governamentais na realização de atividade de preservação, tais quais a digitalização e descrição dos documentos conforme os critérios arquivístico. Esses documentos passaram a compor o repositório documental do Arquivo da Direção Nacional de Informação e Inteligência do Ministério do Interior do Uruguai. “Ficarão sob a jurisdição da Presidência e farão parte, no futuro, do

programa Memória do Mundo da UNESCO” (Bascou, [URU], p. 81, 2018), viabilizando a garantia e o acesso à informação acerca das violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura.

7.7 MEMÓRIA CULTURAL

Quanto à categoria conceitual de MCU, constatou-se que o enfoque dado a este conceito é constituído por um conjunto de elementos associados a lembranças – e esquecimentos –, o qual faz alusão às tradições, crenças e costumes dos indivíduos em uma conjuntura espacial e temporal. No primeiro aspecto, esse tipo de memória se constitui como um elemento que pertence aos indivíduos vinculados a uma nação ou região geográfica específica, cujas vivências e práticas cotidianas estreitam o vínculo e o sentimento de pertencimento ao espaço onde vivem. No aspecto tempo, percebe-se a existência da contemporaneidade da memória. Nesse sentido, não é preciso ter vivido em séculos passados para se sentir representado nessas memórias, pois a MCU pode ser herdada e, conseqüentemente, transpassada do passado ao presente, ainda que com algumas reinvenções, existindo assim um constante vínculo entre passado, presente e futuro.

A MCU é um conceito amplo que representa a totalidade da vida social dos indivíduos e que se expressa por meio de uma infinidade de conhecimentos. Bies (1996, p. 7, tradução nossa) considera que “não só o conhecimento como tal, mas também a sua organização, representação, condensação e comunicação são uma parte essencial da memória cultural”. Esse conjunto de elementos é útil para melhor gerir e preservar as diferentes formas de manifestação da MCU. Dito isso, é importante atentar para os aspectos relacionados à preservação da Memória Cultural da Humanidade (MCU), uma vez que, conforme alertam Cruz, Flores e Garcia ([BRA], 2011, p. 93), “parte significativa da memória cultural do nosso tempo está ameaçada de desaparecer”.

O aniquilamento da memória é uma estratégia de poder intensificada frente aos grupos marginalizados, aqueles do eixo espacial do poder e que, por isso, foram sujeitados a algum tipo de exclusão – étnica, de raça, de gênero e de classe. Grupos sociais costumam ser perseguidos e oprimidos, o que dificulta a perpetuação da memória cultural desses grupos. Essas ameaças comprometem seu futuro como povo, as singularidades e grandeza cultural que eles possuem. Por isso, a memória pertencente a esses grupos não pode ser esfacelada, sendo necessário compreendê-la por meio de contextos situados, considerando quais tradições culturais foram afetadas pela colonização e o risco contínuo de perda da estabilidade cultural ao longo do tempo.

A análise identificou cinco teóricos referenciado nas pesquisas, utilizados como base de fundamentação para conceituar e/ou caracterizar a MCU. Grande parte dos autores constrói suas reflexões com base em um padrão epistêmico eurocêntrico, com destaque para pesquisadores/ras de origens alemã (Quadro 19).

Quadro 19: Representação do conceito de Memória Cultural

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Assmann (2011)	Silva e Martins ([BRA], 2022)
	Orrico e Silva ([BRA], 2019)
	Sousa e Oliveira ([BRA], 2023)
	Costa, Luce e Bernardino ([COL], 2024)
	Pereira e Lopes ([MEX], 2022)
Dodebei (2010)	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
ErlI (2010)	Melo e Ribeiro ([BRA], 2017)
Huyssen (2002; 2014)	Cogollo-Ospina e Toro Tamayo ([COL], 2016)
Taylor (2013; 2015)	Romeiro e Silveira ([BRA], 2023)
	Arenas Grisales; Vallejo Echavarría; Betancur Marín; Ramírez Hache; Lopera Espinosa ([COL], 2019)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

- Assmann (2011)

O trabalho mais referenciado foi o da professora alemã Aleida Assmann. Dentre suas produções mais proeminentes, destaca-se a obra “Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural”. Na obra, apesar da autora não conceituar memória cultural de forma objetiva, ela apresenta uma discussão consistente sobre as implicações da memória cultural e suas formas de serem preservadas e perpetuadas.

Um primeiro elemento da MCU, conforme a autora, é que ela “tem como núcleo antropológico a memorização dos mortos” (Assmann, 2011, p. 37). Isso implica mencionar a honra aos mortos, a fama póstuma e as lembranças dedicadas a personagens falecidos. Todas essas são formas de referência ao passado que, desde o início da era moderna, se diferenciam, mas coexistem como funções da memória cultural. Nesse sentido, a MCU é entendida como uma forma de eternizar ou imortalizar indivíduos, seus nomes e aquilo que fizeram em vida, além dos feitos de grandes personagens, ainda que, quem julga determinados personagens como “grandes” são as instituições detentoras do saber-poder, que muitas vezes não valorizam como “grande” personagens pertencentes às culturas “periféricas”.

Para Assmann (2011), as experiências no tempo-espaço, que constitui a memória experimental das testemunhas oculares e auriculares de uma época, deve-se traduzir em memórias cultural da posterioridade. Nesse aspecto, as culturas constroem suas memórias interativamente por meio da comunicação por meio da linguagem, de imagens e de repetições

ritualísticas, organizando suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais.

Sousa e Oliveira ([BRA], 2023) afirmam que, para Assmann (2011), a memória cultural é protegida em canais/fontes que armazenam conhecimento e superam épocas. Por isso, “a necessidade de salvaguardar os documentos provenientes das diversas atividades humanas, posto que eles podem se constituir canais/fontes de memória e serem capazes de revelar traços representativos de seus produtores” (Sousa; Oliveira, [BRA], 2023, p. 06).

Nesse contexto, as mídias tecnológicas exercem uma função primordial na preservação e transposição da memória cultural. Para ela, “cada mídia descerra um acesso específico à memória cultural” (Assmann, 2011, p. 24). As mídias são o suporte da memória cultural e o seu uso diminui os riscos da deformação e da redução, uma vez que elas são formas de externalizar o conhecimento e a informação inscrita como registro de memória. Assmann (2011) destaca ainda que, na civilização ocidental, o problema da memória cultural se aguça sob a pressão das novas mídias, pois as mídias estão em um contante processo de atualização. No entanto, é preciso pensar as culturas que encontram dificuldades com o acesso e a circulação dessas mídias. É preciso reconhecer a existência de culturas que encontram dificuldades em preservar suas memórias, pela ausência de recursos ou de uma melhor gestão das mídias existentes que atuam como suportes de suas memórias.

- Dodebei (2010)

A pesquisadora brasileira Vera Dodebei⁷¹ afirma que, ao compreender o campo da memória cultural como “o espaço intelectual de produção de conhecimentos de várias disciplinas que tem a memória como objeto, entendemos também que nele há uma riqueza de olhares e perspectivas de abordagens aos problemas” (Dodebei, 2010, p. 12). Assim, “a memória compreendida sob a dimensão cultural pode abarcar fronteiras de outras disciplinas que têm o passado como material de estudo, como a História, a Arqueologia, a Ciência da Informação”.

Para a autora, a escolha do termo Memória Cultural parece ter sido feita com o objetivo de escapar, por um lado, aos embates causados pela obra de Maurice Halbwachs, que cunhou a expressão memória coletiva nos anos vinte do século passado, e, por outro lado, para garantir uma cobertura mais ampla à própria polissemia do termo cultura. A autora ainda afirma que, no

⁷¹ Professora de Ciência da Informação e Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil.

Brasil, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, a tradição aponta para uma preferência do termo social ao cultural, o que parece, segundo a autora, uma questão de natureza apenas terminológica.

O universo conceitual da MCU é amplo. Com base nessa premissa, elencamos algumas de suas variáveis: memória como prática cultural, entrelaçamentos, releituras do conceito e abordagens que consideram recortes de classe, etnia e gênero. Conforme afirma Erll, “como noção teórica e prática, a ‘memória’ toca em muitas áreas diferentes” (Erll, 2011, p. 02, tradução nossa). As variantes aqui apresentadas estão mais relacionadas ao campo empírico da pesquisa do que a uma fundamentação teórica do conceito.

- Erll (2010)

Astrid Erll⁷² reconhece que atos de lembrança cultural são elementos da constituição antropológica dos humanos e a história de uma herança compartilhada e do pensamento sobre a memória pode ser identificada já na antiguidade, citando Homero, Platão e Aristóteles. No entanto, “foi somente no início do século XX que se desenvolveu um interesse científico pelo fenômeno” (Erll, 2011, p. 13, tradução nossa). Conforme a autora, os estudos sobre memória cultural constituem um fenômeno multidisciplinar e, portanto, não podem ser abordados por meio de uma única disciplina. Ela ainda afirma que, apesar das contribuições de Halbwachs, foi somente na década de 1980 que o tópico de memória voltou a despertar interesse nas ciências humanas e sociais, no contexto do que pode ser chamado de novos estudos de memória cultural (Erll, 2011, p. 13, tradução nossa), tornando-se um conceito-chave no discurso acadêmico.

Para a autora. “memória cultural é uma memória que está ligada a objetivações materiais. Ela é propositalmente estabelecida e cerimonializada” (Erll, 2011, p. 28, tradução nossa). Ao explorar a dimensão sociocultural da memória, para ela, “a memória cultural é constituída por uma série de mídias diferentes, operando dentro de vários sistemas simbólicos: textos religiosos, pintura histórica, historiografia, documentários de TV, monumentos e rituais comemorativos, por exemplo” (Erll, 2008, p. 389, tradução nossa). Materiais documentais históricos, fotografias, quadrinhos e até mesmo filmes, que, segundo a autora, “parece ter se tornado o principal meio de memória cultural popular” (Erll, 2008, p. 395, tradução nossa), são destacados em seus estudos, reconhecendo que tanto a literatura quanto o cinema exercem um efeito positivo sobre a memória cultural.

⁷² Professora de Literaturas e Culturas Anglófonas na Goethe-University Frankfurt – Alemanha.

- Huyssen (2002; 2014)

Andreas Huyssen⁷³ afirma que “os debates sobre a memória nas humanidades têm sido especialmente reforçados em seu foco interpretativo na memória cultural, encarnada na literatura, na arquitetura, nas artes plásticas e nos monumentos” (Huyssen, 2014, p. 205). Para ele, a memória cultural possui um viés político, que é legitimada pelos estados-nações para dar coerência cultural a sociedades conflitantes. O autor afirma que países como África do Sul, Argentina, Chile e, mais recentemente, Guatemala são igualmente afetados em certo grau pela cobertura da mídia internacional e suas obsessões de memória. A memória cultural precisa ser reconhecida como um direito cultural, mas nem sempre é. Isso porque “a aniquilação da memória cultural levou à ruptura da nossa memória e – em seu lugar – o estabelecimento da história contada a partir do Ocidente” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021b, p. 210, tradução nossa). Para Huyssen (2014), o direito cultural de grupos é invariavelmente impregnado de tradição e memória. No entanto, o autor discute a relação entre memória cultural e o direito dos grupos de terem suas memórias legitimadas e protegidas de qualquer forma de perseguição: “um grande problema é que, muitas vezes, o discurso dos direitos culturais tem uma ressonância nefasta com a tradição do que os colonialistas chamavam de direito costumeiro ou consuetudinário” (Huyssen, 2014, p. 207). Em suas reflexões, a ideia de direitos culturais dos grupos suscita problemas sérios. Eles devem ser implicitamente reconhecidos pelos instrumentos legais, uma vez que é comum as políticas de genocídio serem precedidas por ataques à cultura de grupos excluídos.

- Taylor (2013)

Taylor (2013) discorre sobre o conceito de MCU no contexto da América Latina. Em suas reflexões, a MCU possui intrínsecas relações com o que chama de performance, dispositivo que “transmite memórias, faz reivindicações políticas e manifesta o senso de identidade de um grupo” (Taylor, 2013, p. 19). De modo geral, toda performance exerce um papel vital e deve ser pensada como um modelo de garantir a manutenção da MCU.

A performance da MCU acontece por meio de gesto documental e gesto de incorporação. O primeiro, gesto documental, é o registro da memória nos suportes documentais, considerado uma herança colonizadora trazida pela ordem dos jesuítas e que está atrelada à prática dos arquivos. Entretanto, com base em um posicionamento crítico, a autora afirma que

⁷³ Professor alemão de língua alemã e literatura comparada na Columbia University - EUA.

“nem todo mundo chega à ‘cultura’ ou à modernidade por meio da escrita” (Taylor, 2013, p. 21). Nesse sentido, esse gesto originado nas práticas do colonialismo trouxe impacto negativo para as culturas nativas: “os conquistadores procuraram destruir os sistemas incorporados de memória, não só eliminando-os, mas também os desacreditando” (Taylor, 2013, p. 68).

O segundo gesto também considerado uma performance para transmissão da MCU é denominado gestos de incorporação, que são os elementos não palpáveis, como a fala e códigos corporais de comunicação, tais como a dança, teatro, canção, ritual e testemunho: “o corpo, na memória cultural incorporada, é específico, fundamental e sujeito de mudança” (Taylor, 2013, p. 134). Como se percebe, os gestos de incorporação são práticas não arquivadas, mas que exercem uma importante função social: “o ato de contar é tão importante quanto o de escrever; o fazer é tão central quanto o registrar a memória passada por meio de corpos e de práticas mnemônicas” (Taylor, 2013, p. 70).

Nesse sentido, “a memória cultural é, entre outras coisas, um ato de imaginação e de interconexões” (Taylor, 2013, p. 128), que se apoia em estruturas sociais para possibilitar a transmissão. Ela também é incorporada, isto é, “invocada por meio dos sentidos; ela liga o profundamente privado com práticas sociais, até mesmo oficiais” (Taylor, 2013, p. 128), viabilizando o desenvolvimento de habilidades motoras e hábitos desenvolvidos e praticados no mundo ao nosso redor.

Para a autora, na sociedade contemporânea, apenas o conhecimento arquivado é valorizado e visto como permanente. No entanto, por se tratar de uma autora latino-americana, ela destaca a necessidade da implementação das reivindicações políticas que buscam desterritorializar as interferências colonizadoras que alterou/prejudicou a memória dos povos nativos. Ao defender os meios de performance praticados pelos nativos para preservar/transmitir suas memórias e o conjunto de conhecimento acumulado, ela afirma que “se a performance não transmitisse conhecimento, apenas os letrados e poderosos poderiam reivindicar memória e identidade sociais” (Taylor, 2013, p. 19).

7.8 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A pesquisa da MI é razoavelmente recente no campo científico. Conforme Ribeiro, Lima e Silva ([PER], 2018), tais estudos surgem na década de 1970, período em que se tornam recorrentes estudos sobre a MI de forma sistemática, enfocando, sobretudo, os aspectos sociológicos, históricos e antropológicos. Nesse mesmo contexto, as instituições caracterizadas pela sua função formalizadora também começam a compreender, ainda que de forma superficial, a importância da preservação da memória da própria instituição. No entanto,

conforme os autores mencionados, no Brasil, “somente nos anos de 1980, em eminência das bruscas mudanças na sociedade, que a questão relacionada à preservação da memória institucional começou a adquirir caráter de urgência” (Ribeiro, Lima e Silva, [PER], 2018, p. 03), decorrente do processo de democratização, das lutas por direitos humanos e da expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil.

Desde então, os estudos sobre MI adquiriram maiores proporções dentro dos espaços de produção do conhecimento científico, viabilizando o desenvolvimento de novas reflexões teórico-epistemológicas sobre o conceito estudado. Assim, pode-se pensar na estruturação de um conceito empregado como forma de refletir sobre os tipos de instituições em uma sociedade no âmbito do primeiro setor (instituições públicas), segundo setor (instituições privadas) e terceiro setor (instituições sem fins lucrativos). Conforme Alonso e Vivar Gonzáles ([CUB], 2019), a MI na administração pública é relevante para a tomada de decisões em nível gerencial, além de proporcionar o desenvolvimento e formulação de novos projetos e estabelecimento de pontos de referência. Nesse contexto, “para realizar todos esses processos, é essencial ter documentos originais em bom estado que ajudem a demonstrar e dar transparência à gestão administrativa nas instituições” (Alonso; Vivar Gonzáles, [CUB], 2019, p. 25, tradução nossa).

Dessa forma, o conceito de MI revela aspectos importantes da instituição e está associado a um conjunto de conhecimento acumulado que deve ser preservado para viabilizar a criação da identidade do grupo a ela vinculada, tornando-a viva e pulsante:

A memória institucional objetiva assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e de suas relações com a sociedade (Cavalcante; Sales; Guerra, [BRA], 2024, p. 01).

Para que a transmissão dos conhecimentos acumulados ao longo do tempo aconteça, torna-se imprescindível que a instituição promova o registro documental do que é feito e/ou produzido para viabilizar o processo de socialização do conhecimento principalmente para as gerações futuras. Essa produção documental é base para gerar a materialidade da memória em qualquer tipologia conceitual estudada, além de representar suas ações, produtos e serviços. Por isso, o conceito de MI possui imbricações com outros conceitos aqui postos. Feitoza, Sousa, Campos e Duarte ([BRA], 2019) entendem que a MC é fundamental para a compressão dos conceitos individuais da memória, afirmando que “a memória coletiva contribui significativamente com o processo de construção da Memória Institucional, assim como também da Memória Organizacional” ([BRA], 2019, p. 476). Nessa mesma linha de raciocínio,

Ribeiro, Lima e Silva ([PER], 2028), ao tratar da relação indissolúvel entre MI e MC/MS, afirmam que:

Para os estudos de memória, este processo de entrelaçamento da memória institucional com a memória social pode gerar bons frutos, visto que a partir do estudo dos materiais preservados pelas instituições e que formam sua memória, pode-se entender também a memória coletiva/social, visto que tais documentos que trazem representações de ações, produtos e serviços adotados pelas empresas, refletem as preferências sociais de uma determinada época na sociedade (Ribeiro, Lima, Silva, [PER], 2018, p. 04).

Para fins didáticos, a análise conceitual da MI é realizada de forma separada da MO. Apesar de, por vezes, ambos os conceitos serem tomados como semelhantes, Ribeiro, Lima, Silva ([PER], 2018) buscam identificar suas diferenciações. A questão prioritária da organização é a eficácia e a da instituição é a legitimidade (Thiesen, 2013). Compactuando como a mesma linha de pensamento, Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017) afirmam ser importante identificar a existência de dois conceitos relacionados ao uso da memória nas empresas: a MO e a MI. Para as autoras, a MO está ligada totalmente ao processo decisório, em como os gestores utilizam a informação retrospectiva para subsidiar decisões e garantir vantagens sobre a concorrência, Já a memória institucional está voltada aos aspectos da história da empresa e às questões de preservação de seu patrimônio cultural. Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018) afirmam que, nas últimas décadas, estudiosos do fenômeno no meio ambiente organizacional estabeleceram dois conceitos de memória, considerando variáveis de preservação e uso: a MI e a MO.

Por se tratar de uma produção científica vinculada às áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, CI e Documentação, identificou-se uma forte relação entre o conceito estudado e as instituições arquivísticas, bibliotecárias, museológicas e centros de documentação. Um exemplo disso é Lahaba ([MEX], 2019), que, ao enfatizar as funções do Conselho Nacional de Assuntos Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior do México, afirma que esse órgão garante a proteção e a subsistência da memória institucional para as gerações futuras.

Não é nosso propósito abordar os aspectos metodológicos das pesquisas analisadas, como, por exemplo, identificar quais instituições foram objeto de estudo nas investigações sobre MI. A proposta deste trabalho está centrada na análise dos fundamentos teóricos que envolvem os conceitos de memória. Além disso, muitos dos trabalhos analisados relacionam a MI com alguma área específica dentro do próprio campo: Gestão documental (Vitoriano, [ARG], 2017; Saraiva, Pereira, Lopez, [COL], 2017; Cruz; Crespo; Peña, [CUB], 2016); Gestão

do conhecimento (Cavalcante; Sales; Guerra, [BRA], 2024); Avaliação documental (Daza, [CUB], 2023); Comunicação científica (Corda, Viñas, [CRI], 2015; Piñeiro; Sera; Puente, [CUB], 2015); Acesso à informação ([CRI], 2020); e Patrimônio digital (Colmenares Moreno, [CRI], 2023). Porém, nesses trabalhos, o conceito de MI aparece em segundo plano, com poucas evidências teóricas para ser objeto dessa análise.

Com esta breve introdução ao conceito analisado, o Quadro 20 identifica os trabalhos sobre o conceito de MI, bem como os teóricos utilizados por estes pesquisadores/ras em suas fundamentações:

Quadro 20: Representação do conceito de Memória Institucional

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Chagas (2002)	Sousa, Penha, Ribas e Vitoriano ([CRI], 2023)
Dodebei (2008)	Rodrigues, Vian e Teixeira ([BRA], 2020)
Feitosa e Duarte (2021)	Cavalcante, Sales e Guerra ([BRA], 2024)
Loureiro (2016)	Feitoza, Sousa, Campos e Duarte ([BRA], 2019)
Santos, Farias e Feitosa (2018)	Farias e Lima ([PER], 2021)
Silva e Ribeiro (2000)	Guimarães e Oliveira ([BRA], 2019)
Thiesen (1997; 2013)	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
	Molina e Valentim ([CRI], 2011)
	Achilles ([CRI], 2023)
	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
	Marques e Karpinski ([MEX], 2023)

Fonte: dados da pesquisa (2025).

O conceito de MI foi trabalhado por 11 pesquisadores/ras de cinco países (BRA, CRI, CUB, MEX e PER). Juntos, eles/elas elegeram sete teóricos que oferecerem uma reflexão teórica estruturada e definição para o conceito analisado a seguir.

- Chagas (2002)

O pesquisador brasileiro Mario Chagas⁷⁴ discute as relações entre memória e poder nas instituições. Conforme Sousa, Penha, Ribas e Vitoriano ([CRI], 2023), Chagas (2002) evidencia que as instituições que preservam e difundem o patrimônio cultural e, decorrentemente, a memória coletiva, sejam elas os arquivos, bibliotecas ou museus, apresentam um determinado discurso sobre a realidade. Contudo, o entendimento sobre esse discurso, composto por presenças e ausências, lembranças e esquecimentos, não agregou historicamente todos os indivíduos ou grupos sociais. Ainda segundo os autores, nota-se em Chagas (2002) que essas instituições culturais e de memória começaram a se constituir em uma perspectiva eurocêntrica desde a colonização, desconsiderando assim a presença de diferentes culturas e a diversidade

⁷⁴ Doutorado em Ciências Sociais (UERJ). Fonte: Plataforma Lattes.

de grupos sociais no território brasileiro, “[...] sendo o expoente dessas instituições o homem branco de origem europeia. O que ainda é estruturalmente vigente em algumas dessas instituições de memórias” (Sousa; Penha; Ribas; Vitoriano, [CRI], 2023, p. 07).

- Dodebei (2008)

A autora brasileira Vera Dodebei (2008) também é mencionada como uma teórica que traz contribuições relevantes para o campo da memória institucional. Rodrigues, Vian e Teixeira ([BRA], 2020) afirmam que pessoas e instituições têm a necessidade de preservar seus registros escritos, alguns dos quais, ao longo do tempo, alcançam o status de patrimônio. Essa necessidade decorre, segundo Dodebei (2008, p. 5), do “[...] desejo de perpetuar a memória”. Foi assim que se formaram muitos acervos particulares e institucionais.

O desejo de perpetuar a memória, acrescido da reprodutibilidade técnica com a consequente criação dos acervos, fez com que a sociedade produzisse próteses de suas memórias individuais, verdadeiras memórias auxiliares, cada vez mais extensas, diversificadas e até mesmo duplicadas, a exemplo das bibliotecas, dos museus, dos arquivos, dos monumentos históricos, gerando uma ampliação descomunal da capacidade de memória do mundo (Dodebei, 2008, p. 33)

Deve-se destacar que a memória das instituições do sul global carrega a herança de nosso passado colonial, havendo a necessidade denunciar tal realidade e propor, como forma de ruptura, os saberes situados e o conhecimento produzido fora da perspectiva eurocêntrica de pensamento, nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e também nos monumentos históricos, em que, à luz dos estudos decoloniais, encontra-se, atualmente, um movimento denominado “Contramonumento”. Ele é “considerado como um espaço de reivindicação discursiva que dá voz aos silenciados e esquecidos no transcorrer dos últimos cinco séculos” (Silva; Martins, 2023, p. 18). Nesse sentido, os monumentos expostos em espaços públicos dedicados aos líderes escravocratas dão lugar à representação de novos personagens que representam os grupos minoritários.

- Feitosa e Duarte (2021)

Rayan Feitosa⁷⁵ e Emeide Duarte⁷⁶ (2021) discorrem sobre o conceito de MI na perspectiva da Gestão do Conhecimento. Conforme reflexão empreendida, “a memória no

⁷⁵ Doutor em Ciência da Informação e Professor do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fonte: Plataforma Lattes.

⁷⁶ Pós-doutorado em Ciência da Informação (UNESP – Marília) e Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. Fonte: Plataforma Lattes.

contexto de instituições e organizações pode ser categorizada em Memória Institucional (MI) e Memória Organizacional (MO)” (Feitosa, Duarte, 2021, p. 2012). Dessa forma, a MI é um princípio básico que representa a compilação elaborada de todas as conquistas, legados e eventos que marcaram a história da instituição. Todos esses elementos são registrados em documentos que devem ser preservados para, conseqüentemente, preservar a trajetória de uma instituição. Além disso, a organização dos documentos também deve ser levada em consideração.

- Loureiro (2016)

Érica de Castro Loureiro⁷⁷, ao analisar a trajetória da Casa de Oswaldo Cruz (COC), aponta que seu trabalho se encontra principalmente no campo de estudos e reflexões sobre a MO. No entanto, esse mesmo conceito é tratado, sob outras nomenclaturas, sendo a mais frequente a de MI. Assim, a autora tece suas contribuições sobre o que a MI representa para a CI. Para ela, instituições podem deter outras dinâmicas, sem maior destaque para a “eficiência”.

Feitoza, Sousa, Campos e Duarte ([BRA], 2019), ao citarem Loureiro (2016), apresentam as especificações discutidas pela autora acerca da função que as instituições desempenham na preservação dos registros por elas produzidos.

No caso específico das instituições, nos parece possível compreender que a memória pode ser recuperada e reutilizada de diversas maneiras, de modo a atender dado apelo do presente pela recuperação desta memória ou aprendizado passado. Assim, garantir o registro das memórias individuais e coletivas ao longo da vida institucional pode ser de extrema valia para usos que não são totalmente passíveis de serem previstos. (Loureiro, 2016, p. 74).

Nesse sentido, é preciso entender o significado do arquivo e dos documentos para a instituição. Os arquivos e os registros documentais produzidos de forma orgânica devem ser considerados insumos para a memória institucional e dotados de enunciados úteis para melhor circulação dos conhecimentos acumulados dentro de uma instituição e para auxiliar na obtenção de respostas.

- Santos, Farias e Feitosa (2018)

⁷⁷ Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Fonte: Plataforma Lattes.

Santos⁷⁸, Farias⁷⁹ e Feitosa⁸⁰ (2018) discutem a relação entre a MI e os repositórios digitais de acesso aberto. Conforme entendimento das pessoas autoras, as instituições – no caso da pesquisa realizada por elas, evidencia-se as universidades federais e centros de pesquisa brasileiros – devem implementar os repositórios digitais de acesso aberto, para obter seus benefícios, tais como o armazenamento da documentação: “toda a produção acadêmica, seja ela científica, técnica, cultural ou artística, deve constar em repositório digital, pois é a memória institucional de uma IES” (Santos; Farias; Feitosa, 2018, 105).

Além disso, destaca-se que, diante do contínuo processo de produção e aquisição de novas informações, a MI deve se tornar uma prioridade nas políticas de informação que norteiam a gestão dos repositórios institucionais, para melhor gerir o acúmulo e evitar a perda da MI. Nesse sentido, segundo Santos, Farias, Feitosa (2018), a memória institucional necessita da competência do bibliotecário como mediador entre os usuários e a ferramenta, dentro da instituição” (Farias; Lima, [PER], 2021, p. 32). Esse profissional garantirá também que a informação seja gerida desde a etapa de produção até o acesso do público na Internet. Por conseguinte, as instituições assumem a responsabilidade de disseminar para toda a comunidade suas próprias produções “o que antes era condicionado a editoras e aos periódicos especializados com os quais se mantinham convênios por meio de assinaturas” (Santos; Farias; Feitosa, 2018, p. 98). Por fim, destaca-se que a implementação dos repositórios de acesso aberto reduz as desigualdades no acesso ao conhecimento científico, principalmente em países de baixa renda.

- Silva e Ribeiro (2000)

Armando Malheiro da Silva⁸¹ e Fernanda Ribeiro⁸² (2000) discutem o conceito de MI na perspectiva do paradigma científico e pós-custodial, da Arquivística. Na concepção das pessoas autoras, dentro do paradigma mencionado, a gestão dos documentos arquivísticos desempenham um valor central para a constituição da MI. Quanto maior o arcabouço institucional, maior a necessidade de implementar estratégias para melhor gerir a memória da instituição.

⁷⁸ Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI/UFC);

⁷⁹ Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/UFC);

⁸⁰ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFC) e Doutor em Sociologia.

⁸¹ Professor do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fonte: Ufmg.br.

⁸² Professora do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fonte: sigarra.up.pt.

Uma memória institucional «gigantesca» tem de ser bem «gerida» e acessível desde a fase genésica ou decisória [...], caso contrário acaba sendo alvo de «eliminações» de emergência, sobejamente conhecidas dos arquivistas, feitas à revelia do mínimo interesse estratégico da instituição e com duvidosas vantagens para a investigação histórica e científica em geral (Silva, Ribeiro, 2000, p. 105, grifos dos autores)

Logo, nota-se que as pessoas autoras tecem uma crítica aos processos excludentes na dinâmica institucional sobre os documentos de alto valor memorialístico para as instituições e que não recebem o devido tratamento arquivístico para sua preservação: “É impressionante notar a pouca importância dada ao peso decisório da memória institucional e a consequente falta de estudos sérios, quantitativos e qualitativos, sobre essa eventual influência na dinâmica organizacional” (Silva; Malheiro, 2000, p. 101).

Guimarães e Oliveira ([BRA], 2019) afirmam que, conforme Silva e Ribeiro (2000), a preservação da MI deve ser baseada não nos possíveis usos, nem nos valores da sociedade, mas em critérios de interesse da instituição produtora. Dessa forma, é preciso implementar um plano estratégico institucional em que, nesse processo valorativo, a avaliação dos documentos seja um primeiro elemento a ser observado pelo profissional arquivista. É importante que ele realize uma “limpeza cirúrgica” da MI, dispensando, por exemplo, o duplicado absolutamente idêntico de um ato informacional. Outro fator importante são as avaliações periódicas com o objetivo de manter documentos que agreguem valor à MI. Silva e Ribeiro (2000) estabelecem como objetivo de sua abordagem auxiliar o acesso, conhecimento e eficácia da informação arquivística e, principalmente, agregar valor à memória institucional.

- Thiesen (1997; 2013)

A pesquisadora brasileira Icléia Thiesen (1997; 2013) investiga as relações entre memória e instituição em sua obra “Memória Institucional”, resultado da sua tese de doutoramento, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) em 1997.

Em suas ponderações, ela afirma que “as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder” (Thiesen, 2013, p. 29), por atuarem no processo de institucionalização das relações sociais, refletindo as formalizações das culturas e daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, costumes e comportamento. Por essa razão, a memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições e é por meio dela que “as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento” (Thiesen, 2013, p. 282).

Ao considerar a memória como uma construção social e não como um reservatório de dados, ela afirma que a memória institucional está em permanente elaboração e que “jamais pode ser resgatada, mas sim reconstruída” (Thiesen, 2013, p. 33-34). Em termos de definição, a memória institucional é “um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas” (Thiesen, 2013, p. 37), tornando-se reflexo da trajetória institucional que se assemelha a cristal com múltiplas e infinitas facetas. A autora afirma ainda que “[...] na perspectiva do tempo, seria o retorno elaborado de tudo aquilo que se contabiliza na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão” (Costa, 1997, p. 47).

7.9 MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

O conceito de MO representa a capacidade de uma organização preservar o conhecimento construído e acumulado ao longo de sua trajetória organizacional. As organizações, entendidas inicialmente como entidades sociais sistêmicas, são movidas pela ação humana – funcionários, colaboradores, parceiros. No exercício de suas funções, esses indivíduos podem se influenciar mutuamente, estabelecendo uma rede de relações que compõe o comportamento organizacional. Essas experiências contribuem para formar a memória da organização, pois as memórias despertam narrativas de situações vividas ou de temas tratados no âmbito organizacional.

Nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, a MO se apresenta como um campo fértil de pesquisa frente ao cenário de constantes mudanças e avanços tecnológicos, tendo em vista que, “na Ciência da Informação, estudos voltados para a temática da memória organizacional têm crescido e isso ocorre porque o seu objeto de estudo, a informação, está estritamente correlacionada com a memória” (Feitoza, Sousa, Campos, Duarte, [BRA], 2019). Nesse contexto, as organizações enquanto campo de estudo científico são formadas pelo conjunto de informações, conhecimentos e demais fluxos de processos, que tendem a se aperfeiçoar com o passar do tempo, trazendo mudanças para o ambiente organizacional.

Nesse percurso, as organizações prezam pelo constante aprimoramento no processo de criar, armazenar e aplicar o conhecimento de forma que esse conjunto de fatores constitui a memória de uma organização. No entanto, deve-se destacar que essas mesmas organizações devem prezar pelo estabelecimento de uma memória organizacional flexível de forma a se adaptar a fatores variáveis para garantir a sobrevivência e o sucesso no futuro. Isso porque o conhecimento não é estático, mas dinâmico e (re)formulado para facilitar a aprendizagem.

Nesse processo, “um novo valor é identificado ou criado a partir do refinamento, adições ou atualizações que são feitas para que esses ativos permaneçam valiosos o suficiente para serem retidos na memória organizacional” (Molina, [VEN], 2014, p. 08, tradução nossa).

O conceito estudado nesse tópico se encontra fortemente atrelado à área da Gestão do Conhecimento, cuja bases estão sedimentadas no conceito de conhecimento. Isso porque o conhecimento adquirido pelos integrantes de uma organização, pelas experiências absorvidas, gera maior valor para a uma organização.

A importância de se medir o nível em que se encontra a gestão do conhecimento em uma organização se dá pelo constante aprimoramento no processo de identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar o conhecimento organizacional, de modo que a memória organizacional não se perca ao longo do tempo ou mesmo que seja desprezada pela introdução de novos conceitos e procedimentos (Santos, [CHI], 2017, p. 01).

Com base nessa citação, pode-se constatar que o conhecimento organizacional se encontra em constante processo de aprimoramento. Nesse processo, “o conhecimento divide-se em tácito e explícito e a memória organizacional abarcará e contribuirá com ambos” (Almeida; Vitoriano, 2020, p. 08). Na perspectiva convencional, o conhecimento tácito se refere às habilidades pessoais e é difícil de ser formalizado; o conhecimento explícito, por sua vez, está relacionado à eficácia, é expresso em uma linguagem formal e se traduz em documentos ou banco de dados. Conforme Andrade Castro e Yedra ([VEN], 2002, p. 32), “a eficiência é adquirida por meio de programas de aprendizagem, onde a memória organizacional dá suporte às tentativas de aquisição de novos comportamentos que permitam à organização assumir o compromisso de alcançar a liderança”.

Os entendimentos de conhecimento apresentado – tácito e explícito – são indispensáveis para combater a “amnesia corporativa” (Dalkir, 2005), decorrente da má gestão do conhecimento ou perda de pessoas que contribuíram significativamente para a instituição e para o crescimento da organização. Para a formação da MO, é importante a participação de todos os/as integrantes e das experiências acumuladas por eles/elas ao longo do tempo.

Construir uma memória organizacional permanente significa envolver todos os membros da organização na sua criação, de modo que a participação no desenvolvimento de conteúdos, regras e objetivos seja um meio de coesão que se torne parte a unidade organizacional (Andrade Castro, Yedra, [VEN], 2002, p. 35).

A análise constatou que, assim como a MI, boa parte dos artigos analisados relacionam a MO com algum domínio específico da CI. Sepúlveda, Reyes e Martín ([ARG], 2019), ao trabalhar com os repositórios de acesso aberto nas instituições de educação superior no México,

destacam como esses repositórios podem contribuir com a memória organizacional. Nesse aspecto, os autores trazem a pesquisadora mexicana María Ramírez-Montoya (2018) que pesquisou a área de empreendedorismo educacional. Para Ramírez-Montoya (2018, p. 02), os repositórios “proporcionam às instituições a possibilidade de melhorar a sua posição nos rankings, garantindo a preservação da sua memória organizacional, ganhando visibilidade e presença na Web”. Além dos repositórios institucionais, o conceito de MO nas produções analisadas está relacionada principalmente à área da gestão administrativa em empresas públicas e privadas e gestão do conhecimento, Gestão da informação e Gestão documental.

Por meio da análise das produções científicas nos países do sul global, constatou-se que o conceito de MO é difuso, ou seja, é disseminado por diferentes perspectivas teórico-epistemológicas. Essa diversidade resultou na análise de trinta e três teóricos pertencentes a diferentes regiões do globo, conforme suas definições para o conceito de MO. O Quadro 21 apresenta os teóricos utilizados:

Quadro 21 - Representação do conceito de Memória Organizacional

TEORISTA	AUTOR/A DO ARTIGO
Abecker, Bernardi, Hinkelmann, Kühn e Sintek (1998)	Feitoza, Sousa, Campos e Duarte ([BRA], 2019)
	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Almeida (2006)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
Almeida e Vitoriano (2020)	Damian ([ARG], 2024)
	Santos e Molina ([BRA], 2023)
Barros, Ramos e Pérez (2015)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Bellotto (2004)	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
	Marques e Karpinski ([MEX], 2023)
Camisón e Villar-López (2011)	Marques e Karpinski ([MEX], 2023)
Cegarra-Navarro e Sánchez-Polo (2011)	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
Damian e Moro Cabero (2020b)	Damian ([ARG], 2024)
Dieng, Corby, Giboin e Ribière (1998)	Ramos, Flores e Nunes ([COL], 2013)
Estevão e Strauhs (2013)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
	Ramos, Flores e Nunes ([COL], 2013)
Feitoza e Duarte (2021)	Cavalcante, Sales e Guerra ([BRA], 2024)
	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Freire, Tosta, Helou Filho e Silva (2012)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
Laspisa (2007)	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Laudon e Laudon (2004)	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Lehner e Maier (2000)	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Melgar-Sasieta, Beppler e Pacheco (2011)	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
Menezes (2006)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
Monticolo, Hilaire, Gomes e Koukam (2009)	Ramos, Flores e Nunes ([COL], 2013)

Nascimento, Souza, Valentim e Moro-Cabero (2016)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Nascimento e Vitoriano (2017)	Vitoriano ([ARG], 2017)
	Santos e Molina ([BRA], 2023)
Nascimento e Valentim (2012)	Nascimento e Lunardelli ([URU], 2021)
Neves e Cerdeira (2018)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Pereira, Silva e Pinto (2016)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Remor, Rados, Remor e Miranda (2009)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Santos (2019)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
Santos, Moro-Cabero e Valentim (2016)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
	Santos e Molina ([BRA], 2023)
Simião (2009)	Nascimento e Vitoriano ([BRA], 2017)
	Molina e Valentin ([CRI], 2011)
Spiller e Pontes (2007)	Damian e Moro-Cabero ([ARG], 2020a)
Stein (1995)	Andrade Castro e Yedra ([VEN], 2002)
Stein e Zwass (1995)	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
Thiesen (2013)	Marques e Karpinski ([MEX], 2023)
	Ribeiro, Lima e Silva ([PER], 2018)
Walsh e Ungson (1991)	Santos e Molina ([BRA], 2023)
	Feitoza, Sousa, Campos e Duarte ([BRA], 2019)
	Silva, Valentim e Vitoriano ([CUB], 2018)
	Andrade Castro e Yedra ([VEN], 2002)
Zancanaro, Erpen, Santos, Steil e Todesco (2013)	Santos e Molina ([BRA], 2023)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com base nesse quadro, infere-se que esta categoria conceitual possui maior diversidade acerca da influência teórica para representar o conceito de MO. Além disso, esse conceito foi trabalhado por pesquisadores/ras da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru, Uruguai e Venezuela. Juntos, eles elegeram trinta e três teóricos que, em sua maioria, são brasileiros/ras. Com essa constatação, percebe-se que esse conceito é trabalhado pelos próprios pesquisadores que citam seus pares vinculados a um mesmo espaço geográfico.

- Abecker, Bernardi, Hinkelmann, Kühn e Sintek (1998)

Abecker, Bernardi, Hinkelmann, Kühn e Sintek⁸³ (1998) estabelecem que, no âmbito organizacional, a gestão eficaz do conhecimento contribui para a formação da MO. Nesse sentido, a eficácia da gestão acontece quando a organização apoia o compartilhamento e a reutilização de informações individuais ou corporativas com o propósito de favorecer lições de aprendizagem (Abecker; Bernardi; Hinkelmann; Kühn; Sintek, 1998).

Conforme a visão das pessoas autoras, “a principal função da OM é aumentar a competitividade da organização melhorando a forma como gere o seu conhecimento” (Abecker;

⁸³ Todas as pessoas autoras estão vinculadas ao Centro Alemão de Pesquisas em Inteligência Artificial.

Bernardi; Hinkelmann; Kühn; Sintek, 1998, p. 40). No entanto, deve-se destacar também que a competitividade pode estimular a dominação e controle, bem como trazer malefícios as organizações, prejudicando as relações interpessoais estabelecidas entre seus integrantes. Nesse sentido, Santos (2024, p. 938) destaca que “os estudos críticos têm apontado a necessidade de compreender as repercussões do colonialismo na produção de conhecimento e nas práticas de gestão e organizações”.

Outra caracterização do conceito de MO apontada por Abecker, Bernardi, Hinkelmann, Kühn e Sintek (1998) é que o principal requisito para manter a MO é prevenir a perda e melhorar a acessibilidade a todos os tipos de conhecimento corporativo, fornecendo um sistema bem estruturado para o armazenamento de informações. Para assegurar os benefícios que a memória pode ofertar a uma organização, é preciso entender que ela, além de ser um repositório de informação, também possibilita à organização o compartilhamento do conhecimento corporativo, individual e de aprendizagem das rotinas diárias da organização.

Por último, destaca-se que as pessoas autoras apontam que a MO está atrelada a uma visão funcionalista que pode ser útil em situação concreta de aplicação. Sinteticamente, a MO contribuiria para que a organização, ao fornecer informações e conhecimentos úteis, ajudaria os usuários – lê-se capital humano – a: a) desenvolverem tarefas, como o desenvolvimento de protótipo; b) realizarem negócios, por meio da análise de custo-benefício; e c) identificar as falhas na prática industrial, pois elas “também representam um sério desafio para os OMs” (Abecker; Bernardi; Hinkelmann; Kühn; Sintek, 1998, p. 46, tradução nossa).

Ainda conforme preconizam as pessoas autoras (1998, p. 47), a MO não pode ser compreendida como uma área de pesquisa fechada e própria. Ela apenas cresce mediante uma integração pragmática de múltiplas técnicas impulsionadas por uma meta de aplicação ambiciosa. Desse modo, a MO contribui com o lucro adquirido pelas organizações. Nesse sentido, a memória atrelada ao conhecimento operacionalizado expõe seu caráter econômico de capitalismo neoliberal e, portanto, colonialista.

- Almeida (2006)

Almeida⁸⁴ (2006) percebe que as pesquisas sobre MO compõem uma literatura ainda incipiente. Em suas reflexões, o autor compreende que a MO é gerada nos processos pelos quais as informações podem ser manipuladas conforme as estruturas de retenção (Almeira, 2006, p.

⁸⁴ Professor no Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. É doutor em Ciência da Informação (UFMG). Fonte: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (2025).

54). Para ele, o processo de retenção é a característica mais importante da MO. Ela é facilitada pela produção dos registros informacionais, tais como arquivos, com documentos de diversos tipos/formas e bancos de dados que podem ser utilizados para diversas aplicações. Nesse sentido, as informações sobre aspectos do passado, tais como tomadas de decisões e problemas resolvidos, compõem o núcleo da memória de uma organização ao longo do tempo.

Ao ampliar esse entendimento, destaca-se também que a retenção de informação não pode acontecer unicamente acerca de conteúdos abstratos e/ou burocráticos, tais como maior eficiência na gestão da organização ou obtenção de vantagem competitiva, uma vez que “a MO não é um repositório estático de experiências organizadas” (Almeida, 2006, p. 101). É preciso também reter informações que privilegiem o caráter humanístico, destacando as relações humanas existentes nas práticas cotidianas muitas vezes despercebidas, mas que melhoram a eficácia das organizações. Nesse sentido, as organizações, ao atribuir valor aos “arquivos externos” (Almeira, 2006), caracterizados pelo momento em que os indivíduos lembram ou buscam ajuda de colegas para relembrar sobre um evento específico, permitem a cada um deles guardarem informações sobre o passado da organização, ao mesmo tempo comprovando que memória é o resultado de um conjunto de aprendizado adquirido na estrutura interna da organização.

Ao desenvolver uma definição para MO, o autor afirma que este conceito pode ser comparado a uma metáfora para explicar as possibilidades de produzir, representar, armazenar e recuperar o conhecimento nas organizações.

A MO é uma metáfora que privilegia a apreensão do conhecimento consensual gerado em interações sociais, a construção de uma linguagem organizacional comum, a captura do contexto em que o conhecimento é criado e o suporte a aspectos dinâmicos do conhecimento organizacional (Almeira, 2006, p. 103).

Conforme essa definição e o alinhamento teórico com o paradigma intercultural anticolonial, entende-se que esse paradigma impele as estruturas de domínio colonial ainda presentes na sociedade contemporânea, incluindo a linguagem, que permite o registro e a transferência de informações “para aumentar ou diminuir as disparidades sociais” (Duque-Cardona; Restrepo Fernández; Velásquez Ypes, 2021, p. 50, tradução nossa). Na linguagem organizacional, isso evidencia reconhecer a coexistência de diferentes estruturas hierárquicas para desconstruir a linguagem preponderante que pode perpetuar diferentes formas de desigualdades e exclusões, promovendo assim uma linguagem mais inclusiva e representativa no âmbito do conhecimento organizacional, conforme preconiza os apelos de justiça social.

- Almeida e Vitoriano (2020)

Almeira e Vitoriano (2020) discutem a MO na perspectiva da gestão. Para elas, a MO, “apoiada pela gestão de documentos e gestão da informação, torna-se capaz de impulsionar a gestão do conhecimento nas organizações” (Almeida; Vitoriano, 2020, p. 01), por meio do auxílio na inovação de processos, produtos e serviços e da contribuição para evitar a perda e a obsolescência do conhecimento. Nesse sentido, as autoras entendem a MO como uma ferramenta responsável por armazenar todo o conhecimento produzido pela organização ao longo do tempo, havendo assim a necessidade de captar informações sobre os processos operacionais desenvolvidos no âmbito das organizações.

Ainda conforme as autoras, a estruturação da MO está embasada em dois aspectos: o primeiro seria armazenar o conjunto de conhecimento produzido pelos colaboradores/ras; o segundo é o armazenamento do conjunto de documentos produzidos no exercício das atividades organizacionais. Quanto ao primeiro aspecto, as autoras afirmam que as experiências, os relatos e as vivências dos colaboradores contribuem, desde que preservados, para posterior desenvolvimento da própria organização. Já sobre o segundo aspecto, elas entendem ser necessário zelo pela documentação produzida. Nesse sentido, os documentos pertinentes à MO devem ser identificados e preservados, com intuito de auxiliar futuramente à organização.

A memória organizacional é, portanto, uma ferramenta informacional que vem de encontro às necessidades das organizações, pois com a constante transformação do mercado e a competitividade cada vez mais acirrada, a organização precisa utilizar cada vez mais ferramentas que possibilitem o controle de seus documentos, informações e conhecimentos no médio e longo prazos, em diferentes níveis (Almeida; Vitoriano, 2020, p. 10)

Por fim, cabe ressaltar que o surgimento da gestão do conhecimento está atrelado ao contexto capitalista de avanços tecnológicos e, por conseguinte, da economia do conhecimento. Por essa razão, a memória não deve ser vista pelas organizações como uma forma de capital ou de recurso econômico. Seu entendimento associado única e exclusivamente às transformações do mercado e dos elementos de competitividade devem ser analisados com atenção, uma vez que este elemento traz consigo heranças da colonialidade que desconsideram a diversidade cultural e a desigualdade de poder entre diferentes organizações.

- Barros, Ramos e Pérez (2015)

Barros⁸⁵, Ramos⁸⁶ e Pérez⁸⁷ (2015) tecem importantes reflexões sobre o conceito de MO sob a ótica intercultural. Inicialmente, as pessoas autoras entendem que, “num mundo cada vez mais competitivo e globalizado, as organizações estão em constante mudança para se manterem no mercado” (Barros, Ramos, Pérez, 2015, p. 46, tradução nossa). A globalização enquanto fenômeno presente na modernidade “não se dá de forma aleatória, mas, sim, de maneira a servir aos interesses mercadológicos – livre circulação do capital e desterritorialização da produção” (Silva; Teodoro, 2021, p. 197).

Outro elemento a ser destacado é que o estado de transitoriedade e fluidez (Bauman, 2001) também atinge as organizações. Porém, deve-se questionar até que ponto as constantes mudanças impactam de forma positiva na memória da organização, já que essas mudanças acarretam novas formas de perceber e/ou interpretar os valores fundamentais das organizações, desafiando, portanto, a memória estabelecida ao longo do tempo.

Nesse contexto, as organizações, para se manterem atuantes no mercado, não podem perder o conjunto de conhecimentos e experiências inicialmente restritas às memórias dos trabalhadores individuais. Conforme as pessoas autoras, “dia após dia, a maioria das organizações perde um grande volume do seu conhecimento gerado devido à falta de mecanismos que permitam a sua retenção” (Barros, Ramos, Pérez, 2015, p. 50, tradução nossa). Por isso, é necessário constituir uma MO cujo propósito seja reunir e representar a identidade do conjunto de integrantes pertencentes a ela:

Uma vez que o conhecimento gerado na organização ao longo do tempo é um dos fatores principais para se manter competitivo no mercado, é importante que as organizações estejam cientes e busquem mecanismos e estratégias que permitam manter esse conhecimento acumulado na organização. **Esse conjunto de conhecimentos acumulados sendo preservados ao longo do tempo é chamado memória organizacional** (Barros, Ramos, Pérez, 2015, p. 46, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, todo o conhecimento acumulado, mesmo diante das transformações e mudanças, torna-se o principal fator para a organização ter um MO eficaz.

- Bellotto (2024)

⁸⁵ Centre ALGORITMI, University of Minho, Campus de Guimarães, Portugal.

⁸⁶ Possui doutorado em Tecnologias e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho, Portugal. Fonte: Plataforma Lattes.

⁸⁷ Possui Pós-Doutorado pela Universidade do Minho - Campus de Guimarães, Portugal. Fonte: Plataforma Lattes.

Heloísa Bellotto⁸⁸ (2004) menciona que a MO constitui um fundo documentário que deve ser resgatado, coletado, organizado e descrito com cuidado. Assim, os documentos produzidos pela e para a organização refletem o seu *modus operandi*, promovendo a rememoração de suas experiências e valores, bem como a escrita da sua história. A memória organizacional é passível de ser construída por meio de documentos (Bellotto, 2004). Segundo a autora (Silva, Valentim, Vitoriano, [CUB], 2018), a MO é constituída por diferentes fatores: elementos jurídicos e administrativos, elementos técnicos científicos e elementos dispersos (comentários, reportagens, notícias, dentre outros).

- Camisón e Villar-López (2011)

Camisón⁸⁹ e Villar-López⁹⁰ (2011) analisam os efeitos da MO e das capacidades de aprendizagem no âmbito da inovação organizacional e do marketing. Conforme a visão das pessoas autoras, “a memória organizacional é uma fonte interna de conhecimento que contribui significativamente para a introdução da inovação organizacional” (Camisón; Villar-López, 2011, p. 1296, tradução nossa). Ainda conforme preconizam as pessoas autoras, a MO pode favorecer a introdução de novos hábitos empresariais, como a geração de bases de dados sobre boas práticas, lições e outros conhecimentos que impulsionam a inovação por meio da capacidade de aprendizagem dos colaboradores, de forma que, quanto maior o arcabouço da MO, maior será a inovação organizacional.

No entanto, em uma perspectiva crítica e decolonial do conhecimento, entende-se que a palavra “inovação” possui diferentes significados semânticos. Borduque e Segurado (2024) percebem que a sociedade atual cristaliza uma forte identificação com apenas uma parte dos sentidos múltiplos do termo “inovação”, aquele relativo aos seus aspectos tecnológicos e contribuintes para o “progresso” econômico. No entanto, conforme entendimento das autoras, “paralela à esta ‘evolução’, o pensamento moderno abissal tratou de inviabilizar outras possibilidades semânticas do termo inovação, que sempre estiveram presentes, e resistiram, de forma quase invisível, a todos esses acontecimentos” (Borduque; Segurado, 2024, p. 01).

Elas declaram que, na civilização greco-romana, ser inovador era pejorativo e criminoso. No contexto da Reforma Protestante, reis eram contra a inovação e exigiam a mesma postura de bispos e mestres de escolas. Já na Revolução Francesa, as transformações sociais contribuem para que o termo passasse a ter um significado neutro. Com a Revolução Industrial,

⁸⁸ Foi professora dos cursos de Arquivologia da Universidade de Brasília e da UNIRIO.

⁸⁹ Universidade de Valência, Espanha.

⁹⁰ Universidade de Valência, Espanha.

a transformação da empregabilidade do termo inovação passa de neutra para positiva, por associá-lo ao aumento da produção e dos lucros. Este último sentido foi intensificado com a implementação do neoliberalismo, de forma que “a inovação é a força que transforma incessantemente o capitalismo” (Borduque; Segurado, 2024, p. 07). Assim, torna-se possível perceber a adesão de Camisón e Villar-López (2011) a este último emprego ao associa-lo aos avanços possíveis a uma organização como forma de melhorar o processo de trabalho.

Ainda sobre os efeitos da MO na inovação organizacional, Camisón e Villar-López (2011) focam no estudo da inovação não técnica, ou seja, aquela que não se baseia em tecnologias, mas sim na implementação de um novo produto (bem ou serviço), tais como um novo método de marketing. Em virtude disso, “a inovação de marketing inclui mudanças significativas no designer do produto, que inclui mudanças na forma e na aparência do produto e que não alterem as características funcionais do produto” (Camisón; Villar-López, 2011, p. 1295, tradução nossa). Ademais, esse aspecto de inovação organizacional também inclui novos canais de venda, o que demonstra um caráter fundamental do espírito capitalista.

Nesse sentido, também é possível analisar a relação estabelecida entre o conceito de MO e o marketing na perspectiva decolonial, uma vez que as “teorias mais reconhecidas em marketing foram, em sua maioria, escritas por autores do norte global” (Ferreira; Hemais, 2023, p. 01). Como solução para a problemática apresentada, as pessoas autoras destacam a necessidade de construir um marketing menos assimétrico e mais conscientemente orientado para lidar com as complexidades e os desafios de cada contexto situado, visto não existirem práticas operacionais de marketing padronizadas para todos os países. Nesse sentido, o pensamento crítico deve contribuir para desconstruir a narrativa de que o marketing, por meio da globalização de mercados, leva empresas a ajudarem economias internacionais a se desenvolverem (Ferreira; Hemais, 2023, p. 04).

- Cegarra-Navarro e Sainchez-Polo (2011)

Cegarra-Navarro⁹¹ e Sainchez-Polo (2011) argumentam que a MO é um conceito usado para se referir ao estoque de dados, informações e conhecimento aos quais cada membro da organização tem acesso. Embora esses termos sejam distintos e representem diferentes formas entendimentos, todos eles são armazenados ao longo da história de uma organização com o propósito de oferecer suporte a atividades, processos e decisões que contribuem com o alcance

⁹¹ Universidade Técnica de Cartagena.

de resultados específicos. Eles também intentam preservar seu capital intelectual e aprimorar a gestão do conhecimento por meio das ações desenvolvidas para o crescimento da organização.

No entanto, ao refletirem sobre o conceito de MO, as pessoas autoras também destacam que ela pode se tornar obsoleta, caso os dados, as informações e os conhecimentos não passem por um processo de atualização contínua: “a memória organizacional pode se tornar obsoleta tanto em nível explícito quanto tácito” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011, p. 06, tradução nossa). Esse último nível se refere ao conhecimento mais pessoal que exige maior dificuldade para formalizar, uma vez que depende da experiência pessoal do indivíduo.

A obsolescência da memória é consequência das informações desatualizadas ainda armazenadas na organização. Por isso, “alertamos as empresas sobre o custo da informação e do conhecimento desatualizados armazenados na memória organizacional” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011, p. 19, tradução nossa). Para combater esse entrave organizacional, as pessoas autoras apontam que é preciso eliminar as velhas lógicas e criar espaços para a implementação de novas lógicas: “caso contrário, a memória organizacional pode levar os indivíduos a fazerem as coisas erradas corretamente ou as coisas certas incorretamente” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011, p. 20, tradução nossa).

Nessa perspectiva, as pessoas autoras destacam que as organizações devem promover novas formas de pensamento. Para isso, é proposto a prática da “cultura de mente abertura” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011), entendida como uma prática que promove a interrupção do estado habitual e confortável dos funcionários, com abordagens para desaprender ou esquecer o velho e aprender o novo, privilegiando assim a retenção de uma gama mais ampla de informações para a geração de novos fluxos que amplifiquem o conhecimento: “isso significa que, por meio da cultura de mente aberta, novas ideias e as ações fluem do ambiente externo para a memória organizacional” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011, p. 08, tradução nossa).

Conforme amplo entendimento, percebe-se também que a MO, na perspectiva da cultura da mente aberta, viabiliza a desconstrução do pensamento colonial, uma vez que essa prática cultural “abandona os costumes, a experiência, o conhecimento e crenças que são vívidas e já foram úteis, mas não têm valor no presente” (Cegarra-Navarro; Sainchez-Polo, 2011, p. 08, tradução nossa). Nesse processo de estabelecer novos costumes, a cultura da mente aberta deve se associar à tradição crítica de pensamento latino-americano por meio da junção de novos conhecimentos que aglutinem diferentes maneiras de ser ou modos de pensar, sem considerá-los arcaicos ou retrógrados. Dessa maneira, será possível promover no âmbito organizacional a valorização e o respeito às diferentes perspectivas de pensamento.

- Damian e Moro-Cabero (2020)

Damian⁹² e Moro-Cabero⁹³ (2020) entendem que MO é um conceito diretamente relacionado à gestão do conhecimento, devendo ser utilizada como um recurso estratégico frente aos Fatores Críticos de Sucesso. No entanto, é necessário pensar a gestão do conhecimento sob diferentes perspectivas para promover uma MO associada a diferentes dimensões do pensamento, incluindo as abordagens das Epistemologias do Sul. Nesse sentido, a MO é influenciada inicialmente “por pessoas, cultura e processos” (Damian; Moro-Cabero, 2020, p. 09), mas não apenas isso. Desconsiderá-la ou empregá-la de modo inadequado é uma falha, pois seu uso correto viabiliza importantes benefícios para as organizações.

As autoras apontam que a MO pode proporcionar inúmeros benefícios para as organizações: permitir a manutenção das organizações no mercado para obter vantagens frente a um ambiente competitivo e o aumento da produtividade que, mediante uma análise crítica, pode acarretar sérios problemas de saúde mental e trazer impactos negativos nas relações interpessoais dos colaboradores – ainda que, na lógica capitalista, o mais importante é as organizações encontrarem um lugar de destaque no ambiente em que atuam.

Além disso, conforme preconizam as autoras, a preservação da MO “permite compartilhar e manter o conhecimento da organização, **independentemente da rotatividade dos seus membros**” (Damian; Moro-Cabero, 2020, p. 09, grifo nosso). Este último elemento em destaque, sintetizado pela expressão inglesa *turnover*, permite a constatação da desvalorização dos colaboradores na contemporaneidade, identificada por meio da perda da autonomia desses trabalhadores/ras nos processos decisórios, do seu subjugamento aos domínios do capitalismo e da sua redução a um tipo de estrutura laboral. Essa constatação sugere que, na concepção das autoras, a MO é útil unicamente para mensuração dos resultados obtidos pela organização e esses resultados implicam apenas nos benefícios mercadológicos obtidos.

A MO é sustento da governança organizacional, apoia a infraestrutura do conhecimento, a transparência, a gestão de riscos, a prestação de contas, limita a corrupção, assegura a informação, apoia os processos avaliadores e certificadores; em suma, os princípios democráticos organizacionais (Damian; Moro-Cabero, 2020, p. 11)

⁹² Professora do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.

⁹³ Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação. Universidade de Salamanca, Espanha.

Esses elementos mencionados também podem ser analisados sob a ótica do pensamento decolonial. A governança organizacional atrelada a um conjunto de práticas que regulam uma organização pode ser utilizada como um dispositivo contra-hegemônicos para se opor às concepções dominantes de modernidade e propiciar “diferentes tipos de relações entre produção, distribuição, circulação e consumo” (Santos, 2024). Já os princípios democráticos organizacionais devem combater as diferentes formas coloniais de exploração presentes nas estruturas hierárquicas de poder e garantir a participação de todos os integrantes – principalmente aqueles que foram marginalizados pelo sistema colonial – nas atividades organizacionais que variam desde a formulação de estratégias até a execução de tarefas.

- Dieng, Corby, Giboin e Ribière (1998)

Dieng⁹⁴, Corby, Giboin e Ribière (1998) afirmam que a memória é uma ferramenta que deve ser utilizada para o gerenciamento do conhecimento corporativo. Conforme pensamento empreendido pelas pessoas autoras, a memória é entendida conforme suas diferentes conceituações: a primeira é composta pela memória técnica, que representa o conhecimento tangível utilizado diariamente dentro da empresa, tais como dados, procedimentos e algoritmos; a segunda seria a memória organizacional,

A memória de uma empresa não inclui apenas uma «memória técnica» obtida pela capitalização do know-how dos seus colaboradores, mas também uma «memória organizacional» (ou «memória de gestão») relacionada com as estruturas organizacionais passadas e presentes da empresa (recursos humanos, gestão, etc.) (Dieng; Corby; Giboin; Ribière. 1998, p. 09, tradução nossa)

Nesse sentido, a MO é formada pelas lembranças individuais dos membros da empresa e dos demais participantes, “por exemplo, clientes, fornecedores, subcontratados” (Dieng; Corby; Giboin; Ribière. 1998, p. 09, tradução nossa). Além disso, a MO é caracterizada pelos elementos intangíveis, tais como experiências passadas, conhecimento da história da empresa e das decisões tomadas no decorrer dos anos. Para as pessoas autoras, a MO deve ser operacionalizada pelos gestores da empresa, por meio do desenvolvimento de projetos com abordagem multidisciplinar que contemplem a “detecção de necessidades, construção, difusão, uso, avaliação e evolução” (Dieng; Corby; Giboin; Ribière. 1998, p. 31, tradução nossa) das decisões estratégicas.

⁹⁴ Cientista da Computação e especialista em inteligência artificial, Senegal.

Assim, do ponto de vista econômico-financeiro, elas afirmam que memória contribui para melhorar a competitividade empresarial: “ela [a memória] pode ser medida por um ganho entre o sucesso dos produtos ou serviços da empresa e seus custos de produção” (Dieng; Corby; Giboin; Ribière. 1998, p. 27, tradução nossa). Conforme o pensamento decolonial, quando se trata da competitividade entre organizações, infere-se a existência de um conjunto de limitações concorrenciais das empresas do sul frente ao estabelecimento da ordem política global pelo Norte. Por priorizar a lógica do lucro, o conceito de MO é mais uma vez vinculada a um instrumento da lógica capitalista.

Já do ponto de vista sócio-organizacional, a memória pode “melhorar organização do trabalho dos funcionários (graças à melhoria da circulação de informações, etc.) e à satisfação dos funcionários com o seu trabalho” (Dieng; Corby; Giboin; Ribière, 1998, p. 27, tradução nossa). No entanto, deve-se questionar o preço a ser pago pelos funcionários para usufruir desse sentimento de satisfação, uma vez que, dentro do modo de vida colonial, existe o trabalhador preferido, “alinhado com os valores neoliberais” (Barreto, 2024, p. 01), e aqueles subalternos, que “são oprimidos dentro do meio organizacional bem como suas estratégias de aceitação e de re-existência” (Barreto, 2024, p. 01).

- Estevão e Strauhs (2013)

Estevão e Strauhs (2013) concebem o conceito MO sob a perspectiva da trajetória histórica das organizações. Por isso, ao desenvolverem sua pesquisa, “convencionou-se acrescentar o termo qualificador Histórica, construindo-se a expressão Memória Organizacional Histórica (MOH)” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 37). Em sua contextualização histórica, as autoras mencionam que, apesar dos primeiros trabalhos caracterizados como Memória Organizacional Histórica serem da década de 1960, esse conceito “tem se consolidado no país [Brasil] a partir dos anos 1990” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 38).

Um aspecto básico da MOH é que ela deve explicitar – por meio de documentos publicitários, veiculadas em revistas e jornais – a trajetória, a cultura e os processos para a construção de uma narrativa das organizações que representem seu legado para si mesma e para a sociedade a qual presta serviço. Entretanto, um dos fatores que limita a aplicabilidade da MOH é que muitas empresas restringem seu uso aos “aspectos celebrativos, como publicações de livros, vídeos e Cds, hot sites e linhas do tempo, por ocasião de aniversários institucionais” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 38).

Ao avançar na discussão sobre o conceito em análise, as autoras entendem que “a Memória Organizacional Histórica tem por objetivo recolher, preservar e disseminar de uma forma sistemática os recursos de conhecimento da trajetória de uma organização, sendo uma ação de GC” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 40). Nesse sentido, elas enfatizam a necessidade da implementação de projetos voltados para a salvaguarda da memória, tais como publicações institucionais, exposições, museus e Centros de Documentação e Memória. Esses processos são orientados por meio de práticas representacionais, que se concretizam com os modelos de referência, tais como as ontologias, assunto estudado no âmbito de vários domínios do conhecimento e responsável por ferramentas que dão suporte à gestão estratégica para instituições de diversos portes e diferentes setores da economia (Estevão; Strauhs, 2013).

As ontologias são instrumentos que contribuem para o processo de representação por meio de conceituações e relacionamentos entre termos de um dado domínio, melhorando o processo de recuperação da informação. Todavia, “os estudos sobre as ontologias relacionadas com a Memória Organizacional Histórica na Ciência da Informação ainda são incipientes” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 38). Apesar dessa limitação, a produção desse instrumento deve ser estimulada, pois elas são responsáveis por atribuir sentido ao conteúdo armazenado nas organizações para transforma-lo em memórias. Assim, as autoras propõem que as ontologias elaborem uma estrutura que sirva “como modelo de referência no domínio da Memória Organizacional Histórica, elaborando o desenho conceitual de suas relações semânticas[...]” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 38).

Entretanto, em uma perspectiva crítica decolonial, deve-se identificar, por meio de um processo avaliativo, o caráter colonial das ontologias com vista a promover uma virada ontológica (Bertanha; Scartezini; Santos, 2021), cujo objetivo é impulsionar diferentes modos de existência nas práticas organizacionais. Nesse sentido, observou-se que a virada ontológica deve: combater as expressões coloniais; opor-se à invisibilização dos sujeitos que compõem as organizações, uma vez que esses devem ser reconhecidos como agente epistêmico da representação; e refutar os aspectos operacionais das ontologias, relacionada apenas ao aspecto de aplicação e uso do conhecimento.

As ontologias devem transcender essas características. Nesse sentido, é preciso combater a lógica de que “a ontologia permite a padronização dos conceitos usados para indexar os assuntos” (Estevão; Strauhs, 2013, p. 50) e impulsionar a produção de ontologias mais amplas, condizentes com a lógica documentária produzida pelo debate decolonial para combater os modelos de poder, modernidade e capitalismo. Conforme Bertanha, Scartezini e Santos (2021), as viradas ontológicas se afastam da tendência epistemológica de se colocar

questões sobre como um mundo singular é representado, aproximando-se de questões sobre a realidade de múltiplos mundos, “estimulando um alerta sobre diferenças que não podem ser reduzidas às disparidades de ‘visões de mundo’” (Bertanha; Scartezini; Santos, 2021, p. 352).

- Feitosa e Duante (2021):

Feitosa e Duante (2021) reiteram que a Gestão do Conhecimento é a base da MO. Ao perceberem o caráter basilar da memória no âmbito das organizações, as pessoas autoras entendem que os estudos sobre a memória têm ganhado importância por saber das suas necessidades de comunicação, uso e recuperação da informação. Nesse sentido, “a memória organizacional funciona como uma ferramenta de processos de informação na criação e compartilhamento de conhecimentos organizacionais” (Feitosa; Duante, 2021, p. 211). Deve-se destacar ainda que a criação desse conhecimento é baseada em elementos vinculados à realidade cotidiana da organização:

Os fatos e acontecimentos, as experiências, habilidades e o conhecimento criado nas organizações e posteriormente registrados, precisam ser conservados e preservados, com o intuito de ressignificarem o passado no presente, formando assim sua memória organizacional (Feitosa; Duante, 2021, p. 213).

Ao preconizar o caráter documental, as pessoas autoras afirmam que as práticas arquivísticas associadas aos processos de gestão do conhecimento favorecem a formação da MO. No estudo analisado, as pessoas autoras apresentam um modelo processual para definir as etapas que as organizações devem seguir no sentido de garantir a preservação da MO. Esse modelo é estruturado em quatro categorias: (1) seleção; (2) organização; (3) retenção/armazenamento/arquivamento; e (4) atualização do conhecimento (Feitosa; Duante, 2021). Como se percebe, essas etapas são executadas por uma estrutura de poder responsável por selecionar e gerenciar desde a fase da criação do conhecimento até seu armazenamento e a sua preservação. No entanto, o arquivo deve ser pensando não apenas pelos modelos processuais – que limita a MO já na primeira etapa do processo –, mas também pelo seu caráter subjetivo associado ao contexto vivenciado por seus colaboradores no ambiente de trabalho. Cada etapa menciona um processo participativo, com base nas percepções desses indivíduos da cultura organizacional e até mesmo da compreensão que eles têm sobre a sua própria função.

Nesse ínterim, salientam-se as possibilidades que a abordagem decolonial oferece para a práxis arquivística, que “corresponde a pôr em evidência personagens, grupos e práticas socioculturais historicamente aliadas das esferas de poder” (Gak, Toseli, Costa, Chipoco, 2021, p. 105). Assim, os arquivos enquanto instituições sociais podem contribuir para viabilizar um

rompimento com a lógica da colonialidade, da manutenção das relações de poder e dos discursos que justificam as práticas de dominação no âmbito das organizações. Isso impactará sobretudo a dominação subjetiva, que molda o comportamento dos indivíduos e, por conseguinte, permitirá a formação de novas identidades e da produção de novos conhecimentos.

- Freire, Tosta, Helou Filho e Silva (2012)

Freire, Tosta, Helou Filho e Silva (2012) afirmam que a MO é uma ferramenta útil para o gerenciamento do conhecimento. Seu principal objetivo é representar de forma explícita as informações capitais para facilitar o acesso, compartilhamento e reuso dessas informações pelos diversos membros da organização. Por consequência, “a memória organizacional leva ao compartilhamento e reutilização do conhecimento da empresa, do conhecimento individual e das habilidades do saber fazer as tarefas da organização” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 43).

Para fortalecer esse entendimento, as pessoas autoras compararam a MO à memória das comunidades indígenas na América do Norte. Conforme a tradição, existem os contadores de história dentro das comunidades, que são os “guardiões das histórias das tribos indígenas e de suas sagradas tradições” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 43). As contações consistem na reunião dos membros da tribo para a transmissão das memórias pertencentes ao contador de história. Eles eram “a mídia do conhecimento, pois sua memória guardava e disseminava a base do conhecimento” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 44). Essa prática proporcionaria o aprendizado e a construção de novos conhecimentos que ajudariam a transmissão da identidade e demais valores culturais.

Nesse sentido, ao trazer a realidade das comunidades indígenas, as pessoas autoras afirmam que, “de forma semelhante aos índios americanos que passam seus conhecimentos de uma geração para outra, por meio da memória, uma organização que cultiva sua memória organizacional preserva o conhecimento de seus colaboradores” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 45). A relação estabelecida entre a realidade indígena e o ambiente organizacional se aproxima das Epistemologias do Sul quando se distancia da lógica de mercado e prioriza a memória como o conjunto de informações registradas, independentemente do suporte, para contar a história dos processos organizacionais. Em termos conceituais, “a memória organizacional pode ser entendida como informações guardadas que contam a história dos processos organizacionais que podem ser lembradas e utilizadas em futuras operações” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 44).

Deve-se destacar também que essa memória também deve abranger não apenas os aspectos funcionais e técnicos, mas também a realidade social do trabalho dos trabalhadores/ras, notadamente marcada por intensos desafios. Ainda conforme as reflexões empreendidas, “uma organização que cultiva sua memória organizacional preserva o conhecimento de seus colaboradores” (Freire; Tosta; Helou Filho; Silva, 2012, p. 50). Isso permite à organização, mediante a visão dos colaboradores, repetir as experiências que deram certo, acrescentar novos conhecimentos e, acima de tudo, evitar os erros que foram cometidos.

- Laspisa (2007)

Laspisa⁹⁵ (2007) entende que MO deve fazer parte, de forma integral, do processo de gestão do conhecimento com o intuito de provocar um forte impacto positivo no desempenho organizacional. Conforme o autor, a MO se integra a uma estrutura composta por uma rede de pessoas e artefatos interligados constantemente por uma relação de troca e compartilhamento de informações entre seus membros, tornando possível a execução das tarefas no tempo certo. Nesse ordenamento, a aquisição de novas informações com base nas experiências dos trabalhadores e da organização é uma tarefa elementar, pois ela é a base que sustenta toda a estrutura organizacional. No entanto, o autor enfatiza que “não basta apenas capturar muitas informações, deve-se também organizá-las de forma coerente, o que facilitará a busca e a recuperação desses conhecimentos” (Laspisa, 2007, p. 42).

Frente a esse contexto, deve-se questionar a relação estabelecida entre a memória e a estrutura econômica das organizações. Conforme o autor, “a MO fornece informação que diminui o custo das transações, contribui na tomada de decisão tornando-a mais eficiente, e assim, transformando-se em um diferencial competitivo” (Laspisa, 2007, p. 37). O caráter econômico e o diferencial competitivo perpetuam desigualdades herdadas do colonialismo. A busca pelo lucro, por exemplo, pode levar à redução de custos, incluindo o salário dos trabalhadores/ras, o que pode intensificar a desigualdade entre classes. Nesse sentido, quando se estabelece uma relação entre a memória e os elementos da matriz colonial do poder, corre-se o risco de projetar uma memória que favoreça apenas os capitalistas, excluindo assim os demais integrantes da organização.

Outro elemento a ser destacado é a relação próxima – ou mesmo equivalente – entre a MO e o conhecimento corporativo utilizado durante as operações para o desenvolvimento de produtos e serviços.

⁹⁵ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil.

a MO pode ser entendida como conhecimento corporativo que representa experiências prévias que são arquivadas e compartilhadas pelos usuários. A MO é constituída por um conhecimento explícito [...] e conhecimento tácito [...] e abrange aspectos funcionais, técnicos e sociais de trabalho, o trabalhador e o ambiente de trabalho (Laspisa, 2007, p. 37)

Na perspectiva dos estudos críticos, a MO pode ser relacionada a outras formas de organização, não se restringindo apenas às grandes corporações com forte presença no mercado: “Sistemas de conhecimentos contra-hegemônicos permitem a criação de outras formas de organizar, como as cooperativas [...], as associações, organizações comunitárias, empresas autogeridas, organizações da sociedade civil diversas, entre outros” (Santos, 2024, p. 942). Cada uma dessas organizações possui suas próprias características e requisitos legais para construir a memória de suas próprias organizações para registrar acontecimentos e marcos históricos importantes ao longo da sua trajetória.

Um último elemento a ser destacado está associado à rotatividade dos colaboradores dentro do espaço organizacional. Segundo o autor, esse fenômeno se eleva em vários setores da economia graças à globalização. Uma de suas consequências é que a MO tem sido atingida de forma direta: “um grande impacto negativo que a rotatividade pode causar em uma empresa, está relacionada à memória organizacional, ou seja, quando um funcionário sai de uma organização e leva com ele toda a sua memória e o seu conhecimento individual” (Laspisa, 2007, p. 50). Dessa forma, a MO parece também ser demitida com a perda dos colaboradores veteranos.

- Laudon e Laudon (2004)

Laudon⁹⁶ e Laudon (2004), na obra “Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital”, entendem que a memória contribui para atingir os objetivos corporativos. Portanto, a determinação dos objetivos formais será uma das condições para criar uma memória organizacional independente da proporção dessa organização. Eles definem que a MO “[...] é a aprendizagem armazenada a partir do histórico de uma organização, e que pode ser utilizada para a tomada de decisões ou outras finalidades” (Laudon; Laudon, 2004, p. 325-326). De igual modo ocorre com as conquistas, que podem ser adquiridas por meio do aumento da eficiência, estímulo à colaboração, tomada de decisões assertivas, desenvolvimento dos colaboradores e retenção de conhecimento para ser aplicado em diferentes contextos organizacionais.

⁹⁶ Professor na Stern School of Business da Universidade de Nova York (EUA).

- Lehner e Maier (2000)

Lehner⁹⁷ e Maier⁹⁸ (2000) entendem que a MO é um sistema que auxilia as organizações a garantirem de forma contínua o aprendizado organizacional (Lehner; Maier, 2000). Os autores, ao tratarem dos aspectos históricos dos estudos de MO, alegam que “falar sobre a existência de uma memória organizacional tem uma tradição mais longa do que se poderia suspeitar à primeira vista” (Lehner; Maier, 2000, p. 282, tradução nossa). Para eles, vestígios de MO podem ser encontrados no final do Século XIX. No entanto, no início do Século XX, o interesse se perdeu: “o tópico foi quase completamente esquecido” (Lehner; Maier, 2000, p. 282, tradução nossa). Apesar disso, tais estudos foram mantidos graças a sua estreita relação com o campo da psicologia, que manteve o conceito em pleno desenvolvimento no campo da cognição. Ao longo dos anos, a MO tem sido proposta e testada de forma que “hoje, pode-se presumir que a memória organizacional existe, seja como construto ou conceito” (Lehner; Maier, 2000, p. 281, tradução nossa).

Ao focar no campo da aprendizagem organizacional, os autores entendem que o ato de aprender não é possível sem o uso memória. Para destacar a importância da memória no processo de aprendizagem, eles relacionam a memória individual, entendida como um sistema capaz de armazenar coisas percebidas, experimentadas ou vividas (Lehner; Maier, 2000), e a MO, que se equipara ao nível coletivo da memória e é proposta como um pré-requisito para a aprendizagem organizacional (Lehner; Maier, 2000, p. 283, tradução nossa). Os autores entendem que os gestores modernos, ao usar diferentes medidas, tentam criar um clima no qual o aprendizado dentro e sobre as organizações é incentivado. Nesse contexto, “a informação é o pré-requisito mais importante para a tomada de decisões e negociações orientadas a objetivos” (Lehner; Maier, 2000, p. 280, tradução nossa). A relação entre memória e informação implica no aprimoramento do *know-how* e no uso do conhecimento aprendido e que deve ser aplicado para a realização de negociações e/ou tomadas de decisões. Evidencia-se ainda que a inacessibilidade das informações provoca a ocorrência de erros evitáveis.

Santos (2024), ao evidenciar os aspectos da aprendizagem no âmbito da gestão, destaca a necessidade de seu uso contextualizado para a mudança social. Nesse contexto, algumas ações são propostas em termos práticos e merecem destaque nessa reflexão. Uma seria o ato de perguntar e questionar as visões de mundo hegemônicas, principalmente no que diz respeito à noção de desenvolvimento. A outra seria a necessidade de considerar a interculturalidade, por

⁹⁷ Universidade de Ratisbona, Alemanha.

⁹⁸ Universidade de Ratisbona, Alemanha.

meio de desaprendizagens e aprendizagens contínuas (Santos, 2024). Tais fatores viabilizam o impedimento da aprendizagem organizacional crítica das condicionantes da “aprendizagem ocidental”, focadas nas aplicações gerais e nas práticas para fins comerciais (Lehner; Maier, 2000), disseminadas, até então, como referências universais.

- Melgar-Sasieta, Beppler e Pacheco (2011)

Melgar-Sasieta, Beppler e Pacheco (2011) analisam a MO fundamentada na engenharia do conhecimento e suas ferramentas que viabilizam uma melhor aquisição e organização do conhecimento. Para as pessoas autoras, “prover memórias organizacionais eficazes não é um problema que as tecnologias da informação podem resolver sozinhas”. Por essa razão, a MO não pode ser entendida como uma atividade meramente tecnológica, pois requer análises aprofundadas de processos intensivos, tais como recurso, tempo, trabalho e, sobretudo, interação interpessoal. Ao executar esses processos, a engenharia do conhecimento contribui sobremaneira para transferir o conhecimento teórico e prático para um sistema de informação em que ele se seja codificado, tornando-o acessível a todos os indivíduos.

Tratando-se da definição, “a memória organizacional pode ser entendida como a habilidade das organizações para salvar, reter e fazer uso de informações do passado nas atividades atuais. É um elemento chave que permite que as organizações aprendam dos erros e acertos do passado” (Melgar-Sasieta; Beppler; Pacheco, 2011, p. 01). Nesse sentido, o conceito apresentado está associado ao compartilhamento do conhecimento de como fazer as coisas dentro do ambiente organizacional. Entretanto, para avançar nas contribuições da engenharia de conhecimento, é necessário também o reconhecimento de abordagens e concepções plurais.

O entendimento da MO na perspectiva da engenharia do conhecimento suscita também um debate sobre como democratizar a participação dos indivíduos na aquisição/seleção do conhecimento que será armazenado. Nesse contexto, a ecologia dos saberes (Silva, 2022) se apresenta como uma estrutura que permite criar uma matriz pluriversal, “compreendida por diferentes abordagens e concepções de conhecimentos que operam ora de forma mútua ora de forma cruzada, e não mais de forma hierarquizadora do saber” (Silva, 2022, p. 357). Essa abordagem objetiva romper com os pensamentos dogmáticos e epistemológicos da modernidade ocidental que defende a existência de apenas uma única forma de conhecimento válida, comumente entendido como conhecimento e/ou saber universal.

- Menezes (2006)

Menezes (2006) aponta ser possível identificar divergências na literatura sobre a extensão do conceito de memória; no caso estudado por ela, da MO. Para a autora, alguns/mas autores/ras argumentam que MO é apenas uma metáfora, uma vez que “organizações literalmente não se lembram” (Menezes, p. 31). Em contrapartida, há aqueles/las que defendem as organizações como entidades dotadas da capacidade de pensamento. Em meio a essa discussão, ela entende que a MO é socialmente construída, mantida e administrada para tornar-se um componente central na gestão do conhecimento. Essa memória envolve pessoas, arquivos, procedimentos organizacionais, estrutura e cultura organizacional

Memória Organizacional é o acervo de informações, conhecimentos e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação de seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento (Menezes, 2006, p. 31).

Dessa forma, a MO precisa ser socialmente construída e administrada para viabilizar o aprendizado e ampliar a expertise coletiva das experiências cultivadas por meio das redes humanas formadas pelas experiências passadas.

- Monticolo, Hilaire, Gomes e Koukam (2009)

Monticolo, Hilaire, Gomes e Koukam⁹⁹ (2009) compreendem o sentido da MO na perspectiva do modo de produção capitalista. Em suas discussões, eles entendem que a memória pode ser considerada a “base de conhecimento de uma organização” (2009, p. 245, tradução nossa). Por isso, as organizações, ao identificarem a necessidade de armazenar o conhecimento, empenharam-se na criação das memórias organizacionais.

Para capitalizar a memória, destaca-se a importância de um sistema de gestão com o propósito de aplicar de projetos para transformar a memória em atividades profissionais. Na execução desse projeto, todos colaboram para alcançar o mesmo objetivo: o uso e a reutilização do conhecimento pelos membros integrantes da organização. Nesse processo, o gerenciamento do conhecimento heterogêneo é fundamental, uma vez que “a aposta na construção de um sistema de gestão de memória organizacional é a integração coerente desse conhecimento disperso em uma corporação com o objetivo de promover o crescimento do conhecimento, promover a comunicação do conhecimento e, em geral, preservar o conhecimento dentro de uma organização” (2009, p. 245, tradução nossa). Assim, a memória adquirida produz conhecimento para a realização de projetos inovadores que visem à obtenção de bons resultados

⁹⁹ Todos as pessoas autoras estão vinculados ao seT Laboratory da university of technology UTBM, França.

dentro do mercado: “No desafiador mercado global de hoje, as empresas precisam inovar para melhorar a competitividade e o desempenho dos negócios (Monticolo; Hilaire; Gomes; Koukam, 2009, p. 245, tradução nossa). Nessa lógica mercadológica, as organizações são obrigadas a lançar produtos inovadores no mercado, de forma mais rápida e eficaz, com o intuito de maximizar o interesse do cliente.

Todo esse pensamento reforça as práticas coloniais e o lugar de destaque do conhecimento produzido hemisfério norte em relação ao sul: “O conhecimento organizacional do centro estar sendo transferido para realidades periféricas, de forma que os problemas dessas realidades não passam por análise histórica e/ou política, resumindo-se a questões técnicas” (Santos, 2024, p. 944). Dessa forma, os autores analisados anteriormente, que falam do contexto francês, reforçam a produção e distribuição do conhecimento sob perspectivas epistêmicas eurocentradas e dos padrões de poder que continuam perpetuados nas produções científicas do sul global. Entender a MO como uma fonte de conhecimento vantajoso para reduzir o tempo e melhorar a qualidade do produto é, no mínimo, uma visão simplista que deve ser analisada de forma crítica para ampliar os horizontes a novas visões.

- Nascimento, Souza, Valentim e Moro-Cabero (2016)

Natália Nascimento, Juliete Souza, Marta Valentim e Maria Moro-Cabero (2016) entendem que a memória organizacional, além de ser um diferencial competitivo resultante do valor atribuído pelos sujeitos organizacionais à informação e ao conhecimento, também garante que a história da organização e dos próprios sujeitos sejam registradas para o uso e reuso em detrimento do tempo, bem como auxilia no processo decisório, permitindo que os decisores se embasem em ações tomadas no passado. Assim, a MO deve ser capaz de responder as principais dúvidas e questões realizadas acerca do contexto no qual a organização está inserida. Além disso, funciona como base para disponibilizar informações necessárias para a execução das tarefas e atividades desempenhadas no ambiente organizacional. Para as autoras, a MO oferece uma série de benefícios às organizações: representar um diferencial competitivo; garantir a preservação da história da organização e dos colaboradores; auxiliar no processo decisório; e contribuir para o desenvolvimento de estratégias que auxiliam na resolução de problemas (Damian; Moro-Cabero, [ARG], 2020).

- Nascimento e Vitoriano (2017)

Nascimento e Vitoriano (2017) apontam que o estudo da produção/gestão documental possibilita a implementação da memória dentro das organizações; ademais, cada organização constrói, ao longo de sua existência, estratégias para consecução de seus objetivos. Nessa perspectiva, a memória se constitui em um importante elemento a ser considerado nas empresas por dois motivos: primeiro porque é por meio dela que a história da empresa e dos indivíduos é preservada, constituindo-se uma fonte também para a MO; segundo porque ela auxilia as empresas no desenvolvimento de estratégias para a solução de problemas, ou atuando na construção de sentido de dados e informações, de modo a transformar algo estático em subsídios à estratégia competitiva.

Ao destacar os aspectos de competitividade/concorrência, as autoras entendem que a memória pode ser um elemento decisório para que uma empresa encontre um lugar de destaque dentre as demais organizações: “a memória organizacional está ligada totalmente ao processo decisório, em como os gestores utilizam a informação retrospectiva para subsidiar decisões e garantir vantagens sobre a concorrência [...]” (Nascimento; Vitoriano, 2017, p. 209).

Quanto à definição de MO, as autoras destacam a estreita relação com os dados/informação/conhecimento e no seu uso em processos decisórios:

Podemos dizer que a memória organizacional consiste no valor que os indivíduos atribuem aos dados, informação e conhecimento, do ponto de vista do uso desses conteúdos para a gestão, auxiliando no processo decisório, já que estes possibilitam o embasamento de ações tomadas no presente, a partir da utilização das informações retrospectivas (Nascimento; Vitoriano, 2017, p. 209).

Nesse sentido, a memória organizacional pode ser considerada um processo pelo qual se dá a reutilização e ressignificação da informação e de seu conteúdo, fazendo aflorar o valor secundário do documento/acervo, ou seja, além daquela para a qual foi originalmente criado, depois do seu uso imediato e administrativo (valor primário). Assim, “a estruturação da memória organizacional garante também que a história da empresa e dos sujeitos que nela atuam esteja registrada” (Nascimento; Vitoriano, 2017, p. 218).

Em termos legislativos, as autoras apontam para a inexistência de uma legislação específica que discuta os processos utilizados para criar, discutir, aprovar e implementar leis objetivando melhor gestão documental nos ambientes organizacionais: “No Brasil, não existe legislação que proponha políticas de preservação para a memória organizacional no ambiente privado, tanto de entidades quanto de empresas” (Nascimento; Vitoriano, 2017, p. 212). Por isso, a iniciativa de elaborar uma legislação proporia se torna imprescindível, pois ela

estabelecerá regras e normas que regulam o uso dos documentos arquivísticos, fontes que ativam a memória.

- Nascimento e Valentim (2012)

Natália Nascimento¹⁰⁰ e Marta Valentim¹⁰¹ se pautam na arquivologia para tecer reflexões sobre o entendimento de MO. Elas ressaltam que, no ambiente organizacional, há uma infinidade de tipos documentais que, por sua vez, nem sempre são gerenciados como deveriam. Porém, o tratamento documental é essencial para a formação da memória, uma vez que o documento representa parte do conhecimento que irá compor a MO. Elas destacam que os documentos gerados no âmbito de uma organização formalizam a trajetória de uma organização seja ela pública ou privada: “além do valor administrativo, histórico e probatório, a informação orgânica é responsável pela constituição da memória organizacional” (Nascimento, Valentim, 2012, p. 291). Essa memória é formada pelos diferentes tipos documentais que são fundamentais para fornecer subsídios para a estruturação, não só da memória, mas também das tomadas de decisões.

- Neves e Cerdeira (2018)

Neves¹⁰² e Cerdeira¹⁰³ (2018) afirmam não haver consenso sobre a definição de MO, tampouco sobre a realidade que ela designa ou sobre o nível em que esse conceito pode ou não ser identificado nas práticas das organizações. Para os autores, “a MO é assim conceptualizada como a totalidade do conhecimento criado, valorizado e acumulado a partir das experiências passadas, que está na organização e que é utilizado para tomar as decisões no dia-a-dia” (Neves; Cerdeira, 2018, p. 05). Nesse sentido, a MO está relacionada ao conjunto de conhecimentos que integram as experiências passadas, arquivadas e vividas no ambiente de trabalho. Os autores destacam ainda “a importância de preservar esta memória para compartilhar e manter o conhecimento dentro da organização, independentemente da rotatividade dos seus colaboradores” (Damian; Moro-Cabero, [ARG], 2020, p. 05).

¹⁰⁰ Doutora em Ciência da Informação (UNESP) e Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação (PPGCI) da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp, Marília. Fonte: Plataforma Lattes.

¹⁰¹ Da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

¹⁰² Doutora em Psicologia das Organizações pela Universidade de Coimbra e Professora do Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal.

¹⁰³ Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Coimbra e Professor do Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal.

- Pereira, Silva e Pinto (2016)

Maria Pereira¹⁰⁴, Helena Silva e José Pinto (2016) consideram que a MO é uma prática de Gestão do Conhecimento que, além de identificar e capturar o conhecimento crítico, gera impacto na efetividade da organização. Para elas/ele, a MO envolve a codificação de informações do passado por meio de representações com um significado para a organização de acordo com a interpretação de seus membros à luz da situação presente. Segundo Pereira, Silva e Pinto (2016), a MO “é uma representação explícita e persistente do conhecimento e das informações críticas para uma organização, cuja finalidade é facilitar o acesso, compartilhamento e reuso entre os membros da organização” (Pereira; Silva; Pinto, 2016, p. 350).

- Remor, Rados, Remor e Miranda (2009)

Lourdes Remor, Gregório Rados, Carlos Remor e Angélica Miranda (2009) afirmam que, no senso comum, não há concepção de memória organizacional. Esse é um conceito da ciência. “A memória organizacional é um conceito metaforizado e importado do modelo psíquico individual” (Remor, Rados, Remor, Miranda, 2009, p. 88). Assim, a organização seria um “ente” que possui memória. Nessa metaforização conceitual, “a memória da organização é o conteúdo distribuído em vários reservatórios, repositórios ou caixas de retenção” (2009, p. 88). Assim, a MO resulta do conhecimento das organizações armazenado para o uso futuro.

Remor, Rados, Remor e Miranda (2009) acreditam que a memória é uma importante etapa da construção da aprendizagem organizacional, sendo a MO dependente do conhecimento existente na organização: “o adequado armazenamento do conhecimento na MO garante que o mesmo não desapareça, podendo ser utilizado sempre que necessário, quantas vezes forem necessárias, independentemente das pessoas que entram ou saiam da organização” (Damian; Moro-Cabero, [ARG], 2020, p. 06).

- Santos (2019)

Santos¹⁰⁵, ao discorrer sobre a memória no âmbito das organizações, afirma que estudar a MO com foco nas organizações é relevante tanto para a área de CI quanto para as organizações empresariais. Para ela, a MO transita entre a capacidade de realizar e os resultados alcançados,

¹⁰⁴ Mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (UFPR), Brasil.

¹⁰⁵ Doutora em Ciência da Informação (UNESP, Marília), Brasil.

relacionados diretamente como rendimento e com o aumento da competitividade organizacional.

A MO pode ser considerada como um conjunto de experiências prévias, e estão diretamente relacionada ao capital humano da organização e ao repertório organizacional que possui contexto e propicia informações diferenciadas e inovativas. É uma rede que não pressupõe perguntas e respostas, mas sim ligações e integrações, visto que a inovação é o mote para evolução (Santos 2019, p. 71).

Nesse contexto, a informação e o conhecimento são fatores estratégicos que devem ser reconhecidos e gerenciados como indispensáveis para o fornecimento das respostas. Sendo assim, a socialização e o compartilhamento da informação e do conhecimento ampliam o potencial estratégico da MO, que os usa e reusa para planejar ações, reduzindo o tempo e, consequentemente, aumentando a eficácia organizacional.

- Santos, Moro-Cabero e Valentim (2016)

Santos¹⁰⁶, Moro-Cabero¹⁰⁷ e Valentim¹⁰⁸ (2016) afirmam que a MO é uma ferramenta de gestão estratégica que pressupõe um conhecimento gerado ao longo do tempo e pode ser pensada como um estoque de dados, documentos, informações e conhecimentos, que foram acumulados pelos sujeitos que compõem ou compuseram determinado contexto organizacional ao longo de sua história. Em termos conceituais:

Infere-se que a MO armazena as experiências vivenciadas na organização, se preocupa com o uso, reuso e compartilhamento do conhecimento, requer análise, e para que seja efetiva deve fazer parte da rotina organizacional, deve ser o objetivo de todos os níveis organizacionais, precisa ser atualizada, estimulada e considerada estratégica, pois a MO está relacionada a questões complexas, a capacidade de análise de experiências e de contextos (Santos; Moro-Cabero; Valentim, 2016, p. 1155).

A MO é construída por meio de uma coletividade, da ação dos sujeitos organizacionais, e pode ser vista como resultado de um contexto social. Ela está em constante diálogo com a gestão do conhecimento. Mediante o seu potencial estratégico, é possível desenvolver aprendizagens essenciais e disponibilizar um diferencial estratégico para o processo decisório. Ainda de acordo com as autoras, o interesse das organizações pela MO está voltado à qualidade

¹⁰⁶ Doutora em Ciência da Informação (Unesp - Marília) e Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL – Londrina), Brasil.

¹⁰⁷ Possui doutorado em História pela Universidade de Salamanca (1995) e é professora na Universidade de Salamanca. Fonte: escavador.

¹⁰⁸ Doutora em Ciências da Comunicação (USP) e professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Marília).

das ações estratégicas que levam ao desenvolvimento organizacional. “Apesar da importância da MO para as organizações, as autoras (2016) ressaltam que o tema ainda é pouco estudado na área de CI, o que reforça a importância do desenvolvimento de pesquisas acerca da temática” (Damian; Moro-Cabero, [ARG], 2020, p. 03).

- Simião (2009)

Hugo Eduardo Simião¹⁰⁹ afirma que a MO não é apenas um acervo de informações: “Ela é também uma ‘ferramenta’ da organização para o gerenciamento de seus ativos intelectuais. Sua existência deve propiciar maior compartilhamento e reuso do conhecimento corporativo, do conhecimento individual e das lições aprendidas na execução das tarefas da organização” (Simião, 2009, on-line). A Memória Organizacional deve permitir responder às principais questões sobre a organização, seu ambiente, seus processos e produtos. Deve ainda funcionar como um serviço inteligente e ativo, capaz de colocar à disposição as informações necessárias para a execução de qualquer trabalho, no tempo certo.

- Spiller e Pontes (2007)

Arnaldo Spiller¹¹⁰ e Cecilia Pontes¹¹¹ entendem que a MO é composta por um conjunto de conhecimentos derivados de experiências das pessoas, da cultura, dos processos e dos documentos. Esse conjunto de práticas estão voltadas para a formação de uma memória organizacional explícita para a preservação do conhecimento técnico, bem como para a ocorrência de práticas de reutilização desse conhecimento na resolução de problemas técnicos. Em termos conceituais, a “memória organizacional é a capacidade da organização se beneficiar das experiências passadas para reagir de forma mais eficaz no presente, caracterizada pela incorporação do conhecimento individual pela organização” (Spiller; Pontes, 2007, p. 96). As pessoas autoras apontam a memória organizacional tecnológica como alvo particular da pesquisa realizada. Para elas, a memória organizacional tecnológica se refere ao tipo de conhecimento tecnológico que sustenta o desenvolvimento de uma organização, incluindo método de produção, uso de recursos de informática e outras técnicas ligadas à garantia da qualidade do produto final.

¹⁰⁹ Possui graduação em Administração de Empresas e especialização em Desenvolvimento de Habilidades de Gestão pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Fonte: Plataforma Lattes.

¹¹⁰ Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, Brasil.

¹¹¹ Doutora em Ciências Sociais (FFLCH/USP) e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/NAP).

- Stein (1995)

Eric Stein¹¹² (1995) afirma que a noção de MO tem sido discutida por mais de um quarto de século. Ao revisar os fundamentos conceituais da MO, entende que esse conceito se refere aos meios pelos quais se busca o conhecimento sobre a experiência do passado para o incorporar e dar suporte às atividades do presente, com o objetivo último de produzir maiores ganhos de eficácia organizacional. Nesse aspecto, a memória de uma organização é entendida como um sistema instrumental de gestão de informação, fundamentado em algumas características essenciais, tais quais a aquisição, a conservação, a retenção e a recuperação de informações relevantes para a gestão dos processos organizacionais, considerando que “esses processos fornecem meios pelos quais o conhecimento do passado é trazido para as atividades presentes” (Stein, 1995, p. 26). Nesse sentido, a persistência das características organizacionais sugere que as organizações possui os meios para reter e transmitir informações de membros passados para os futuros.

Para Stein (1995), há três razões principais para explorar o conceito de MO com mais detalhes: primeiro, a memória é uma metáfora rica que fornece *insights* sobre a vida organizacional; segundo, a MO está inserida em outras teorias de gestão; e, terceiro, a MO é relevante para a prática de gestão. Assim, a MO deve ser definida em termos da efetividade organizacional. Porém, o autor salienta que o fato de existir uma MO não garante a efetividade da organização. Quanto aos aspectos conceituais, “memória organizacional é o meio pelo qual o conhecimento do passado é trazido para apoiar as atividades do presente, resultando em índices mais altos ou baixos de efetividade organizacional” (Stein, 1995, p. 22).

- Stein e Zwass (1995)

Eric Stein¹¹³ e Vladimir Zwass¹¹⁴ (1995) entendem que a preservação da memória organizacional se torna cada vez mais importante para as organizações, pois é reconhecido que o conhecimento experiencial é uma chave para a competitividade. Das muitas definições existentes, destaca-se a de Stein e Zwass (1995, p. 85): “a Memória Organizacional é o meio pelo qual o conhecimento do passado é aplicado às atividades do presente e pode resultar em alta ou baixa eficácia organizacional”. Nesse contexto, tecnologias de informação e

¹¹² Universidade Estadual da Pensilvânia.

¹¹³ Universidade Estadual da Pensilvânia.

¹¹⁴ Universidade Fairleigh Dickinson, Teaneck, Nova Jersey.

comunicação avançadas (TIC) são indispensáveis para a aquisição, retenção, manutenção, pesquisa e recuperação de informações, elementos que dão subsídios para a MO.

- Thiesen (2013)

Icléia Thiesen Costa (2013), autora já mencionada no tópico referente à MI, também é citada na perspectiva da memória organizacional, uma vez que seu trabalho buscou, dentre outros fatores, fazer a diferenciação entre ambos os conceitos, já que “é comum confundir-se organização com instituição” (2013, p. 107). Em termos conceituais, Costa (2013, p.109) afirma que a MO “[...] poderia ser vista como conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional”. Ela atribui à MO a responsabilidade de procedimentos relacionados à eficácia e estratégia da organização, utilizando “conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente” (Costa, 2013, p. 212).

- Walsh e Ungson (1991)

Walsh¹¹⁵ e Ungson¹¹⁶, no artigo *Organizational memory*, publicado em 1991, apresentam as representações do conceito de MO. Essa obra foi a mais referenciada nos textos analisados para a conceituação dessa tipologia conceitual de memória. Essa forte influência pode estar relacionada ao caráter imperialista dos EUA na produção do conhecimento científico em relação aos demais países do sul global. Para Menezes (2006, p. 31), Walsh e Ungson são os “ícones do tema”, amplamente citados na literatura científica. Para Zancanaro, Erpen, Santos, Steil e Todesco (2013, p. 45), “o campo de pesquisa em memória organizacional tem sido bastante influenciado pelo trabalho seminal de Walsh e Ungson”.

A pesquisa de Walsh e Ungson (1991), embora relativamente antiga, apresenta uma discussão contemporânea e consistente sobre o papel da memória nas organizações. Para Walsh e Ungson, apesar da memória ser um conceito central nas teorias de procedimentos de informações, sua compreensão é limitada, sobretudo nas teorias sobre organizações. Em suas reflexões, eles afirmam que as organizações processam informações. Porém, para além disso, elas devem também incorporá-las à sua memória, pois informações sobre o passado, tais como as descobertas, as inversões, as mudanças e as avaliações dos agentes, são informações que podem ser armazenadas na memória de uma organização.

¹¹⁵ Faculdade de Dartmouth (EUA).

¹¹⁶ University of Oregon (EUA).

Do ponto de vista conceitual, Walsh e Ungson (1991) entendem que:

A memória organizacional se refere a informações armazenadas a partir da história de uma organização que pode ser exercida sobre as decisões presentes. Essa informação é armazenada em consequência da execução das decisões a que se referem, por lembranças individuais e através de interpretações compartilhadas (Walsh; Ungson, 1991, p. 61).

Ao longo do texto, os autores ainda destacam três enunciados importantes a serem considerados sobre a MO: (1) precisamos especificar mais completamente o *locus* da memória organizacional (ou seja, sua estrutura de retenção); (2) precisamos examinar os processos pelos quais as informações podem ser adquiridas, armazenadas e recuperadas desta memória; e (3) precisamos investigar formas precisas pelas quais o uso da memória é consequente aos resultados e desempenho organizacional.

- Zancanaro, Erpen, Santos, Steil e Todesco (2013)

Zancanaro¹¹⁷, Erpen¹¹⁸, Santos¹¹⁹, Steil¹²⁰ e Todesco¹²¹ (2013) entendem que a MO, assim como a gestão do conhecimento, são temas interligados que têm crescido em importância para pesquisadores e organizações desde os anos 2000. Dada a importância do tema, as pessoas autoras procuram retratar, por meio de um mapeamento, as características da produção científica nesse campo do conhecimento. Ao identificar os repositórios como meios que dão suporte aos processos de aquisição, armazenamento, acesso e uso de conhecimentos nas organizações, elas apontam a importância das ontologias para formalizar e representar o conhecimento organizacional: “o desenvolvimento e a aplicação de ontologias são notavelmente relevantes para o campo da aprendizagem organizacional e da memória organizacional” (Zancanaro; Erpen; Santos; Steil; Todesco, 2013, p. 45). Dessa forma, pode-se apoiar as atividades de compartilhar conhecimentos.

Em termos conceituais, as pessoas autoras entendem que “a memória organizacional pode ser entendida como uma área que faz a intersecção com outras áreas de pesquisa, tais como gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional e engenharia do conhecimento” (Zancanaro; Erpen; Santos; Steil; Todesco, 2013, p. 59). Dentre essas intersecções, também se

¹¹⁷ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

¹¹⁸ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

¹¹⁹ Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

¹²⁰ Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

¹²¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

destacam os trabalhos que estudam as técnicas da inteligência artificial, como, por exemplo, as ontologias, que têm sido desenvolvidas para a compreensão, o uso e o reuso do conhecimento, bem como para a tomada de decisão nas organizações.

O conceito de MO apresentado está voltado para as temáticas de gestão do conhecimento e da aprendizagem organizacional, identificando assim a necessidade de trabalhos que discutam as dimensões decoloniais. Nesse aspecto, os estudos de MO não podem se limitar aos elementos interconectados na definição apresentada. Para além disso, o paradigma intercultural anticolonial pode contribuir com mecanismos para tornar, por exemplo, a Gestão da Informação mais participativa, criando oportunidades coletivas para uma tomada de decisões mais democrática.

7.10 SÍNTESE ANALÍTICA DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA À LUZ DA TEORIA DO CONCEITO

O processo investigativo desta pesquisa foi direcionado ao conceito de memória, conforme os postulados da Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978a; 1978b), utilizada em diferentes pesquisas desenvolvida no âmbito da CI. Conforme o pensamento de Dahlberg (1978b, p. 12), um “conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto” (Dahlberg, 1978b, p. 12). Nesse sentido, os conceitos enquanto ideias abstratas são representados por objetos entendidos como a manifestação física ou simbólica do conceito (coisas, fenômenos, processos, acontecimentos, atributos), de forma que cada objeto se constitui um elemento do conceito.

Ao adentrar as especificações dos objetos, entende-se que, quando o objeto é pensado como único, distinto dos demais e formando uma unidade inconfundível, pode-se falar de objetos individuais. Estes, por sua vez, estão no espaço/tempo e existem no aqui e no agora (têm forma perceptível). Para uma melhor compressão da relação entre objetos gerais e individuais, construiu-se um quadro explicativo referente às instituições em ensino superior no cenário brasileiro:

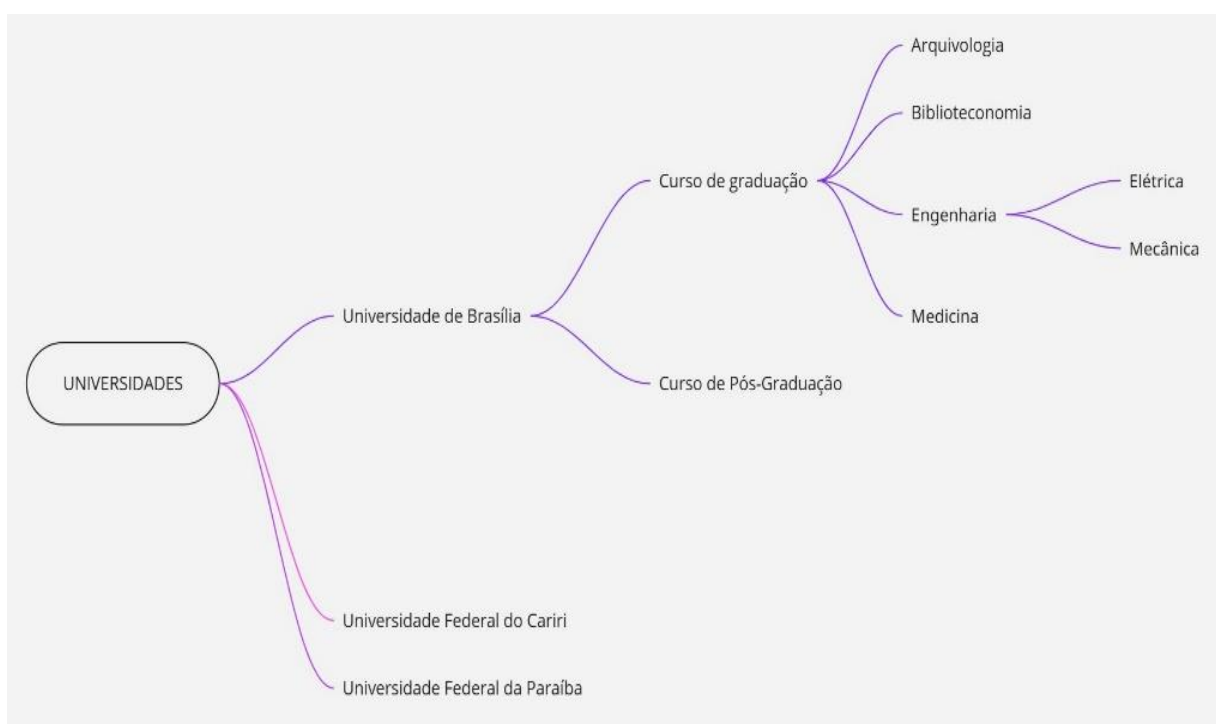
Quadro 22: Relações entre objetos gerais e individuais

OBJETOS GERAIS	OBJETOS INDIVIDUAIS
Universidades	Universidade de Brasília (UNB) Universidade Federal do Cariri (UFCA) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Fonte: dados da pesquisa, baseado em Dahlberg (2025).

O Quadro 22 identifica uma relação abstrativa em que “dois conceitos têm idênticas características, sendo, porém, que uma em relação a outra apresenta uma característica: adicional, de modo que surge entre eles uma hierarquia” (Dahlberg, 1978b, p. 14). A hierarquia conceitual se origina dessa relação entre os conceitos e suas especificidades. Conceitos amplos/gerais estão em um nível hierárquico superior aos conceitos específicos/individuais. No caso do exemplo destacado no Quadro 22, o conceito de universidade, enquanto objeto geral, é amplo e sem especificidades, enquanto os objetos individuais, derivados do geral, são universidades específicas, que integram uma série de outros conceitos.

Imagem 03: Objetos individuais da Universidade Brasília



Fonte: produção própria (2025).

A Imagem 3 destaca os cursos ofertados pela UNB, em nível de graduação e de Pós-Graduação, considerados conceitos específicos para o tipo de ensino que a universidade oferece. Dentre os cursos de graduação (conceito geral em relação à tipologia dos cursos), há: Arquivologia; Biblioteconomia; Medicina; e Engenharias, sendo as subdivisões de engenharias conceitos específicos em relação às engenharias, que é um conceito geral para elas. Com esse detalhamento, entende-se o funcionamento das relações hierárquicas conceituais: “Tais relações aparecem, quando se inserem ulteriores conceitos em cada grau de abstração, criando-se assim uma ordem vertical” (Dahlberg, 1978b, p. 14). Por meio dessa observação, infere-se que, à

medida que um conceito recebe uma característica a mais, ele se torna mais específico e se subordina ao geral.

7.10.1 O conceito geral de memória e seus conceitos específicos

O conceito de memória é categoria conceitual constituído pela soma total de enunciados que definem memória de forma geral. Para compreender a individualização desse conceito, aderiu-se ao entendimento de intensão e extensão dos conceitos (Dahlberg, 1978a). A intensão de um conceito “é a soma total das suas características”. Nesse sentido, a memória, em seu sentido geral, é a capacidade [mental¹²²] de adquirir, armazenar e recuperar informações e experiências passadas. Nessa linha de pensamento, deve-se frisar que um dos objetos (enunciados) do conceito de memória considera sua dimensão fisiológica composta por funções mnêmicas e pela capacidade humana de lembrar e esquecer.

No entanto, o conceito de memória não se limita a esses enunciados. Por reunir conceitos diversos, podemos destacar a existência de uma extensão do conceito, “entendida como a soma total dos conceitos mais específicos que possui” (Dahlberg, 1978a, p. 105). Os conceitos específicos/individuais, por sua vez, vão além da dimensão fisiológica dos processos físicos e biológicos que ocorrem dentro do cérebro para identificar outros atributos, já que “um conjunto de características determina um conceito” (1978b, p. 14). Os novos atributos visam permitir uma abordagem mais complexa da memória e dos enunciados, que são as características dos conceitos. A inserção de atributos a um objeto altera seu conceito geral, uma vez que, “desde que existem diferentes espécies de objetos e de conceitos, existem também diferentes espécies de características dos conceitos” (Dahlberg, 1978a, p. 103).

No contexto desta pesquisa, a extensão do conceito de memória é composta pelas nove categorias conceituais que formaram suas partes integrantes: MC, MS, LM, MH, MSU, MM, MCU, MI e MO. Destaca-se também que os componentes conceituais categorizados não possuem qualquer relação hierárquica entre si. Por isso, sua análise foi baseada nas relações partitivas (Dahlberg, 1978a), que é a relação entre um conceito que representa uma completude [memória] e qualquer uma de suas partes integrantes. Para melhor compressão das relações partitivas, pode-se usar como exemplo os órgãos do corpo: o coração, pulmões, fígado e rins são exemplos de órgãos que fazem parte do corpo humano.

¹²² O termo faz referência à memória humano/cognitiva e se retirado. O conceito de memória abarcará todos os demais, tornando-o amplo.

No caso da pesquisa, tomando como exemplo a relação entre memória e MS, considera-se que, para diferenciar a MS da sua definição geral, é preciso apontar os atributos que possibilitam essa diferenciação. Nesse caso, o atributo de que a MS se refere ao conjunto de lembranças compartilhadas por uma sociedade. Logo, o conceito de memória com as características que a define como memória social faz uso de atributos da memória social para restringir o conceito, atribuindo características que a diferenciam de qualquer outro tipo de memória: “Em síntese, deve ficar claro que as características são também conceitos, mas apenas em relação aos conceitos de que se tornaram elementos é que assumem o papel de características de conceitos” (Dahlberg, 1978b, p. 14).

Interessa aqui determinar as características dos conceitos estudados com o propósito de apresentar maior clareza conceitual de sua estrutura teórica. Em razão disso, no Quadro 23, apresentam-se de forma sintética as principais características dos conceitos de memória (geral e individuais) formuladas com base na convergência estabelecidas entre os teóricos analisados nesta pesquisa. As caracterizações determinadas no Quadro 23 representam os resultados da pesquisa e destacam, entre outras coisas, sua tipologia fenomenal, sua abrangência, seu caráter construtivo e demais atribuições que serão expostas:

Quadro 23: Características dos conceitos

CONCEITOS INDIVIDUAIS									
CONCEITO GERAL	MEMORIA COLETIVA	MEMORIA SOCIAL	LUGARES DE MEMORIA	MEMORIA HISTORICA	MEMORIA SUBTERRANEA	MEMORIA DO MUNDO	MEMORIA CULTURAL	MEMORIA INSTITUCIONAL	MEMORIA ORGANIZACIONAL
Capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações e experiências.	Capacidade de armazenar e recuperar informações em um processo coletivo de construção, partilha e preservação de lembranças.	Habilidade desenvolvida pelos grupos sociais para reter e transmitir informações, valores e experiências que são compartilhadas por seus integrantes.	Constituído por espaços físicos que oferecem suporte para a preservação e transmissão de uma memória coletiva social.	Habilidade de manter os reflexos dos acontecimentos históricos que são experimentados em uma das fases da vida do indivíduo.	Capacidade de privilegiar as vozes oprimidas dos grupos dominados, dando-lhes formas de emergir e ressoar na sociedade.	Refere-se à memória documentada dos povos do mundo que representa boa parte do patrimônio cultural mundial.	Conjunto de elementos associados a lembranças que fazem alusão às tradições, crenças e costumes que os indivíduos possuem.	Capacidade de assegurar a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição.	Capacidade que uma organização possui de preservar o conhecimento construído e acumulado ao longo de sua trajetória organizacional.
Fenômeno neurocognitivo individual (base biológica e psicológica).	Fenômeno pelo qual um determinado grupo de pessoas ou comunidade reconstrói constantemente seu passado vivido e experimentado.	Fenômeno sociocultural, envolvendo práticas simbólicas, linguagem, instituições e tradições compartilhadas.	Está associado as formas de externalização da memória, são lugares que possuem sentidos: material, simbólico e funcional.	Fenômeno que envolve intensas relações de disputas entre uma variabilidade de narrativas que tentam legitimá-la.	Representa uma ruptura com as narrativas políticas para ir ao encontro das memórias subjacentes e reconstruir os discursos renegados.	Programa governamental da UNESCO que atua através dos Comitês Consultivos.	Fenômeno que abrange as experiências vivenciadas no âmbito da cultura e que deve traduzir-se em memória da posteridade.	Princípio básico que representa a compilação elaborada de todas as conquistas, legados e eventos que marcaram a história da instituição.	Esta ligada ao processo decisório, em como os gestores utilizam a informação retrospectiva para subsidiar decisões e garantir vantagens sobre a concorrência
Abrange todo tipo de recordação: pessoal, factual, emocional etc.	Refere-se a lembranças coletivas e vivências experimentadas significativas para um grupo ou sociedade.	Representa os valores identitários de diferentes grupos coletivos, cada qual com seus discursos, narrativas e demais experiências cotidianas.	Abrange também lugares não legitimados, a partir da capitalização de novos valores com foco no conhecimento situado.	forma de aprender sobre o passado para não cometer os mesmos erros novamente, para superá-los, o que não é o mesmo que esquecê-los.	Abrange memória da dominação e sofrimento, envolve processos revisionistas e demandas por justiça social	Objetiva a sensibilização para a importância dos documentos, prevendo a garantia do acesso pela população.	Cumhaço garantir uma cobertura mais ampla à própria polissemia do termo cultura.	Promove o registro documental daquilo que é feito e/ou produzido para viabilizar o processo de socialização do conhecimento.	A gestão eficaz contribui para recolher, preservar e disseminar de uma forma sistemática os recursos de conhecimento.
Pode ser individual, voluntária ou involuntária.	Envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas (múltipla e plural).	Construída por meio de narrativas, comemorações, documentos, práticas sociais etc.	Espaços que surgem para nos lembrar que a memória é frágil para reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas.	compreendida como uma memória da história, que engloba memórias orais e memórias documentais.	Representa o outro lado da moeda em relação à MC ou a MS, por estar relacionada a circunstâncias específicas	Tem apelado à promoção da preservação dos acervos em todo o mundo, como forma de garantir sua divulgação.	Precisa ser reconhecida como um direito cultural para que se possa combater a ignorância.	Elemento primordial no funcionamento das instituições e seu processo de construção é fortemente influenciado pela MC e MS.	Oferece suporte às tentativas de aquisição de novos comportamentos que permitam à organização assumir o compromisso de alcançar a liderança.
Centrada no sujeito individual.	Sustentada por uma estrutura coletiva como a família, a religião e as comunidades científicas e essa estrutura dá sentido às recordações individuais.	Centrada em sujeitos coletivos (grupos sociais amplos, movimentos sociais, classes sociais, nações, etc.).	Centra-se em lugares como arquivos, bibliotecas e museus; lugares monumentais como cemitérios; lugares simbólicos como as comemorações.	Centrada nos seres temporais que herdaram e incorporaram elementos do passado no presente.	Centrada nos sujeitos historicamente marginalizados e minorias políticas.	Encontra-se, em grande parte, preservada em bibliotecas, arquivos, museus e outros locais de armazenamento distribuídos por todo o planeta.	Encarnada na literatura, arquitetura, artes plásticas, festas, rituais e cerimônias.	Centrada em preservar tudo aquilo que se contabiliza sua história como documentos e testemunhos dos membros integrantes.	Centrada em como os membros de uma organização tem acesso ao estoque de dados, informações e conhecimento.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

As informações do Quadro 23 sugerem que a análise do conceito se dá na decomposição do conceito pelo método analítico-sintético, em que cada enunciado apresenta características verificáveis do conceito que o torna geral – empregado de forma genérica MEMÓRIA, ou a soma de mais características que possibilitarão a diferenciação, como, por exemplo: MC, MS e MM, conceitos específicos com uma essencial comum, mas com características que as diferenciam. Toda essa relação se articula em uma unidade estruturada para viabilizar uma melhor compressão da cobertura conceitual e do conjunto de conhecimento que se pode extrair dele. Com a identificação das características elencadas, é possível abstrair os conhecimentos compartilhados pelo grupo de pesquisadores vinculados à comunidade científico-informacional do sul global.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo geral identificar como o conceito de memória é representado nas produções científicas dos países situados no contexto do sul global. Para tanto, ao considerar a memória como o principal componente dessa pesquisa, compreendeu-se seus vínculos com o paradigma intercultural anticolonial (Duque-Cardona, 2020; Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2024) para evidenciar as produções científicas que apresentam em suas fundamentações as epistemologias outras, mesmo diante da influência do pensamento colonial e da predominância dos autores “consagrados” da literatura. O referido propósito foi atingido, na medida em que se identificaram diferentes formas de representar, definir e caracterizar o conceito de memória no campo científico-informacional dos países integrantes do sul global.

Para atingir o primeiro objetivo específico, realizou-se uma busca no Sistema Regional de Informação Online de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Latindex) para identificar os periódicos científicos editados nos países do sul global que publicam resultados de pesquisas sobre memória. Com a execução desse procedimento, foi possível cartografar 19 títulos de periódicos científicos espalhados por 10 países do sul global, mais um território não incorporado dos Estados Unidos da América (EUA): Porto Rico, Costa Rica, Cuba, México, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. Porto Rico não integrou a análise por não apresentar artigos que contemplem a memória na dimensão sociocultural com uma reflexão teórica fundamentada em referências teóricas que sustentem uma definição mínima ou a caracterização dos conceitos.

O segundo objetivo específico também foi contemplado quando se verificou os eventos científicos que contemplam a temática da memória nos seus grupos de estudos e nos anais científicos publicados regularmente a cada encontro. No caso do Brasil, o ENANCIB, por meio do GT10; no contexto internacional, a ISKO e o EDICIC, que são os principais eventos que promovem a divulgação científica dos estudos de memória, embora esse não seja o foco principal. Ressalta-se ainda que, em relação à ISKO, constatou-se que os capítulos internacionais acontecem predominantemente nos países hegemônicos do conhecimento e que a EDICIC, apesar de sua origem nos países do sul global, também acontece no âmbito da Iberoamérica, ou seja, integram-se países da América com os colonizados, no caso, Portugal e Espanha, o que dá margem para a manutenção de projetos de poder.

Com base nos artigos recuperados, formularam-se nove categorias conceituais consideradas as mais representativas na perspectiva da dimensão sociocultural e do paradigma intercultural. Assim, discutiu-se, com base na teoria do conceito (Dahlberg, 1978a; 1978b), as

intensões/extensões do conceito de memória, além de suas propriedades ou características comuns definidoras de um determinado conceito. Ao realizar um alinhamento teórico entre o aporte do paradigma intercultural anticolonial, destacou-se a possibilidade de enfatizar as singularidades de cada conceito, não optando por enfatizar os conceitos cuja base se sustenta numa estrutura generalizada.

Nesse sentido, registre-se também que o terceiro objetivo foi alcançado ao exibir uma predominância de referenciais teóricos franceses e norte-americanos nas conceituações e caracterizações de memória adotadas pelos/as pesquisadores/ras do sul global. Isso se deve devido à existência de teóricos “seminais” que contribuíram para consolidar o entendimento de memória para a Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI. Assim, os conceitos de MC são abordados predominantemente na perspectiva eurocentrada dos autores franceses Halbwachs, Le Goff e Pollak; o conceito de LM, por sua vez, do historiador francês Nora. Apesar de ser um conceito amplamente utilizado pelos pesquisadores, constatou-se que os conceitos com menor diversidade de teóricos foram MC e LM. Isso mostra os pesquisadores do sul global adotam os pesquisadores mais conhecidos, aqueles com maior visibilidade. Tais influências impedem a busca por diferentes teóricos situados fora do eixo pertencentes aos autores consagrados.

A análise permitiu compreender com maior segurança o campo de estudo sobre a memória. Com base nela, verificou-se que as duas hipóteses propostas inicialmente acerca da teorização do conceito de memória na literatura da CI no contexto do sul global foram confirmadas.

A primeira delas entende que a produção científica sobre memória é influenciada por perspectivas teóricas europeias e anglo-saxônicas, refletindo a persistência de pressupostos teóricos dominantes que condicionam as abordagens adotadas no sul global. Baseado na pesquisa realizada, verificou-se, inclusive, que a influência por parte dos teóricos europeus sobrepõe a influência dos teóricos anglo-saxônicos, de forma que o conceito de memória produzido pela tradição euroepistêmica foi tomada como universal, mostrando o caráter colonizador do conhecimento nas produções científicas do sul global.

Ainda se destaca que os resultados obtidos permitem concluir que alguns conceitos são hegemônicos – ou seja, conceitos com menor diversidade teórica, em que apenas um ou alguns teóricos são referenciados – e outros, difusos – por representar uma maior diversidade de teóricos e, por conseguinte, um conjunto de reflexões epistemologias diversificadas. Quanto maior o número de teóricos referenciados em uma pesquisa, mais diversificadas são as reflexões, de forma que a diversidade reflexiva em torno de conceito é um fator positivo nos

estudos decoloniais. Por meio de uma visão ampla, destaca-se como ponto vantajoso o grande número de autores do sul global na análise do conceito de MO.

Apesar disso, analisar o conceito de memória na perspectiva do paradigma intercultural anticolonialista implica também na tentativa de uma atualização dos conceitos na contemporaneidade e compreensão da forma como o sujeito colonizado internaliza o processo de colonização. Constatar o excessivo uso do conceito de memória na concepção eurocentrada foi importante para inferir criticamente que os pesquisadores do sul global se colocam dentro de uma discussão teórica que, muitas vezes, não representam o conhecido situado em suas regiões e desconsideram as experiências memorialísticas de outros povos e de outras culturas.

Já a segunda hipótese afirma que, entre os países do sul global, a produção do conhecimento científico sobre o domínio da memória se apresenta de maneira mais expressiva no Brasil, mostrando seu caráter fundamental para o desenvolvimento teórico do conceito. Sobre o aspecto espacial atribuído nesta pesquisa, destaca-se o lugar de destaque ocupado pelo Brasil na produção científica do conhecimento, por ser um dos mais produtivos na temática estudada (44% dos artigos selecionados foram de periodicos científicos brasileiros). A cada conceito analisado, observou-se que os autores vinculados ao Brasil foram os que mais apresentaram fundamentações baseados em teóricos. Por isso, houve a recorrência de autores brasileiros em todos os quadros apresentados nos resultados da pesquisa sobre a representação do conceito de memória.

Dentre os principais resultados obtidos, verificou-se que os teóricos vinculados ao contexto do sul global sempre aparecem para reivindicar a história e memória constantemente silenciadas ou para falar de lutas em busca de representatividade e identidade. Uma marca analítica comum é que os teóricos franceses, por sua vez, estão sempre na seara de abordar o conceito de memória em uma perspectiva universal de pensamento, sempre voltados para contextos gerais, amplos, de pensar o povo e as comunidades como grandes conglomerados de pessoas com os mesmos costumes/crenças/culturas. Resumidamente, são os autores do sul global que se preocupam em desnaturalizar as práticas do colonialismo. Já os teóricos do norte naturalizam o processo colonizador.

Portanto, o presente estudo viabiliza várias possibilidades de futuras pesquisas que contribuam com uma visão ampla e global do quadro teórico-conceitual da memória. Para o desenvolvimento de pesquisas futuras, espera-se que os/as pesquisadores/ras da área se proponham a identificar outros teóricos que podem contribuir para a discussão epistemológica da memória na perspectiva intercultural do conhecimento, como forma de disseminar diferentes ideias, conceituações ou caracterizações do conceito, nas pesquisas produzidas no sul global.

Desse modo, é preciso estimular contribuições recíprocas entre diferentes teóricos de diferentes espacialidades para viabilizar possibilidades de novas construções na perspectiva decolonial do conhecimento, como a formulação de novos agrupamentos ou reagrupamento daquelas categorias que aqui foram postas.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Rita de Cássia dos Santos; CRIPPA, Giulia. Patrimônio e memória social: análise dos Acervos Fotográficos da USP-RP. **Anais [...]. Porto, PT: EDICIC**, 2013. Disponível em: ocs.letras.up.pt/index.php/EDICIC/edicic2013/paper/view/493. Acesso em: 5 jan. 2023.
- AKAICHI, Tatiane; BIZELLO, Maria Leandra; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Avaliação documental e memória em arquivos universitários. **Atas[...]. Coimbra, PT: EDICIC**, 2017. Disponível em: sci.uc.pt/eventos/index. Acesso em: 15 jan. 2023.
- AKINRULI, Samuel Ayobami; AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. Memories in dispute and reconfigurations of cultural heritage: for an ethnography of museums. Portugal: ISKO, 2018.
- AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALENCAR, Claudiana Nogueira de. “deixar existir a poesia mais selvagem” na tessitura de uma gramática anticolonial. In.: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- ALMEIDA, Carla Maria ; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de ; CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz . ARQUIVO PESSOAL JOSÉ SIMEÃO LEAL: um espaço de memória da cultura popular na Paraíba. In: Bernardina Maria Juvenal de Oliveira; Maria Nilza Barbosa Rosa; Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano; Ana Cláudia Cruz Córdula. (Org.). Patrimônio, informação e memória: tríade para construção e fortalecimento identitário. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2019, v. , p. 45-66.
- ALMEIDA, Marco Antônio de; OLIVEIRA, Wallace Soares de. Reflexões preliminares sobre a apropriação social das Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no processo de transição da memória oral para a memória digital dos Paiteir-Suruí. **Anais [...]. Barcelona, ES: EDICIC**, 2019. Disponível em: fima.ub.edu/edicic2019. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ÁLVARES JUNIOR, Laffayette de Souza. ORRICO, Evelyn. Information Science, Popularization of Science and Social Memory: Dialog with Knowledge Organization. IX CONGRESS CONGRESO ISKO-SPAIN ISKO-ESPANA Valencia 11 - 13th March de 2009. Disponível: [Dialnet-InformationSciencePopularizationOfScienceAndSocial-2923327%20\(4\).pdf](https://dialnet.informationsciencespopularizationofscienceandsocial-2923327%20(4).pdf). Acesso: 20 fev. 2025.
- AMARO, Bianca; SILVA, Danyelle; CARVALHO, Teila. A contribuição do Latindex para a promoção e visibilidade das revistas técnico-científicas da ibero-américa: a história dos seus 20 anos. *Ci.Inf.*, Brasília, DF, v. 44 n. 2, p.229-238, maio/ago., 2015. Disponível em: periodicos.ufpb.br. Acesso em: 15 jul 2025.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n1p01. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33968>. Acesso: 07 jan. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Existe um pensamento informacional ibero-americano? *Logeion: filosofia da informação*, 4, 2, 2018, p. 31-55. 2018. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4212/3637>. Acesso em: 25 fev 2025.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE IBEROAMÉRICA E DO CARIBE. **Estatuto da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação de Iberoamérica e do Caribe**. Porto Rico. 2008(?). Disponível em: <https://edific.org/pt/acerca/estatuto/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Coordenações e Ementas de GT**. Brasil. Disponível em: ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/. Acesso em: 7 mar. 2023.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Entrevista com o Professor Doutor Carlos Xavier de Azevedo Netto. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 207 - 210, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724615292014207>. Acesso em: 3 fev. 2023.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; DODEBEI, Vera. Informação e memória: trajetória do GT10 da Ancib e o impacto dos estudos culturais na CI. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora UnB, 2017.

BARBOSA, Cátia Rodrigues; CARMO, Mônica Elisque; OLIVEIRA, Leonardo Barreto. A Preservação da Memória dos Geoparques no Brasil: o centro de memória do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. III congresso ISKO Espanha e Portugal/XIII CONGRESSO ISKO Espanha: Universidade de Coimbra, 23 a 24 de novembro de 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007. Disponível em: revista.acbsc.org.br/racb. Acesso em: 18 jul. 2025.

BARRETO, Gustavo Santos Dias. O caso do trabalhador preferido: três diretrizes para uma agenda de pesquisa decolonial sobre sentidos do trabalho. **Cad. EBAPE.BR**, v. 22, n. 6, Rio de Janeiro, e2022-0231, 2024.

BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amelia de Brito. Memória de arquivo e cidadania: um olhar sobre o arquivo público da província do Maranhão-apem. IX CONGRESSO CONGRESO ISKO-SPAIN ISKO-ESPANA Valencia 11 - 13th March de 2009. Disponível: [Dialnet-InformationSciencePopularizationOfScienceAndSocial-2923327%20\(4\).pdf](https://dialnet.info/InformationSciencePopularizationOfScienceAndSocial-2923327%20(4).pdf). Acesso: 20 fev. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em: 18 jul. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, jun. 2011. Disponível em: revista.unioeste.br/index.php. Acesso em: 04 jun. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: entre o tempo e o espaço. In.: ALVES, Gracilda; HOFFMANN, Raquel. **Memória: questões historiográficas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Autografia. 2019.

BERTANHA, Carolina Faraoni; SCARTEZINI, Sofia Santos; SANTOS, Wanderson Barbosa dos. O debate ontológico-político nas ciências sociais: esforços teóricos em torno das diferenças (entre mundos). **Norus**, v. 9 n. 15, p. 349 – 382, Jan/Jul/2021.

BERTELY BUSQUETS, María. Debates conceptuales sobre educación multicultural e intercultural. Ins.: BERTELY BUSQUETS, María; DIETZ, Gunther; Díaz TEPEPA, María Guadalupe Díaz (Coord.), **Multiculturalismo y educación, 2002-2011**. México: ANUIES / COMIE. 2013. p. 41-79.

BICALHO, Lucinéia Maria; PIANETTI, Gerson Antonio. Gestão de instituição cultural dedicada à memória da farmácia: desafios do trabalho interdisciplinar. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

BIES, Werner. Thinking with the help of images: On the metaphors of knowledge organization. **Knowledge organization**, v. 23, ed. 1, 1996. p. 3-8. DOI: 10.5771/0943-7444-1996-1-3. Disponível em: doi.org/10.5771/0943-7444-1996-1-3. Acesso em: 5 jun. 2025.

BIZELLO, Maria Leandra. Informação e memória científica no Brasil: a gestão documental nas universidades. **Anais [...]. Porto, PT: EDICIC**, 2013. Disponível em: ocs.letras.up.pt/index.php/EDICIC/edicic2013/paper/view/550 Acesso em: 5 jan. 2025.

BORDUQUE, Maria Clara Bianchini; SEGURADO, Rosemary. A necessidade de decolonizar o termo inovação. **Revista P2P e INOVAÇÃO**, v. 10, n. 2, 2024.

BORGES, Maria Manuel. SANZ-CASADO, Elias. A ciência aberta, um novo desafio para o EDICIC ibérico. In.: BORGES, Maria Manuel; SANZ-CASADO, Elias. A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação. **Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC**. Portugal (Coimbra), 2017.

BORDA, Orlando Fals. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. Colômbia: Nuestro Tiempo. 1971. 2a ed.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em: arquivologia.net.br. Acesso em: 17 abr 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo, EDUSP, 1987, v. 1.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20%20material. Acesso: 27 jan. 2015.

BUNGE, Mário. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte Id Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1980.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. v. 16, n. 44, p. 173-185, Abr. 2002. Disponível em: scielo.br. Acesso em 25 jan. 2025.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CÂMARA, Rafael Silva da; BUFREM, Leilah Santiago. concepções de memória nas bibliografias das disciplinas dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB). 2016.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: www.capurro.de/enancib. Acesso em: 2 fev. 2025.

CAPURRO, Rafael. Prefácio. In. OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Madleg Rodrigues. **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Ed. UNB, 2017.

CARVALHO, Rafaela Pereira de; SOEIRO, Gabrielly Pamela Lopes; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. Educação patrimonial: o bibliotecário no processo de resgate da memória. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH**: EDICIC, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

CYSNE, Fátima Portella; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; BRITO, Carla Façanha de; SILVA, Adriana Nóbrega; RODRIGUES, Denise Marques. Memória e Patrimônio Cultural: o museu do Ceará como lugar de memória. In.: SIMÕES, Maria da Graça. BORGES, Maria Manuel (org.). **Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento**: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha. 2017.

DAHLBERG, Ingetrut. Teoria do Conceito. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, 7(2): 101-107, 1978a.

DAHLBERG, Ingetrut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **R. Bibliotecon**. Brasília 6 (1) jan./jun. 1978b.

DI PIETRO, Laila Figueiredo. Organização e representação da informação em documentos de preservação da memória social: o acervo do Museo de la Memoria y Derechos Humanos do Chile. In.: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (org.) **I Congresso ISKO Espanha e Portugal** / XI Congreso ISKO España, 2013. Disponível em: iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/34513-porto13-1.pdf. Acesso: 02 fev. 2025.

DIETRICH, Pascale; LOISIN, Marie; ROUPNEL, Manuella. Articular as abordagens quantitativa e qualitativa. In. PAUGAM, Serge (coord.) **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória

documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DODEBEI, Vera. Informação e Memória em interseção. Ins.: PIMENTA, Ricardo Medeiros; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Informação e Memória: Perspectivas em movimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021.

DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill . Knowledge in Social Memory: empirical experiment for a domain conceptual-discursive mapping. *Advances in Knowledge Organisation*, v. 14, p. 65-73, 2014.

DUQUE CARDONA, Natalia; ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. In.: DUQUE CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila. El conocimiento situado en la bibliotecología y ciencia de la información (ci): desafíos en el antropoceno. **Liinc em revista**, v. 18, n., 2022.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila. Paradigma intercultural para las ciencias de la información: una propuesta desde abya-yala. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Espírito Santo, ES. Anais [...]. Espírito Santo, ES: Universidade Estadual do Espírito Santo, 2024. Disponível em: enancib.ancib.org/index.php/Enancib. Acesso em: 13 jun. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Lenguaje, Memoria e Informacion: un acercamiento a las categorías del núcleo duro de la Ciencia de la Información (CI) y la Bibliotecología. latinoamericana. In.: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva sul. Florianópolis: Rocha gráfica e editora, 2021a. (Selo Nyota).

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. In.: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Cristina; DUQUE CARDONA, Natalia; ANGUIANO, Ernesto Israel Santillán. **Los estudios interculturales: Una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala**. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021b.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In.: HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro. 2006. p. 7-16.

EHRlich, Stéphane. **Aprendizagem e memória humana**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

ERLL, Astrid. **Memory e culture**. Estados Unidos da América: palgrave macmillan. 2011.

ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; LORENZETTO, Carolina de Carvalho; SCARPINI, Neire Aparecida Machado. A Escola e a Memória: Uma Abordagem Estratégica sobre a Otimização do Ensino Secundário a Partir da Arquivística. **Revista EDICIC**, San José, v. 1, n. 2, p. 377-390, abr./jun. 2011. ISSN 2236-5753.

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva; BIZELLO, Maria Leandra. Memória e representação: reflexões para a organização do conhecimento. **Scire**, v. 22, n. 2, p. 99-106, 2016.

FAGGION, Andrea. Conceito. **Estudos Kantianos [EK]**, Marília, SP, v. 6, n. 2, p. 17–20, 2018. Disponível em: revistas.marilia.unesp.br. Acesso em: 12 jul. 2025.

FERREIRA, Míriam de Souza. HEMAIS, Marcus Wilcox. Horizontes de decolonização em marketing: uma proposta com base na crítica à colonialidade da teoria da globalização de mercados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro, e2022-0134, 2023.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2018.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Políticas de memória e arquivos da repressão e da resistência: desafios para o acesso à informação pública na Argentina e no Brasil. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

GAK, Igor; TOSELI, Nycole Toseli; COSTA, Andressa Sousa da; CHIPOCO, Anna Carolina Araujo. Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão. **Raízes e Rumos**, Rio de Janeiro, v.9 n.2, p. 104-113, jul.-dez., 2021.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho colaborativo. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 65-98. Disponível em: ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-4. Acesso em: 15 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James Macdonald; POLLETTA, Francesca. The Return Of The Repressed: The Fall And Rise Of Emotions In Social Movement Theory. **Mobilization: An International Journal**, 2000, v. 5, n. 1, p. 65-83. Disponível em: www.researchgate.net. Acesso em: 18 jul. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, fev/2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Curitiba: Antoniofontoura. 2023.

HENAO, Dorys Liliana Henao. Prefácio. In.: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle

Carneiro Garcês da. (orgs.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação:** Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

HIDALGO GOYANES, Paloma. Los archivos audiovisuales de televisión: patrimonio documental y garantes de la memoria colectiva. **Anais V EDICIC**, 2011, ISBN 978-84-9978-021-4, p. 569-578.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

JATENE, Caio Vargas; CRIVELANTE, Mariana Ramos; KOBASHI, Nair Yumiko. Memória e Resistência: por uma classificação dos Lugares de Memória Política na América Latina. In.: **Organização do conhecimento responsável:** promovendo sociedades democráticas e inclusivas. [recurso eletrônico] Thiago Henrique Bragato Barros e Natália Bolfarini Tognoli (organizadores). - Belém: Ed. da UFPA, 2019. 549 f. e-Book ISBN: 978-85-61214-35-7 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 5)

JAPIASSU, Rodrigo Costa. **Usos e apropriações da memória:** documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2021. Disponível em: www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/ usos- e-apropriacoes-da-memoria_rodrigo-japiassu.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. Prefácio. In.: VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala:** genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

KRENAK, Ailton. **Memória não queima.** Dantes Editora. 2023. (cadernos selvagens).

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, ciência e saúde.** v. 08, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 15 jul. 2025.

LANDULFO, Cristiane. Currículo e decolonialidade. MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos e linguagens:** decolonialidades e epistemologias outras. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina. Os Enancibs e a Ciência da Informação brasileira: Introdução. In.: **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. Disponível em: www.researchgate.net/profile/Beatriz-Cendon/publication/259082807. Acesso: 07 jan. 2025.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. In.: **Memória–História.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Enciclopédia Einaudi. v. 1. p. 11-50.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 7. Ed. 2013.

LIMA, Vânia Mara Alves; VITORIANO, Marcia Cristina e Carvalho Pazin; BARBANTI, Cristina Hilsdorf. Organização do conhecimento e o patrimônio industrial em São Paulo: o projeto Eletromemória. In.: **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. [recurso eletrônico] José Augusto Chaves Guimarães e Vera Dodebei (organizadores). - Marília: ISKO- Brasil: FUNDEPE, 2015. 835 f. e-Book ISBN:978-85-98176-70-3 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3)

MACHADO, Bruno Henrique; BIZELLO, Maria Leandra; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Imagem fotográfica na imprensa de guerra: uma ferramenta de memória. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARTINS, Gracy Kelli. Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil. 2014. 184 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

MARTINS, Gracy Kelli; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Representação da informação e preservação da memória: mapeamento conceitual do patrimônio imaterial brasileiro in.: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. [recurso eletrônico] José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dodebei (organizadores). - Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. 285: il., fots. e-Book ISBN: 978-85-98176-45-1 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1)

MARTINS, Gracy Kelli; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A Representação da Informação e do Conhecimento e as Representações Sociais: intersecções e limites. In.: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; MARTINS, Gracy Kelli; MOTA, Denysson Axel Ribeiro (org.). **Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 208 p.

MASSENSINI, Rogério Luís. Trabalhos de memória e de justiça: uma análise comparativa das leis de acesso à informação no cone sul. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

MEADOWS. Arthur Jeck. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos. 1999.

MEDEIROS, Wagner Oliveira de; PINHO, Fabio Assis Pinho. O Uso De Mapas Conceituais Na Representação Da Informação Memorialística de Obras Artístico-Pictóricas. In.: **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. [recurso eletrônico] Fabio Assis Pinho e José Augusto Chaves Guimarães (organizadores). - Recife: Ed. UFPE, 2017. 409 f. e-Book ISBN:978-85-415-0913-8 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4)

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960). 2007. 274f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação

em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
Disponível em: app.uff.br/riuff/handle/1/27008. Acesso em: 04 jun. 2025.

MINAYO, Maria Celília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In.: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Ed. Vozes. 2001.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p.262-276, Fev./Mar. 2011. Disponível em: edicic.org/revista. Acesso em: 15 jan. 2023.

MORAIS, Thaíse Ludimilla Faria. A história difícil das ditaduras do Cone Sul das Américas: cultura política, negacionismo e Direitos Humanos em materiais didáticos de História. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. 2022.

MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Apresentação. Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Íbero-América e Caribe. Belo Horizonte (MG): ECI, UFMG, 2017.

NASCIMENTO, Gabriel. Disponível em: Entre o Lócus de Enunciação e o Lugar de Fala: Marcar o Não-Marcado e Trazer o Corpo de Volta na Linguagem. Campinas: **Trab. Ling. Aplic.**, n 60.1: 58-68, jan./abr. 2021. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index. Acesso: 27 jan. 2025.

NORRA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: **Proj. História**. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NUNES, Jefferson Veras; CARNEIRO, Bárbara Luisa Ferreira; SILVA, Antonio Wagner Chacon. Etnografia como possibilidade metodológica para a Ciência da Informação. Peru: **Biblos**, n. 77, 2019. Disponível em: brapci.inf.br/index.php. Acesso em: 2 jul 2025.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise das produções científicas dos programas de pós-graduação. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/7466. Acesso em: 5 maio 2023.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 311-328, 2011.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Memória na Produção Científica em Ciência da Informação no Brasil: tendências e apropriações conceituais e autorais. **Anais [...]. Porto, PT: EDICIC**, 2013. Disponível em: ocs.letras.up.pt/index.php/EDICIC/edicic2013/paper/view/358. Acesso em: 5 jan. 2025.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; MANINI, Miriam Paula; COLETTTO, Sérgio Peçanha da Silva. Documentos Audiovisuais, Informação e Memória: identificação de acervos fotográficos e fílmicos das regiões administrativas do distrito federal do Brasil. In.: SIMÕES, Maria da Graça. BORGES, Maria Manuel (org.). **Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento**: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha. 2017.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 1, p. 3-35, 2009.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**. Brasília: Brique de lemos. 2018. Disponível em: repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumentação.pdf. Acesso: 27 jan. 2025.

PIMENTA, Ricardo Medeiros; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Informação e Memória**: perspectivas em movimento. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. 298 p.

PINTO, Tiago Leite; RIBEIRO, Claudio José Silva. O Uso de Repositórios em Bibliotecas Públicas: Um Estudo de Caso sobre a Apropriação da Tecnologia para Suporte à Produção de Memória Local. In.: **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. [recurso eletrônico] Fabio Assis Pinho e José Augusto Chaves Guimarães (organizadores). – Recife: Ed. UFPE, 2017. 409 f. e-Book ISBN:978-85-415-0913-8 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Identidade e memória social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

QUINTERO-LÓPEZ, Dayro León. Espacio intercultural, interculturalidad en el espacio: claves para pensar geográficamente. Ins.: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Crstina; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTILLÁN ANGUIANO, Ernesto Israel. **Los estudios interculturales. Una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala**. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**: Campinas. v. 43. 2022. Disponível em: www.scielo.br. acesso em: 17 abr. 2025.

ROBREDO, Jaime. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 19 - 42, março, 2011. Disponível em: revista.ibict.br. Acesso em: 20 abr. 2025.

SALDANHA, Gustavo Silva; MANGUEIRA, Amanda Christina Salomão; MATA, Diogo Xavier da; CASCELLI, Caio Cabral. A coleção e seu labirinto: a coleção memória da

biblioteconomia e a epistemologia histórica dos estudos biblioteconômico-informacionais no Brasil. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH:** EDICIC, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2025.

SAMPIERE, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Publicación científica en acceso abierto: desafíos decoloniales para América Latina. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5782, nov. 2021. Disponível em: revista.ibict.br. Acesso em: 17 abr 2025.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos. Abordagens de(s)coloniais na gestão e nas organizações. **REAd**, Porto Alegre, v. 30, n. 1. Jan-Abril 2024, p. 936-964.

SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; Fragmentos de Memória da Biblioteconomia Baiana. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH:** EDICIC, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANTOS, Júlia Mendes Pestana dos; MÁDIO, Telma Campanha de Carvalho. A memória digital e o esquecimento. **Atas[...]. Coimbra, PT:** EDICIC, 2017. Disponível em: sci.uc.pt/eventos/index. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume. 2012.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. DOI: 10.18225/ci.inf..v24i1.608. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22344>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_7810a51cca_0000015436.pdf. Acesso: 07 jan. 2023.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SIDONE, Otávio José Guerci. **Cientometria Espacial: a geografia do conhecimento no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

SILVA, Armando Malheiro da Silva. Que Ciência da Informação precisamos para enfrentar a complexidade?. **PontodeAcesso**, Salvador, v.11, n.1, p. 85-114, abr. 2017. Disponível em: brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_c986399808_0000023512.pdf. Acesso: 30 jun. 2025.

SILVA, Gabriela Bins Gomes da; TEODORO, Maria Cecília Máximo. Globalização – sob uma perspectiva decolonial – e consumismo: impactos nas relações de trabalho. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, n. 02, p.196-215, Jan. / Jun. 2021.

SILVA, Igor Oliveira da Silva. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: *locus* da identidade potiguar e preservação da memória nacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da

Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: repositorio.ufpb.br. Acesso em: 5 jan. 2025.

SILVA, Igor Oliveira; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 109562, 2022a. DOI: 10.19132/1808-5245282.109562. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SILVA, Igor Oliveira da. MARTINS, Gracy Kelli. Ciência da Informação e a produção científica do domínio da memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 22., 2022, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: ANCIB, 2022b. Não pag. Disponível em: ancib.org/. Acesso em: 5 jan. 2025.

SILVA, Igor Oliveira da. MARTINS, Gracy Kelli. Monumentos escravocratas em ruínas: enlaces entre informação, memória e estudos decoloniais. Juazeiro do Norte: Folha de Rosto, v. 9, n. 2, p. 7-26, maio/ago. 2023. Disponível em: periodicos.ufca.edu.br. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. Mnemosyne Infor-Comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n.1, p. 135-143, jan./abr. 2014.

SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. **R. Katál**. Florianópolis, v.25, n. 2, p. 356-364, maio-ago. 2022. ISSN 1982-0259.

SOUZA, Maíra; BARREIRA, Maria Isabel. Perspectiva sobre a formação do arquivista para atuação em redes de arquivos históricos: um estudo das Memórias Reveladas. **Anais [...]. Barcelona, ES: EDICIC**, 2019. Disponível em: fima.ub.edu/edicic2019. Acesso em: 15 jan. 2025.

SUAIDEN, Emir J. A pesquisa em Ciência da Informação na América Latina. **R. Bibliotecon**. Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 329-332, especial 1999/2000.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Ed. UFPB. 2013.

TOLLER, Mariana Escher; BIZELLO, Maria Leandra. Memória institucional e a escrita da memória coletiva. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Divisão da Sociedade da Informação. 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. 27 novas inscrições no Registro da Memória do Mundo da UNESCO para a América Latina e o Caribe. 2024. Disponível em: unesco.org/pt/articles. Acesso em: 18 jul.

2025.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin. LIMA, Vânia Mara Alves. Repositórios digitais sustentáveis: o projeto eletromemória. **Anais [...]. Belo Horizonte, BH: EDICIC**, 2016. Disponível em: edicic2016.eci.ufmg.br/anais. Acesso em: 15 jan. 2025.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Tomo I. **Espanha**: Ed. abya yala. 2013.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. **Anais [...]**. Salvador, BA: ENANCIB, 2016.

APÊNDICE A - REFERÊNCIAS POR PAÍS

ARGENTINA
DAMIAN, Ieda Pelógica Martins. Gestão de conhecimento e memória organizacional: atualização de pesquisas. Palabra Clave, La Plata, v. 13, n. 2, e222, abr./sept. 2024. ISSN 1853-9912. DAMIAN, Ieda Pelógica Martins; MORO-CABERO, María Manuela M. Proposição de um modelo de gestão do conhecimento voltado às características da memória organizacional. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, 01-21, 2020a. ISSN 1518-2924. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e73691. Acesso em: 05 jun. 2025. FERREIRA, Frederico Antonio; AZEVEDO, Fabiano Caltado de; ANDRADE, Mariana Acorse Lins de. Entre homens e livros: a Biblioteca do Itamaraty na gestão do José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), 1902-1912. Palabra Clave, La Plata, v. 13, n. 2, e213, abr./sept. 2024. ISSN 1853-9912. MARGARUCCI, Ivanna. Escribir la historia desde el acervo ausente. Información, Cultura y Sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, n. 46, p. 85-105, jun. 2022. ISSN 1514-8327. MARÍN AGUDELO, Sebastián Alejandro. Reseñas. Información, Cultura y Sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, n. 28, p. 111-115, jun. 2013. ISSN 1514-8327. [Seção] Reseñas. Reseñas da obra de: GIRALDO, Marta Lucia; GÓMEZ ESPINOSA, Jaime; CADAVID, Beatriz Elena; GONZÁLEZ, Marcela. Estudios sobre memoria colectiva del conflicto. Colombia, 2000-2010. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2011. 81 p. PARENTELLI, Varenka. El archivo fotográfico performativo: la huella atemporal resignificada desde una experiencia pedagógica interdisciplinaria. Palabra Clave, La Plata, v. 13, n. 1, e198, oct. 2023/marzo 2024. ISSN 1853-9912. ROMERO, Juan Escobedo. La influencia em México de los Organismos Internacionales em materia de Información Pública. Información, Cultura y Sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, n. 38, p. 157-164, jun. 2018. ISSN 1514-8327. SILBERLEIB, Laura. El derecho al olvido y la persistencia de la memoria. Información, Cultura y Sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, n. 35, p. 125-136, dic. 2016. ISSN 1514-8327. VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. A relação entre gestão da informação e gestão documental na arquivologia: mapeamento do tema em publicações científicas brasileiras. Palabra Clave, La Plata, v. 7, n. 1, e038, oct. 2017. ISSN 1853-9912.
BRASIL
ALBUQUERQUE, Daniela Eugênia Moura de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. Em Questão, Porto Alegre, v. 29, p. 1-33, e-126150, 2023. ISSN 1808-5245.

ALVES, Ermeson Nathan Pereira; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. As poéticas de Abidoral Jamacaru enquanto registro de memória e representação do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 59-90, jan./mar. 2021. ISSN 1808-5245.

ANDREONI, Renata. Museu, memória e poder. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 167-179, jul./dez. 2011. ISSN 1808-5245.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; TORRES, Názia Holanda; ALVES, Cláudio Augusto; FARIAS, Maria Lúcia Maranhão de. A hemeroteca enquanto espaço documental, informacional e memorial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 72-85, jul./dez. 2014. ISSN 1808-5245.

BENEDUZI, Luís Fernando. Bens culturais, mercado e italianidade: memórias da imigração no Rio Grande do Sul. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, p. 93-120, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020. ISSN 1808-5245.

BONI, Paulo César; HOFFMANN, Maria Luisa. Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2011. ISSN 1808-5245.

CARMO, Juliana Rabelo do; KARPINSKI, Cezar; BRÄSCHER, Marisa. A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na Organização do Conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 65-85, jan./abr. 2018. ISSN 1808-5245.

CARVALHO, Luciana Moreira; CARVALHO, Monica Marques. O Registro da memória através dos diários virtuais: o caso dos blogs. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 53-66, jan./jun. 2005.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máyla Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montengro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. ISSN 1808-5245.

COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Os Serviços Educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite e a Memória de São Luís (MA): Análise da Percepção dos Usuários. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, n. esp, p. 01-21, 2021. ISSN 1518-2924.

COSTA, Maurício José Moraes; LUCE, Bruno Fortes; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O Acervo digital de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite: contribuições do acesso aberto para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1-30, e-136589, 2024. ISSN 1808-5245.

DIAS, Karcia Lúcia Oliveira; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Da Xilogravura na Matriz à Digital. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 27, p. 01-21, 2022. ISSN 1518-2924.

FEITOZA, Rayan Aramis de Brito; SOUSA, Laiana Ferreira; CAMPOS, Ilka Maria Soares; DUARTE, Emeide Nóbrega. Memória Organizacional na Ciência da Informação:

desvendando relações com o Conhecimento Organizacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 473-498, jan./abr. 2019. ISSN 1808-5245.

FERREIRA, Maria da Conceição da Rocha; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Rememorando o perigo: os discursos da mídia nas sucessivas retomadas dos grandes acidentes de origem científico-tecnológica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 159-184, jan./abr. 2019. ISSN 1808-5245.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2007. ISSN 1808-5245.

GOULART, Elias Estevão; PERAZZO, Priscila Ferreira; LEMOS, Vilma. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2005. ISSN 1808-5245.

GOUVEIA JÚNIOR, Mario; GALINDO, Marcos; SOARES, Sandra Maria Verissimo; NASCIMENTO, Ângela Cristina Moreira do. A missão da rede memorial: capital social, sistemas e redes de colaboratividade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 76-95, jan./jun. 2015. ISSN 1808-5245.

GUIMARÃES, Rubens Vieira; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Avaliação de Documentos de Arquivo: Uma Análise de Diferentes Abordagens. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 01-23, maio/ago. 2019. ISSN 1518-2924.

HOFFMAN, Felipe Eleutério; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Museus e justiça de transição no contexto brasileiro: memória e informação na construção de espaços de representação do trauma. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 278-299, maio/ago. 2019. ISSN 1808-5245.

HURTADO-TARAZONA, Alejandra. Edición Independiente Mexicana del Siglo XXI: Depósito Legal y Cobertura en el Catálogo Nautilo de La Biblioteca Nacional de México. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-21, e92242, 2023. ISSN 1518-2924.

IGNÁCIO, Carlos Eduardo; PIZARRO, Daniela Câmara; ENGLAUB, Tânia Regina da Rocha. Museu Etno-Arqueológico de Itajaí: espaço comunitário de memórias coletivas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 380-401, jan./mar. 2022. ISSN 1808-5245.

MEDEIROS, Roberta Pinto. Os arquivos como agentes de memória: os relatórios anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 1-25, e-119726, out./dez. 2022. ISSN 1808-5245.

MELO, Kelly Castelo Branco da Silva; RIBEIRO, Leila Beatriz. Para cada universo colecionista, suas fontes: dinâmicas informacionais nas tramas de Clifford Janeway. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 276-299, set./dez. 2017. ISSN 1808-5245.

MINTEGUI, Evelin; GALLO, Carlos Artur; KARPINSKI, Cezar. A relação entre as políticas públicas de avaliação de documentos e de memória no Brasil e no Uruguai. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 330-354, maio/ago. 2020. ISSN 1808-5245.

MOLINA, Letícia Gorri; ARAKI, Cláudia. Centros de memória no ambiente digital: em foco a análise de empresas públicas e privadas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 67-89, jan./abr. 2016. ISSN 1808-5245.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio dos Santos. Memória e identidade: um estudo preliminar sobre os usos e apropriações do passado nos documentários da TV OVO. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2012. ISSN 1808-5245.

MORIGI, Valdir. BONOTTO, Martha E. K. Kling. A Narrativa Musical, Memória e Fonte de Informação Afetiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 143-161, jan./jun. 2004. ISSN 1808-5245.

NASCIMENTO, Francisco Arrais; LIMA, Graziela dos Santos. O Corpo Negro no Domínio das Homossexualidades Masculinas: Interpelações acerca das Representações Homoeróticas em Aplicativos de Interação Afetivo-Sexual. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 27, p. 01-19, 2022. ISSN 1518-2924.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 202-227, jan./abr. 2017. ISSN 1808-5245.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; PENA, Ingrid Almeida de Barros. A construção do patrimônio e identidades emergentes no Maciço da Pedra Branca (RJ). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, p. 143-180, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires da. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 256-277, maio/ago. 2019. ISSN 1808-5245.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires da. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 256-277, maio/ago. 2019. ISSN 1808-5245.

ORRICO, Evelyn. O Discurso televisivo da memória: plim plim. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-75, jul./dez. 2011. ISSN 1808-5245.

PINHEIRO, Liliane Vieira; CAFÉ, Ligia Maria; SILVA, Edna Lúcia da. As bibliotecas universitárias e os desafios da pós-modernidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 152-176, set./dez. 2018. ISSN 1808-5245.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; OLIVEIRA, Luciana da Costa de. Sobre história, memória e patrimônio no Sul do Brasil - monumentos aos açorianos em Porto Alegre e Florianópolis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, p. 121-142, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020. ISSN 1808-5245.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon; TEIXEIRA, Heytor Diniz. Marcas de procedência: contribuições para o estudo do livro raro. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-20, jan./dez. 2020. ISSN 1518-2924.

RODRIGUES, Marcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. ISSN 1808-5245.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. El Activismo Digital como Estrategia para Enfrentar la Violencia Sexual: Consideraciones a la Luz de los Estudios Decoloniales y las Teorías de la Mediación. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, p. 1-29, e92588, 2023. ISSN 1518-2924.

SANTANA, Renata Jeane de; PINHO, Fabio Assis. Ressignificação da memória da cidade do Recife nas letras de frevo do maestro Nelson Ferreira. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 210-236, jan./abr. 2020. ISSN 1808-5245.

SANTOS, Admeire da Silva. ALBUQUERQUE, Sundström e Ana Cristina de. Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 250-275, set/dez. 2020. ISSN 1808-5245.

SANTOS, Ana Cláudia de Araújo; ALVES, Edvaldo Carvalho; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. O conceito de informação imagética na Ciência da Informação: aproximações teórico-conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 39-65, maio/ago. 2019. ISSN 1808-5245.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; MOLINA, Letícia Gorri. Memória repertório e suas inter-relações com a gestão do conhecimento em ambientes organizacionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 28, p. 1–22, e89762, 2023. ISSN 1518-2924.

SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 1-22, e-109562, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5245.

SILVA, Terezinha Elizabeth. Livro e cinema: intertextualidade e memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 299-320, jun./dez. 2006. ISSN 1808-5245.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. A Célula Mater da Composição Musical e seus Traços Genéticos: Uma Análise sobre os Documentos Musicais. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-21, e86803, 2023. ISSN 1518-2924.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; MAIA, Andrea Medeiros de Sousa. Mediação da cultura e da informação na Fundação Casa de José Américo. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 68–93, 2021. ISSN 1808-5245.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; SANTOS, Raquel do Rosário; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Traços identitários e memorialísticos materializados na fotografia de Ivo Tavares da periferia de Salvador, Bahia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 353-379, jan./mar. 2022. ISSN 1808-5245.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos; MORAES, João Batista Ernesto. Bookshelf tour: categorização do conhecimento a partir do discurso coletivo dos booktubers. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 13-38, maio/ago. 2019. ISSN 1808-5245.

VANIN, Luís Fernando; SALES, Rodrigo de. Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ sob a perspectiva da desclassificação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1-25, e-137368, 2024. ISSN 1808-5245.

ZEN, Ana Maria Dalla; SILVA, Cláudia Feijó da; MINUZZO, David Kura. Turismo comunitário como mediador cultural: a experiência da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2011. ISSN 1808-5245.

CHILE

CARRASCO CELIS, Christian Michel. Patrimonio Documental, Memoria e Historia. El caso del Tribunal de Sanción Nacional. Perú, agosto de 1930 – agosto de 1931. **Revista Ciencias de la Documentación**, v. 1, n. 2, p. 59-82, abr./jun. 2015. ISSN 0719-5753.

MADRID, Ennio Prada. Valoración desde los metadatos del documento electrónico. **Revista Ciencias de la Documentación**, v. 9, n. 2, p. 1-7, jul./dic. 2023. ISSN 0719-5753.

COLÔMBIA

ARAÚJO, Juan Facundo. El archivo Krapp: la memoria documental como montaje del pasado **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 42, n. 1, p. 79-86, enero/abr. 2019. ISSN 0120-0976.

ARENAS GRISALES, Sandra Patricia. Luciérnagas de la memoria. Altares espontáneos y narrativas de luto en Medellín, Colombia. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 38, n. 3, p. 189-200, sept./dic. 2015. ISSN 0120-0976.

ARENAS GRISALES, Sandra Patricia; VALLEJO ECHAVARRÍA, Juan Camilo; BETANCUR MARÍN; Alexander; RAMÍREZ HACHE, Camilo; LOPERA ESPINOSA, Yuliana. Memoria en la calle: repositorio de altares espontáneos creados en Medellín entre 1980 y 2014. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 42, n. 1, p. 57-68, enero/abr. 2019. ISSN 0120-0976.

BOTERO, Mary Luz. La “Alegría de leer”: cartilla escolar con estatus patrimonial. Conservación y nuevos modos de circulación de un lugar de memoria. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 37, n. 3, p. 251-262, sept./dic. 2014. ISSN 0120-0976.

CAMILO HERNANDEZ, Yhoban. Discurso El quehacer de la memoria en tiempos de cambio social. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 43, n. 13-16, p. enero/abr. 2020 ISSN 0120-0976.

COGOLLO-OSPINA, Sonia Natalia; TORO TAMAYO, Luís Carlos. Papel de los archivos fotográficos de Derechos Humanos en la memoria colectiva. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 39, n. 1, p. 71-83, enero/abr. 2016. ISSN 0120-0976.

COSTA, Maurício José Morais; LUCE, Bruno Fortes; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Las bibliotecas públicas como lugares de memoria y sociabilidad: un estudio de las experiencias de los usuarios de la Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luís,

Maranhão, Brasil. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 47, n. 2, p. 1-16, e353768, mayo/agosto 2024. ISSN 0120-0976.

GIRALDO LOPERA, Marta Lucia. Archivos, derechos humanos y memoria colectiva. Una revisión de la literatura académica internacional. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 40, n. 2, p. 125-144, mayo/agosto 2017. ISSN 0120-0976.

MARQUES, Luciana Bergamo; KARPINSKI, Cezar. Memória e gestão estratégica da informação em bibliotecas acadêmicas: mapeamento da produção científica. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 42, n. 2, p. 177-186, mayo/agosto 2019. ISSN 0120-0976.

RAMÍREZ ACEVES, Merizanda M. C.; ARREOLA HUERTA, Angélica Paulina. La fotografía como memoria histórica y la importancia de su rescate. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 46, n. 2, p. 1-11, e345544, mayo/agosto 2023.

RAMOS, Esmeralda; FLORES, Ivan; NÚÑEZ, Haydemar. Una memoria organizacional para gestionar información y conocimiento de proyectos de investigación de instituciones venezolanas. **Ventana Informática**, Universidad de Manizales, n. 28, p. 117-131, enero/jun. 2013.

SOLÓRZANO ARIZA, Augusto; TORO TAMAYO, Luís Carlos; VALLEJO ECHAVARRÍA, Juan Camilo. Memoria fotográfica: la imagen como recuerdo y documento histórico. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 40, n. 1, p. 73-84, enero/abr. 2017. ISSN 0120-0976.

TORO TAMAYO, Luis Carlos; VALLEJO ECHAVARRÍA, Juan Camilo. Atlas visual de la memoria. Una forma de visualizar y representar el conflicto en Colombia. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 41, n. 1, p. 83-87, enero/abr. 2018. ISSN 0120-0976.

COSTA RICA

ACHILLES, Daniele. Memórias Comunitárias Fragmentadas em Bibliotecas Públicas. **Revista EDICIC**, San José, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2023. ISSN 2236-5753.

COLMENARES MORENO, Wilson. Derecho a la información gubernamental: importancia de la edición y el acceso abierto a las publicaciones oficiales de Colombia. **Revista e-Ciencias de la Información**. v. 13, n. 2, Ensayo, p. 1-18, Jul/Dic. 2023. ISSN: 1649-4142.

ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; LORENZETTO, Carolina de Carvalho; SCARPINI, Neire Aparecida Machado. A Escola e a Memória: Uma Abordagem Estratégica sobre a Otimização do Ensino Secundário a Partir da Arquivística. **Revista EDICIC**, San José, v. 1, n. 2, p. 377-390, abr./jun. 2011. ISSN 2236-5753.

FERREIRA, Leticia Elaine; BIZELLO, Maria Leandra. Arquivos: Antídotos do Esquecimento Social. **Revista EDICIC**, San José, v. 1, n. 3, p.196-210, jul./sept. 2011. ISSN 2236-5753.

MARTINÉZ RIDER, Rosa María. Educación sobre Patrimonio Documental: el caso de la Escuela de Ciencias de la Información de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí.

Revista e-Ciencias de la Información, v. 6, n. 1, Informe Técnico 2, p. 1-21, enero/jun. 2016. ISSN 1659-4142.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lúgia Pomim. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: Discussões Conceituais e Terminológicas. **Revista EDICIC**, San José, v. 1, n. 1, p. 262-276, enero/marzo 2011. ISSN 2236-5753.

PUNTES-CALA, Mauricio. Archivística e historia: Un diálogo por el deber de recordar y el derecho a saber. **Revista e-Ciencias de la Información**, v. 12, n. 1, p. 1-27, enero/jun. 2022. ISSN 1659-4142.

SOUSA, Antonio Gouveia de; PENHA, Noemi Andreza da; RIBAS; Elisabete Marin; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Aquisição de Arquivos Privados e Pessoais por Instituições Arquivísticas como Medida Reparatória e de Inclusão da Diversidade. **Revista EDICIC**, San José, v. 3, n. 2, p.1-14, 2023. ISSN 2236-5753.

TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho; VALENTIM, Marta Lúgia Pomim. Competência em Informação na Educação Superior: Um Plano de Ação Usando Metodologias de Sistemas Soft. **Revista EDICIC**, San José, v. 3, n. 4, p. 1-12, 2023. ISSN 2236-5753.

VILLANUEVA RIVAS, Daniel. Preservación digital de revistas en la UNAM y repositorios institucionales, un acercamiento. **Revista e-Ciencias de la Información**, v. 5, n. 1, Informe Técnico 1, p. 1-17, enero/jul. 2016. ISSN 1659-4142.

CUBA

ALONSO, Sofia Borrego; VIVAR GONZALES, Isbel. Adaptaciones arquitectónicas para archivos en Cuba, **Ciencias de la Información**, v. 50, n. 3, p. 24-29, p. 24-29, set-dez. 2019. ISSN: 1606-4925.

LOBELLE FERNÁNDEZ, Gretel. El patrimonio documental de la nación cubana: amparo jurídico en la legislación nacional e internacional. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 26, n. 4, p. 381-393, 2015. ISSN 2307-2113.

PAZ ENRIQUE, Luís; HERNÁNDEZ ALFONSO, Eduardo Alejandro; IZQUIERDO BRITO, Marlies; BRITO GUTIÉRREZ, Ledia. Fondos documentales del Archivo Parroquial de la Iglesia Católica “San Pedro y San Pablo” de Corralillo. **Bibliotecas Anales de Investigación**. v. 12, n. 1, p. 37-47, enero/jun. 2016. ISSN 1683-8947.

PULIDO DAZA, Nelson Javier. Propuesta de macrovaloración documental a partir de un estudio de caso (1817-1819). **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, v. 34, e2191, 2023. ISSN 2307-2113.

SILVA, Elaine da; VALENTIM, Marta Lúgia Pomim; VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin. La relación entre memoria organizacional y generación de innovación. **Ciencias de la Información**, v. 49, n. 2, p. 18-23, mayo/agosto, 2018. ISSN 1606-4925.

MÉXICO

ÁLVAREZ ZAPATA, Didier; GIRALDO GIRALDO, Yicel Nayrobis; OCAMPO MOLINA, Norfi Yamili; GUERRA SIERRA, Luz Marina; MELGAR ESTRADA, Liliana; GÓMEZ VARGAS, Maricela. Representaciones bibliotecarias sobre la biblioteca pública, la lectura, el lector, la promoción y la animación a la lectura en Medellín, Colombia.

Investigación Bibliotecológica, México, v. 23, n. 49, p. 197-240, sept./dic., 2009. ISSN 0187-358X.

DELGADO LÓPEZ, Yorlis. Documentos digitales y legislación archivística: el caso de México y Cuba. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 36, n. 90, enero/marzo, 2022, ISSN: 2448-8321 pp. 119-132.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Don Juan de Palafox y Mendoza y Don Francisco Fabián y Fuero ilustres personajes novohispanos seducidos por las bibliotecas y por la educación. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 25, n. 55, p. 7-9, sept./dic. 2011a. [Seção] Comentario. ISSN 0187-358X.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Don Juan de Palafox y Mendoza, promotor del libre acceso a la información en el siglo XVII novohispano. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 25, n. 54, p. 141-157, mayo/agosto, 2011b. ISSN 0187-358X.

GARCIA, Idalia. Atrás de la escena tipográfica: los impresores en la Nueva España. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 29, n.66, p. 105-137, mayo/agosto, 2015. ISSN: 0187-358X.

LEIVA, Marjorie Mardones; PEDRAZA, Tania de Armas. La destrucción del libro en Valparaíso, 1973. **Investigación Bibliotecológica**, México v. 34, n. 84, p. 169-183, jul./sept. 2020. ISSN 2448-8321.

LIRA LUNA, Daniel de. El cantar de los cantares de Salomón, de Díaz de León: breve crónica sobre la cultura impresa patrimonio de México. **Biblioteca Universitaria**, v. 26, n. 1, p. 3–11, enero/jun., 2023. ISSN 2594-0074.

MARQUES, Luciana Bergamo; KARPINSKI, Cezar. Patrimônio e memória de bibliotecas universitárias no sul do Brasil. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 37, n. 97, p. 97-110, oct./dic. 2023. ISSN 2448-8321.

MARTÍNEZ BARBOSA, Maria Xóchitl; ZACARÍAS PRIETO, Jorge. El devenir de la medicina mexicana a través del archivo histórico de la Facultad de Medicina de la UNAM. **Biblioteca Universitaria**, v. 22, n. 2, jul./dic. 2019 – v. 23, n. 1, p. 132-141, enero/jun. 2020. ISSN 2594-0074.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. **Biblioteca Universitaria**, v. 16, n. 1, p. 33–45, enero/jun., 2013. ISSN 2594-0074.

PEREIRA, Tânia Maria de Moura; LOPEZ, André Porto Ancona. Gênese arquivística de documentos fotográficos na perspectiva da Fotodocumentação. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 36, n. 92, p. 117-133, jul./sept., 2022. ISSN 2448-8321.

RODRÍGUEZ GARCÍA, Ariel Alejandro. Los objetos bibliográficos confirmados en la integración compleja de la descripción y acceso a recursos. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 23, n. 48, p. 33-59, mayo/agosto 2009. ISSN 0187-358X.

RODRÍGUEZ RESÉNDIZ, Perla Olivia. Red Iberoamericana de Preservación Digital de Archivos Sonoros y Audiovisuales: una alternativa de colaboración científica.

Investigación Bibliotecológica, México, v. 34, n. 84, p. 135-149, jul./sept. 2020. ISSN 0187-358X.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 27, n. 59, p. 67-92, enero/abr., 2013, ISSN 0187-358X.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública, memória e representações sociais: o depoimento de um grupo de usuários acerca da Mário de Andrade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 26, n. 57, p. 199-231, mayo/agosto, 2012. ISSN 0187-358X.

VALDEZ RAMOS, Jesús. Reseña de Tendencias de la alfabetización informativa em Iberoamérica. **Investigación Bibliotecológica**, México v. 27, n. 61, p. 209-216, sept./dic. 2013. ISSN 0187-358X. [Seção] Reseña. Resenha da obra de HERNÁNDEZ SALAZAR, PATRICIA (coord.). Tendencias de la alfabetización informativa en Iberoamérica. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2012. 496 p. (Seminarios de Investigación, 19).

VIVAS MORENO, Agustín; MARTOS GARCÍA, Aitana. La cartografía conceptual y su utilidad para el estudio de la lectura como práctica histórico-cultural: El Quijote como ejemplo. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 24, n. 51, p. 95-124, mayo/agosto, 2010. ISSN 0187-358X.

PERU

AUQUI, Gerardo Manuel Trillo; GALVÁN, Jhon Elton Delgado. La memoria impresa: la Biblioteca Nacional del Perú a través del ex libris **Fénix**: Revista de la Biblioteca Nacional del Perú, n. 48, 'p. 47-79, 2020. ISSN 2709-5649.

BANDA, Pamela Cabala. Institucionalidad y agentes sociales en el patrimonio cultural documental peruano. Reflexiones desde la gestión cultural y el marco internacional. **Fénix**: Revista de la Biblioteca Nacional del Perú, n. 48, 'p. 101-126, 2020. ISSN 2709-5649.

FARIAS, Ronnie Andreson Nascimento de; LIMA, Izabel França de. O bibliotecário gestor na implicação da preservação digital pela análise das políticas dos repositórios das universidades públicas. **Biblios**, n. 82, p. 24-40, 2021. ISSN 1562-4730.

MASSONI, Luis Fernando; MORIGI, Valdir. Informação, Memória e Cultura na Construção de Narrativas Sociais. **Biblios**, n. 85, p. 115-127, 2022. ISSN 1562-4730.

RIBEIRO, Josino de Carvalho; LIMA, Izabel França de; SILVA, Layde Klebia Rodrigues da. Memória institucional e preservação da informação: a preservação digital da Revista do Fisco. **Biblios**, n. 73, p. 1-19, 2018. ISSN 1562-4730.

SAMPAIO, Débora Adriano; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Memória, museus e ciência da informação: Uma perspectiva interdisciplinar. **Biblios**, n. 52, p. 35-42, 2013. ISSN 1562-4730.

SILVA, Laura Isabel Martínez. La Fotografía Como Patrimonio Cultural. Rescatando la memoria histórica de la Colección E. Courret de la Biblioteca Nacional del Perú. **Fénix**: Revista de la Biblioteca Nacional del Perú, n. 46, 'p. 143-153, 2017. ISSN 2709-5649.

URUGUAI
BASCOU, Gabriela Piñero. La apertura del acceso a la información en derechos humanos: el caso de la Dirección General de Información e Inteligencia del Ministerio del Interior de Uruguay. Informatio, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2018. ISSN 2301-1378. NASCIMENTO, Natália Marinho do; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. O Arquivista Empreendedor: quem é e o que faz? Informatio, v. 26, n. 2, p. 165-188, 2021. ISSN 2301-1378. SILVARIÑO, Liliana Gargiulo; MUÑÍZ, Fabián Hernández. Archivos y derechos humanos en Uruguay. Estado de la cuestión. La Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente de la Presidencia de la República Oriental del Uruguay: génesis y acciones archivísticas actuales. Informatio, v. 23, n. 1, p. 95-117, 2018. ISSN 2301-1378.
VENEZUELA
ANDRADE CATRO, Jesús Alberto; YEDRA, Yaskelly. La organización como un teatro: la tecnología y sistemas de información como primeros actores. Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Maracaibo, v. 1, n. 1, p. 25-40, enero/abr. 2002. ISSN 1690-7515.

APÊNDICE B - REFERÊNCIAS POR CONCEITOS

MEMÓRIA COLETIVA (MC)
BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. Tempos Históricos, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 317–343, 2011. DOI: 10.36449/rth.v15i1.5710. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php. Acesso em: 3 jun. 2025. BARROS, José D'Assunção. Memória e história: entre o tempo e o espaço. In: ALVES, Gracilda; HOFFMANN, Raquel (orgs.). Memória: questões historiográficas e metodológicas. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 258-308. BERGSON, Henri. Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. CANAU, Joel. Antropologia de la Memoria. Buenos Aires: Ediciones nueva visión. 2002. 128p. CANAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011, 219p. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/502947/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13a. ed. São Paulo: Ática, 2003. 424p. DUQUE-CARDONA, Natalia; MAZO, Juan David Lopera; URIBE, Wilson Pérez. Abordagens e quadros analíticos para pensar em biblioteconomia e ciência da informação. In.: Duque-Cardona, Natalia (org.) Lenguaje, memoria e información: fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. centauro, 2006. p. 7-16. HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro. 2006. HALBWACHS, Maurice. Os Quadros Sociais Da Memória. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: antoniofontoura. 2023. JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión Política, Gestión Administrativa y Gestión Histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Comps.). Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 1-13. LEROI-GOURHAN, André. Il gesto e la parola: La memoria e i ritmi. Torino: G. Einaudi, 1977. MELO FILHO, Edilson Targino. Relações teórico-conceituais entre identidade e memória na perspectiva da ciência da informação. Informação em Pauta, v. 1, n. 2, p. 116-130, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41286. Acesso em: 25 mar. 2025.

MONTYSUMA, Marcos; KARPINSKI, Cezar. **Memória e história oral**. Indaial: Grupo Uniasselvi, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado**: memoria y olvido. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. Imprensa da Universidade de Coimbra/ Annablume. 2012.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

MEMÓRIA SOCIAL (MS)

BANCHS, María Auxiliadora; GUEVARA, Álvaro Agudo; ASTORGA, Lislíe, Imaginarios, representaciones y memoria social. In.: ARRUDA, Ángela; ALBA, Martha de, (coords.), **Espacios imaginarios y representaciones sociales**: Aportes desde Latinoamérica, Barcelona: Anthropos, 2007; p. 45-93.

DODEBEI, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. In.: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (orgs). **Memória e novos patrimônios**. Nouvelle édition. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 21-45.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Madrid: Frónesis. 2003.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. ISSN 1676-2924. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis. Sobre la constitución de la memoria social: hacia una valoración de documentos postmoderna. In.: GONZÁLEZ CACHAFEIRO, Javier. **Jornadas archivando**: la valoración documental, León 7 y 8 de noviembre. p. 5-20. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MASSONI, Luis Fernando Herbert; DAMIN, Marina Leitão; MORIGI, Valdir; DODEBEI, Vera. As narrativas da cidade no aplicativo Porto Alegre guide. **Informação & sociedade: estudos**. João Pessoa. Vol. 27, n. 1, p. 147-160, jan./abr. 2017. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/31229. Acesso em: 04 jun 2025.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: **Papel da Memória**. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-50.

PEREIRA DE SÁ, Celso; ARRUDA, Ângela. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.11-31, 2000. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24121. Acesso em: 4 jun. 2025.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação e sociedade**, Campinas, ano 21, n. 71, p. 166-193, julho/2000. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 04 jun. 2025.

TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Nouvelle édition. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: reginaabreu.com/site/images/attachments/capítulos. Acesso em: 04 jun. 2025.

VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: PEREIRA DE SÁ, Celso (Coord.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 99-119.

LUGARES DE MEMÓRIA (LM)

LE GOFF, Jacques. **1. Memoria-História**. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960). 2007. 274f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: app.uff.br/riuff/handle/1/27008. Acesso em: 04 jun. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p. 67-86, set./dez 2010. Disponível em: periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22695. Acesso em: 04 jun. 2025.

MEMÓRIA HISTÓRICA (MH)

ANIORTE, Juan Carlos Martínez. Miradas a los espejos ¿Por qué la recuperación de la memoria histórica? In.: **La recuperación de la memoria histórica y sus dilemas**. Textos Universitários de Reflexão Crítica, nº 1. Out/2009. Guatemala: Universidade Rafael Landívar - Instituto de Transformação de Conflitos para a Construção da Paz na Guatemala.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 1, p. 317-343, jun. 2011. Disponível em: revista.unioeste.br/index.php. Acesso em: 04 jun. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: entre o tempo e o espaço. In: ALVES, Gracilda; HOFFMANN, Raquel (orgs.). **Memória: questões historiográficas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 258-308.

CHARTIER, Roger. Le passé au présent. **Le Débat**, Paris. n. 122. 2012. p. 4-11. Disponível em: shs.cairn.info/revue-le-debat-2002-5?lang=fr. Acesso em: 30 mai. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PEREIRA DE SÁ, Celso. A memória histórica numa perspectiva psicossocial. **Morpheus**, ano 09, n. 14, 2012. ISSN 1676-2924. Disponível em: seer.unirio.br/morpheus/article/view/4826. Acesso em: 04 jun 2025.

VÉLEZ, Olga Consuelo; RODRÍGUEZ, Oar Andrés; SIERRA, Ángela María; BECERRA, Susana. La memoria histórica en los procesos de acompañamiento pastoral a personas en situación de desplazamiento. **Veritas**, n. 34, p. 33-60, maç. 2016. Disponível em www.scielo.cl/scielo. Acesso em: 05 jun. 2025. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-92732016000100002>.

MEMÓRIA SUBTERRÂNEA (MSU)

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Margens**, online, v. 1, n. 1, p. 11-16, jan. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v1i1.2831>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12617>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MEMÓRIA DO MUNDO (MM)

LLOYD, Anne; HARVEY, Ross; LODGE, Damian. Lost and missing Australian documentary heritage: is there any? **Australian Library Journal**, v. 54, n. 3, 2005. p. 288-297.

UNESCO. Memória do Mundo. 1992. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/memory-world>. Acesso em: 13 nov 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Memória do mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Paris: Divisão da Sociedade da Informação. 2002. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. 27 novas inscrições no Registro da Memória do Mundo da UNESCO para a América Latina e o Caribe. 2024. Disponível em: unesco.org/pt/articles. Acesso em: 18 jul 2025.

MEMÓRIA CULTURAL (MCU)

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BIES, Werner. Thinking with the help of images: On the metaphors of knowledge organization. **Knowledge organization**, v. 23, ed. 1, 1996. p. 3-8. DOI: 10.5771/0943-7444-1996-1-3. Disponível em: doi.org/10.5771/0943-7444-1996-1-3. Acesso em: 5 jun. 2025.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2010. Anais [...] XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2010.

ERLL, Astrid. Literature, Film, and the Mediality of Cultural Memory. In.: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (coords). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlim: Walter de Gruyter, 2008. p. 389 – 398.

ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **A companion to cultural memory studies**. Berlim: Walter de Gruyter, 2010.

ERLL, Astrid. **Memory e culture**. Estados Unidos da América: palgrave macmillan. 2011.

HUYSEN, Andreas. **En busca del futuro perdido: Cultura y memoria en tiempos de globalización**. México: Fondo de Cultura Económica. 2002. 284p.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio. 2014.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL (MI)

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 11. 2002. Disponível em: revistas.ulusoфона.pt/index.php. Acesso em: 05 jun. 2025.

COSTA, Icléia Thiesen. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DODEBEI, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro, BA. Anais... Brasília: ABA, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/pvPbbW>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FEITOSA, Rayan Aramis de Brito; DUARTE, Emeide Nóbrega. Gestão do conhecimento: base da memória organizacional do serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) na Paraíba. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 211-226, set./dez. 2021.

LOUREIRO, Érica de Castro. Conhecimento e memória na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: reflexões e elementos para constituição de iniciativas de memória organizacional. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu. Análise de políticas de informação em repositórios institucionais:

bases para a gestão de acervos audiovisuais. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 3, p. 97-108, dez. 2018. ISSN 2358-0763. Disponível em: seer.ufal.br. Acesso em: 2 jun 2025.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. **Páginas a&b: arquivos & bibliotecas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b. v. 5., 2000, p. 57-113.

THIESEN, Icléia. **Memoria institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

MEMÓRIA ORGANIZACIONAL (MO)

ABECKER, Andreas; BERNARDI, Ansgar; HINKELMANN, Knut; KÜHN, Otto; SINTEK, Michael. Toward a Technology for Organizational Memories. **Knowledge management**. Mai/Jun, 1998. Disponível em: researchgate.net/publication. Acesso em: 05 jun. 2025.

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de; VITORIANO, Marcia Cristina Pazin de Carvalho. Memória organizacional: a construção de um instrumento em sistema acessível. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.3, p. 1-25, jul./set. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52225. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/52225. Acesso em: 6 jun. 2025.

ALMEIDA, Mauricio Barcellos. Um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional. Tese. 2006. 321f. Tese (Doutorado) – Curso de doutorado em Ciência da Informação, Programa de Pós Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, PPGCI/UFMG, 2006.

BARROS, Victor Freitas de Azeredo; RAMOS, Isabel; PÉREZ, Gilberto. Information systems and organizational memory: a literature review. **JISTEM - Journal of information systems and technology management**, v. 12, n.1, p. 45-63. Jan/abr 2015. Disponível em: scielo.br. Acesso em: 06 jun. 2025.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320p.

CAMISÓN, César; VILLAR-LÓPEZ, Ana. Non-technical innovation: Organizational memory and learning capabilities as antecedent factors with effects on sustained competitive Advantage. **Industrial Marketing Management**, v. 40. ed. 8. 2011. p. 1294 - 1304.

CEGARRA-NAVARRO, Juan Gabriel; SAÍNCHÉZ-POLO. Influence of the Open-Mindedness Culture on Organizational Memory: An Empirical Investigation of Spanish SMEs. **The International Journal of Human Resource Management**. v. 22, ed. 1, January 2011. p. 1-37.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge Management in Theory and Practice**. Oxford: Elsevier, McGill University. ISBN: 0-7506-7864-X. 2005.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; MORO-CABERO, María Manuela. Diretrizes estratégicas baseadas nos fatores críticos de sucesso da gestão do conhecimento voltadas às

características da memória organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n.2, p. 1-25, abr./jun. 2020b.

DIENG, Rose; CORBY, Oliver; GIBOIN, Alain; RIBIÈRE, Myriam. Methods and Tools for Corporate Knowledge Management. RR-3485, **INRIA**. 1998. Disponível em: inria.hal.science/inria-00073203v1. Acesso em: 5 jun. 2025.

ESTEVÃO, Janete Saldanha Bach; STRAUHS, Faimara do Rocio Strauhs. Proposta de uma ontologia como modelo de referência no domínio da Memória Organizacional Histórica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.35-53, out./dez. 2013.

FEITOSA, Rayan Aramis de Brito. DUARTE, Emeide Nóbrega. Gestão do conhecimento: base da memória organizacional do serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) na Paraíba. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n. 3, p. 211-226, set./dez. 2021.

FREIRE, Patrícia de Sá; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani; HELOU FILHO, Esperidião Amin; SILVA, Giorgio Gilwan da. Memória organizacional e seu papel na Gestão do conhecimento. **Revista de ciências da administração**, v. 14, n. 33, p. 41-51. Ago/2012.

LASPISA, David Frederick. A influência do conhecimento individual na memória organizacional: estudo de caso em um call center. Dissertação. 2007. 120 f. Dissertação (mestrado) – Curso de Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2007.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Pearson, 2007.

LEHNER, Franz; MEIER, Ronald K. How Can Organizational Memory Theories Contribute to Organizational Memory Systems?. **Information Systems Frontiers**. v. 2, p. 277-298, 2000. Disponível em: springer.com/article/10.1023/A:1026516627735. Acesso em: 5 jun. 2025.

MENEZES, Edna Matsunaga de. Estruturação da memória organizacional de uma instituição na iminência de evasão de especialistas: um estudo de caso na COHAB. 2006. Dissertação (mestrado) - Curso de Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação. Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2006.

MONTICOLO, Davy; HILAIRE Vincent; GOMES, Samuel; KOUKAM, Abderrafaa. Ontological Approach to Managing Project Memories in Organizations. In: ZILLI, Antonio; DAMIAN, Ernesto; CERAVOLO, Paolo; CORRALLO, Angelo & ELIA, Gianluca (Eds.) **Semantic Knowledge Management: An Ontology-Based Framework**. Chapter XI. (Aug.). Hershey - New York. IGI Global. 2009. p. 233-260. ISBN: 1605660345.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; SOUZA, Juliete Susann Ferreira de; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; MORO-CABERO, Maria Manuela. Gerenciamento dos fluxos de informação como requisito para a preservação da memória organizacional: um diferencial competitivo. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 29-44, 2016. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/27382. Acesso em: 7 jun. 2025.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. A Relação entre os Estudos de Tipologia Documental e o Processo Decisório. In.: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.), **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012. 318 p.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 202-227, jan/abr. 2017.

NEVES, Paula Costa; CERDEIRA, José Pedro. Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 3-19, jan./abr. 2018.

PEREIRA, Maria Olívia Ferreira; SILVA, Helena de Fátima Nunes; PINTO, José Simão de Paula. A Memória organizacional nos processos de gestão do conhecimento: um estudo na Universidade Federal do Paraná. **Informação & informação**, v. 21, n. 1, p. 348 – 374. jan./abr. 2016.

RAMÍREZ-MONTOYA, María. Desarrollo Tecnológico del Repositorio Institucional del Tecnológico de Monterrey (RITEC): innovación abierta incremental. Tecnológico de Monterrey. 2018. Disponível em: repositorio.itesm.mx/handle/11285/628047. Acesso em: 19 jun 2025.

REMOR, Lourdes de Costa; RADOS, Gregório Varvakis; REMOR, Carlos Augusto Monguilhott; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. A construção da memória organizacional utilizando o gerenciamento de processo nas pactuações da comissão intergestores bipartite do sistema único de saúde. **Encontros bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 14, n. 27, p. 85-97. 2009.

SANTOS, Juliana Cardoso dos. Memória organizacional: em foco o valor da Informação como negócio/commodity. 2019. 223 f. Tese (doutorado) – Curso de Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2019.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; MORO-CABERO, María Manuela; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. A Memória Organizacional como diferencial competitivo em ambientes organizacionais. In.: XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH, 2016, Londrina, PR. **Anais [...]**. Londrina, PR. 2016. p. 1-10.

SASIETA, Héctor Andrés Melgar; BEPPLER, Fabiano Duarte; PACHECO, Roberto Carlos dos Santos. A Memória Organizacional no Contexto da Engenharia do Conhecimento. **DataGramZero: Revista de Informação**. v.12, n.3, ago/2011.

SIMÃO, Hugo Eduardo. Memória organizacional. **Batebyte**. Governo do Paraná. Disponível em: batebyte.pr.gov.br/Pagina/Memoria-Organizacional. Acesso em: 26 abr. 2025.

SPILLER; Arnaldo; PONTES, Cecília Carmen Cunha. Memória organizacional e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. **RBGN: Revista brasileira de gestão de negócios**, v. 9, n. 25, p. 96-108. set./dez. 2007.

STEIN, Eric W. Organizational memory: Review of concepts and recommendations for management. **International Journal of Information Management**, v.15, n. 2, p.17-32, 1995.

STEIN, Eric W; ZWASS, Vladimir. Actualizing Organizational Memory with Information Systems. **Information Systems Research**. 1995.

STEIN, Eric W; ZWASS, Vladimir. Actualizing Organizational Memory with Information Systems. **Information Systems Research** v. 6, n. 2, p. 85-117. 1995.

THIESEN, Icléia. **Memoria institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

WALSH, James Patrick; UNGSON, Gerardo. Rivera. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, jan/1991, p. 57–91. Disponível em: doi.org/10.2307/258607. Acesso em: 5 jun. 2025.

ZANCANARO, Airton; ERPEN, Julio Graeff; SANTOS, Jane Lucia; STEIL, Andrea Valeria; TODESCO, José Leomar. Mapeamento da produção científica sobre memória organizacional e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.1, p.43-65, jan./mar. 2013.